

Cadernos
de
Clio

Revista Cadernos de Clio

Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Alexandre Cozer, Amanda Cristina Zattera,
Davi Cezar Cavalli Pradi, Luís Fernando Costa Cavalheiro,
Natascha de Andrade Eggers, Willian Funke

Conselho Editorial

Ana Maria Burmester
Ana Paula Vosne Martins
Anamaria Filizola
Andréa Doré
Fátima Regina Fernandes
José Roberto Braga Portella
Joseli Maria Nunes Mendonça
Karina Kosicki Bellotti
Luiz Carlos Ribeiro
Luiz Geraldo Silva
Marcelo Rede
Marion Brepolh de Magalhães
Martha Daisson Hameister
Rafael Faraco Benthien
Renata Senna Garraffoni
Roberta Fabron Ramos
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Cadernos de Clio

N.º 3, 2012, PET – História UFPR

Endereço para correspondência
Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80060-150
e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Projeto gráfico, capa e lombada:

Davi Cezar Cavalli Pradi

Editoração, editorial:

Luís Fernando Costa Cavalheiro e Alexandre Cozer

Diagramação:

Willian Funke

Referência de Capa e Contracapa:

Jacques-Louis David

As Sabinas - 1799 - Óleo sobre tela

Museu do Louvre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E
EDUCAÇÃO

REVISTA Cadernos de Clio / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada: Davi Cavalli Pradi; editoração, editorial: Luiz Fernando Costa Cavalheiro e Alexandre Cozer; diagramação: Willian Funke, v.1(2010-).
Curitiba, PR : Artes & Textos, 2012.

v.3, 2012

Anual

ISSN: 2237-0765

1. História - periódicos. 2 História – Estudo e ensino. I. Universidade Federal do Paraná. II. Pradi, Davi Cavalli. II. Cavalheiro, Luiz Fernando Costa. III. Cozer, Alexandre. IV. Funke, Willian.

CDD 20.ed. 907

Sirlei do Rocio Gdulla CRB-9ª/985

Editorial

Eis, caro leitor, o terceiro volume da Revista Cadernos de Clio, uma produção do PET História da Universidade Federal do Paraná. No entanto, este volume tem um toque especial: estamos comemorando 20 anos de fundação do grupo. Inicialmente, o Programa tinha por função uma melhor preparação aos graduandos do Departamento de História, possibilitando maiores inserções e aspirações à pesquisa histórica – tendo em vista que o curso atendia à licenciatura e ao bacharelado, sendo esta habilitação a menos privilegiada. A Cadernos de Clio foi fruto disso; e as páginas que seguem são testemunhas da importância da pesquisa na graduação: temos aqui artigos e resenhas de graduandos de diversas partes do Brasil.

Assim como nos dois volumes anteriores, aqui não há um tema fixo. O que se busca é atrair os autores a apresentar seus temas e propor um diálogo nas várias esferas das Ciências Humanas, objetivando uma interdisciplinaridade no conhecimento histórico. Daí visualizaremos temporalidades diversas, diferentes possibilidades de se interpretar o passado, construções múltiplas de problemáticas a partir da narrativa histórica

Este volume tem a satisfação de contar com onze artigos e três resenhas, que assim estão disponibilizados:

O primeiro artigo, “Animação em aula: os heróis dos desenhos animados no ensino de história”, de **Mario Marcello Neto**, traz uma provocante abordagem ao explorar a relação entre o ensino de História e o uso de desenhos animados. Trata-se de uma tipologia de fontes ainda pouco explorada e que beneficia professores ao demonstrar como que uma produção cultural de época pode auxiliar os alunos na construção do fato histórico.

O artigo seguinte, intitulado “A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383)”, de **Leonardo Girardi**, situa o posicionamento do reino português em fins do medievo na querela da Cristandade Latina – a qual gerou uma forte ruptura no papado. O autor destaca a política interna e externa de D. Fernando I, justificado por interesses no referido conflito.

“Em Aspectos da modernidade curitibana através das revistas ilustradas no início do século XX: o caso da revista *A BOMBA*”, **Naiara Krachenski** apresenta a construção de discursos para a modernidade em Curitiba, no alvorecer do século passado, a partir de um periódico local. Ficamos diante, então, de transformações de percepções cotidianas coletivas, ao ver uma cidade que aos poucos se modifica e sofre interferência de novos elementos, tais como o automóvel, a urbanização, o cinematógrafo.

O artigo “Clube Guarani (1920-2006): tempos de luta contra o preconceito em Arroio Grande”, sob autoria de **Beatriz Floôr Quadrado**, problematiza a questão racial no Brasil do início do século XX até o início do século atual. Ao fundo, a autora coloca a comunidade Negra, dando voz ao Clube Guarani, destacável na resistência ao preconceito racial. Adotou-se, assim, as referências da História Oral, depositando-a como patrimônio da cultura negra do município de Arroio Grande.

No artigo “Costumes e Justiça: a interpretação da norma no *cabildo de Corrientes – 1588 a 1646*”, **Liz Araújo Martins** analisa as *Actas capitulares da cidade de Corrientes*, observando como a prática legislativa era aplicada em uma região da América Ibérica. A autora destaca uma heterogeneidade na legislação da região, visando o melhor atendimento às demandas locais.

“Entre o espiritual e o temporal: o probabilismo e a teologia moral dos séculos XVI ao XVIII”, artigo de **Rafael Bosch Batista**, aborda as relações da teologia moral com as práticas jurídicas e políticas no período da primeira Modernidade, privilegiando o ambiente da Península Ibérica. Assim sendo, o autor demonstra ambiguidade em conjuntos de leis, o que permitia interpretações religiosas, gerando um choque entre as questões espirituais e temporais.

Com “Experiências educacionais no assentamento José Eduardo Raduan: escola, educação e terra”, **Ricardo Callegari**, analisa fontes orais e dados sobre o movimento Sem Terra para compreender a singular relação entre a escola, a educação e a terra nos assentamentos – considerando a escola como diretamente ligada ao cotidiano e a formação das posições políticas e da identidade do Sem Terra.

Os bolsistas do grupo PET História da Universidade Federal de São Paulo, trazem uma interessante reflexão no artigo “Fontes on-line em arquivos brasileiros: Reflexões sobre Internet no ofício do historiador” ao debater como a tecnologia pode auxiliar na produção da pesquisa histórica. Isso demonstra que o tempo passa até mesmo para aqueles que buscam reflexões no passado e que os desenvolvimentos do presente podem, também, gerar frutos que interferem na interpretação sobre o que outrora aconteceu. Prova disso é a maior circulação, manutenção e acondicionamento de amplos acervos documentais, os quais ficam disponíveis em sites pela internet, para fácil acesso em qualquer lugar do mundo. Certamente, um importante aliado ao ofício do historiador.

No artigo “Mecanismos de governação: o arbítrio e os costumes no processo de desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa em relação às colônias brasileiras nos séculos XVI e XVII”, **Elaine Godoy Proatti** analisa fontes legislativas

portuguesas e brasileiras para compreender as mudanças e adaptações necessárias a implantação de um sistema para o funcionamento da sociedade na América Portuguesa.

Em “O corpo do outro: O guerreiro gaulês nos comentários às guerras das Gálias de Júlio César”, **Priscilla Ylre Pereira da Silva** trata tanto do valor das características corporais na construção do homem gaulês quanto das mudanças de técnicas militares que ocorreram nos anos de contato das guerras da Gália.

Vanessa Lima Cunha, em “Quilombo: a voz do teatro experimental do negro (Rio de Janeiro 1940/1950)”, analisa os discursos produzidos pelo Jornal Quilombo e seu lugar no debate sobre o mito da Democracia Racial no Brasil.

De **Paulo R. Souto Maior** Júnior, último artigo de nossa revista – “Um passeio primaveril com Certeau: nas pegadas do cotidiano e da cultura” – tem o objetivo de expor algumas questões sobre o cotidiano e o entendimento de cultura no pensamento de Michel de Certeau.

Contamos ainda com a inscrição nestas páginas de três resenhas. A primeira sobre “Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração”, livro de Pedro Custódio, foi elaborada por **Thiago do Amaral Biazotto**. A segunda, de **Verônica Calsoni Lima** trata do livro “Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638)

and the Legacy of the Millenarianism.”, de Jeffrey K. Jue. E a última, de **Fernando Bagiotto Botton**, é sobre “O espírito das roupas: a Moda no século XIX”, de Gilda de Mello Souza.

Mantivemos na sequência uma breve nota de pesquisa, concernente. Encontra-se à pesquisa coletiva desenvolvida pelo grupo PET-História da UFPR no ano de 2011. E como se trata de uma edição comemorativa apresentamos um texto, baseado em entrevistas com ex-tutores e fontes oficiais do PET, para contarmos a história da trajetória deste grupo.

Concluindo com essas informações sobre quem organiza a revista, e as normas editoriais que a sistematizam, esperamos torná-la mais acessível ao leitor que queira eventualmente tornar-se um contribuinte. Afinal, o esforço de criação de uma revista de graduandos visa tanto aumentar o diálogo e o contato das diferentes pesquisas feitas no Brasil, como também expandir as possibilidades de publicação para alunos que começam suas empreitadas pelo mundo acadêmico. Deste modo, o público não se torna específico, mas abrange todo aquele que tem interesse por algum dos muitos assuntos aqui abordados. Cabe desejar a esse leitor uma boa leitura.

25 de novembro de 2012

Alexandre Cozer

Luís Fernando Costa Cavalheiro

SUMÁRIO

Artigos

Animação em aula: Os heróis dos desenhos animados no ensino de história – Mario Marcello Neto.....	15
A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383) – Leonardo Girardi.....	45
Aspectos da modernidade curitibana através das revistas ilustradas no início do século XX: O caso da revista <i>A BOMBA</i> – Naiara Krachenski.....	71
Clube Guarani (1920-2006): tempos de luta contra o preconceito em Arroio Grande – Beatriz Floôr Quadrado	93
Costumes e Justiça: a interpretação da norma no <i>cabildo de Corrientes</i> - 1588 a 1646 – Liz Araujo Martins	117
Entre o espiritual e o temporal: o probabilismo e a teologia moral dos séculos XVI ao XVIII – Rafael Bosch Batista.....	143
Experiências educacionais no Assentamento José Eduardo Raduan: escola, educação e terra – Ricardo Callegari.....	173
Fontes <i>on-line</i> em arquivos brasileiros: Reflexões sobre a Internet no ofício do historiador – PET História UNIFESP	205
Mecanismos de governação: o arbítrio e os costumes no processo de desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa em relação às colônias brasileiras nos séculos XVI e XVII – Elaine Godoy Proatti.....	233
O corpo do outro: O guerreiro gaulês nos comentários às guerras das Gálias de Júlio César – Priscilla Ylre Pereira da Silva.....	261

Quilombo: a voz do Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1940/1950) – Vanessa Lima Cunha	283
Um passeio primaveril com Certeau: nas pegadas do cotidiano e da cultura – Paulo R. Souto Maior Júnior.....	301
Resenhas	
CUSTÓDIO, P. P. Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração. São Paulo Annablume, 2006 – Thiago do Amaral Biazotto.....	323
JUE, Jeffrey K. Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism. Netherlands: Springer, 2006 – Verônica Calsoni Lima	333
SOUZA, Gilda de Mello e. O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 – Fernando Bagiotto Botton.....	343
Nota de Pesquisa	357
Dossiê PET 20 Anos	365
Normas Editoriais:	373

Artigos

Animação em aula: Os heróis dos desenhos animados no ensino de história.

*Mario Marcello Neto*¹

Resumo:

Este trabalho é resultado de pesquisas em andamento sobre o uso de desenhos animados como fontes no Ensino de História. Ao iniciarmos os estudos acerca do tema, nos deparamos com inúmeras relações entre os Quadrinhos e os Desenhos Animados. A mais significativa perpetuação de elementos presentes nas HQ's representada nos quadrinhos é a imagem do Herói. Aqui, Através da análise do desenho produzido pela DC Comics, Liga da Justiça (2001), tentaremos estabelecer relações destes elementos que acabam formando o imaginário social de uma parcela da sociedade. Para isso, além da análise dos desenhos supracitados, foi feita uma densa revisão bibliográfica, permitindo que este trabalho obtivesse um aporte teórico suficiente para problematizar o tema.

Palavras-Chave: Desenhos Animados, Ensino de História, Imagens, Heróis, Representação, Imaginário.

Explicando o Tema

Este texto pretende tratar atividades realizadas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID/

¹ Graduando do 5º Semestre do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsistas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID – Humanidades – UFPel / CAPES. mariomarceloneto@yahoo.com.br

Humanidades – UFPel), o qual estamos inseridos. Este tem como principal proposta de atividade a utilização do cinema como fonte histórica e a sua inclusão no ensino de história. Sendo assim, iniciou-se um período de estudos acerca do tema. Observou-se que a discussão sobre o uso de imagens, de um modo geral, no ensino desta disciplina vem sendo problematizado. Livros didáticos da década de 1930, por exemplo, faziam propagandas em suas capas por possuírem imagens ilustrativas, numa tentativa de aproximar a imagem tão presente na realidade do aluno ao seu cotidiano escolar (FONSECA, 2006).

Após leituras prévias, como CHARTIER (2010), FUSARI (1985), ECO (2004), notou-se, também, que o uso do cinema e televisão como recurso didático e como fonte histórica não é algo recente no Ensino de História. Autores como NAPOLITANO (2010), VALIM (2007), CASTRO (2010), HAGEMEYER (2012), têm em suas obras excelentes discussões sobre estes assuntos. Porém, uma temática que, normalmente, passa em branco nessas discussões sobre imagens, mídias e ensino é o Desenho Animado. Este trabalho tentará fazer relações deste ensino, que necessita utilizar a linguagem visual e digital do mundo do aluno em sala de aula. Um ensino que dialogue com a realidade digital e imagética a qual os discentes estão inseridos (BELLONI, 2001).

A primeira dificuldade encontrada neste processo de estudos e pesquisas foi encontrar referencias bibliográficas que

pudessem dialogar diretamente sobre Desenhos Animados e Ensino de História. Devido a essa dificuldade em encontrar referencias específicas sobre o tema, buscamos estudos em duas mídias que em muito se assemelham aos Desenhos, seja por roteiros semelhantes – no caso das Histórias em Quadrinhos – seja por técnicas que inspiraram sua construção no caso o cinema. Um autor, especificamente, irá embasar este trabalho em relação a justificativa do porque o uso dos desenhos animados em sala de aula é importante: Marcos Napolitano. Ele irá comentar sobre o cinema, porém, fazendo devidas adaptações poderemos ter questionamentos importantes sobre o tema. Sobre o cinema no ensino de História, Napolitano afirma:

Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. (NAPOLITANO, 2010: 11)

Se trocarmos a terceira palavra da citação acima “cinema” por “desenhos animados” conseguiremos entender que o cinema traz consigo toda aquela carga político-ideológica que o seu contexto histórico permite. E assim funciona com os desenhos animados. Embora tenham o objetivo de entreter e de serem de pequena duração, trazem em sua linguagem um modo de ver e entender a sociedade vigente, para um público jovem, que está

formando o seu caráter, seus ideais, que necessita de exemplos, que em muitos casos vão ser sim, os desenhos animados. Napolitano, vai além de comentar os benefícios que o cinema/desenho animado tem em relação à incorporação dos valores da sociedade em que foi produzido. Ele vai argumentar, também, sobre a maneira pela qual estão sendo trabalhados em sala de aula. O autor vai problematizar o fato de que:

É preciso que a atividade escolar com o cinema vá além da experiência cotidiana, porém sem negá-la. A diferença é que a escola, tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar. (NAPOLITANO, 2010: 15)

Segundo Maria Felisminda de Rezende e Fusari (1985), o desenho animado é uma mídia de grande difusão e aceitação na sociedade, principalmente em relação ao público jovem. O Desenho Animado, de um modo geral, possui uma linguagem universal, ou seja, adaptável a todo público-alvo, utilizando o humor e enredos que permitam uma maior compreensão de uma realidade própria da Animação. Os Desenhos sobre Heróis, por sua vez, reconstroem na sociedade algo que tomou proporções até então inimagináveis, reafirmando o *Imaginário Social* (BACKZO, 1985) já existente sobre eles desde a criação de Quadrinhos sobre este gênero. Nos decorrer do texto abordaremos de forma mais explícita a forma com

a qual as atividades realizadas pelo PIBID, o uso de Desenhos Animados de Herois e a metodologia aplicada sobre este recurso são o principal foco deste texto.

Entendendo os Conceitos

Iniciando o processo de entendimento de alguns conceitos a respeito da temática em questão, temos que hoje só é possível tratar os Desenhos Animados como fontes históricas no Ensino de História, devido a uma mudança na concepção deste conceito, nas primeiras décadas do século XX. Esta mudança a qual nos referimos, trata-se da alteração e ampliação deste conceito supracitado. Durante a chamada primeira geração da *Escola dos Annales*, seus principais historiadores defendiam a tese de ampliação total do conceito de fonte. Passado a ser reconhecido como fonte histórica todo o vestígio deixado pelo homem. José D'assunção Barros diz que:

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. (BARROS, 2011).

Segundo essa concepção metodológica da História, o Desenho Animado também pode ser utilizado como fonte histórica, afinal ele é fruto da construção do homem, deixando rastros muito marcantes sobre o seu contexto de criação. A difusão destes Desenhos através da televisão, hoje, é algo que torna-o muito popular, porém por possuir uma linguagem sensível e adocicada pelo humor, muitas vezes, passa despercebido de todas as *Representações* feitas sobre sociedade. Desde discursos antiterroristas, anarquistas, comunistas até questões de igualdade sexual e racial, bem como temas envolvendo religião são facilmente encontrados nas animações de maneiras muito suave, com uma forma muito sutil de passar um recado sobre o que está realmente se propondo a dizer. Além disso, não podemos negar que todas estas questões são frutos; evidentemente; de nossa sociedade, onde as questões do presente sempre estarão incluídas em qualquer obra feita pelo homem, não importando ela qual seja (BARROS, 2010).

Todavia, para trabalhar com Desenho Animado em uma aula de história é necessário, além da noção de fonte histórica a ampliação de seu conceito e sua importância, que se entenda os inúmeros fatores que envolvem todo o processo de desenvolvimento e criação da obra. É essencial, também, que se entenda que uma animação não reflete e nem retrata nenhum período histórico, ela *Representa* o mesmo. Para Chartier: *Representações*:

[...] não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é efetivamente, o que dizem que é. (CHARTIER, 2010: 51).

Sobre a questão de não refletir e nem retratar, Chartier comenta que por mais verossímil a obra em questão seja com a realidade, ela jamais será fiel ao fato acontecido. Isso ocorre devido a subjetividade implicada na percepção desta realidade. Para mim, uma fato ocorrido aconteceu de um determinado ângulo, de certa maneira, para outra pessoa foi de uma forma completamente diferente; e assim por diante. Além disso, esse tipo de *Representação* da sociedade nos permite dizer que os Desenhos Animados nos transportam para outra realidade, que nos transmite a verdade que ele mesmo constrói. Como Chartier afirma os Desenhos não são simples imagens de outra realidade, ele compõe uma realidade própria, possuem aquela energia que faz com que a sociedade realmente aceite a sua história passando a vê-la da forma como realmente ele diz que é.

Isto, no caso de Desenhos Animados de Herois, deixa evidente que para existir uma grande aceitação do público para com estes personagens não bastariam apenas a sua realidade construída sem nenhuma relação com a concepção nossa de realidade. A realidade dos Super-Herois são sim a nossa realidade, vivemos em um mundo de características muito semelhantes, embora elementos

considerados fantásticos, como seres de outros planetas entre outras coisas existam com muita frequênci, sabe-se que a aproximação com o cotidiano do público leitor/espectador é mais do que necessária para que a identificação possa ser realizada de uma maneira mais rápida, O Super-Homem, por exemplo, de acordo com Umberto Eco (2004) é o sonho, de grande parte, do povo americano do período, ou seja, um fazendeiro que estuda e vai trabalhar em um veículo de mídia, mas que simplesmente retirando seus óculos torna-se tudo o que aquela sociedade precisa.

Os heróis são incapazes de ferir sentimentos de alguém sem se culparem posteriormente, são intelectualizados, dispostos e acima de tudo possuem um caráter universalista de ajudar o próximo, muito mais do que a si (VIANA, 2005); como é possível notar na análise dos desenhos animados: *Liga da Justiça* (2001). Algumas características são muito comuns aos Heróis do chamado Universo DC; a bondade, altruísmo, espírito de justiça são elementos comuns a, quase, todos os Heróis desta produtora. Umberto Eco comenta sobre o Super-Homem, analisando justamente esta questão em relação do homem com o Herói. Esta relação é importante de ser entendida, pois ao termos em mente que função um herói exerce em nossa sociedade, foi possível estabelecer com os alunos um dialogo mais concreto sobre o tema, discutindo as questões com um olhar diferenciado daquela mito criado sobre os Super-Herois. Sobre isso, Eco comenta que:

O Superman é o mito típico de tal gênero de leitores: o Superman não é um terráqueo, mas chegou à Terra, ainda menino, vindo do planeta Crípton. Crípton estava para ser destruído por uma catástrofe cósmica e o pai do Superman, hábil cientista, conseguira pôr o filho a salvo, confiando-o a um veículo espacial. Crescido na Terra, o Superman vê-se dotado de poderes sobrehumanos. Sua força é praticamente ilimitada, ele pode voar no espaço a uma velocidade igual à da luz, e quando ultrapassa essa velocidade atravessa a barreira do tempo, e pode transferir-se para outras épocas. Com a simples pressão das mãos, pode submeter o carbono a uma tal temperatura que o transforma em diamante; em poucos segundos, a uma velocidade supersônica, pode derrubar uma floresta inteira, transformar árvores em toros e construir com eles uma aldeia ou um navio; pode perfurar montanhas, levantar transatlânticos, abater ou edificar diques; seus olhos de raios X permitem-lhe ver através de qualquer corpo, a distâncias praticamente ilimitadas, fundir com o olhar objetos de metal; seu superouvido coloca-o em condições vantajosíssimas, permitindo-lhe escutar discursos de qualquer ponto que provenham. E belo, humilde, bom e serviçal: sua vida é dedicada à luta contra as forças do mal e a polícia tem nele um colaborador incansável.

Todavia, a imagem do Superman não escapa totalmente às possibilidades de identificação por parte do leitor. De fato, o Superman vive entre os homens sob as falsas vestes do jornalista Clark Kent; e, como tal, é um tipo aparentemente medroso, tímido, de mediocre inteligência, um pouco embaraçado, míope, súculo da matriarcal e mui solícita colega Míriam Lane, que, no entanto, o despreza, estando loucamente enamorada do Superman. Narrativamente, a dupla identidade do Superman tem uma razão de ser, porque permite articular de modo bastante variado a narração das aventuras do nosso herói, os equívocos, os lances teatrais, um certo suspense próprio de romance policial. Mas, do ponto de vista mitópoético, o

achado chega mesmo a ser sapiente: de fato, Clark Kent personaliza, de modo bastante típico, o leitor médio torturado por complexos e desprezado pelos seus semelhantes; através de um óbvio processo de identificação, um *accountant* qualquer, de uma cidade norte-americana qualquer, nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes da sua atual personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade. (ECO, 2004: 247-248)

A citação acima permite compreender como um Herói deve se portar, ou seja, não basta que ele tenha super-poderes, ele deve, também, manter uma relação de naturalidade com o seu público-alvo. Isso faz com que ele torna-se mais humano, dando o tom de realidade necessário para o convencimento do público. Além disso, Eco nos remete outra possibilidade de discussão com relação aos Super-Herois que a questão da Identidade Secreta como forma de identificação para com o público leitor, no caso dos Desenhos expectador. O Super-Homem, embora seja um ser de outro planeta que ao chegar bebê na Terra é criado por fazendeiros, quando se descobre com super-poderes ele se destaca perante os meros mortais.

A relação de um homem que comum, um jornalista que tem muito azar em relacionamentos amorosos, mas que ao retirar os óculos se transforma num dos Herois mais forte de toda a História, causa um relação completamente diferenciada de qualquer outro tipo de personagem fictício. Como Eco afirma, no trecho supracitado, isso acaba gerando no público ao qual tem contato com

o mesmo uma sensação que num simples ato de mudar as suas vestes saiam de sua vida comum e semelhante a todos e se tornem um Super-Homem.

Ao compreendermos de maneira mais aprofundada esta ideia de Eco, conseguimos iniciar um processo de amadurecimento sobre o que pretendíamos realizar na escola. Buscamos ao longo de toda a oficina mostrar uma outra forma, que não a idealizada, do Herói, mostrando como esta relação humana e sobre-humano conseguem dialogar de forma tão implícita a se confundir uma realidade fictícia com a própria realidade.

O nascimento da Detective Comics

Esta parte do texto, ajudará a entender, entre outras coisa, o motivo pelo qual resolvemos realizar o nosso recorte sobre Desenhos Animados de Super-Herois e mais especificamente o porque da escolha da *Liga da Justiça* (2001). As chamadas *Eras*² dos quadrinhos produzidos pela DC Comics foram se adaptando de acordo com a necessidade da sociedade da época. O mito do Herói dos quadrinhos e depois das animações, criado na década de 1920, ganha as mesmas características quando passa a ser exibido pela

² Sobre isso ver o Documentário comemorativo dos 70 anos da DC Comics: “Secret Origin The Story of DC Comics” (2010); onde personalidades do mundo da animação, como Neal Adams, Neil Gaiman, Len Wein, Denny O’Neill, Jim Lee, Grant Morrison e outros, dão sua contribuição para contar esta saga da editora que praticamente inventou os super-heróis como nós conhecemos hoje.

televisão. Ao contexto de criação desses personagens pode-se definir ao caos social que o *Crack* da Bolsa de Valores de 1929 causou nos Estados Unidos Da América e no Mundo. Os problemas sociais internos como roubos, desemprego, fome entre outros temas são os principais alvos do combate destes heróis. Segundo depoimento de Mark Waid, escritor de quadrinho da DC Comics, no documentário: *Secret Origin The Story of DC Comics* (2010) afirma que:

Dá para contar nos dedos de uma mão os personagens de gibis que foram criados por pessoas bem-sucedidas. Os personagens de longevidade sempre surgem da opressão. Sempre vem de alguém que quer sair do mundo onde está. Todos nós éramos garotos do Bronx. (*Secret Origin The Story of DC Comics*, 2010. 15:39,828 –15:58,349)

Irwin Hasen, artista da DC Comics, no mesmo documentário supracitado, ratifica dizendo que:

Todos nós éramos um bando de tolos, um bando de tolos judeus. Éramos inocentes, talentosos e tolos. Nós nunca desenhávamos a nós mesmos. Por quê? Por que desenharíamos pobres? O que nos inspiraria a desenhar pobres? A indústria de gibis é feita de pessoas que não são aceitas e que querem muito ser aceitas. Eles queriam muito virar tendência nos EUA. Por isso Batman é um milionário e Super Homem é um fazendeiro. Queriam ser tendência real mesmo, dos EUA reais. Então, eles viram marcas em imagens heróicas que personificam tudo o que eles queriam ser. Ricos, bonitos, musculosos capazes de lidar com qualquer situação e desembaraçados. (*Secret Origin The Story of DC Comics*, 2010. 00:15:58,646 – 00:17:02,446)

Nos trechos supracitados, podemos notar uma clara relação entre o criador, a obra e quem compra a mesma. Para ambos os entrevistados acima, como para Viana (2005), o comum não é tão vendável quanto o incomum. Se pararmos para pensar que os Heróis dos Quadrinhos são criados por pobres em um contexto de extrema miséria nos Estados Unidos da América; fica evidente que roteiros sobre pessoas ou Heróis de mesma origem não trariam algo de novo para o mercado, por isso, vê-se a necessidade de utilizar-se do artifício do sonho concretizado em uma obra artística. Aquilo que Eco reconhece como uma forma de auto-afirmação, na qual o criador se projeta em sua criação. Isto nos permite dizer que os Heróis da DC Comics, que surgiram na década de 1920 até a década de 1940, caracterizam-se por homens bem sucedidos financeiramente, mas que mesmo assim, tem poderes sobrenaturais que permitem a eles ajudar ao próximo.

Uma informação importante a qual Hadju (2008) comenta, é que os Quadrinho, no período em que os Heróis foram criados era o meio de diversão visual mais barato existente. Considerado por ele uma das maiores invenções do Século XX. As HQ's custavam em torno de dez centavos de Dollar, um valor baixo para o período, fato que ajudou, e muito a popularizar uma forma de entretenimento como esta. Os *Comics Books*, como são chamados os quadrinhos na língua inglesa, alcançaram vendas de tiragens realmente altas para os padrões aos quais estavam acostumados. Afinal eram feitos

justamente para os maiores consumidores dos EUA no período, os trabalhadores alfabetizados. Sobre isso, René Jarcem (2007) auxilia na compreensão deste contexto de surgimento desses Heróis.

O Batman, o Homem-Morcego, e a Mulher Maravilha foram criados logo em seguida ao final do primeiro ciclo, o chamado de a *Era de Ouro* dos quadrinhos. Batman foi o primeiro Herói a não ter poderes, porém suas características pessoas – não possui medo, é sagaz e muito inteligente – e destreza com relação as artes marciais e apoio da tecnologia de seus equipamentos o tornou um dos personagens preferidos dos consumidores.

Durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente após o ataque a Perl Harbor, esses Heróis tiveram a responsabilidade de apoiar a participação dos EUA na guerra. A imagem do patriotismo e do espírito de colaboração no momento de guerra foi algo que predominou nos quadrinhos neste período. Um Herói em específico é relevante de ser analisado neste contexto: a Mulher Maravilha. Ela vai representar no momento de guerra a autonomia e a força que a mulher deve ter principalmente no momento em que estas estão assumindo postos no mercado de trabalho, substituindo os homens que agora estão em guerra (JARCEM, 2007). Com o final da guerra, o Macartismo³ começa a vigorar dentro dos EUA. Dentro dessa concepção política que predominou no país durante o final da

3 Ver: (HAJDU, 2008). Excelente livro que trata muito bem a questão da imposição do Marcatismo perante a sua visão antagônica frente aos quadrinhos.

década de 1940 até início da década de 1950, liderados pelo senador Joseph McCarthy. Esse período se caracterizou por uma perseguição total a tudo aquilo que fosse considerado subversivo, e principalmente, de caráter comunista.

Nos Estados Unidos do pós-guerra, muitos poderiam afirmar que não precisavam mais dos heróis. Externamente, imaginaria-se que a vida dos estadunidenses estaria confortável. Passava-se a ideia de liberdade, democracia e criticava-se a URSS pelo seu possível aparato repressor. Todavia, Hadju (2008, p. 12) afirma que o cenário interno dos EUA no Pós-Guerra era completamente diferente. Nesse período o xenofobismo, o racismo, desrespeito aos direitos civis, censura à liberdade de expressão, sexism e perseguições políticas inconstitucionais estavam presentes no dia-a-dia dos EUA. Com tudo isso, ainda assim a existência das armas nucleares, fato que tornava o dia-a-dia da população conturbado. Os quadrinhos, nesse contexto, são considerados subversivos, principalmente os produzidos pela Detective Comics (HAJDU, 2008). Heróis como Batman e Robin são acusados de apologia a homossexualidade, a Mulher Maravilha é colocada como um personagem que deturpa a imagem da mulher. Porém, Jarcem (2007) apresenta uma ideia que pode ser aproveitada para entendermos essa caça aos quadrinhos: ele diz que:

Por causa da irmã de **Friedrich Nietzsche**, os nazistas haviam se apropriado indevidamente de vários

conceitos filosóficos deste autor alemão, inclusive o do *übermensch* que traduzido acaba, de certa maneira sendo similar ao título de *Superman*, sendo assim, preciso o fim do conflito mundial para que se denunciasse a deturpação do pensamento *Nietzchiano* e se desfizesse o equívoco que pairava sobre o filósofo alemão. Quando *Superman* surgiu em cena foi logo colhido pela confusão vigente. As pessoas de esquerda no mundo inteiro, desde o princípio, acusaram-no de ser símbolo do imperialismo norte-americano e, de quebra, da arrogância fascista. Já os políticos linha dura do Partido Republicano viram nele a personificação do tal *Superman* nazista. Nas palavras dos assessores de Hitler, o *Superman* não passava de um judeu. (Grifo do autor) (JARCEM, 2007, p: 3-4)

É no contexto de perseguições aos Heróis dos quadrinhos que a tríade mais famosa da DC Comics, (Batman, Super-Homem e Mulher Maravilha) passam a representar cidadãos comuns, ou seja, em alguns casos até perdem seus super-poderes, em outros se limitam a apenas discutir questões familiares, sem nenhum combate a grande vilões, como nos áureos tempos. Se restringem a discutir relacionamentos, a educarem crianças, fazerem tarefas domésticas e ignoram o lado heróico desses personagem (HADJU,2008). Somente com o fim do Marcartismo, em meados da década de 1950, pressionado por uma forte movimentação do meio artístico e jornalístico, surge a necessidade de uma renovação nesses quadrinhos. Com isso, é em 1960 que irá surgir a origem do nosso objeto de estudo: a Liga da Justiça. Reformulando seus heróis, construindo novos e relançando no mercado um novo enredo que

foi muito bem aceito pelo público, dando início a chamada *Era de Prata*⁴ dos quadrinhos.

Neste período, Pós-Segunda e início da Guerra Fria, é que os primeiros desenhos animados começam a circular pela televisão aberta estadunidense. Porém, com essa repressão aos heróis⁵ dos quadrinhos, estes encontraram dificuldades para se inserir nessa mídia. Mesmo existido alguns poucos episódios durante este período, somente em 1973 surgia a saga *Super Amigos*, produzidos pela parceria Hanna-Barbera; e que durou até 1986⁶.

Anteriormente a isso ocorreram algumas séries do tipo *Live Action* sobre o tema, porém carregadas de muito humor e retirando muito a responsabilidade social que os Heróis anteriormente desempenhavam. Este excesso de humor e supressão das críticas sociais acabou com a descaracterização da formulação da ideia de Herói estabelecido com os quadrinhos. Somente em 2001, ocorreu o lançamento dos heróis da DC Comics em desenho animado de larga escala para divulgação em redes televisivas. Anterior a isso, inúmeros filmes e curtas-metragens foram produzidos. Porém, nenhum estabeleceu e recriou os laços tão fortes com os quadrinhos como essa versão. Algumas escolhas e inserções de personagens

⁴Sobre isso é interessante analisar uma excelente análise que este disponível em: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2012/sagasDC.cfm> Acesso em: 23/04/2012

⁵ Ver o filme: Liga da Justiça: A Nova Fronteira. Escrito e desenhado por Darwyn Cooke (2008).

⁶ Sobre isso ver: ALZER & CLAUDINO, 2006.

acobaram por dar uma contemporaneidade a uma obra do passado⁷. Restabeleceram o diálogo com uma nova geração, mas que continua precisando de Heróis: seja ele o Hulk, Super-Homen, Ben 10 e muitos outros.

Sobre o Ensino de História

Esta proposta e atividade metodológica de inserção de Desenhos Animados de Super-Herois no Ensino de História, como já foi dito, foi realizado junto ao PIBID. Tendo em vista que nosso objetivo era que os alunos através da observação, análise e pesquisa, conseguissem ver com novos olhos, um olhar mais crítico, a sociedade ao qual estão inseridos e os Desenhos Animados, que fazem parte da vida de muitos alunos, mas que muitas vezes tentam, e na maioria conseguem, passar uma mensagem carregada de ideologias. Paulo Freire ratifica isso dizendo: Nossa objetivo é mostrar que o aluno é: “um ser condicionado, mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento.” (FREIRE, 1996, p. 129).

Ao trabalhar com essas temáticas, inúmeras dificuldades são encontradas pelo professor, desde problemas como se adaptar ao uso de novas tecnologias seja pela falta de conhecimento, ou até

⁷ Sobre isso indicamos esta reportagem do site *Cosmic Teams* formado por críticos e fãs de Quadrinhos e Desenhos Animados que fazem uma excelente análise da *Liga da Justiça* desde as HQ's até a animação. Disponível em: <http://www.cosmictteams.com/jla/_docs/artcl-jla-prss-rlse.html> Acesso em: 11/02/2012.

por não saber lidar com novas formas de aprendizagem, muitas vezes, gerando receios de não saber por onde começar quando se quer utilizar essas ferramentas, como constata Belloni (2001). Porém, inúmeros autores, como: Napolitano (2010), Belloni (2001), Castro (2010) e Hagemeyer (2012), os quais fundamentaram esta proposta, defendem a ideia de que o mundo em que vivemos pode ser considerado um mundo visual, no qual a imagem é utilizada para uma *Representação* mais precisa de tudo o que estamos vivenciando em termos de significação, informação e aprendizagem. Responder a algumas questões que nos permitem interpretar e indagar as fontes, são essenciais. Para qual público-alvo este desenho foi feito? Por quem e quando foi feito? Qual a intencionalidade desta animação? Essas perguntas, por mais lógicas que possam parecer, são fundamentais para que se possa analisar a fonte de uma maneira segura e extrair dela informações essenciais para fazermos um estudo completo sobre o tema proposto. (NAPOLITANO, 2010)

Evidente que ao trabalhar com essas temáticas em sala de aula inúmeras dificuldades são encontradas, principalmente pela formação que nós alunos e futuros professores estamos tendo nas universidades. Essas mídias, durante o período universitário, são tratadas com estranheza, ou quando são abordadas é de maneira muito superficial, fator que dificulta muito a aplicação e utilização destas em sala de aula (BELLONI, 2001). Este choque foi o

primeiro passo que tentamos romper ao realizarmos esta atividade no PIBID, buscamos estabelecer uma relação maior entre essas mídias e o nossa rotina de bolsista, utilizando mídias como o projetor, computador, internet e celular em nossas aulas, buscando auxiliar as nossas leituras junto a nossa prática.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), por exemplo, discutem a importância da inserção de tecnologias contemporâneas de comunicação e informação na escola. Os PCN's apontam que as novas tecnologias sejam desmistificadas e inseridas no contexto escolar, aproximando o professor do aluno e o aluno da escola. Segundo esses Parâmetros, as novas mídias, no caso os desenhos animados, possibilitam ao aluno um desenvolvimento da capacidade não só de analisar, mas também de criticar e interpretar fontes documentais de diversas naturezas, “reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção” (BRASIL, 1998, 74.)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID – Humanidades – UFPel / CAPES) atua em dois ambientes diferentes, o primeiro é de maneira interdisciplinar, onde bolsistas de várias áreas atuam dentro de uma escola pública propondo intervenções na mesma a fim de melhor a criticidade e o rendimento escolar dos alunos. E o segundo ambiente é ainda dentro da escola, porém são atividades que só dizem respeito a

nossa área de conhecimento, no caso a disciplina de História. Um dos objetivos e metas estabelecidas em edital pelo PIBID - História da UFPel era o Cine Clube da História. Esse Cine Clube se caracteriza por realizar uma discussão e uma análise crítica sobre o filme proposto por nós, bolsistas, ou pelo professor titular da turma; na qual levamos inúmeros elementos, não só do contexto histórico onde foi criado, mas também informações que permitam uma maior compreensão do mesmo, por exemplo, se filme era baseado em um livro mostramos a sinopse deste e etc.

A escola a qual realizamos as atividades foi o Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, uma das maiores escolas da região sul do Rio Grande do Sul. Em meados de 2011, mais especificamente no mês de Agosto, o professor nos solicitou que fizemos uma Oficina de História Contemporânea em turno inverso. Esse pedido ocorreu, pois o professor achava que desta maneira os alunos conseguiriam assimilar melhor o conteúdo tendo em vista que os terceiros anos do Ensino Médio na escola possuíam apenas um período de aula por semana. Quando nos deparamos com esta proposta, tínhamos que pensar em uma metodologia que fosse atrativa ao ponto de conseguirmos trazê-los para o turno inverso, pois eles não poderiam perder aula regular na escola. Neste contexto surgiu a ideia de utilizarmos Desenhos Animados como um recurso capaz de exercer essa função que desejávamos.

Todavia, embora o recurso tivesse escolhido, tínhamos um caminho longo para percorrer que era o estabelecimento de uma metodologia. O primeiro momento foi quando nos debruçamos sobre bibliografias que pudessem nos ajudar a pensar uma metodologia que fosse condizente com a realidade que tínhamos em mãos. Essa revisão teórico-bibliográfica ocorreu a autores e conceitos já abordados neste texto. Todavia, utilizamos estes autores como forma de suscitar uma discussão que nos permitisse trabalhar com Desenhos Animados em uma aula de História. Após esse período de leituras, podemos constatar que esse recurso é muito didático, pois sua linguagem caracteriza-se por ser algo mais suave e que trabalha diretamente com o imaginário das pessoas, por isso, foi/é tão utilizado como difusor de ideologias. Carregado de ideologias dissolvidas através de uma linguagem simples, sutil e temperado com humor, o desenho animado mexe com as fantasias das pessoas produzindo uma realidade idealizada, porém não muito distante (FERNANDES, 2003). Outro aprendizado importante sobre imagens em movimento e História foi descobrir que trabalhar com o contexto em que o desenho foi produzido não é apenas preciso, é essencial. A análise do contexto nos permite ver que intencionalidade o autor, roteirista, produtor, animador tem ao realizar sua obra (FERRO, 2010).

Por isso, quando escolhemos a *Liga da Justiça* (2001), como a animação que iríamos trabalhar na Oficina de História

Contemporânea (OHC), pensamos que isso facilitaria pelo fato desse desenho ainda estar em circulação na rede aberta da televisão brasileira e ter sido criado num momento que redefiniu a sociedade, tornando ela da maneira como está nos dias atuais: a transição da Guerra Fria para a Guerra ao Terror (HOBSBAWM, 2011). Procuramos trabalhar com eles elementos que surgiram a partir da visualização de alguns episódios⁸. Temas como a questão de gênero, como a participação da mulher, sexualidade, o negro dentro das animações foram levantadas eram nosso principal foco para discutir dentro da História Contemporânea.

A metodologia se desenvolvia em três momentos. O primeiro consistia em discutirmos através de uma exposição de imagens o período histórico ao qual deveríamos trabalhar dentro da OHC. Esse momento caracterizava-se por tentar aguçar a memória dos alunos acerca do que havia sido trabalhado pelo professor anteriormente e relacionando os temas discutidos com o dia-a-dia. O segundo momento era o mais simples. Pois consistia na exibição da animação. Essa parte era mais curta normalmente, pois as animações utilizadas não ultrapassavam 30 minutos de duração. Após os alunos terem assistido a animação, começávamos a parte mais divertida deste momento que era a dinâmica do círculo. Em

⁸ Episódios: Na Noite Mais Escura Parte 1; Na Noite Mais Escura Parte 2, Injustiça para Todos Parte 1, Dama de Honra Parte 1, Sociedade Secreta Parte 1, No Além Parte 1 e Cartas Parte 1

um circulo, começava-se a debater questões a respeito da animação, que tinha sido assistida, do conteúdo em questão e do cotidiano que pudessem ser levantadas como problemáticas que seriam pesquisadas em casa ou na escola por eles.

Foi solicitado a cada um que pesquisasse sobre o desenho assistido, quem era seu criador, sua produtora, a sua relação (ou não) com os quadrinhos; bem como elementos que foram levantados por eles durante o momento do circulo: questões sobre o motivo do ódio do totalitarismo em alguns episódios da *Liga da Justiça*, curiosidades sobre a pouca expressão e aparição no Desenho da personagem Mulher-Maravilha e outras questões sobre intolerância e questões étnico-raciais que foram levantadas e todas as 5 turmas em que as oficinas foram realizadas. Bem como a mais debatida questão que é o mito e a simbologia do Herói, abordando as ideologias presentes na construção deste personagem tão enigmático e ao mesmo tempo apaixonante. A nossa intenção era incentivar a pesquisa em todos os meios possíveis, desde internet, até os Quadrinhos ou qualquer outro meio, porém, cada aluno tinha como meta pesquisar em no mínimo dois suportes diferentes, tentando fazer com que eles saíssem do comodismo da internet.

O receio que tínhamos era de que poucos alunos iriam pesquisar e trazer as informações solicitadas; porém o resultado obtido foi surpreendente. Muitos alunos trouxeram revistas em Quadrinhos que tinha ligação com o assunto, sinopse de outros

episódios que utilizavam a mesma linguagem entre outras informações das quais nós não esperávamos que fosse acontecer. Então, o ultimo momento desta oficina se caracterizava por mostrar para a turma o que cada um tinha conseguido pesquisar sobre o tema, e depois fazíamos uma discussão sobre o tema. No final pedíamos que cada um fizesse um texto, uma redação, que explicitasse qual a relação da animação vista e o conteúdo estudado. Também pedíamos para que levassem em conta se aquilo transmitido por esta mídia tratava-se de uma verdade ou não. Essa redação servia como forma, não só, de concretizar o conhecimento, mas também de avaliação da nossa prática de ensino.

Após a atividade encerrada, repassávamos ao professor as redações discutíamos e corrigíamos juntos e entregávamos para os alunos, para que estes pudessem ter um registro desta atividade. O resultado obtido nestas redações foi surpreendente. Muitos relataram que após a Oficina passaram a ver os desenhos animados com outros olhos. Assim, conseguimos estabelecer uma relação mais divertida e dinâmica, para nós, bolsistas-professores, e para os alunos. Com os Heróis conseguimos arrecadar dos alunos informações das quais já traziam consigo. Este conhecimento empírico é uma contribuição muito importante para o Ensino de História e foi através dele que problematizamos a imagem dos Heróis, mostrando a eles as mais variadas versões sobre o tema. Mostrando que, embora seja difícil, é possível realizar atividades

mais lúdicas e que dialoguem com a realidade dos nossos alunos, alertando-os a ver a sociedade com um olhar crítico, tendo consciência de seu lugar dentro dela, tornando-se um agente atuante da História e não um mero observador, além é claro de aprender o conteúdo.

Referências

Sites:

Disponível em:

<http://www.fanboy.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=861> Acesso em: 23/04/2012

Disponível em:

<http://www.universohq.com/quadrinhos/2012/sagasDC.cfm> Acesso em: 23/04/2012

Livros:

ALZER, Luiz André; CLAUDINO Mariana. **Almanaque Anos 80.** São Paulo: Ediouro, 2006.

BACZKO, Bronislaw A imaginação social. In: **Enciclopedia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. Pág.. 283-347.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação.** São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 1998.

- CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura no Tempo.** São Paulo: Autêntica, 2010.
- ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FERRO, Marc. **Cinema e História.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.). **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. Pág. 199-215
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FUSARI, Maria Felisminda de Resende e. **O Educador e o desenho animado que a criança vê na televisão.** São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. **História & Audiovisual.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HAJDU, David. **The Ten-Cent Plague:** The Great Comic-Book Scare and How It Changed America. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.
- VIANA, Nildo. **Herois e Super-Herois No Mundo Dos Quadrinhos.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

Documentários e Filmes:

Liga da Justiça: A Nova Fronteira. Produção e Direção: Darwyn Cooke. New York, DC Comics, 2008. 1 DVD / NTSC, 74 min. Color.

Secret Origin The Story of DC Comics. Produção e Direção: Mac Carter. New York, DC Comics, 2010, 1 DVD / NTSC. 90 min. Color.

Artigos, Teses e Dissertações:

BARROS, José D'assunção. BLOG ESCRITA DA HISTÓRIA.

Fonte Histórica: O que é? Disponível em:

<http://escritasdahistoria.blogspot.com/2011/01/fonte-historica->

CASTRO, Nilo André Piana de. Leitura Midiática na Sala de Aula e nos Cursos de Extensão: interpretando e construindo o conhecimento através das imagens em movimento. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. |et all| (Org.). **Ensino de História: Desafio Contemporâneos.** Porto Alegre: EST, 2010.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. **As mediações na produção de sentido das crianças sobre os desenhos animados.** Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Educação, 2003.

JARCEM, René Gomes Rodrigues. História das Histórias em Quadrinhos in: *História, imagem e narrativas.* n.5, Ano 3,

Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 3, 2012

setembro/2007 Diponivel em: <http://www.historiaimagem.com.br>

Acesso em: 12/03/2012.

A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383)

Leonardo Girardi¹

RESUMO: Inserido no conjunto maior constituído pela Guerra dos Cem Anos, o Cisma do Ocidente (1378-1417) se caracterizará sobretudo pelo rompimento do ideal unitário representado pela Cristandade Latina – através da criação de duas Sés Pontifícias – e pelo acirramento da guerra. Assim, veremos seus efeitos por todos os reinos cristão latinos, inclusive Portugal, que no momento era governado por D. Fernando I (1367-1383). Este irá desenvolver uma política denominada pela historiografia como “pendular”, por conta de suas idas e vindas entre um e outro partido originado com a guerra e o Cisma – tendo em vista a série de eventos que ocorriam na Península Ibérica, sobretudo baseados em Castela, e nos interesses internos do reino. Sendo assim, intentamos analisar detidamente como se dá esta política, de que forma se relaciona com o Cisma do Ocidente, seus desdobramentos e consequências, tanto no âmbito externo quanto interno português ao longo do reinado fernandino.

Palavras-chave: Século XIV; Guerra dos Cem Anos; Cisma do Ocidente; Portugal; D. Fernando I; política pendular.

¹ Aluno de graduação do curso História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de Iniciação Científica do programa PIBIC/CNPq.

Quando tratamos da Baixa Idade Média, e mais especificamente, do século XIV, é comum nos depararmos com a clássica visão exposta de maneira geral pela historiografia como sendo este século caracterizado pela *crise*, motivada por conta da série de eventos de grandes proporções que infligiram a Cristandade latina severos golpes que abalariam suas estruturas. Dentro desta conjectura, podemos aqui assinalar os longos períodos de fome, a Peste Negra, e principalmente, a Guerra dos Cem Anos (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000). Este último evento, que irá se desenrolar de maneira intermitente ao longo do século XIV até alcançar seu término já em meados do seguinte – tendo como data canônica o ano de 1453 – será responsável por mudanças em todas as esferas da sociedade europeia medieval, desde a política até a cultura, fundando e dando base para os pilares que sustentarão a Era Moderna.

Inserido no plano maior deste evento, representado pela guerra, irá se desenvolver outro evento de igual magnitude ou tão grande quanto, conhecido como o *Grande Cisma do Ocidente* (1378-1417), responsável pelo rompimento do ideal unitário constituído pela ideia de Cristandade, bem como pelo acirramento dos conflitos em que estarão mergulhados os diversos reinos cristãos (FERNANDES, 2007). Ao seu término, notadamente consequências profundas irão se refletir na constituição geral da Igreja, tanto em sua organização interna e externa (neste sentido, no

que tange à sua influência sobre o domínio do poder espiritual), como na própria forma como a sociedade encarárá a espiritualidade, abalada com os desenlaces do Cisma. Para tanto, faz-se necessário que tratemos um pouco mais deste momento.

O regresso à Roma do Papa Gregório XI no ano de 1377 é tido como uma iniciativa corajosa da parte do Pontífice, principalmente por dar fim ao período compreendido como o “Exílio de Avinhão”², além de possibilitar ao Papado o resgate de parte da autonomia que gozava antes dos reveses causados após a morte do Papa Bonifácio VIII. Entretanto, um ano transcorrido após sua chegada Gregório XI vem a falecer, levando os cardeais a uma eleição rápida e conturbada que colocará no Trono de São Pedro o arcebispo de Bari, Bartolomeo Prigano, sob o nome de Urbano VI. Quatro meses depois da escolha de Urbano VI, nova eleição é realizada por um grupo de cardeais dissidentes (em Agnani, Itália) que por maioria de votos, declara como sendo nula sua posse. No seguimento, a 20 de setembro de 1378, desta vez na cidade de Fondi, o cardeal de Genebra, Roberto, é eleito Papa sob o nome de

² O Exílio de Avinhão compreende o período de cerca de setenta anos (1309-1378) em que a Cúria Pontifícia esteve ausente da Cidade Eterna, causada por sua transferência para a cidade francesa de Avinhão, fazendo com que dessa forma o Papado se mantivesse sob a tutela dos soberanos franceses, além de dar fim às suas pretensões de concretizar a Teocracia Pontifícia. Por outro lado, Avinhão tornou-se um importante centro cultural, tornando-se ponto de parada nas rotas que perpassavam a Cristandade latina; por consequência, desenvolveu-se ali uma grande e opulenta corte, com um aparato administrativo/burocrático tão desenvolvido quanto aquele outrora encontrado em Roma (KNOWLES & OBOLENKSI, 1983).

Clemente VII³. Como primeira iniciativa, este, muda a Cúria Pontifícia para Avinhão, dado que sua eleição acaba sendo invalidada em Roma por Urbano VI que ao mesmo tempo recusa-se a abandonar seu cargo. Instala-se assim o Cisma do Ocidente, evento que até o Concílio de Constança, convocado pelo então Imperador Sigismundo e finalmente encerrado em 1417, irá deixar a Cristandade dividida entre duas Sés Pontifícias, uma localizada em Avinhão e a outra, em Roma, vindo a agravar-se mais com a eleição de um terceiro Papa por ocasião do Concílio de Pisa, em 1409 (KNOWLES & OBOLENSKI, 1983).

A importância do Cisma do Ocidente na Guerra dos Cem Anos se dá pela divisão da Cristandade latina em dois eixos, cada qual liderado por uma das duas grandes “potências” belicosas da época: Inglaterra e França. A rivalidade anglo-francesa refletir-se-á na escolha em que cada um desses eixos constituídos terá com relação a uma Sé Pontifícia – Inglaterra virá a se posicionar a favor de Roma e do Papa Urbano VI, em contrapartida ao reino de

³ Há controvérsias acerca das motivações que levaram à anulação da eleição de 1378. Urbano VI foi eleito e reconhecido da maneira tradicional e legítima pelos cardeais. Porém, diz-se que estes sofreram a pressão do povo de Roma (em especial das grandes famílias da cidade) que exigia um Papa romano (ou que ao menos fosse italiano), além da fixação definitiva da Cúria novamente na Cidade Eterna. Em sua obra, Fortunato de Almeida, (ALMEIDA, 1967: 375) levanta duas justificativas que culminaram na decisão: a exposta por D. Rodrigo da Cunha, que remete-se ao mau comportamento do Papa, e a de Fr. Manuel dos Santos, que coloca Urbano VI como um homem digno e íntegro mas, apresenta como problema os cardeais, novos e acostumados com as “regalias” de Avinhão e não com um Papa rígido tal como Urbano VI.

França, que permanecerá fiel à causa de Avinhão e de Clemente VII. Como o conflito tomará maiores proporções, aderirão a cada um dos blocos outros reinos cristãos, tendo intrínseco a essas opções seus interesses próprios, aprofundando mais as querelas movidas pela Guerra dos Cem Anos. Assim contextualizada a Europa em sua dimensão macro durante a segunda metade do século XIV, voltamos o foco de nossa discussão para a Península Ibérica, mais propriamente para o reino de Portugal, que terá uma atuação política singular frente a essa série de eventos.

A época do início do Cisma, cingia a coroa de Portugal D. Fernando I. Nascido a 31 de outubro de 1345 em Coimbra, aos vinte e um anos ascendeu ao trono, herdando um reino com os cofres cheios e em estado de relativa paz. Embora o fenômeno de crises econômicas e sociais comum a todos os reinos latinos também tivesse seus reflexos na Península Ibérica, “[...] Portugal iria ter um bom reinado: rei dado ao trato com a nobreza, augúrio de paz interna, e neutral nos negócios de Castela, promessa de paz com os vizinhos” (SOUZA, 1993: 490). Entretanto, dois problemas reverteram às premissas deste quadro: o assassinato de Pedro I, o Cruel, rei de Castela em 1369 por Henrique Trastâmara e, o fato de o próprio soberano ser solteiro ao momento em que assumiu o trono, vindo a contrair matrimônio em segredo no ano de 1371 com Leonor Teles e o tornando público em 1372, motivo que levou seus súditos ao descontentamento e trouxe julgamentos como sendo

temerário, imprudente e mesmo egoísta – numa época em que os casamentos arranjados eram importantes instrumentos políticos, afetando diretamente a vida de um reino.

A sucessão da coroa castelhana foi o evento que mais teve repercussão e influência sobre Portugal. Com a ascensão ao trono do regicida Trastâmara, aclamado como Henrique II Trastâmara elaboraram-se três guerras entre Castela e Portugal – o conjunto que formará as *guerras fernandinas* – estas respectivamente em 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382. Iniciarão os conflitos quando da intervenção portuguesa, sobre a alegação de parentesco entre Pedro I, o Cruel e D. Fernando, bisneto legítimo de Sancho IV e por conta disso, tendo por direito o trono castelhano, ao contrário de um usurpador e bastardo. Além destes motivos, o soberano português foi impelido a desembainhar sua espada pela pressão das cidades, vilas, fidalgos e prelados, culminando numa vitória portuguesa no campo de batalha (Castela estava cercada por inúmeras frentes de conflito) mas, num tratado de paz⁴, provavelmente influenciado pela decisão de conselhos políticos, cientes dos movimentos ocasionados pela Guerra dos Cem Anos; nesse sentido, temos a vitória do bloco franco-castelhano, cujas negociações de paz foram conduzidas pelo reino de França e pelo Papa.

⁴ A *Paz de Alcoutim*, selada em março de 1371.

Realizado enlace matrimonial entre D. Fernando e Leonor Teles, o tratado de paz anteriormente estabelecido é rompido, bem como o Acordo de Tui (1372), que definia a ampliação das fronteiras do reino a norte e leste como resultado da guerra. Em julho de 1372, é estabelecido o Tratado de Tagilde, através do qual D. Fernando irá tomar o partido do reino de Inglaterra contra Henrique II e seus aliados franceses. Muito embora este tratado só tenha sido ratificado com Eduardo III em 1373, o mesmo foi visto pelos castelhanos como um claro alinhamento português ao lado de seu inimigo. Face às ações que denotavam tal prerrogativa, Henrique II decide invadir Portugal em dezembro de 1372, marchando para Lisboa, conquistando o que quis e não encontrando oposição alguma de D. Fernando, cujo exército havia debandado. Em fevereiro do ano seguinte, Lisboa era em sua maior parte ocupada e o restante, cercada. D. Fernando, vencido e humilhado, apressou-se a firmar um acordo de paz, assinado logo em 24 de março, em Santarém. Entre várias medidas impostas ao derrotado, Portugal ficava obrigado a cortar aliança com os ingleses e unir-se à França e Castela novamente. O que sucede estes eventos é um período de Tesouro exaurido, moeda desvalorizada, elevação de preços e de sofrimento para a população; “[...] o povo revoltava-se contra o rei e contra os tempos [...]”, (SOUZA, 1993: 492). Nesse sentido, o soberano embainha a espada inglória e se apega à pena administrativa, no intento de se socorrer; é por este meio que virão

seus feitos governativos memoráveis, tais quais o amuralhamento de cidades e vilas, como Lisboa, Porto, Santarém, Braga (1373-1375); a Lei das Sesmarias, leis protetoras dos mercados nacionais e leis reguladoras dos privilégios jurisdicionais da nobreza (1375) ou, a fundação da Companhia das Naus, em 1380 (SOUZA, 1993).

O recorte cronológico realizado para o presente trabalho inicia-se propriamente em 1378. O desenrolar do mencionado conflito religioso age diretamente na política exterior do reinado de D. Fernando, sobretudo na forma de instrumento de legitimação para ocasionais partidarismos realizados ao longo da Guerra dos Cem Anos. Nesse sentido, é interessante mencionar a colocação de Souza sobre a questão do Cisma, que se irá refletir sobre Portugal:

[...] Um escândalo religioso inominável, por um lado. Por outro lado, porém, um abrir de opções e hipóteses políticas aos condutores dos reinos e nações. Tornara-se possível cristãos combater cristãos, aboletando-se todos no argumento da guerra justa, da guerra religiosa, de ortodoxos contra cismáticos. [...] Útil, excessivamente útil aos príncipes o Grande Cisma do Ocidente. Mudarão de obediência pontifícia ao sabor das oportunidades diplomáticas e políticas. [...] (SOUZA, 1993: 493)

Ao longo dos dezesseis anos em que reinou, D. Fernando praticou uma política que foi denominada pela historiografia como “pendular”, por seu trânsito entre um e outro bloco. Entretanto, o que caracteriza de maior forma suas atitudes é o fato de em momento algum optar por um partidarismo definitivo. Podemos observar essa questão, a título de exemplo, nos momentos em que D. Fernando declara como legítimo o Papa Clemente VII, apenas por lhe ser conveniente integrar o eixo franco-castelhano ou, ao defender a eleição de Urbano VI quando de sua ambição por forjar uma aliança com a Inglaterra ao prenúncio da terceira guerra travada contra Castela, estando o reino vizinho já sob a égide de D. João I, filho e sucessor de Henrique Trastâmara (BAPTISTA, 1956). Da mesma forma, o conflito religioso atua internamente em Portugal dividindo o clero, a nobreza e outras esferas sociais entre aqueles pró-Avinhão e outros pró-Roma, refletindo-se nos diferentes conselhos recebidos pelo soberano ao longo dos últimos anos de sua regência e que similar à primeira guerra, o conduzirão à terceira contra Castela. Tal partidarismo também não deixará, é claro, de prover benefícios aos defensores da causa, como atestado pelas benesses concedidas a membros da nobreza e do clero (ALMEIDA, 1967).

No âmbito da política exterior, podemos recorrer à Júlio César Baptista, autor que após hercúleo trabalho – principalmente nos arquivos da Cidade do Vaticano – contribuiu ricamente para o

desenvolvimento das pesquisas acerca de Portugal e o Cisma do Ocidente⁵. Seu escrito foca principalmente as mudanças de posição portuguesa ao longo do desenrolar do Cisma, assinalando a posição inicial de neutralidade do Reino de acordo com uma tendência semelhante dos demais reinos peninsulares (BAPTISTA, 1956). O significado desta neutralidade religiosa é a solidariedade política, que mostrava-se demasiado conveniente para o reino que liderava a política externa da Península Ibérica: Castela. Henrique Trastâmara, ainda inseguro no trono, ansiava pela paz com seus vizinhos no intento de evitar confrontos externos, dado o fato que internamente, Castela já sofria devido à disputa pela sucessão. Ademais, a própria neutralidade portuguesa seria também com relação à Inglaterra, de modo que acordos haviam se realizado juntamente com os Valois de França por intermédio da Casa de Anjou.

Baptista aponta muito habilmente as idas e vindas de D. Fernando; rompida a neutralidade do Reino em 1381, o soberano português reconhece como legítimo o Papa avinhonês Clemente VII, ambicionando com isso a obtenção de privilégios de interesse geral e benefícios em favor de particulares – em suas palavras, “uns a pedido do rei e outros por nobres e bispos” (BAPTISTA, 1956: 103) – todos concedidos pelo papa. Além deste objetivo, o

⁵ Existem muitas lacunas na historiografia com relação a este assunto; observamos, por exemplo, o destaque recebido por D. Pedro I ou D. João I, acabando por eclipsar o período de reinado de D. Fernando.

soberano português procurava tirar vantagem de sua aliança com o bloco francês no intento de fortalecer o reino para uma futura guerra contra Castela – tendo, entretanto, suas ambições arruinadas quando as promessas de aliança franco-portuguesa de 1380 acabam ficando nulas. D. Fernando solicita então a João Fernandes Andeiro (o Conde Andeiro) exilado na Inglaterra, para negociar em Londres a renovação da aliança anglo-portuguesa contra o rei de Castela, sendo que tratados nesse sentido já vinham sendo forjados em segredo muito tempo antes. Estes movimentos políticos resultam na modificação da obediência religiosa, possibilitando-nos destacar ao mesmo tempo a existência do que podemos referenciar como uma “via de mão-dupla”: política/religião.

As negociações levadas a cabo pelo Conde Andeiro resultam num acordo anglo-luso selado em Estremoz, em 1380, confirmando, inclusive, o Tratado de Tagilde de 1373. Faz saber-se ao Duque de Lencastre a disposição do soberano português a atacar Castela, agora sob a condução do filho e sucessor de Henrique II, João I; tal momento é conveniente ao reino de Inglaterra por lhe tornar possível concretizar alguns interesses na Península Ibérica: temos a questão dos privilégios marítimos aos ingleses e o próprio Duque, casado com a filha de Pedro I, o Cruel, poderia dessa forma reclamar o trono de Castela. Porém, João I adianta-se e em maio de 1381, tropas castelhanas devastam o Alentejo e Trás-os-Montes –

inicia-se a terceira e última guerra que o rei português travará contra o reino vizinho, durando até o ano seguinte, 1382 (SOUZA, 1993).

No presente momento, D. Fernando vê-se completamente ao lado do eixo inglês, sendo que estes lhe propiciam suporte na própria Península Ibérica na forma de tropas auxiliares, chegadas em julho de 1381 e que ficarão estacionadas em Lisboa, partindo para o campo de batalha apenas em dezembro. Neste caso, ao longo de sua campanha, a força inglesa vai conquistando o ódio do povo português, tanto por sua má desenvoltura na guerra, quanto pela série de estragos feitos ao reino, iguais ou piores do que aos efetuados pelo próprio inimigo. O acontecimento fica ainda mais claro na seguinte passagem do texto de Baptista:

Na verdade, logo que desembarcaram em Lisboa, os ingleses mais pareceram homens chamados a destruir do que amigos que vinham em ajuda do reino. Matavam, roubavam, profanavam tálamos, defloravam donzelas e praticavam outros excessos, como usam fazer os vencedores em terras conquistadas. Eram inúteis as queixas. O comandante das tropas, a quem cumpria manter a disciplina e corrigir os desmandos, não fazia caso das reclamações. As violências chegaram a tal ponto, que os moradores das terras se viram na necessidade de fazer justiça por suas próprias mãos. Nestas circunstâncias, os aliados tornavam-se indesejáveis; e

não admira que o rei procurasse ver-se livre deles.
(BAPTISTA, 1956)

No sentido político do conflito, é interessante apontarmos as influências e ações permitidas por este jogo de alianças, onde marca-se a elevação de Castela e seus aliados (ou, “cismáticos”), a pedido do reino de Inglaterra, a um grau similar ao de infiéis, pois usando de sua influência para com Roma e seu Papa, no momento Urbano VI, obteve-se a convocação de uma *cruzada* contra os apoiadores de Avinhão e colaboradores do Cisma⁶.

Tendo a guerra exigido muito de ambos os lados, secretamente D. Fernando e D. João I Trastâmara estabelecem um acordo de paz⁷ que culmina na retirada dos ingleses, completamente insatisfeitos e frustrados com tal atitude do rei português, além de realizar-se (como obrigação estabelecida pelos contratos de paz) do casamento da infanta portuguesa, D. Beatriz, com o rei de Castela. Este evento denota uma vez mais o entrelaçamento entre as questões políticas e religiosas. Na ocasião, estava em Portugal Pero

⁶ Tal fato exemplifica-se através das bulas e outros documentos expedidos por Urbano VI, dentre as quais a declaração de que Clemente VII, seus cardeais e partidários estavam excomungados e privados de todas as honras e dignidades. O duque de Lencastre era nomeado comandante dos exércitos católicos contra Trastâmara e, para aqueles que lutassesem ao seu lado, seriam concedidas indulgências e privilégios que eram dados geralmente àqueles que lutavam na Terra Santa. Com a bula *Dudum contra iniquitatis*, de 8 de abril, finalmente era proclamada oficialmente a cruzada.

⁷ Realizado em agosto de 1382, na cidade de Elvas.

de Luna, como diplomata do rei de Castela e núncio do Papa de Avinhão; o casamento – realizado em maio de 1383 – seria o caminho mais fácil para estreitar os laços de amizade franco-castelhanas com o reino, afastando assim a influência inglesa na Península e ao mesmo tempo, obtendo a imediata declaração de obediência a Avinhão, este sendo o principal objetivo do cardeal (BAPTISTA, 1956).

Após a consumação do ato, D. Fernando percebe o quanto desvantajosos poderiam ser os frutos desta união, principalmente no tocante à autonomia do Reino de Portugal – se o rei morresse sem deixar filho varão o trono português seria dado para João I por ocasião da união com D. Beatriz, bem como se esta não lhe desse um herdeiro. Caso o primogênito de João I tivesse menos de catorze anos à morte de D. Fernando, D. Leonor Teles ficaria como regente até o neto atingir a maioridade – vindo a acontecer isto mas, tomando a história outros rumos. Com isso em mente, novamente abrem-se os diálogos diplomáticos entre Londres e Lisboa no sentido de conseguir um contraponto à amizade castelhana. Ao mesmo tempo, em Santarém realizava-se um conselho onde Pero de Luna⁸ expunha suas teses aos prelados e letrados do reino, em defesa da legitimidade de Clemente VII⁹. O que se sucede, a

⁸ Que será eleito após a morte de Clemente VII como Bento XIII.

⁹ Existem discussões acerca da data deste conselho. A “Crônica de D. Fernando”, escrita por Fernão Lopes indica o ano de 1381, porém estudos realizados por Baptista, baseando-se no itinerário de D. Fernando e do próprio Pero de Luna,

refutação dos argumentos de Pero de Luna em defesa do papa Urbano VI, uma vez mais mostra o jogo de interesses políticos que perpassa o cisma religioso, sendo oportuno o momento para se atuar pela causa de Roma quando Portugal almeja novamente firmar uma aliança com a Inglaterra. Entretanto, falecendo D. Fernando a 22 de outubro de 1383, inicia-se novo conflito com Castela, desta vez pela disputa sucessória que envolvia o trono português. O resultado disso, em 1385, será a ascensão do meio-irmão do falecido soberano, D. João, Mestre de Avis, que se tornará o primeiro de seu nome ao fundar a Casa de Avis, reinante ao longo da Era Moderna (MARTINS, 1977).

Partindo agora para o âmbito interno do reino, percebemos as reações desencadeadas pelo Cisma, sobretudo na polarização gerada entre os próprios prelados, do qual podemos destacar como de maior relevância o caso ocorrido entre o bispo de Lisboa eleito por Clemente VII, D. Martinho (anteriormente, bispo de Silves) e D. Lourenço, arcebispo de Braga e fiel à causa de Urbano VI.

Por ocasião da vacância do trono do arcebispado de Braga em 1371, D. Martinho seria o escolhido para ocupar seu lugar; entretanto, quem assume a posição de arcebispo é D. Lourenço, eleito ainda pelo papa Gregório XI. Quando tomou posse do

apontam como tendo sido realizado em 1383. Fernandes, em contra partida, insere-se neste debate defende a primeira datação oficial, pautando-se na possibilidade de Pero de Luna ter saído de Medina del Campo e seguido para Santarém ainda em meados de 1381 (BAPTISTA, 1956; FERNANDES, 2007).

Arcebispado, reinava ali completa desordem, partindo tanto dos próprios clérigos quanto da nobreza que, aproveitando-se do status de padroeiros, violentavam e pilhavam a Sé (ALMEIDA, 1967). D. Lourenço, que estudara Direito em Bolonha e lá fora discípulo de Baldo, iniciou uma grande reforma interna que consequentemente, anulou tais festins, despertando assim a ira da nobreza local, que rapidamente foi queixar-se ao próprio D. Fernando. O soberano então fez-se comunicar a questão ao então pontífice Gregório XI, solicitando a exoneração do arcebispo de seu cargo. Com isso, alguns prelados foram nomeados como visitadores do arcebispado e principalmente, da pessoa do arcebispo: D. Pedro Tenório (bispo de Coimbra e eleito de Toledo), Vasco Domingues, chantre¹⁰ de Braga e um terceiro, D. Martinho. Em agosto de 1377, ao entraram os visitadores apostólicos em Braga, logo acabam sendo excomungados por D. Lourenço. Tal medida não surtiu efeito, e este precisou abandonar sua sé em 9 de outubro (1377) além de ter destituídos todos os seus bens e rendimentos.

Em face destes problemas, o ex-arcebispo segue para Roma onde havia sido recém eleito Urbano VI, por ocasião da morte de Gregório XI. É feita a apelação ao novo papa e este absolve D. Lourenço de todas as acusações, o reintegrando ao arcebispado de Braga (1379). Entretanto, por conta da adesão de D.

¹⁰ Título eclesiástico (atualmente extinto) concedido ao mestre do coro ou cantor de Salmos.

Fernando ao eixo franco-castelhano e o reconhecimento da legitimidade de Clemente VII como Papa legítimo, fica o arcebispo impossibilitado de assumir suas funções, situação que se reverte logo no momento em que o soberano português volta a aderir ao eixo inglês. A partir de então, este atua na corte fernandina como defensor da causa de Roma e de Urbano VI, sobretudo no que tange aos aconselhamentos prestados ao rei.

D. Martinho, frustrado em sua ambição de assumir o arcebispado bracarense, realiza inúmeras solicitações no intento de assumir então a posse da diocese de Lisboa, até que finalmente a consegue por meio do partidarismo de D. Fernando pelo bloco francês e pelo reconhecimento da Sé Apostólica de Avinhão, em janeiro de 1380. Para tanto, o novo bispo atua muitas vezes como emissário dos interesses portugueses em Anjou, na corte dos Valois e da mesma forma, como defensor da causa de Clemente VII dentro da corte de D. Fernando, tal qual D. Lourenço. fornecendo conselhos ao soberano. Com o retorno de D. Fernando ao partidarismo inglês e romano, D. Martinho é privado da diocese de Lisboa mas, reaproxima-se novamente de suas antigas funções ao momento em que finaliza-se a terceira guerra luso-castelhana. Sua morte dá-se de forma violenta, sendo jogado do alto da torre da catedral de Lisboa pela população revoltosa de Lisboa em 1383 – que o considerava duplamente traidor, tanto por igualar-se ao lado

castelhano quanto por partidarizar-se ainda com Avinhão, isso simultâneo ao progresso da guerra civil (ALMEIDA, 1967: 380).

Dito isso, é possível perceber o quão intrinsecamente unidos estão o Cisma do Ocidente e a política pendular de D. Fernando, refletindo diretamente na organização e posicionamento religioso interno do reino, levando, a partir disso, as demais sedes episcopais a se posicionarem ou ao lado de D. Lourenço – e a causa de Urbano VI – ou, ao lado de D. Martinho, com o Papa Clemente VII e Avinhão (MARQUES, 1983). Neste sentido, é importante atentarmo-nos a influência do episcopado português (de maneira geral) nas decisões tomadas por D. Fernando; a participação destes nos conselhos reunidos por ele ao longo de seu reinado (e principalmente no período em que se está instalado o Cisma) para se decidir os caminhos e posições a serem tomadas, é muito significativo, sobretudo pelo crédito que D. Fernando dará a suas palavras (não só a deles, mas dos letrados – nesse sentido, ressaltamos o papel de João das Regras, jurista). Podemos destacar a título de exemplo, o próprio e já mencionado Conselho de Santarém. Embora haja o interesse de D. Fernando no direcionamento do resultado deste conselho, a via de mão-dupla que se estabelece entre soberano e clero é perceptível pois ao mesmo tempo que estes dão seu apoio a empresa real, em contrapartida lhes são concedidos favores, convertidos na atribuição de cargos eclesiásticos, benefícios para suas dioceses ou, a si próprios. Não

menor é o apoio dado pelos próprios pontífices a seus correligionários, como o suporte oferecido a D. Lourenço após sua destituição do arcebispado de Braga ou, D. Martinho enquanto agia por Avinhão.

Retornando à perspectiva do macro, é interessante nos atermos ao período para melhor visualizarmos e compreendermos os desenlaces ibéricos e principalmente, portugueses no âmbito das dicotomias. Ambos os eixos – inglês e francês – possuíam interesses diversos na Península Ibérica e para tanto, almejavam forjar alianças com os reinos peninsulares a fim de manterem ali uma posição favorável – a neutralidade religiosa estabelecida por Castela e outros reinos peninsulares, nesse sentido, era prejudicial por então não permitir a realização dos interesses tanto frances quanto ingleses. Quando, logo no início do Cisma percebe-se que a atividade inglesa cada vez maior na região era prejudicial, vê-se o maior emprego de ações por parte do rei de França e do duque de Anjou no intento de tornar Portugal, Aragão e Navarra partidários de Avinhão (Castela não se insere nesta lista por conta de sua tradicional fidelidade ao reino de França). Rompida a neutralidade, Portugal procurou consumar uma aliança favorável de acordo com seus interesses, especialmente no que se refere a suas relações com Castela, muito embora tenha que saber lidar com aqueles alheios. Muito além desses jogos políticos e de poder, vemos a marca de tempo sendo impressa no desenrolar dos eventos. O século XIV,

além das crises, carrega em si o dom das transformações (como referido anteriormente); as muitas guerras que abarcam o cenário europeu tem como principal característica as disputas sucessórias, sendo este o momento em que veremos o declinar de antigas dinastias que reinaram ao longo do medievo e nascimento de outras; como diz Fernandes,

[...] várias são as ocasiões de crises dinásticas nesse período. Em Portugal, marca-se a transição da dinastia de Borgonha à de Avis. Na França, dos últimos Capetos para os Valois. Em Castela, da Casa de Borgonha para os Trastâmara. Na Inglaterra, dos Plantagenetas para os Lancaster. Em Aragão, da dinastia sicilio-aragonesa. Em Navarra, a consolidação da dinastia dos Evreux. Enfim, um momento de transformação das estruturas, que obriga os monarcas a buscarem consenso interno e apoios externos, a fim de consolidar seu poder. (FERNANDES, 2005: 44-45).

O Cisma do Ocidente, nessa conjectura, servirá como bom instrumento no tocante às justificativas para a firmação de determinadas posições ou mesmo, para legitimar ações realizadas pelos soberanos europeus. No caso português, a relativa estabilidade obtida através de todos os anos da Dinastia de Borgonha, sobretudo por D. Afonso IV (1325-1357) e D. Pedro I (1357-1367) foram

severamente abalados, primeiramente pelos tumultos originados em Castela e posteriormente pelas três guerras luso-castelhanas e o Cisma; sendo assim, D. Fernando não vê outra solução a não ser iniciar sua política pendular. Analisar estes fatos auxiliam sobretudo a originar uma forma diferente de ver a imagem do soberano e de seus atos. De uma forma sintética, podemos ver como recorrentemente o rei é visto pela historiografia:

D. Fernando, emotivo e manobrável, amigo de fidalgos e desdenhador do povo, de *Formoso* e *Inconstante*¹¹ cognominado, ocupa no painel dos reis portugueses uma posição mal olhada. Desde sempre. O cronista Fernão Lopes dá dele a imagem de um homem que morre chorando, amaldiçoando-se, farrapo de príncipe. E com efeito: coroa dilapidada, trono sem herdeiro, espada vencida, rainha adúltera e nação em perigo” (SOUZA, 1993: 491)

A política de ocasião que reflete-se no posicionamento político e religioso visa principalmente a defesa e alcance de seus interesses, ou em alguns casos, em favor de terceiros em troca de benefícios. Porém, o plano das ações fernandinas visava sobretudo o bem do reino, como a elevação de seu destaque no cenário

¹¹ Tal atribuição, feita no período posterior a sua morte, assume um caráter estritamente pejorativo no sentido de legitimar a recém fundada Casa de Avis em oposição aos anos da de Borgonha e sobretudo, de D. Fernando.

político ibérico – meta esta observada durante a primeira guerra (1369-1370), quando o trono castelhano e a ampliação do território português era o maior dos objetivos. Numa outra perspectiva, vendo já os últimos esforços, sobressalta-se a tentativa frustrada de evitar a perda de autonomia portuguesa através do direito de sucessão após sua morte. Seguir a fé professada pelo Papa de Roma, ou aquela do de Avinhão era uma questão de estratégia no jogo de interesses que se dava na Península Ibérica. Ao redor dos dois cernes maiores da questão, Inglaterra e França, podemos atestar essa afirmação vendo o momento em que os ingleses, liderados pelo Conde de Cambrige desembarcam em Lisboa (1381) e recusam-se a ouvir a missa ministrada pelos clérigos portugueses, tidos ainda como “cismáticos” pelos ingleses por não ter-se efetuado a nova troca de partidarismo. Vê-se neste caso, um bom instrumento de coerção para D. Fernando transferir sua lealdade para o eixo romano-inglês (BAPTISTA, 1956), dentre tantos outros que vem a se originar.

Como vê-se rotineiramente em obras e demais publicações de maior destaque, a narrativa e a atenção prestada ao recorte cronológico no qual se localiza a Guerra dos Cem Anos centra-se principalmente ao redor das duas potências que estavam em conflito. De igual forma, a questão religiosa que mergulhou a Cristandade latina inteira numa cisão que culminou na própria transformação da Igreja, em poucos casos é visto além âmbito

franco-inglês. Assim, expandido o tradicional horizonte para outras localidades do continente, em nosso caso chegamos à Península Ibérica e, Portugal. Em parte, a escolha do período fernandino é um reflexo à baixa quantidade de estudos especializados sobre; por outro lado, a escolha possibilita também uma melhor clarificação e compreensão dos fatos expostos, bem como abertura de um caminho para a discussão dos elementos que integram a historiografia referente a este período.

Explorar a questão religiosa no recorte cronológico proposto possibilita enxergá-lo não como um elemento a parte mas, como outro que teve peso na política pendular de D. Fernando. Almejamos com este trabalho, compreender a política pendular do soberano português a partir deste cenário ímpar, onde temos uma Cristandade dividida e conflituosa, acossada sobretudo pelo caos instalado em um de seus pilares morais, a Igreja. Como trata-se de uma época de transformações, vemos o movimento de D. Fernando como a busca por um consentimento interno e externo, sendo que para isso, alterna-se entre a diplomacia e a espada.

Espera-se, portanto, que este trabalho possa demonstrar a importância que teve o Cisma do Ocidente no cenário político português sob a égide de D. Fernando, e a forma que foi utilizada esta cisão como sendo mais um elemento de força no conflito maior que foi a Guerra dos Cem Anos. Fica claro com isso que as formações de aliança não estavam necessariamente ligadas a

idealismos ou mesmo, conexões por uma mesma fé mas sim, encontram-se permeadas pelos interesses de grupos sociais que utilizam-se dos meios que lhes são disponíveis para alcançar seus objetivos. Assim o fez D. Fernando frente ao vizinho castelhano, frente ao seu próprio reino, e frente aos demais conflitos e eventos que se desenhavam no horizonte ibérico.

Bibliografia:

ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal** (ed. de Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967, vol. I, pp. 374-81.

BAPTISTA, J. César. Portugal e o Cisma do Ocidente, in: **Lusitania Sacra**, Lisboa, nº1 (1956), pp. 65-179.

FERNANDES, Fátima R. A política fernandina na Baixa Idade Média portuguesa, in: **Revista de História da UPIS**, 2005, vol. I, pp. 43-60.

FERNANDES, Fátima R. O reinado fernandino sob a ótica das relações régio-nobiliárquicas, in: **Poder e sociedade (Actas das jornadas interdisciplinares)** vol. I, Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

FERNANDES, Fátima R. A monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85), in: **Instituições, Poderes e Jurisdições**, org.

Renan FRIGHETTO e Marcella Lopes GUIMARÃES, Curitiba: Juruá, 2007, pp. 137-56.

KNOWLES, David e OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1983, vol. II, pp. 445-456.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes**: manual para uso de estudante e outros curiosos por assuntos do passado pátrio. Lisboa: Palas Editores, 1983, vol. I, pp. 207-233.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 17^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1977. pp. 65-158.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Editora UNESP, 2000. pp. 193-211.

SOUZA, Armindo de. “**1325-1480**”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**: A Monarquia Feudal (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 490-494.

Aspectos da modernidade curitibana através das revistas ilustradas no início do século XX: O caso da revista *A BOMBA*

Naiara Krachenski¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar os discursos da modernidade presentes na revista ilustrada *A Bomba* que circulou na cidade de Curitiba em 1913. Tentaremos relacionar o contexto de modernização da cidade - com a construção de locais de lazer, a vinda do automóvel e do cinematógrafo e as políticas de urbanização da cidade - com as visões dos escritores e ilustradores da revista sob os aspectos cotidianos, bem como avaliar como a vida na cidade modificava a percepção dos indivíduos e como se dava sua relação com um ambiente urbano que se modificava, ainda que timidamente.

Palavras-Chave: Modernidade; Revistas ilustradas; Curitiba.

Esse texto tem por objetivo discutir algumas das maneiras pelas quais o conceito de modernidade foi apreendido em Curitiba no início do século XX a partir da noção de hiper-estímulo na sociedade urbana proposta por Ben Singer no texto *Modernidade, hiper-estímulo e o início do sensacionalismo popular*. Para tanto, nos utilizamos da revista curitibana *A Bomba* como fonte para tal estudo. *A Bomba* circulou entre junho e dezembro do ano de 1913 e

¹ No primeiro semestre de 2012, aluna do nono período de graduação em História da Universidade Federal do Paraná. É bolsista de Iniciação Científica/CNPq. Esta pesquisa é orientada pela professora Doutora Rosane Kaminski.

se apresentava aos leitores como uma revista moderna pelo fato de tratar a respeito das últimas novidades que aconteciam na cidade e por trazer inovações gráficas em sua impressão.

De acordo com Singer, podemos definir pelo menos três ideias acerca do conceito “modernidade”. O primeiro é o conceito político e moral em uma sociedade pós-sagrada e pós-feudal, na qual as normas e os valores estão sujeitos ao questionamento do Homem; a segunda concepção é a de modernidade cognitiva, ou seja, o surgimento de uma racionalidade instrumental, que podemos localizar historicamente em fins do século XVII e início do século XVIII com a ascensão do projeto iluminista. E, finalmente, o conceito sócio-econômico de modernidade que se aplica às sociedades industrializadas da segunda metade do século XIX e que pressupõe um aumento da população urbana, um incremento do consumo e dos meios de comunicação e o desenvolvimento da sociedade de massa (Singer, 2004: 95). No entanto, a partir da leitura de teóricos como Simmel, Kracauer e Benjamin, Singer aponta para um quarto entendimento de modernidade, o que ele define como concepção neurológica. Esta é entendida como uma experiência subjetiva distinta que ocorre no meio urbano graças aos choques da percepção no novo ambiente (Singer, 2004: 95). Os autores alemães citados acima pretendiam, então, entender de que modo as transformações se faziam sentir nas experiências individuais e coletivas daqueles que viviam no ambiente urbano.

Dessa forma, a modernidade pode ser entendida como um *bombardeio de estímulos* que transforma os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva (Simmel *apud* Singer, 2004: 96).

Apesar de a modernidade e a modernização no Brasil não terem tido o mesmo desenvolvimento que a modernidade na Europa, encontramos nos centros urbanos brasileiros um desejo de se adequar à lógica internacional de consumo e de comportamentos. Contudo, é evidente que os processos de incorporação da modernidade nas cidades brasileiras tiveram um desenvolvimento próprio e que os conceitos de modernidade descritos acima não dão conta da especificidade do caso brasileiro². Porém, apesar dos devidos cuidados na utilização deste conceito para diferentes contextos, eles nos dão uma boa base para pensarmos aspectos da modernidade no Brasil e, mais especificamente, em Curitiba.

Podemos incluir Curitiba no processo de modernização brasileiro por algumas características que são definidas como modernas, como por exemplo, o rápido crescimento urbano após a sua emancipação política da província de São Paulo em 1853 e, sobretudo, no final do século XIX, o incremento do consumo e da

² Lembrar que um importante debate sobre a modernidade no Brasil envolvia, além de elementos como o desenvolvimento da tecnologia, a questão em torno da identidade nacional. No entanto, neste artigo não entraremos em detalhes a respeito dessa questão, uma vez que o nosso foco é outro. Ver, por exemplo: Fabris, 1994 e Velloso, 2003.

publicidade na capital, a introdução de objetos modernos como o cinematógrafo, o bonde elétrico e o automóvel e os novos espaços de lazer e de entretenimento que ganhavam destaque no cotidiano curitibano. Para além das características físicas e materiais que mudavam o cenário da cidade, apontamos também a existência de características psicológicas dos sujeitos que se alteravam com a sua interação neste novo ambiente urbano. Essas características serão desenvolvidas nesse texto a partir da análise do periódico *A Bomba*, que circulava na cidade no ano de 1913, e que fazia parte de um momento no qual a imprensa ilustrada ganhava projeção na sociedade curitibana.

A historiadora Rosane Kaminski ao fazer um levantamento dos tipos de revistas curitibanas de 1900 a 1920, definiu ao menos três classificações para elas: a) revistas literárias; b) revistas de humor e c) revistas de caráter publicitário ou de promoção institucional³. A revista *A Bomba* se enquadra na segunda opção, por ser uma revista que veiculava muitas charges e por que suas manchetes possuíam um caráter “bem-humorado”. Além disso, *A Bomba* foi uma das revistas dessa época que mais deu ênfase à imagem. Seu título já possuía um aspecto bem típico do *art nouveau*, com letras desenhadas e sinuosas e em seu interior encontramos várias charges e caricaturas. Contudo, apesar desta

³ Para maiores detalhes sobre essa tipologia, ver Kaminski, 2010a.

profusão de imagens, Kaminski aponta para o fato de que não havia uma coerência estilística em seus desenhos. Ao que parece, os editores testavam a cada número um projeto gráfico diferenciado. Sobre este fenômeno, a historiadora afirma que ele se dava pela fragilidade da profissionalização na produção visual e no meio artístico em Curitiba naquela época.

Como afirma Clóvis Gruner, “a experiência da modernidade é essencialmente urbana” (Gruner, 2010: 51). Isso se deve ao fato de que a metrópole moderna é definida principalmente pela multidão que a habita e que constrói novas sociabilidades a partir da cidade⁴. Desse modo, a partir desse movimento de mão dupla, os traços que definem a modernidade em seu sentido neurológico (como proposto por Singer) são necessariamente experimentados e vivenciados no ambiente urbano que se define como moderno a partir da ressignificação das funções urbanas, com seu caráter mais comercial e produtivo, no âmbito do consumo e da produção em massa (Gruner, 2010: 52). Ainda que o termo metrópole não seja adequado para falar da Curitiba do início do século XX, era perceptível pelas revistas ilustradas e pelos anúncios

⁴ Sobre a questão da metrópole moderna ver Benjamin, 1989. É necessário destacar aqui que o termo “metrópole” como uma cidade grande e cosmopolita não cabe à Curitiba desta época. Porém, as reflexões sobre as relações dos indivíduos com o cenário urbano têm uma importância relevante para se estudar este período, uma vez que o comportamento visto nos moradores das grandes metrópoles como Paris e Nova York servem de modelo para a cidade de Curitiba, desejosa de modernização no início do século XX.

de produtos cosmopolitas nelas impressas, que o comportamento dos moradores de metrópoles servia de “modelo” e “aspiração” para os curitibanos. Podemos até mesmo afirmar que Curitiba, naquele momento e em certo grau, experimentava uma relação nova com respeito à sociabilidade, visto que de 1890 para 1900 sua população mais que dobrou – indo para pouco mais de 50 mil habitantes⁵. Apesar de serem números modestos se comparadas às estatísticas de São Paulo ou Rio de Janeiro no mesmo período, devemos ter em mente que para uma cidade do porte de Curitiba de 1900, este crescimento representava um impacto significativo nas vidas dos moradores da cidade.

Dentre os diversos elementos que caracterizam a modernidade urbana em Curitiba, enfocamos aqui a presença das revistas ilustradas nesse contexto. Segundo a historiadora Márcia Padilha, numa pesquisa acerca da vida urbana em São Paulo no começo do século XX, a imprensa teve um papel social importante nas primeiras décadas daquele século, pois corporificava a existência do choque nas metrópoles modernas em um momento que as individualidades estavam ameaçadas pelo coletivo, pela multidão (Padilha, 2001: 22). A autora faz uma diferenciação entre o tom dos jornais e das revistas. Segundo Padilha, enquanto os

⁵ Segundo Boni, calcula-se que em 1890 a população curitibana era de pouco mais que 24 mil habitantes. Já em 1900, apenas dez anos depois, este número mais que dobrou, indo para 50.124 habitantes. Boni *apud* Gruner, 2010: 68.

primeiros possuíam um enfoque mais político, as revistas davam maior ênfase ao cenário urbano em transformação, seus novos comportamentos e lugares de lazer (Padilha, 2001: 22). Dessa forma, podemos afirmar que as revistas ilustradas que proliferavam também em Curitiba naquele momento auxiliavam a construção de um ideário moderno, pois, segundo Kaminski, além de elas reforçarem padrões de gosto e comportamentos que se viam nas grandes metrópoles, elas também criavam novas percepções de mundo a partir dos esquemas gráficos e das inovações técnicas que apresentavam (Kaminski, 2010b). Podemos dizer que as revistas ilustradas eram uma vitrine da vida moderna, pois elas ofereciam um espetáculo para os leitores com as novas técnicas de reprodução de imagens. Nesse sentido, é interessante notar que não só os assuntos e as formas que apareciam nos periódicos podem ser considerados modernos, mas também, e sobretudo, a existência do próprio meio pelo qual esta visualidade moderna era difundida, as revistas ilustradas, são um ícone da modernidade que se construía aos poucos na capital paranaense⁶.

Um dos elementos destacados anteriormente que perpassa por todos os números da revista *A Bomba* era a presença marcante da publicidade e a destilação de desejos consumistas nos leitores. Aliás, a revista contava com uma seção bastante longa de anúncios

⁶ Sobre a questão da interação entre meio, corpo humano e imagem ver Belting, 2005.

de diversos tipos, de lojas de variedades até anúncios de automóveis. Defendemos a hipótese de que a publicidade era a base de sustentação financeira da revista. Aqui também encontramos um movimento de mão dupla: enquanto a publicidade auxiliava os editores da revista em sua manutenção (visto que *A Bomba* era uma das revistas mais caras à época, devido à qualidade da impressão), a revista servia como suporte de comunicação e difusão dos estabelecimentos comerciais que descobriam a publicidade em periódicos como um meio de propaganda eficaz⁷.

⁷ No entanto, apesar de na teoria esta aliança parecer bastante duradoura, na prática *A Bomba* durou apenas sete meses, de junho a dezembro de 1913.

Roberto Raeder

Curitiba — Rua Riachuelo N. 54 ☎ 55

Por atacado e a Varejo

Relógios, Jóias, Brilhantes, óculos, Peças de prata e artigos de prata e electro-prateados.

Importação das famosas marcas de alta qualidade.

Honpines, Leonidas ☎
Perfetta Importação directa

Casa Celeste

Rua 15 de Novembro, 41 ☎ 56

Laurindo Lopes Rua 15 de Novembro N. 47 ☎ 59

Completo sortimento de:

Cigarros, Charutos, Fumos, Palhas, Papéis, Piteiras, Bolsas, Cáchimbos, etc.

LEGITIMOS CHARUTOS HAVANA

CASA CRYSTAL

Wendler, Schneider & Cia

IMPORTADORES

Rua 15 de Novembro N. 64 ☎ 5814

Brasília, Vidros, Porcelanas, Louças, Talheres, Cristais, Mobiliárias austriacas e Tapetes.

Ferragens, Armas, Municípios, Máquinas de costura, e outras, tintas, vernizes, óleos, telhas de zinco.

Fogões económicos com serpentina — Filtros „Fiel“ e „Berkefeld“

Pistolas automáticas „SAVAGE“

Branco e Permanente Stock das diamantadas machinas de costura „Vesta“

Figura 1. A Bomba, n.º 1 jun/1913. Esquerda: Anúncio Casa Crystal – o anúncio indica a venda de cristais, vidros, porcelanas, louças além de armamentos, máquinas de costura, tintas, vernizes etc. Direita Superior: Anúncio Roberto Raeder – indica a venda de relógios, jóias, brilhantes e outros produtos importados. Direita Inferior: Anúncio Casa Celeste: indica a venda de cigarros, charutos, palhas, bolsas etc.



Figura 2. Quarta capa anúncio automóveis Benz *A Bomba* n.19 dez/1913

O consumo em larga escala e a publicidade que se desenvolviam na capital estabeleciam que o indivíduo moderno era aquele que tinha acesso aos novos produtos oferecidos pelo mercado de uma forma cada vez mais intensa. Padilha afirma que na sociedade urbana em desenvolvimento “o consumo estava inexoravelmente ligado à hierarquização social, à formação de identidades, aos diferentes modos de organização da sobrevivência e

às formas de sociabilidade” (Padilha, 2001: 85). Para tanto, a presença cada vez mais marcante da publicidade no periódico *A Bomba* fazia com que novas necessidades sociais fossem criadas através das significações que a propaganda constrói. Segundo Baudrillard, inclusive, esta função é anterior e mais importante que a função de persuasão por uma ou outra marca (Baudrillard, 1969: 271-272). A produção de significantes é feita para se manter uma lógica e uma unidade social baseadas nos desejos individuais. Tal

ordem é transmitida pela publicidade de uma maneira indireta através de um jogo entre ter e não ter, através da gratificação do olhar e da frustração pela ausência do que se deseja (Baudrillard, 1969: 276). É dessa forma que a diferenciação social se realiza, a partir de uma confrontação entre o indivíduo e a sociedade, uma vez que a aquisição de determinado objeto só tem valor dentro de um grupo que lhe assegura determinado valor.

No entanto, o consumo não era abordado somente pela publicidade. O tema também aparecia frequentemente em charges, com um tom diferente que denunciava os exageros do consumismo moderno (Figura 3).



Figura 3. Humor Visual A Bomba n.º 6 jul/1913
Ilustrador: Félix (Euclides Chichorro)

Marido Ciumento

- Que estás aí a ler?
- Uma coisa que vai te deixar desesperado.
- Já sei... é uma carta do Jordão!
- Enganou-se: é a conta da modista...

Um dos traços que definem o período aqui estudado é a relação ambígua dos indivíduos com as novas tecnologias que

apareciam no cenário urbano. No texto “Visões bem humoradas da tecnologia e da modernidade” Marilda e Gilson Queluz analisam várias charges publicadas nesse momento nas revistas de humor de Curitiba, como *A Bomba* e *O Olho da Rua*, para mostrar a distância existente entre o discurso do Estado e o cotidiano vivido pela população urbana. Tais charges trazem representações do impacto ambíguo das novas tecnologias e seus “estragos” no ambiente urbano, como por exemplo, o caso do calçamento das ruas, a chegada da eletricidade e expansão dos meios de transporte⁸. Esse tema é coerente com as colocações de Ben Singer, quando afirma que um dos temas distópicos preferidos da imprensa nova-iorquina do final do século XIX eram os estragos causados pela presença dos bondes elétricos e dos automóveis. Não podemos dizer que os periódicos curitibanos do início do século XX tinham “predileção” por este tema, porém as catástrofes dos novos meios de transporte apareciam com certa freqüência em sessões de notícias e, principalmente, no humor das charges.

⁸ No texto, são enfatizadas as sátiras críticas em relação ao calçamento da cidade que, ao invés de permitir uma melhoria para os passageiros, acabava se tornando ‘um obstáculo a ser vencido diariamente no caminho de casa’. Ver Queluz, M. & Queluz, G., 2000.



Figura 4. *A Bomba* n. 5 jul/1913 *Aspectos Curitibanos* - Um incidente diário: a queda de um fio elétrico e seu isolamento.



Figura 5. Humor Visual A Bomba n.2 jun/1913 – Os motoristas da South:
Passageiros: Pára! Pára! Motorista: Calem-se, seus burros! O catatao só para na estação...



Figura 6. Humor Visual A Bomba n.4 jul/1913

Ilustrador: Félix (Euclides Chichorro) *Santo Remédio* – Como vai seu pai? Sempre paralítico?
– Não Senhor... – Ah! Já sarou... – Sim Senhor,
um automóvel cortou-lhe as pernas.

As charges que tratavam deste tema denotavam, em sua maioria, a falta de preparo da população e da própria infraestrutura da cidade para recepcionar e conviver com este tipo de objeto. É importante termos em mente a importância do humor

visual no contexto das primeiras décadas da República no Brasil e das tentativas de modernização. Segundo Elias Thomé Saliba, a confusão que havia entre as esferas pública e privada na vida brasileira proporcionava um terreno fértil para o cômico⁹. A partir das paródias e sátiras se recriavam sentidos e os aspectos públicos se faziam inteligíveis para a população.

Porém, estes sentidos que a caricatura ajudava a construir através do humor não eram somente no sentido de associar o bonde elétrico ou o automóvel a meios de transporte perigosos. Além

⁹ Para este autor, a vida privada dos brasileiros estava muito distante dos ideais políticos liberais que haviam constituído uma esfera pública política. Por isso a dificuldade de uma separação nítida entre esfera pública e esfera privada na realidade brasileira. Ver mais em Saliba, 1998.

disso, uma outra faceta do automóvel, por exemplo, estava ligada ao *status* e ao poder daquele que o possuía. Podemos observar a partir do diálogo da charge abaixo (Figura 7) que o rapaz será muito bem recebido pela mãe da namorada quando esta ficar sabendo que ele possui um carro, ou, pelo menos, tem acesso a ele.

Apesar das poucas imagens selecionadas para este texto, podemos observar a existência de novos elementos no cotidiano da cidade de Curitiba que apareciam com cada vez mais freqüência nas revistas ilustradas. Além das notícias, propagandas e charges sobre os novos hábitos e objetos modernos, encontramos em algumas páginas d'*A Bomba* dicas de programas culturais que aconteciam na cidade, como por exemplo, circos, teatros e exibições de filmes. Ângela Brandão explora o tema dos novos espaços de lazer na capital no livro *Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba*. A autora analisa como os habitantes da cidade recebiam e interagiam com o Colyseu Curitibano, um parque que pretendia trazer à população curitibana as últimas novidades em diversão. Tanto na revista *A Bomba*, como em várias outras do mesmo período, podemos encontrar alguns anúncios destes novos espaços de lazer (ver Figura 8).



Figura 7. Humor Visual *A Bomba* n.º 6 jul/1913 Ilustrador: Félix (Euclides Chichorro) *Os milagres do automóvel*: -Tua mãe que é o diabo, minha flor, não simpatiza comigo... Como há de deixar que nos casemos? – O senhor nos convida para passear de automóvel que ela deixa.



Figura 8. Anúncio ilustrado, *A Carga*, n.º 6, nov/1907.
Ilustrador: Herônio (Mário de Barros).

No caso norte-americano estudado por Ben Singer, fica evidente um paradoxo nos retratos da modernidade apresentados pelas revistas ilustradas de Nova Iorque na virada do século XIX para o XX: existia, segundo o autor, uma nostalgia de tempos pré-modernos, teoricamente mais tranqüilos, e ao mesmo tempo, uma fascinação pelo horrível, pelo grotesco, pelas novas técnicas modernas (Singer, 2004: 110). No caso curitibano, entretanto, apresentava-se de outra forma a característica paradoxal entre um

passado tranqüilo e um presente caótico, visto que a cidade passava por um esforço de modernização, enquanto a economia local ainda era pautada na indústria do mate, de base extrativista e indicativa da importância do “campo” e da propriedade rural. Ainda assim, podemos afirmar que os autores e ilustradores das revistas curitibanas também se preocupavam em colocar à vista dos leitores a falta de relação entre o projeto modernizador da elite republicana que se espelhava em modelos internacionais e a realidade brasileira, uma sociedade multifacetada que não havia passado pelos mesmos processos europeus ou norte-americanos de assimilação da modernidade.

Para finalizar, vale resgatar aquelas ideias definidoras de modernidade tomadas a partir de Singer, e apresentadas no início deste texto, com o intuito de articulá-las ao caso da revista *A Bomba* e o impacto possível no seu ambiente de circulação. Primeiro, a revista compartilhou do processo de secularização dos valores, disseminando novos hábitos e comportamentos voltados ao prazer individual. Segundo, no que tange à promoção da racionalidade instrumental, a própria revista participou do processo de modernização urbana, como objeto de consumo e lazer, geradora de novas necessidades e desejos. Terceiro, a revista era um meio de comunicação voltado ao grande público, tendendo à cultura de massa, ainda que não se possa falar em público massivo no contexto de Curitiba no começo do século XX. E, por fim, a presença desta e

de outras revistas ilustradas proporcionou a formação de novos esquemas de percepção e gosto, tanto no que diz respeito aos novos hábitos de consumo e lazer cultural, quanto acerca do impacto visual num meio ainda bastante carente em termos de produção artística. As revistas ilustradas eram, enfim, um ingrediente moderno, partícipes de novas experiências subjetivas num contexto ambíguo, que envovia a aspiração de valores e padrões cosmopolitas.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. “Significação da Publicidade”. In LIMA, Luiz Costa (Org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- BELTING, Hans. “Por uma antropologia da imagem” In **CONCINNITAS**, ano 6, volume 1, número 8, julho 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** (Obras Escolhidas Volume III). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRANDÃO, Ângela. **A Fábrica de Ilusão:** o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.
- CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Modernidade e Modernismo no Brasil.** Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 1994.

GRUNER, Clóvis. “As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República” In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 23, nº45, janeiro-junho 2010.

KAMINSKI, Rosane. “A presença das imagens nas revistas curitibanas entre 1900-1920”. In **Revista Científica/FAP**. Curitiba, v.5, jan/jun. 2010.

_____. **O belo efêmero, o gosto brejeiro: imagens da vida fugidia nas revistas curitibanas (1900-1920).** Texto apresentado no seminário da Linha de Pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História” da Universidade Federal do Paraná, no dia 05 de maio de 2010.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo:** publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

QUELUZ, Marilda P. & QUELUZ, Gilson L. “Visões bem humoradas da tecnologia e da modernidade” In BASTOS, João Augusto (Org.). **Memória e Modernidade.** Curitiba: CEFET-PR, 2000.

SALIBA, Elias Thomé. “A Dimensão Cômica da Vida Privada na República” In SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SINGER, Ben. “Modernidade, hiper-estímulo e o início do sensacionalismo popular” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

VELLOSO, Monica Pimenta. “O mundo e a questão nacional” In FERREIRA, J. & DELGADO, L. (Orgs.). **O Brasil Republicano.** Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Clube Guarani (1920-2006): tempos de luta contra o preconceito em Arroio Grande

Beatriz Floôr Quadrado¹

Resumo: Este é um estudo sobre a história do Clube Guarani, localizado na cidade de Arroio Grande, fundado em 1920, devido ao preconceito racial que acabava proibindo a participação do negro em certos espaços sociais. A pesquisa faz um apanhado geral desta história, destacando o significado deste patrimônio cultural através das memórias da comunidade negra do município. Faz-se necessário, para um melhor entendimento, também uma análise da realidade da população afrodescendente no início da república, o preconceito por estereótipos excludentes do meio social. O método utilizado foi o da História Oral, vinculado aos estudos teóricos sobre memória e patrimônio.

Palavras-chaves: Clube Guarani; Discriminação; História Oral; Memória; Patrimônio.

Não faz muito tempo que a presença e a resistência negra têm sido estudadas e consideradas na historiografia, especificamente a gaúcha. O que não é difícil de compreender, afinal a presença negra na região ainda se faz renegada, mesmo que

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura Plena em História da UFPel - 9º semestre. Orientadora: Lorena Almeida Gill

o estado tenha uma quantidade relevante de afrodescendentes, cuja cultura e religião se fazem bastantes presentes.

O sistema mercantilista no século XV baseava-se na busca de poder através da expansão comercial, com entrepostos na Ásia e na África; e colonial, com destaque às Américas. E é nesta busca de maior dominação que se intensifica a expansão ultramarina, e há, com isso, o crescimento de colônias européias, bases do sistema. No Brasil, colônia de Portugal, o modo de produção adotado foi o escravista e a agricultura. Os escravos eram explorados com trabalhos num ritmo intenso e ainda viviam sob maus tratos e castigos. Estes eram utilizados apenas para o serviço que exigisse esforço e que não necessitasse de uma maior qualificação, sendo tais atitudes justificadas pelas ideias racistas dos colonizadores, através das quais os africanos eram classificados como inferiores e incapazes de realizar processos mais elaborados. Ideais estes também pregados pela Igreja e pelo Estado para a escravização. Ao contrário do que se tinha na historiografia de pouco tempo atrás, a mão-de-obra negra e escrava foi utilizada em grande número no Rio Grande do Sul, em especial nas charqueadas.

A resistência por parte dos escravos foi marcante dentro deste sistema e se deu de diferentes maneiras, por meio de fugas, quilombos, insurreições, carta de alforrias e negociações sendo intensificadas no período do Império. Nos anos 80 do século XIX houve por todo país movimentos abolicionistas, com destaque para

o Ceará com José do Patrocínio e seu sistema de fugas; Rio de Janeiro; São Paulo; Amazonas; e também no Rio Grande do Sul.

Antes da abolição total da escravatura tiveram diversas leis, como o Projeto Dantas que proibia o tráfico de escravos entre as províncias e libertava os de idade superior a 60 anos, após trabalharem mais cinco anos. Em 1885 teve o Projeto Saraiva, o qual aumentou para mais três anos de serviço para a libertação dos idosos. Em seguida teve-se a “Abolição do Açoite”, mas os movimentos continuaram cada vez mais intensos contra o regime escravista. Então, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, para o fim da escravidão.

Segundo Jacob Gorender (1991), se analisarmos a realidade atual dos negros brasileiros, não houve abolição, ou seja, sofrem com a pobreza e discriminação. O que podemos afirmar é que não foi abolida a condição difícil e desigual, refletida na realidade vivida pelo povo negro. E para esclarecer, obviamente não houve o fim total da escravidão só com a assinatura da nova lei, ou seja, continuaram resquícios de escravismo no novo modo econômico, o capitalista.

Após a abolição da escravatura em 1888, a realidade vivida pela população negra continuou difícil, sendo marcada por estigmas ligados a vagabundagem, prostituição e vícios. A luta pela liberdade de negros ainda se fez presente de diversas formas, as mais representativas foram as associações de recreação e de esportes,

muito em vista no Rio Grande do Sul como, por exemplo, em Caxias, Pelotas, Arroio Grande e outros lugares. Segundo Beatriz Loner e Lorena Gill:

Trazido como escravo para esta região, o grupo negro tendeu, para o final do período imperial, a congregarse em entidades mutualistas, profissionais ou étnicas, que ainda não buscavam a construção de uma identidade racial, mas sim auxiliar na inclusão social e amparar seus sócios. Com a República, suas entidades evoluíram para a formação de uma rede associativa praticamente completa, surgindo propostas identitárias entre este grupo, embora sofresse com a influência desagregadora de ideologias, como a do branqueamento, com forte apelo na sociedade brasileira (2009, p:146).

Devido às teorias como a do branqueamento, em que relações interétnicas eram valorizadas para extinguir a “raça inferior”, para isso houve uma intensificação da imigração. E é neste momento que a exclusão e o preconceito se intensificam, assim como a necessidade de identificação como grupo na sociedade. Um exemplo expressivo são os clubes sociais, conhecidos como Clubes Negros, em todo Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul.

Clube Guarani – Da discriminação às festas

As terras em que hoje está situada a cidade de Arroio Grande foram um local de disputas entre Portugal e Espanha, onde no século XVIII, em busca de novos territórios foram tomadas por um militar do exército português, Rafael Pinto Bandeira. Este concedeu terras ao tenente Vasco Pinto Bandeira, nestas localizada a freguesia Nossa Senhora da Graça, com origem em 1812, através de terras doadas por Manuel de Souza Gusmão, avô do Barão de Mauá, para sua esposa. A cidade, que é emancipada de Jaguarão, apenas em 1872, teve como base de sustentabilidade as charqueadas, baseada na pecuária e na escravidão. Os escravos negros eram utilizados para trabalhos domésticos nas fazendas e olarias, com isso, nesta localidade há uma forte manifestação da cultura e religião africana. Em 1858, Arroio Grande tinha 3.929 habitantes, sendo que 1.833 eram escravos². Percebe-se aí um número significativo da presença negra na região.

Como no restante do Brasil, estes passaram por períodos difíceis no início da república, isto se dava pela realidade vivida quando escravos, em que eram associados a estigmas ligados a vagabundagem, prostituição e vícios. Com isso, percebe-se uma exclusão destes do restante da sociedade, ratificada por teorias racialistas no século XIX para justificar e reforçar tal distinção.

Segundo Gomes:

² Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981.

[...] no caso específico da população negra, não se pode esquecer que os estereótipos atribuídos a sua etnia são reflexos de uma construção social do que é “ser negro”, baseada muitas vezes, em teorias que pregavam sua inferioridade biológica, cultural e moral (2008, pg. 48).

Dentre estas teorias pode-se destacar a de Nina Rodrigues, no século XIX, que faz uma diferenciação, em termos de superioridade, de brancos sobre afrodescendentes. Tem-se também João Batista Lacerda, no mesmo século, com a teoria de branqueamento, em que se via a possibilidade, através da mestiçagem, de hegemonizar a raça branca.

É sob esta realidade e ideologias que surge o Clube Guarani em 1920, como resposta à discriminação. Este surgiu através de um grupo de amigos: João Lúcio, Alvião Lúcio, Idílio Freitas, Carlos Ferreira, Evaristo Cardoso e, como presidente, João Medeiro. Para os frequentadores, o Clube era uma grande família, e nota-se que realmente algumas famílias negras se destacam na direção, organização e participação no clube, sendo também que muitas uniões foram feitas entre elas.

O nome dado à associação, Clube Guarani, segundo frequentadores mais recentes, foi para desviar o foco da cor da pele sobre o clube, ou seja, pode se pensar que a associação foi criada como um meio social, para festas e reuniões, sem diferenciação

étnica ou racial, por isso um nome sem classificação real do verdadeiro grupo discriminado, o qual necessitou de um espaço para conviver em sociedade.

Tal agremiação tinha um caráter social, pois em outras duas associações da cidade, atualmente Clube Caixeiral e Clube do Comércio, e também no CTG, não era permitida a entrada de negros. O primeiro clube citado era bem mais rígido na questão da proibição da entrada de negros na sede do que a segunda instituição. Conforme o Estatuto do Clube Guarani, renovado no ano de 1957, este tinha por objetivo: “Proporcionar aos seus associados festas de qualquer natureza, especialmente bailes, não sendo estes menos de seis, por ano; obras de arte, quermesses, etc.”³. Então se percebe a necessidade de um lugar para fazerem suas próprias festas. No início havia, além da direção, os “presidentes de honra”, entre estes alguns homens brancos, os quais colaboravam financeiramente para manter o clube, ou seja, para manter a distinção, por exemplo: o jornalista Aimone Soares Carriconde; Issa Costa e Osmar Machado.

A presidência do clube era renovada por convite feito pela antiga diretoria, mas em 1956 são realizadas as primeiras eleições em que a gestão era por um ano. A partir de 1978 passa a ser de dois anos. Até 2005 só tiveram homens no comando da associação.

³ Anexo do projeto “Reconstruindo a História do clube Guarani” feito especialmente por Giselaine Diogo da Conceição, atual vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.

As mulheres participavam do chamado “Clube da Casa da Amizade”, em que organizavam alguns encontros, festas e chás. Esta era uma espécie de segunda diretoria, e de grande relevância, pois enquanto os homens cuidavam da parte financeira e administrativa da associação, elas participavam da construção da “alma” do clube, ou seja, as festas, o social. Nas festas eram permitidas apenas mulheres maiores de 18 anos, menores deveriam ser acompanhados pelos responsáveis.

Havia também uma atenção para manter sempre o bom comportamento e a boa aparência, com a finalidade de afastar os estereótipos de inferioridade atribuídos à cor. Quando perguntei a uma antiga frequentadora sobre as exigências sobre a aparência e vestimentas, ela claramente colocou a relevância e a evidência do “se vestir bem”:

Tu não vai vir com uma sainha, mas em outros lugares assim ó, têm lugares que tu entra e te olham dos pés à cabeça, parece que tu ta praticamente sem roupa né? E assim, olha e já vê que a roupa é mais usada, entendesse? Ah, mas o que que tem eu vir de rasteirinha, se eu não tenho, tô bem arrumada, não to rasgada, não to suja ?⁴

⁴ Carla Figueiredo, 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby.

Além disso, era possível a entrada de brancos. Segundo frequentadores, não havia distinção de raça e nem distinção financeira, ou seja, o clube era aberto a toda comunidade arroio-grandense. Segundo as entrevistadas:

Acho que as pessoas se sentiam bem à vontade. [...] chegavam aqui e podiam ser elas, não precisava representar uma coisa que ela não era, entende? Podiam ser elas mesmos.⁵

Vinha tanto pobre quanto o que tinha a situação financeira melhor.⁶

Não, e se sentiam meio[?], as vezes tu ia... eu me lembro assim ó, de ir nos outros clubes e tu ficava em grupo, certo? Aqui não, aqui todo mundo se misturava, não interessa se tu era vermelho, verde, amarelo né, preto.⁷

Percebe-se, pelas entrevistas, que no início o propósito era de diferenciação, pois neste período era restrita a entrada de brancos no clube, principalmente para aqueles que de alguma forma ajudavam financeiramente. Conforme Giacomini (2006), sobre os clubes negros: “Estar entre os seus era, também, necessariamente, diferenciar-se de outros” (p.34). Era uma forma de se colocarem perante a sociedade como grupo, além de resistir ao preconceito

⁵ Carla Figueiredo, 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Cosby.

⁶ Maria Geni Lemos (Ziza), 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Cosby.

⁷ Carla Figueiredo, 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Cosby.

racial, em que percebiam a diferença imposta, uma forma de valorizar esta diferença a seu favor para conseguirem o seu espaço.

No Clube Guarani existiam diversas festas, como o Baile de Primavera; Bailes de Carnaval; o Baile das Rosas, em que se comemorava o início da primavera; Bailes de posse, realizados nas renovações da direção do clube; Baile de Debutantes; Festa Kizomba (em Yorubá, é festa de integração), na qual havia bingos e atos religiosos e também as “Quermesses”, que contribuíam para a arrecadação de dinheiro à associação e havia blocos de carnavais, como exemplo, o “Bloco Sempre Reinando”, de 1938. Os concursos de beleza também se faziam presentes nesta agremiação, como forma de valorização da beleza negra, entre os quais o “concurso Bruto” e “Miss Mulata”. Segundo um ex-presidente e frequentador, estes concursos tinham o objetivo de: “Valorizar e mostrar que negro é gente.”⁸

O grande organizador do concurso Miss Mulata foi Antônio Carlos da Conceição, conhecido como Dé, que, inclusive, antes de ser presidente do Clube Guarani, nos anos 90, foi decorador de várias festas no clube do Comércio e Clube Caixeiral. Segundo Dé, ele não percebe mais tanto preconceito, mas confessa ter sofrido muito quando professor de história na rede pública na

⁸ Antônio Carlos da Conceição, de Arroio Grande, 5 de Agosto de 2011, entrevistado pela oficina de patrimônio do ponto de cultura Axé Raízes. / Entrevista feita através da oficina de Patrimônio em que era monitora.

cidade, até mesmo por ter sido o primeiro professor negro nesta escola.

Quando perguntado sobre as festas, ele responde que eram um espetáculo e fala mais:

[...] não, mas os bailes [...] sabes que, inclusive os bailes de debutante eram um luxo né? Não havia diferença nenhuma do comércio. Inclusive eu ia a Pelotas trazia as flores de ônibus e quem decorava, eu decorava o clube pro baile dos debutantes. Era, aquela escadaria, era um luxo aquilo dali com flores. Que eu fazia com prazer, porque o que a gente faz com prazer as coisas saem tudo certinho. O baile das debutantes era um luxo era,o Guarani, as pessoas, Que antigamente as pessoas corriam pra ver a entrada das pessoas no baile de debutantes no comercio, as pessoas faziam a mesma coisa lá no Guarani. As pessoas brancas pra ver a entrada das meninas que iam debutar. Era um luxo o Guarani. Era uma sociedade que naquela época era também uma sociedade fechada, assim como o Comércio e o Caixeral eram. Principalmente o comercio, o guarani também não era qualquer pessoa que entrava ali.⁹

O Miss Mulata foi organizado por ele durante 30 anos, tendo sido o último realizado em 1999. Para Dé, o concurso tinha este nome, pois acredita que não se tem mais um “negro puro”, mas sim uma mistura, por isso se referir a mulata e não a negra, além de

⁹ Antônio Carlos da Conceição, de Arroio Grande, 5 de Agosto de 2011, entrevistado pela oficina de patrimônio do ponto de cultura Axé Raízes. / Entrevista feita através da oficina de Patrimônio em que era monitora.

já ter existido um concurso no Estado de “Miss Negra”. O concurso movimentava o município e era muito respeitado em toda a região, com participantes e visitantes de muitas outras cidades.

Todos os entrevistados colocavam a diferença do Guarani sobre os outros clubes, como melhor festa até mesmo para brancos, como a mais alegre e animada. Para Giselaine: “Lá tinha diferença de classe, no clube deles. E aqui não, aqui todo mundo era igual. Independente da raça, mas todo mundo era igual. Tu tinha dinheiro, tu não tinha dinheiro[...]¹⁰”¹⁰

Percebe-se que esta diferença colocada pelas entrevistadas, é uma forma de reafirmação de grupo, pois se identificam em seu clube e se diferenciam das outras entidades, colocado, no caso, como mais animado e sem preconceitos. Foi visível em todos frequentadores procurados a necessidade desta afirmação, e definição quanto grupo. Também, segundo Giacomini, “estar entre os seus era, também, necessariamente, diferenciar-se de outros. Assumir e ostentar as marcas de distinção constitui, assim, um elemento central da prática, mas também do projeto do grupo” (2006, p: 34).

Arroio Grande em sua história foi marcada por episódios lamentáveis de discriminação como, por exemplo, no caso de um estudante, em 1977, barrado em um baile de sua escola realizado no

¹⁰ Giselaine Diogo Conceição (Giza), 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby.

CTG Tropeiros da Querência. Este caso repercutiu na imprensa regional, destacando as diferenças de tratamento em outros âmbitos sociais, como a discriminação de Clubes Sociais proibindo a entrada de negros. Para Antônio Carlos da Conceição: “Era muito difícil ser negro em Arroio Grande”.¹¹

Ainda segundo Dé, houve na cidade um concurso, chamado “Miss Tv”, em que a representante de Arroio Grande foi uma mulher negra, mas a cidade não levou esta para continuar com as eliminatórias em outras cidades. Não seria um preconceito não dar continuidade no concurso?!

Em uma reunião com os associados há uma manifestação de uma antiga sócia, que coloca que um negro não se sente bem em clube de brancos e que se estes têm uma elite, os negros também têm dentro de seu próprio clube. Diz para que os presentes na reunião não deixem suas filhas serem rainhas de clubes de brancos, pois serão diminuídas. E expressa a vontade de subir novamente as escadas do clube e, segundo ela: “pular junto da minha negrada”.

Nos anos 60 o clube passou por uma reforma em sua sede, na presidência de Laureci Pires, em que foi construído um segundo piso para sua ampliação. Para isso obteve ajuda de sócios, ou seja, o prédio foi reconstruído pelos próprios frequentadores, a qual trouxe como consequência gastos para este, que para tentar suprir foram

¹¹ Carlos, de Arroio Grande, 5 de Agosto de 2011, entrevistado pela oficina de patrimônio do ponto de cultura Axé Raízes.

realizadas festas feitas no chamado “salão Metálico”, alugado para tal fim. A partir do ano de 1997 começa a viver uma grande crise devido a dívidas, como as do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). O clube seguia com algumas festas na sexta-feira, as chamadas Boates “Nova Geração”.

Em 2001 o clube fecha suas portas devido às dívidas e à estrutura precária do prédio. Este é levado a leilão, mas não houve compradores. O Clube fica abandonado até 2004, quando se têm na presidência duas mulheres Giselaine Diogo Conceição e Maria Geni Lemos. Com elas o clube consegue resgatar em média 150 sócios, pagar o ECAD e outras dívidas que vinha acumulando, como CEEE e Corsan. Em novembro de 2005 é inaugurado o novo salão de festas, chamado José Inácio Balhego.

A comunidade fecha o Guarani

A associação, que até então vinha se recuperando, é fechada legalmente em 2006. Segundo frequentadores, de maneira autoritária, agressiva e sem negociações, devido a reclamações relacionadas aos barulhos das festas e reuniões realizadas no Guarani, mobilizando vizinhos e até mesmo moradores de outros bairros distantes da localidade contra o clube. Nesse período a diretoria, pela primeira vez, era composta por duas mulheres antes tão exaltadas por salvarem a instituição, e então, diante de uma dificuldade são tratadas como responsáveis únicas pelo fechamento,

ligando o fim do clube a administração feminina. Segundo as presidentes foi um período muito difícil:

Foi muito agressivo. E eu não quis...eu tava a frente, eu era a presidente, hoje eu sou a vice e a Ziza é a presidente. Eu era a presidente e eu não quis levar pro fato do racismo, entendesse? Eu tinha essa carta na manga. Não quis por causa que assim eu não iria resolver o meu problema, eu ia passar o meu problema pros outros. Até hoje eu permaneço com a cabeça bem tranqüila do que as pessoas pensam ou deixam de pensar no que aconteceu. Muita gente nos perguntava: “Bah vocês vão deixar o clube [...].¹²

Pelo fato de ser mulher né.

[?] “Ah vocês fecharam o clube” [?] “Vocês no mínimo roubavam”¹³

Foram feitos abaixo-assinados tanto para fechar a agremiação, quanto para mantê-la funcionando, mas este último, que continha mais assinaturas, segundo os frequentadores, não foi aceito pela promotora. As insatisfações dos vizinhos também se davam pelos barulhos dos carros que passavam na frente do clube e

¹² Diogo Conceição (Giza), 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Cosby.

¹³ Maria Geni Lemos (Ziza) 26 de Fevereiro de 2011, entrevistadas por Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Cosby.

de pessoas sentadas nas beiras das calçadas, tudo passava a ser responsabilidade do Guarani. Segundo Giselaine, nenhuma reclamação chegou até seu conhecimento, apenas com o processo, por meio do qual foi interditado um local de representação de um grupo social de quase 100 anos. Sendo que as demais agremiações não possuem qualquer planejamento em relação ao sistema de som. E ainda, o Clube do Comércio é localizado a uma quadra do Guarani. A única possibilidade de reativar o clube é colocando um sistema de isolamento acústico, o que era inviável em termos financeiros, ainda mais sem poder fazer festas e eventos, sob pena de multa.

Foi mais um período de lutas, mais especificamente, da presidente Giselaine para que o clube continuasse em funcionamento. O clube teve um prazo de cinco meses para resolver a sua situação, mas sem dinheiro, a maneira encontrada por ela foi buscar ajuda da prefeitura municipal. Giselaine foi até em uma sessão da Câmara de vereadores pedir socorro pelo Clube Guarani, mas pelo que se sabe não se teve resultados. E com isso o clube é fechado legalmente.

Ponto de Cultura Axé Raízes

Em 2010 houve a seleção para o projeto “Pontos de Cultura” da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), junto ao Ministério da Cultura. A cidade concorreu com as seguintes

propostas: “Axé Raízes do Clube Guarani e o Samba” e “Cultura e Arte da Escola de Samba Unidos do Promorar”.

O Clube Guarani é o escolhido, e é inaugurado como “Ponto de Cultura Axé Raízes”, em 2011, na própria sede, então reformada. Com o objetivo de resgatar culturas e a construção de cidadania, através de oficinas como as de dança, capoeira, patrimônio, artes, literatura entre outras. Antes de iniciar esta nova etapa do clube houve uma reunião para expor tal projeto aos antigos sócios. Mas foi visível e inegável o desejo de antigos frequentadores pela reabertura do clube. O mesmo desejo de ter o clube como um centro social foi destaque na inauguração do ponto de cultura, entre os presentes surgiu à seguinte frase de um antigo frequentador: “Tá e que horas que começa a festa?”.¹⁴

O prédio caracteriza um patrimônio cultural, material e imaterial, pois é um símbolo de identidade, interação e expressões coletivas, sendo também um estímulo de memória em que se reconstroem histórias de resistência, ou seja, ponto de referência da raça negra. Por isso tantas histórias e lembranças se manifestaram naquele momento de retorno da entidade, agora com outro enfoque. Segundo Antônio Augusto Arantes:

¹⁴ Diário de Campo da autora, no dia 19 de Março de 2011 na sede do Ponto de Cultura Axé Raízes (Arroio Grande).

[...] são as edificações e as paisagens naturais. São também as artes e os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o eu popularmente se chama de raiz de uma cultura (ARANTES apud FREIRE. 2005, p:13).

Estavam presentes na inauguração autoridades do município, como o prefeito, Jorge Cardoso; representantes da FURG; representantes da secretaria de Cultura; o presidente da Câmara de vereadores, Itamar Botelho da Silva; entre outros. Além da presença das presidentes que foram mantidas, Giselaine e Maria Geni. Neste momento de renovação e retorno do Clube para a comunidade, os presentes na mesa reforçaram e relembraram a história e a relevância do Guarani para a cidade de Arroio Grande, inclusive os políticos que já ocupavam seus cargos na prefeitura na época do fechamento da associação, para os quais foi pedida ajuda naquele período.

Ao falar, a presidente Maria Geni, emocionou-se ao se lembrar do clube e de todas as histórias vivenciadas nas

dependências do Guarani. E disse: “o que passou, passou...”, referindo-se, provavelmente, à interdição do local em 2006.

E a partir desta nova etapa, o Ponto de Cultura vem se destacando com seus projetos e realizações junto à comunidade.

Conclusão

O Clube Guarani se fez por quase cem anos um ponto de referência da comunidade negra. Segundo Giane Escobar, “[...] os negros conseguiram romper com a sociedade a fundar os seus espaços de sociabilidade, solidariedade e defesa de direitos.” (2010, p.72) Por isso se faz necessário o trabalho do historiador de manter em evidência a ação negra diante da repressão que viveu durante muito tempo, e assim poder explicar, entender e procurar alternativas de mudança no conhecimento do passado.

Percebe-se a necessidade e importância para tal fim da história oral, um método que nos permite o conhecimento por meio de memórias pessoais, estas fundamentais para preservação de uma identidade. A memória é significada como “[...] expressões da realidade [...] um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (Pollack, 1992, p.2) Esta está intimamente ligada à ideia de identidade e:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollack, 1992, p. 5).

Memórias estas em evidência, que ao serem trabalhadas e valorizadas contribuem para não “deixar cair no esquecimento”, e assim facilitar a manipulação de informações para tomada de poder de ideias contrárias sobre fatos e ideais, criando falsas identidades. O Clube Guarani foi fechado e parece não ter recebido nenhum apoio para continuar funcionando, nem mesmo foi considerada sua importância histórica.

É relevante destacar que muitos acontecimentos não vividos pelos entrevistados foram relatados com detalhes e sentimentos. Fatos estes vividos por familiares, amigos, conhecidos, mas lembrados, chamado por Pollack de “acontecimentos vividos por tabela”, ou seja, a pessoa pode não ter vivido tal momento, mas ela se sente pertencente, muitas vezes por ser um fato coletivo.

Concluindo, mesmo fechado o clube continua representando uma luta que se teve no passado e que ainda perdura, a luta contra o preconceito racial. Não se têm mais as festas, o carnaval, o Miss mulata, os bailes de Debutantes, as boates na

sexta-feira, ainda tão desejado por antigos sócios e frequentadores do clube. Mas agora resiste, em sua antiga sede, porém com outro nome, agora “Axé Raízes”, e outra finalidade, não de festa, mas de cultura, em especial a valorização da cultura afro. Como nos coloca uma ex- sócia do clube: “Cultura também é festa”. Com isso, percebe-se a capacidade do patrimônio e de seu valor simbólico de despertar memórias, mesmo renovado ainda é lembrado como Clube Guarani.

Referências:

- CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos de Escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempos, Identidades.** 2º Ed, Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural de 2010.
- FREIRE, Beatriz Muniz. **O inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: Novos Instrumentos de preservação.** Cadernos do LEPAARQ. Vol. II, nº 3, Pelotas, RS, Editora da UFPel. Jan/Jul 2005.

GIACOMINI, Sonia Maria. A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube sócia da Zona Norte do Rio de Janeiro. O Renascimento Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

GOFF, Jacques Le. História e Memória. 5º Ed, Campinas, Unicamp, 2003.

GOMES, Fabrício Romani. Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo, e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1938). Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação de 2008.

GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo, Ática, 1991.

_____. **O escravismo Colonial.** São Paulo, Ática, 1978.

HALBAWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004

KOSBY, Marília Floôr. Cultura e Patrimônio: Breves considerações sobre a presença negra na região de Arroio grande/RS. Revista Viva Cultura., v.1, p.12 -*14* 2010.

LONER, Beatriz Ana, GILL, Lorena Almeida. Clubes Carnavalescos Negros na cidade de Pelotas. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

MAESTRI, Mário. Pampa Negro- Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.).

Liberdade por um Fio. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 291-331.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo, Contexto, 2007. p.9-59.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Etnicidade e Liberdade: as nações africanas e suas práticas de alforria.** In: Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA, nr. 44, jul./ dez.2008, p.167-186.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justiçando o Cativeiro: a Cultura de Resistência Escrava. IN: BOEIRA, Nelson (Coord.), GOLIN, Tau (Coord.). **História do Rio Grande do Sul- Império.** Passo Fundo, Méritos, 2006.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos Quadros do antigo sistema colonial. IN: MOTA, Carlos G. (org). **Brasil em Perspectiva.** São Paulo, Difel, 1978, p.47-63.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol.5. n.10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Rio de Janeiro, Tempo, 1996. Vol.1, nº2, p.59-72.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando Aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história Oral.** São Paulo: Projeto História, 1997.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Origens e significados do termo raças. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigo-12-05-2011>>. Data de Acesso: 22/3/2012

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

Costumes e Justiça: a interpretação da norma no *cabildo de Corrientes - 1588 a 1646*

*Liz Araujo Martins*¹

Resumo

Esse texto foi desenvolvido pelo resultado de um projeto de pesquisa, financiado pela FAPESP. A proposta do projeto era ler e analisar as *Actas Capitulares da cidade de Corrientes (1588 a 1646)*. A análise se fez com o propósito de investigar as leis e sua aplicação nesta cidade, tomando como hipótese as reflexões desenvolvidas pelo professor Rafael Ruiz², em seu projeto “Direitos e Justiça nas Américas”. Tais reflexões consistem na idéia de que as leis na América Ibérica do século XVII eram heterogêneas e flexíveis, estavam sujeitas a adaptações, a especificidades circunstanciais e a demandas locais.

Palavras chave: América colonial, costumes, justiça

Introdução

O projeto de pesquisa que desenvolvi durante ano de 2010, com auxílio da FAPESP, de título *Costumes e Justiça na Cidade de Corrientes: séculos XVI e XVII (1588 a 1646)* é parte de um núcleo de pesquisa que pretende pensar o Direito na América Ibérica no século XVII. Esse grupo está sob a orientação do professor Rafael Ruiz, do departamento de história da Unifesp, cujo projeto “Direito

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo e integrante do “Núcleo de Estudos Ibéricos”.

² Professor do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP

e Justiça nas Américas” estabelece a hipótese que norteia os trabalhos. Tal premissa sugere que as leis que regiam e administravam nesse período não apenas eram formuladas e promulgadas a partir de costumes como eram aplicadas de acordo com cada caso concreto. De maneira que a aplicação da justiça não estava no cumprimento estrito da lei, mas sim na sua adaptação ou revogação, conveniente a cada situação específica.

A partir dessa hipótese, vários documentos já foram estudados por este grupo de alunos. Alguns deles são: as Atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de São Paulo, os Regimentos do Rio de Janeiro e as Atas do *Cabildo de Asunción* e de *Corrientes* as quais foram divididas em dois períodos; além de outros documentos e pesquisas que ainda estão em curso.

O *Cabildo de Corrientes*

O trabalho que realizei dentro deste núcleo foi a leitura e fichamento das *Actas Capitulares de Corrientes*, cidade da Região do Prata, do ano 1588 a 1646, documentos reunidos numa publicação da Academia Nacional de Historia (Buenos Aires, 1941). Meu objetivo foi analisar as Atas, a partir da hipótese mencionada, e compreender o funcionamento da administração dessa cidade. Nos cinqüenta e oito anos, referentes a esse conjunto de documentos, pude verificar uma série de questões e situações do *cabildo de Corrientes* que, assim como os demais trabalhos

desenvolvidos pelo grupo, contemplam o que temos pensado a respeito do projeto colonial na América.

A província de *Corrientes*, chamada “Cidade de Vera”, foi fundada em 1588 pelo *adelantado* Juan de Vera y Aragon. O estabelecimento da província tinha pretensão estratégica por sua localização geográfica que além de ligar as cidades de *Asunción*, Santa Fe e Buenos Aires, ofereciam pontos para possível construção de portos (CAÑEDO-ARGÜELLES, 1988). O testemunho de fundação da cidade, registrado por seu fundador, avaliava que a cidade parecia ser boa para se plantar, oferecia rios para pesca e muita terra a ser repartida. Entretanto, se fazia a ressalva de que se houvesse protestação sobre tais vantagens a cidade poderia ser transferida para outra região, portando o mesmo nome, se assim decidesse o *Cabildo* (Ata, 1588). Essa instituição administrativa, com tal poder e autonomia, é centro da análise das atas da cidade de Corrientes.

O *Cabildo* era uma organização administrativa que, dentro da estrutura governamental do sistema de colonização espanhola, prestava contas à sede da governação que, neste caso, inicialmente localizava-se em *Asunción*. Era formado por doze homens aos quais se atribuíam as funções de *alcaldes*, regedores, procurador geral, *mayordomo* e escrivão, acima dessas funções estava a autoridade do

Tenente de governador, nomeado pelo governador que o designava como “justiça maior da cidade”.

A primeira formação do *Cabildo* de *Corrientes* foi realizada por seu fundador que nomeou os seus integrantes e assumiu o posto de Tenente de governador. Segundo a designação da carta de fundação, o mandato de cada integrante, à exceção do Tenente, deveria ser de um ano. Expirado tal período os integrantes ainda vigentes nomeariam os seguintes. A data das eleições era sempre dia primeiro de Janeiro. Pela avaliação da praxe do *Cabildo* pude perceber sua significativa força e liberdade de decisão nos mais diversos assuntos e situações. Segundo a autora Teresa Cañedo-Argüelles, tal autonomia era favorecida pela localização da cidade que, apesar da ligação com outras três cidades, estava ilhada pelos rios. A dificuldade de acesso à cidade lhe permitia, portanto, fazer deliberações mais independentes.

Entretanto, outro aspecto me parece um fator importante dessa autonomia do *Cabildo*. Trata-se justamente de um sistema de governo que previa a avaliação autônoma de seus administradores e juízes que, ante as muitas possibilidades de demandas e situações particulares da empreitada da colonização, provavelmente teriam que fazer escolhas e acomodações daquilo que fosse ordenado pelas instâncias superiores por meio das Provisões, Petições ou Cédulas Reais. Como mencionado inicialmente, o que temos pensado é que

a havia um espaço para avaliação das possibilidades. Neste espaço estava a autonomia dos governantes da cidade.

A autonomia cedida ao *Cabildo*, registrada no seu testemunho de fundação, é o caráter de seu sistema administrativo. Juan de Vera y Aragon fez a nomeação dos primeiros *cabildantes* destacando o dever desses oficiais de guardar e conservar a cidade administrando justiça nas questões civis e criminais conforme as Cédulas e Ordenanças Reais sobre as cidades das Índias. Os próprios *cabildantes* deveriam eleger seus sucessores “por votos debaxo juramento conforme dios mejor les diere a entender en sus conciencias nonbramdo aquellas personas que com mas rectud y zelo entendieren que conbiene el servicio de dios y de su magestad para el buen governo de la dicha ciudad como se hace en los reynos del piru y en todas las yndias³”

Essa citação faz referência a aspectos da lógica política desse contexto muito importantes para a reflexão deste texto. O primeiro desses aspectos que gostaria de destacar é o procedimento de eleição cuja realização era promovida pelos votos dos próprios membros do *Cabildo*. Apenas o Tenente de Governador era nomeado pelo próprio Governador, entretanto nas demais funções, salvo raras exceções, as instâncias superiores da hierarquia administrativa não intervinham na eleição dos membros do *Cabildo*.

³ Testemunho de Fundação, 1588. Academia Nacional de la Historia, 1941.

A implicação desse sistema eleitoral foi a formação de um órgão político administrativo e jurídico, formado por um grupo de homens que permutaram nos cargos no *Cabildo* durante muitos anos⁴. Desse ponto, uma primeira constatação que se poderia tirar é que o *Cabildo* de *Corrientes* era um grupo enraizado, que, conseqüentemente, teria considerável força política.

Entretanto a força dessa instituição não estava exatamente no seu caráter arraigado, mas sim na própria autonomia administrativa e jurídica que lhe era concedida. No Testemunho de fundação referido, é dada ao *Cabildo* a autoridade de, em nome do rei, transpor a cidade se assim julgasse útil aos povoadores. Esse julgamento em favor do que fosse bom e útil a República⁵ era o critério com o qual deliberava o *Cabildo*. A expressão, “para o bem e utilidade da República” aparece em praticamente todas as decisões, e pareceres do *Cabildo*, seu uso - me parece - não se tratava de mera formalidade, mas sim de um efetivo princípio de julgamento com o qual o *Cabildo* “fazia justiça”. A idéia de bem e utilidade da República referia-se ao que fosse *bom* para o rei e seu reino, não se tratava de *bem comum* como a idéia atual de bem estar

⁴ Pelo menos durante os cinqüenta e oito anos referentes à documentação que tive acesso, pude verificar que o *Cabildo* foi formado num processo de revezamento dentro de um grupo. Os que saíam ficavam fora por um intervalo de um ou dois anos até novamente serem eleitos.

⁵ República é exatamente o termo que aparece na Ata para referir-se não só a cidade de *Corrientes*, mas também a todo domínio espanhol.

político, social e econômico, mas sim uma referência ao que fosse do interesse do soberano, da prosperidade de seu reino e do bem dos seus súditos.

O *Cabildo* era, portanto uma instituição com força de decisão e execução do que fosse justo, útil e bom para a República. Desse ponto decorre o segundo aspecto que gostaria de refletir a partir da citação: Para que se fizesse “bom governo”, era preciso eleger, bons governantes. A escolha desses governantes deveria ser motivada por algo transcendente, era Deus quem lhes daria a entender em suas consciências o que fosse mais conveniente ao seu próprio serviço e ao rei. O princípio norteador era, portanto a Religião – cristã católica –, mas a decisão do que fosse conveniente era uma questão da consciência de cada membro do *Cabildo*.

O último e mais sutil ponto que quero destacar no Testemunho do fundador de *Corrientes* é que a sua determinação do que deveria ser feito quanto às eleições e seus critérios, nada mais era do que aquilo que se fazia em todas as cidades das Índias, ou seja, havia em todo domínio espanhol *Cabildos* com força política, autoridade jurídica e autonomia interpretativa do que fosse conveniente a República e ao “bom governo”⁶. Esses aspectos, que poderiam soar como elementos de homogeneidade eram de fato de

⁶ “Bom governo” é outra expressão que assim como “para o bem e utilidade da República” era usada para justificar as decisões do *Cabildo*.

diversificação. Justamente por causa dessa lógica eleitoral e deliberativa – dos reinos do Peru e das províncias das Índias - cada *Cabildo* tinha uma especificidade, não apenas pelas localidades diferentes, mas, sobretudo por causa da autonomia nas deliberações e funcionamento político.

O historiador Constantino Bayle, na obra “*Los Cabildos Seculares en la América Española*”, faz a seguinte definição da instituição *Cabildo*: “*Se cifra en administrar justicia y ordenar lo conducente al pro comum; o como dice Santayana, gobierno político y económico, el cual es tan privativamente de los Ayuntamientos o de los Consejos de ellos que, no habiendo queja de parte, o instancia fiscal, no peuden las Chancerías o Audiencias entrometerse en estos asuntos.*” (1952). Ao fazer essa descrição do caráter político do *Cabildo* o autor menciona um de seus limites, as Audiências. Esse ponto é importante porque ajuda a fixar o que estou chamando de autonomia do *Cabildo*, pois não se trata de uma instituição independente, fora de um sistema administrativo, estou tentando descrever uma instituição política que tem a liberdade de deliberar aquilo que, a critério de sua análise ou parecer, for conveniente e justo.

Na obra “*La provincia de Corrientes: un modelo de Colonizacion en El Alto Paraná*”, Teresa Cañedo-Argüelles, questiona sobre o modelo hispânico estabelecido na América. A

autora diz que tal modelo na verdade era o modelo da adaptação. Ela menciona o autor George Foster que denomina esse modelo como “cultura de conquista”, ou seja, tratava-se da cultura indiana, colonial formada no processo de contato com os habitantes da América que provocaram as iniciativas espontâneas dos conquistadores.

Cañedo-Argüelles explica que após a dominação do território o segundo passo era por em prática os mecanismo de colonização, ou seja, estabelecer normas de funcionamento político e jurídico. Segundo autora, no caso do Paraguai e do Rio da Prata essa empreitada pelo estabelecimento de um Sistema político significou setenta anos de tensão entre o costume e norma. Ainda que a norma tenha prevalecido em termos jurídicos, a autora afirma que é preciso considerar em justa medida o sedimento que o costume deixou no temperamento social daquela região.

Segundo Cañedo-Argüelles foi nesse contexto de oficialização da norma sobre o costume que se deu o fundamento da cidade de *Corrientes*. A argumentação da autora é que os conquistadores fundadores da cidade buscaram atender com fidelidade à cultura peninsular hispânica porque queriam ser reconhecidos como espanhóis e não como mestiços. Por isso, diferentemente do que era costume em *Asunción* o grupo que iniciou o processo de povoamento em *Corrientes* não se unia às

mulheres dos grupos indígenas daquela região⁷. A autora não faz ressalvas sobre esse aspecto, entretanto me parece que não é sua intenção afirmar que tais uniões jamais ocorressem, mas sim que quando ocorriam não eram assumidas como era costume em *Asunción* onde os espanhóis não apenas se uniam às mulheres índias como orgulhosamente reconheciam os descendentes dessas uniões.

Entretanto apesar de Teresa Cañedo-Argüelles entender esse aspecto como indicador de que a especificidade de *Corrientes* era sobrepor a norma sobre o costume, me parece que a idéia só se aplicaria sobre os assuntos de identidade étnica, visto que a própria autora considera que tanto o aspecto econômico quanto o administrativo não correspondiam aos padrões peninsulares. Esse parecer da autora é fundamental, pois vai ao encontro do que pude observar nas documentações que analisei as quais também foram utilizadas pela autora. O trabalho de Teresa Cañedo-Argüelles é muito mais amplo e contou com um arsenal documental muito mais volumoso que esta pesquisa que realizei, portanto é imprescindível às reflexões desenvolvidas aqui os pressupostos sobre a cultura administrativa de *Corrientes* que a obra da autora fornece.

A autora afirma que “*los patrones peninsulares sufrieron un proceso de transformación de acuerdo con las circunstancias*

⁷ De acordo com Teresa Cañedo-Argüelles, essas uniões entre espanhóis e índias eram ilícitas.

impuestas por el contacto que obligaron, (...), al desarollo de un organismo capitular muy sui géneris y de unas tácticas defensivas y policiales acordes con la características de los obstáculos geográficos y humanos que se presentaban.” O que gostaria de acrescentar às reflexões da autora sobre as adaptações e transformações conforme às circunstâncias é que tais adaptações era um modo de proceder que era previsto pelo projeto colonial e que as adaptações administrativas e jurídicas da norma era propriamente o caráter do sistema. Em outras palavras, quero pontuar que as normas eram sempre sujeitas não apenas ao costume, mas também ao parecer e interpretação dos juízes, membros do *Cabildo*.

Autonomia e costume

No ano de 1638 o governador solicitou ao *Cabildo* que enviasse quinze soldados em socorro a uma cidade na Região do Uruguai, especificamente numa redução jesuíta, que estava sendo assolada pelos índios *guayacurus*. O *Cabildo* protestou veementemente à ordem argumentando que não possuíam soldados nem armas para prestar esse socorro. Além disso, os *cabildantes* disseram temer o mesmo fim da cidade de Rio Bermejo, que havia sido praticamente despovoada pelos ataques indígenas. A resposta do governador ao *Cabildo* foi que deixaria a decisão de acatar ou não ao pedido de socorro, a cargo do Tenente de governador

Nicolas de Villanueva, dizendo remeter a Villanueva o que fosse conveniente a partir do requerimento dos capitulares.

O Tenente então decidiu seguir a ordem, argumentando que sempre procurou obedecer com pontualidade o que mandava o governador. Os soldados foram enviados, sob muitos protestos, e pouco tempo depois o *Cabildo* exigiu o retorno deles bem como dos índios que haviam sido enviados; além de prescrever que a responsabilidade das mortes de alguns desses homens caísse sobre o Tenente Nicolas de Villanueva. Uma carta de comunicação dessa decisão foi enviada pelo *Cabildo* ao governador. (Ata, 1638)

Esse exemplo é bastante significativo. O primeiro aspecto importante refere-se à fluidez da hierarquia dentro dessa organização. O Tenente de governador era a maior autoridade local e acima dele estava o governador. No entanto, a ordem vinda da instância maior é revogada e a resposta do governador é o consentimento de colocar a cargo da “justiça maior” (o Tenente) o que for conveniente. Ainda assim, a decisão que prevaleceu foi a do *Cabildo*, a última instância da hierarquia. O segundo aspecto refere-se à maleabilidade da própria ordem, a qual foi transgredida justamente por ter sido submetida à decisão de um único homem que por sua vez deveria considerar o que foi argumentado pelo *Cabildo*. Essa consideração abriu o espaço que permitiu que a deliberação do Tenente fosse transgredida pelo *Cabildo*.

A margem para a transgressão da lei, mencionada nesse exemplo, decorre de um ponto da análise muito importante acerca dos procedimentos do *Cabildo*, trata-se da força do costume. Como muitos autores já explanaram⁸, em *Corrientes* e nas demais regiões coloniais da América, muitas vezes fazia-se a lei a partir dos costumes locais. A consequência direta desse procedimento é um sistema de leis heterogêneas, uma vez que os costumes se desenvolviam nos processos particulares de cada região e, portanto tinha força no local específico onde determinado costume era vigente. No caso desta pesquisa, a delimitação do período se refere a uma província nos primeiros anos de sua formação. Portanto os costumes locais ainda estavam sendo moldados às demandas da consolidação da cidade e influenciados pelos hábitos e pareceres de seus fundadores.

Entretanto, o costume a que me refiro aqui não são simplesmente hábitos enraizados, mas sim a cultura local que contava: com os interesses dos membros do *Cabildo*, com as necessidades materiais – pois se tratava de uma cidade pequena e ilhada – com a população indígena – seus interesses e resistências –

⁸ Dentre as muitas produções sobre o tema, há um artigo de Carlos Zeron e Rafael Ruiz que é uma referências para os estudo que tenho desenvolvido trata-se de “La fuerza de la costumbre, en la capitanía de São Paulo, de acuerdo con la *Apología pro Paulistis* (1684)”. In: Perla Chichilla, Antonella Romano. (Org.). Escrituras de la Modernidad: los jesuitas entre cultura retórica y cultura científica. México: ed. Universidad Iberoamericana/ ed. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2008, p. 271-302.

com os interesses da Companhia de Jesus e padres franciscanos locais, além dos interesses dos governadores da região que tinham que lidar com essa cidade por meio de intervenções que às vezes eram aceitas e outras vezes não.

Como mencionado anteriormente, Teresa Cañedo-Argüelles, afirma que a particularidade da cidade de *Corrientes* consistiu na tentativa de resolver essa tensão entre norma e costume justamente obedecendo-se às normas. Contudo a autora faz ressalva de certas adaptações da lei por causa dos costumes locais. É exatamente sobre essas adaptações que debruçamos nossa atenção, pois o que temos afirmado é que o arbítrio de se fazer várias interpretações da lei não é exceção, mas sim regra.

Um exemplo dessa adaptação da lei em *Corrientes* é a que se refere às eleições do *Cabildo*. De acordo com a Provisão Real os integrantes do *Cabildo* não poderiam ser parentes entre si. Contudo, já no ano da fundação da cidade há um pedido dos capitulares à Real Audiência de que se **reformasse** a norma estabelecida pelo rei. Os capitulares pediram tal reformulação em favor do tenente de governador Alonso de Vera y Aragon que havia recebido seu título pela autoridade de seu tio, o fundador da cidade.

Não há registro da resposta da Real Audiência a esse pedido. O que há registrado é que tal norma foi acatada em certas ocasiões, mas também foi transgredida em muitas outras. Chama a

atenção, nesse exemplo, que no cumprimento ou não dessa lei, havia uma preocupação dos capitulares a sempre fazer referência a ela colocando-a sob uma verificação da sua conveniência em cada situação. Os argumentos para o não cumprimento da lei podiam ser de ordem moral, como referir-se ao caráter do tenente em questão, ou de ordem prática como a necessidade de conservar um determinado tenente que estava atuando em algum conflito com grupos indígenas. O que procuro destacar nos registros é o reconhecimento, por parte dos capitulares, da autoridade real ao mesmo tempo em que há a transgressão da norma estabelecida por conta da circunstância real.

Assim como esse exemplo, há outros referentes à promulgação e aplicação de leis que também se faziam a partir de situações específicas. Como no caso de uma lei formulada pelo fundador da cidade que previa uma punição absolutamente severa a quem ousasse sair da cidade sem autorização. As atas registram que tal norma foi posta por ocasião de certo capitão querer ausentar-se da cidade. Os termos da lei eram gerais, entretanto direcionava-se a apenas um indivíduo, pois à exceção deste capitão, tal norma jamais foi si quer referenciada. Quando se quis vetar a saída da população, em lugar de invocar a lei que fora estabelecida, os governantes apenas fizeram o apelo de que ausentar-se da cidade poderia deixá-la vulnerável. (Carta de instrução, 1588)

A idéia de heterogeneidade da lei que tento desenvolver a partir desses exemplos, refere-se a três aspectos: primeiro, a transgressão era justificada por questões e motivos externos à norma – interesses individuais e coletivos, demandas etc.. Segundo, as leis podiam ser feitas tanto com o propósito de normatização da vida coletiva, como para limitar ou direcionar um único indivíduo. Terceiro, as leis régias ou as determinações dos governadores não tinham a mesma força em todas as localidades; a força da lei estava no seu cumprimento. Cumprir a lei dependia da decisão e interesse dos *cabildantes*, que por sua vez deliberavam lidando com o interesse do governador, dos jesuítas, dos grupos indígenas, dos demais povoadores da cidade etc.. Tal caráter fluido das normas trata-se de uma forma de conceber o Direito, isto é, a adaptação da lei não é uma indicação de sublevação ou desordem, tratava-se de um projeto de colonização que pretendia efetivar o Direito a partir de cada caso e não propriamente da lei institucional.

A consciência na interpretação das leis

Nesse sistema de lei bastante maleável o fator essencial e norteador do arbítrio para efetivação da justiça era a *consciência* dos governantes e juízes; esta deveria tender ao bem comum e, sobretudo a uma conduta cristã autêntica. As eleições do *Cabildo de Corrientes* foram realizadas a partir desta lógica e não necessariamente pela norma que regularizava seu processo eleitoral.

Ao longo dos anos, o *Cabildo* foi formado por meio de nomeações, sorteio e mesmo por aprovação de chapa formada antecipadamente. Em cada uma dessas ocasiões a *consciência* foi invocada como critério de procedimento e voto. Juan de Torres de Vera y Aragon, o fundador, ao nomear os primeiros capitulares de *Corrientes* faz a seguinte declaração:

“Y pareciendome que la dicha elecccion es justa que de aqui en adelante se haga em um dia señalado (...) nombrando los que salieren a los que entraren por voto de bajo juramento conforme a derecho estando en su Cabildo y Ayuntamiento como Dios mejor les diera a entender sus conciencias, nombrando aquellas personas que con mas rectitud y celo entendieren que conviene al servicio de Dios e de su magestad para El buen govierno de dicha ciudad” (Ata,1588)

Em outras eleições vê-se a menção ao mesmo critério:

“En Dios y sus conciencias para el buen govierno y aumento desta ciudad, en sevicio de Dios nuestro señor y a su magestad nombraran y elexieron por alcaldes (...)" (Ata, 1592)

“se ayuntaron a Elegir y nombrar las personas que en sus conciencias allan ser mas suficientes para que usen y exerçan los oficios de alcaldes y regidores (...) los quales su mrsd de sus capitulares allaron por descargo de sus conciencias ser las personas mas

abiles vsuficiente para vsar y exercer los dichos oficios de alcalde (...)" (Ata, 1593)

"dixo que en dios y en su conciencia estaba justa acertada la dicha Elecion" (Ata, 1596)

"se haga dos papeles y alli asiente el nombre de que le pareçiere descargando su conciencia." (Ata, 1604)

A cultura cristã católica era a norteadora da consciência dos *cabildantes*. A concepção de consciência neste estudo, portanto seria o efeito que a moral cristã podia causar no indivíduo a ponto de constrangê-lo a uma determinada conduta. Alguns autores já fizeram menção à força da consciência. O historiador Bruno Feitler faz referência a esta questão em sua obra *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil – nordeste 1640 -1750* apontando o papel fundamental da denúncia para o Santo Ofício. A denúncia era incentivada pela instituição através do apelo às pessoas para que descarregassem suas consciências denunciando aqueles que estavam em conduta de pecado, pois a omissão os colocaria na mesma condição de pecadores e, consequentemente, sujeitos a mesma punição ou mesmo condenação eterna.

O autor ainda explica que uma das dimensões políticas do pecado era o escândalo cujo efeito era o comprometimento da salvação de toda a comunidade além da confrontação da autoridade da instituição repressora. Em suma, a consciência livre da acusação

do pecado e, a partir dela, a concretização da salvação da sociedade - ou “o bem da República” - era efetivamente um fator de procedimento e de estabelecimento da justiça.

O autor Paolo Prodi aprofunda o assunto em “**Uma história da justiça**” (2005). A premissa do autor diz que existe uma tradição do Direito Ocidental cristão a qual consiste numa dialética histórica entre foro externo e foro interno, em que o primeiro é exercido pelo juiz ou instituição e o segundo pelo próprio juízo exercido pela culpa. Esse foro interno diz respeito à consciência que, no caso, estará sob o julgamento do confessor. A idéia do autor é enfatizar a fluidez da fronteira entre foro secular e foro eclesiástico até o século XVIII; não se trata apenas de um poder sobre o outro, mas de uma dualidade, de uma constante tensão entre as duas instâncias. Ambas têm em comum o poder de coerção.

Richard Morse em “**O espelho de Próspero**” (1988), também destaca a consciência como um determinante do Direito Ibérico e aponta a escolástica como origem dessa concepção. Morse diz que de acordo com as postulações de Pedro Abelardo (1079 - 1142) a desobediência estava na intencionalidade e não na ação em si, ou seja, a consciência como motivadora da prática era o que determinava se alguém estava pecando ou não nas suas atitudes, deliberações ou coerções. Em *Corrientes*, verificamos que o efeito da instância moral dava à consciência o poder de interpretar a lei e

usá-la de maneira que fosse conveniente à justiça, ou seja, ao cumprimento dos princípios cristãos e do rei, o ungido de Deus.

Essa forma de pensar era componente da cultura moral desses homens de *Corrientes*. É a partir dela que os *cabildantes* respondem à Petição Real que exigia o pagamento da media anata (tipo de imposto). Como cumprimento de tal ordem, os capitulares formularam a seguintes resposta:

“Estando tratando algunas cosas combinientes a esta republica acordaran que se vean las peticiones que prezento el procurador general y enquanto a la una que es en razon de la sup.ca sobre la media anata drs de su magestad que no a lugar atento a estar resevido en la causa desta provincia que asi se guarde y cumpla como y de la manera que se contiene y se de cuenta en lo mas por quanto en esta ciudad por ser tan pobre na ay offo.s exsamindaos ni tienda, proprietárioS de of.o ningun sino que cada qual travaja en sus menesteres en todo aquello que an menester de ynjenio (...) En lo demas seprovea el auto que convenga para que tenfa efeto La cobransa como su mag.a manda desde el dho año y en esto setenga el cuidado que combenga al real servisio”
(Ata, 1635)

Está claro nesse registro a reverência ante a ordem Real. Contudo, há também a abertura de um espaço que permite que o

cumprimento dela esteja sempre inclinado a considerar situação de pobreza dos habitantes e dos órgãos administrativos da cidade. Ou seja, pede-se que o bem comum seja considerado. Esse espaço de negociação da norma é um dos elementos que temos avaliado no sistema jurídico da América Ibérica. Para entender melhor os mecanismos desse sistema e compreender o papel da consciência nas deliberações tanto dos administradores quanto dos juízes (*alcaldes*), é necessários verificar alguns princípios de teorias jurídicas do período, bastante influentes nesse sistema, como é caso do probabilismo.

O probabilismo foi uma doutrina que inicialmente referia-se a questões de âmbito moral, elaborada por Bartolomeu de Medina e captada pelo âmbito jurídico por Jean Gerson -1363 -1429 (RUIZ, 2010). Grosso modo, tal doutrina previa que uma determinada questão poderia ter várias soluções prováveis e que nesse campo de possibilidades agia prudentemente aquele que seguia uma das possibilidades. Um segundo princípio diz que a lei dúbia não é lei, ou seja, a lei dúbia não poderia ter força de obrigar, pois estaria sujeita a muitas interpretações. Entender essa teoria permite compreender que a consciência, neste caso, avalia uma gama de possibilidades. Tais opções poderiam ser mais ou menos assertivas, mas seriam justas à medida que fossem prováveis.

O fato de essa doutrina jurídica ter sido cooptada pelas elites locais não significava que essas elites tinham necessariamente um conhecimento teórico dela. Assim como Casuísmo, o Probabilismo tratava-se de uma forma de pensamento que fazia parte da cultura social desse período. Os juízes (*alcaldes*, Tenentes de Governador, Juízes de Residência e *cabildantes*) deliberavam a partir desse pensamento. O autor Victor Tau Anzoátegui, em sua obra “*Casuísmo y Sistema*” propõe como reflexão investigar as crenças e idéias do espírito hispano-indiano a partir da atividade judicial. É importante destacar dois pontos da argumentação de Tau Anzoátegui sobre seu objeto de estudo, o casuísmo: o primeiro é que o casuísmo é tomado pelo autor não apenas como mero termo do campo jurídico; sua argumentação é que era uma expressão da mentalidade da sociedade do século XVI a XVIII que se manifestava em outros traços da vida social: na política, economia, filosofia etc. O segundo ponto é que, segundo Tau Anzoátegui, os historiadores geralmente entendem o casuísmo como um Direito Peninsular que se constituiu a partir das especificidades do Novo Mundo, contudo o autor argumenta que se tratava de uma mentalidade de Direito comum ao mundo castelhano.

Tau Anzoátegui mostra como essa forma de pensamento – casuísta – estava entranhada na sociedade tanto na América quanto na Península. O casuísmo, como cultura social, consistia na idéia de

que a justiça estava na decisão adequada a cada situação específica e não no cumprimento da norma. Cada caso deveria ser resolvido não nos termos da lei, mas nos termos de sua própria particularidade. Como apontado nos diversos exemplos, no caso do *Cabildo de Corrientes* acatar ou não a lei dependia das demandas locais e tais decisões partiam da consciência do que fosse justo e útil à cidade. Assim, poderiam ser várias as interpretações ou opiniões prováveis do fosse *bom*. Era nesse sentido é que a autonomia do *Cabildo de Corrientes* se efetivava; valendo-se justamente desse espaço de negociação da lei, os integrantes do *Cabildo* adaptavam as normas, fossem elas vindas dos governadores ou do próprio rei.

Conclusão

As particularidades da cidade de Corrientes - configurada por sua recente fundação, pequena população e poucos recursos – tinham lugar privilegiado em relação à sistematização da norma; esta era referida e muitas vezes reverenciada, entretanto era condicionada a fatores específicos e a critérios relacionados à consciência cristã dos governantes que formavam o *Cabildo*. A lei era cumprida nas situações em que acordava com as circunstâncias.

Desde a sua formação, ao *Cabildo* foi concedida a autonomia de seu funcionamento e mesmo da decisão de consolidar a cidade no local delimitado por seus conquistadores. O registro da

relação dos capitulares com a Real Audiência, com o governador e com a autoridade local, o Tenente, além de mostrar essa independência administrativa revela também maleabilidade da hierarquia política na Região do Prata.

Essa estrutura específica foi gerida numa lógica de escolhas políticas motivadas por teorias jurídicas que previam um campo de possibilidades e de contextos particulares. As decisões do *Cabildo* registradas pelas atas sugerem sempre uma preocupação em seguir o princípio da norma e não necessariamente seus termos. Tal quadro configura uma amostra do sistema jurídico na América Ibérica do século XVII.

Referência Documental

Actas Capitulares da Corrientes. Tomo I: años 1588 a 1646.
Introducción: GOMEZ, Henán F. Buenos Aires: Academia Nacional de la historia, 1941.

Referência bibliográfica

BAYLE, Constantino. *Los Cabildos seculares en la America Española*. Madrid: Sapientia, S. A. de Ediciones, 1952

CAÑEDO-AGUELLES, Teresa. *La provincia de Corrientes en los siglos XVI y XVII: Un modelo de colonización en el Alto Paraná.* Madrd: C.S.I. C, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia de América, 1988

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil - nordeste 1640 -1750.** São Paulo: Phoebus; Alameda, 2007.

MORSE, Richard M., **O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUIZ, Rafael, **Hermenêutica e Justiça na América do século XVII.** In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, julho 2011

_____. **Os espaços da ambiguidade: os poderes locais e a justiça na América do século XVII.** *Rev. hist.* [online]. 2010, n.163, pp. 81-101. ISSN 0034-8309

TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *Casuismo y Sistema: Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano.* Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992.

Entre o espiritual e o temporal: o probabilismo e a teologia moral dos séculos XVI ao XVIII

Rafael Bosch Batista¹

RESUMO

O presente artigo é o resultado dos estudos realizados por meio da pesquisa “Daniel Concina e a história do probabilismo (séculos XVI-XVIII)”, realizada com o apoio de uma bolsa de iniciação científica financiada pela FAPESP durante os anos de 2010 e 2011. Essa pesquisa relaciona-se com o grupo de estudos “Direitos e Justiça nas Américas”, coordenado por Rafael Ruiz, do Núcleo de Estudos Ibéricos da Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.

Estuda-se, nesse grupo, como as leis dos séculos XVI ao XVIII eram relativizadas de modo a se criarem espaços de ambiguidade entre estas e seu cumprimento. Nesse sentido, este artigo busca demonstrar como a Teologia Moral se relacionava com as questões jurídicas e políticas, e busca ressaltar, também, a importância desta como um objeto para a compreensão destas questões no que diz respeito à Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVES: Teologia moral, probabilismo, Companhia de Jesus, história ibérica moderna, América colonial e espaços de ambiguidade no cumprimento de leis.

Introdução

¹ Estudante da graduação do curso de História da Universidade Federal de São Paulo, no sétimo termo do período vespertino.

Parece inconteste à historiografia que o século XVI é um ponto chave no que diz respeito à Teologia Moral. Alguns autores sustentam a tese de que há uma grande crise no seio da Igreja, em que os princípios fundantes do catolicismo foram abalados por uma nova e relaxada forma de se pensar a moral cristã (Cf. PINCKAERS, 2000.), já outros sustentam que é um período de revolução com resultados positivos, pois esta nova forma possibilitou a dinamização da consciência humana e a complexificação das discussões em torno do comportamento humano (Cf. DELUMEAU, 1991.). No entanto e por ora, o que cabe ressaltar é que esse fenômeno está diretamente relacionado à popularização do casuísmo na região ibérica, ocorrida entre o século XV e XVI.

Mas, afinal, do que se trata a Teologia Moral e o Casuísmo? A Teologia Moral é uma área da teologia dedicada a estudar e pesquisar a conduta humana (Cf. PINCKAERS, 2000.). Já o casuísmo católico foi uma corrente da Teologia Moral que buscava analisar a conduta humana por meio de casos concretos e singulares ou, em outras palavras, caso a caso, buscando causas e soluções aos casos de consciência (BAROJA, 1985: 535-538). Alguns fatores podem explicar a popularização dessa corrente na Península Ibérica.

Em primeiro lugar, temos, de modo geral, uma complexificação do Catolicismo. Tomando a guisa de exemplo a

noção de pecado, esta se tornava cada vez mais densa, pois, além de se discutir se este era venial ou mortal, distinção que parecia cada vez mais líquida do que exata, novas questões entravam em debate, como, por exemplo, sua natureza, a ocasião, a intenção no ato, a reincidência e etc. (DELUMEAU, 1991: 73-96).

Ademais, mostra-se de suma importância levar em conta as particularidades da Península Ibérica. Trata-se de uma região completamente heterogênea no âmbito cultural e religioso, onde as três grandes religiões monoteístas viviam em contato constante, seja este pacífico ou conflituoso. Essa peculiaridade catalisava o surgimento de diversas questões de difícil – ou, em muitos casos, sem aparente – solução, de modo que a análise casuística figurava como um dos métodos mais empregados (Cf. SCHWARTZ, 2009.).

Não podemos nos olvidar também que a descoberta do Novo Mundo veio a agravar esse contexto. Como já foi demonstrado em diversas obras, discussa-se se as novas terras seriam o paraíso perdido, se os habitantes que ali viviam eram humanos, se possuíam almas, se viviam conforme a Lei Natural, se estavam sob o jugo de Cristo e, consequentemente, se podiam lograr a salvação eterna. Além disso, a instalação de missões de conversão no novo continente propiciou o surgimento de novas questões éticas que não possuíam solução nas sagradas escrituras, abrindo margem para uma gama de discussões (LEWIS, s.d. e 1998; SCHWARTZ, 2009; ZAVALA, 1971).

Assim, por mais que a Teologia Moral tenha se consolidado como cátedra universitária e que – considerando isso como um fator também – o casuísmo tenha triunfado (Cf. DELGADO, 2004), diversas questões não possuíam solução, mesmo através do viés casuísta, o que tornava a dúvida – seja em relação a como se agir ou julgar – algo constante. Desse modo, uma das formas de se agir perante a dúvida – questão que, como pretendemos demonstrar, parece ter sido de grande importância – foi o emprego do provável.

O probabilismo

Sob esse contexto, Bartolomé de Medina, teólogo dominicano professor da universidade da Salamanca, ao comentar a obra *Prima Secundae* de Tomás de Aquino em 1577, afirma que lhe parecia lícito, em caso de dúvida, optar por uma opinião provável em detrimento de outras mais prováveis (CONCINA, 1772: 9.). Os estudiosos do tema sustentam que seu comentário irrompeu de tal modo que a teologia moral passa a ser pensada em níveis de probabilidade, de modo que esta se viu dividida em diversos sistemas morais que defendiam maneiras distintas de como se proceder em relação à dúvida e ao provável (Cf. BAROJA, 1985, PINCKAERS, 2000; e DELUMEAU, 1991.).

Cabe ressaltar que Medina não pretendia criar um sistema a partir de seu comentário, este se construiu a partir de diversos

teólogos que teorizaram sobre sua interpretação com o intuito de se criar seus princípios norteadores. Portanto, Medina não pode ser considerado o criador do probabilismo, e sim apenas aquele que possibilitou seu surgimento (Cf. CONCINA, 1772). Desse modo, teólogo Gabriel Vazquez foi, segundo Daniel Concina, o primeiro jesuíta a analisar a questão do provável e defender a menor probabilidade. Após este, “la autoridad gravíssima de Mercado, Lopes, Bañez, Valencia, Azorio, Enriquez, Salas, Suarez, y Sanchez fue un estímulo eficacísimo á otros Thelogos posteriores para declararse por el partido probabilístico” (CONCINA, 1772: pp. 10-25), possibilitando, desse modo, a constituição e a popularização do probabilismo.

A princípio, pode soar estranho pensar em probabilismo e/ou opiniões prováveis, pois, invariavelmente, o termo “probabilidade” remete à probabilidade matemática. No entanto, cabe notar que tal associação não é de todo errada, pois em tratados matemáticos do período é possível de se encontrar aplicações sociais da probabilidade matemática com a justificativa de que a reflexão humana carece de certeza absoluta e, por tal, esta deve operar a partir da probabilidade. Assim, em um desses tratados, afirma-se que a opinião de um douto acerca do assunto de sua alçada é quatro vezes mais provável do que a de um mero conhecedor deste assunto (Cf. MARTIN PLIEGO; DEL CERRO, 2000.).

Esse tipo de relação foi amplamente utilizado no âmbito teológico, de modo que as opiniões defendidas pelos grandes padres da Igreja ou aquelas baseadas nas sagradas escrituras eram tidas como muito prováveis. Opiniões defendidas por teólogos comuns também poderiam ser entendidas como prováveis e quanto maior fosse o número de defensores dessas opiniões, mais provável ela seria. O cerne do debate se dá em relação ao nível de probabilidade necessário para se agir na ausência da certeza. O princípio básico do sistema probabilista defendia que - como já foi demonstrado - face à incerteza, era lícito optar por uma opinião provável em detrimento de outras mais prováveis. Durante fins do século XVI a meados do XVII o probabilismo triunfou, tanto na literatura quanto na prática do confessionário e nas cátedras universitárias (LLAMOSAS, 2011: 285.). Durante esse período, estabeleceram-se princípios que, em certa medida, orientavam os teólogos de orientação probabilista.

Em primeiro lugar, quem age provavelmente age prudentemente e quem age prudentemente não peca. O conceito de prudência, sob a lógica ibérica do período, é enormemente influenciado por Aristóteles, o qual é retomado por Tomás de Aquino, que após o Concílio de Trento é tido como o grande guia teológico para assuntos morais (SCHWARTZ, 2009: 33.). Desse modo, Aquino afirma, baseando-se explicitamente em Aristóteles, que a prudência é “uma virtude da razão prática e não da razão especulativa” (AQUINO, 2005: 5). Ademais,

É próprio da prudência não só a consideração racional, mas também a aplicação à ação, que é o fim da razão prática. Só pode haver aplicação adequada se houve conhecimento dos dois polos: o que se aplica e ao qual se aplica. Ora, as ações versam sobre realidades singulares. E assim é necessário que a prudência conheça os princípios universais da razão e também que conheça esses singulares sobre os quais versam as ações. (AQUINO, 2005: 5-6)

Portanto, esta versa sobre a ação em relação aos casos singulares. Associada a essa noção, Aquino retoma, também, a equidade aristotélica ao afirmar que “Os atos humanos – sobre os quais incidem as leis – são singulares e contingentes e, portanto, podem se dar com uma infinita variedade de modos. Daí que não seja possível estabelecer uma lei que não falhe em algum caso concreto” (AQUINO, 2005: 64.). E, assim, em determinados casos a lei pode ir contra a equidade da justiça, contra o bem comum, que é justamente o que a lei visa:

Nesses casos e em casos semelhantes, é mau seguir o que está estabelecido pela lei; e, pelo contrário, é bom passar por cima da lei e seguir o que pede o espírito da justiça e a utilidade comum. E é isso que faz a epíquêia, que entre nós se chama equidade. Fica assim evidente que a epíquêia é virtude. (AQUINO, 2005: 64-65)

Como Giovani Levi demonstrou, devido às fortes raízes católicas, a equidade, tanto na Península Ibérica como na Itália, foi um elemento central no sistema normativo, que, ao contrapor a fortemente arreigada inflexibilidade da justiça divina à

especificidade humana, prescreveu ao juiz o dever de aplicar a lei conformando a razão à teologia (LEVI, 2009: 65-66). Tal característica remonta ao princípio probabilista de *lex dubia non est lex*. Os probabilistas, de forma geral, sustentavam que se uma lei, seja esta humana ou divina, fosse posta em dúvida por especialistas e surgisse razões prováveis em ambas as partes essa deixaria de ser obrigatória, de modo que se deva dar prioridade à liberdade de consciência em casos duvidosos. (Cf. CONCINA, 1772.)

Por fim, outro princípio norteador do probabilismo é o de que se em caso de dúvida uma sentença igualmente ou menos provável for escolhida em face da mais provável esta poderá se revelar falsa posteriormente, caso isto aconteça, a ação não será considerada como pecaminosa, pois se configurará como ignorância invencível e, portanto, não é culpável.

De maneira geral, esses princípios estruturaram o probabilismo como um sistema moral que buscava conduzir a conduta das pessoas em meio às incertezas de sua realidade. No entanto, desde o seu surgimento, o probabilismo foi alvo de diversas críticas que, por assim dizer, moldaram outros sistemas morais. Entre estes sistemas, aquele que se posicionou como mais clara oposição ao probabilismo foi o probabiliorismo.

O probabiliorismo defende que, em caso de dúvida, deve-se sempre optar pela mais provável das opiniões. Daniel Concina, dominicano italiano e um dos maiores expoentes do

probabiliorismo, escreveu em meados do XVIII *Historia de probabilismo y rigorismo*, na qual constrói uma história dos diversos sistemas morais que estavam em meio da polêmica e dá maior atenção ao probabilismo, o qual é vítima de duras críticas. Nela sustentava que o probabilismo corrompia a moral cristã por meio de concessões que buscam facilitar a vida terrena, pois, por meio da menor probabilidade e dos princípios probabilistas, suavizava-se demais a Lei Evangélica. Cabe notar, no entanto, que no período da publicação dessa obra, o probabilismo já vivia sua decadência, mas, ainda assim, essa e outras obras de Concina foram amplamente utilizadas para se refutar as teses probabilistas (DELGADO, 2004: 246).

Concina sustenta que o conceito de probabilidade deve ser entendido como sinônimo de verossimilhança, de modo que quanto mais provável fosse uma opinião mais verossímil ela seria, ou, em outras palavras, mais próxima da verdade (Cf. CONCINA, 1772). A partir dessa relação de sinonímia, o autor se baseia em Agostinho de Hipona ao afirmar que a lei de Deus é a verdade e Deus é a verdade (AGOSTINHO, 1997: 101), de modo que, segundo ele, aquele que opta por uma opinião menos provável em detrimento de outra mais provável está se afastando de Deus e, consequentemente, da salvação eterna.

Para além dessa argumentação, Concina define alguns pontos que sustentam o probabiliorismo. Tem-se, em primeiro

lugar, que o homem pode pecar tanto violando a lei como contradizendo sua consciência, de modo que se este seguir a opinião falsa de um teólogo estará pecando contra a lei mesmo que não pecke contra sua própria consciência. Em segundo lugar, o autor afirma que mesmo entre diversas opiniões prováveis haverá apenas e obrigatoriamente uma opinião verdadeira. Por fim, Concina considera como culpado o homem que opera com uma opinião que esteja em estado de dúvida em relação a ser pecado ou não. Desse modo, pode-se notar que esses princípios se constituem como clara oposição ao probabilismo, buscando eliminar a liberdade de consciência por meio da busca de opiniões certas ou mais seguras.

Debates morais

No entanto, como se deram esses debates? Concina dedica um capítulo exclusivamente à questão do jejum no período da quaresma. Segundo ele, a doutrina de São Basílio era a mais aceita, a qual determinava a obrigatoriedade do jejum, contudo a excetuava em casos de enfermidade grave. No entanto, diversos probabilistas buscavam relativizar a questão de modo a torná-la mais branda. Estes, segundo Concina, defendiam que em várias situações o descumprimento do jejum não se configurava como pecado. Como, por exemplo, a fim de se evitar futuras enfermidades, em caso de fraqueza, ou, até mesmo, fome excessiva e “calores estomacais”. (CONCINA, 1772: 106-117).

Almeida, em um dos poucos artigos em língua portuguesa sobre o tema, demonstra que outro ponto muito discutido entre teólogos era o da concepção e da vida sexual. Diversos autores de orientação probabilista buscavam abrandar as rigorosas normas que regravam tais questões com a justificativa de que a natureza humana é fraca ou por conta da “extrema fragilidade do nosso barro” (ALMEIDA, 1996: 13). Desse modo, atentando-se à questão do incesto, para o ato ser configurado como tal seria necessário que “a semente do homem entre no membro natural da mulher” (NAVARRO in ALMEIDA, 1996: 13.), assim, qualquer ato sodomítico em que não houvesse contato do sémen com o órgão sexual feminino era tido como lícito. Tal posição permite concluir, como a autora afirma, que os temerosos de pecarem por incesto se viam encorajados a praticar relações de sodomia (ALMEIDA, 1996: 13).

No que diz respeito ao aborto, a questão parece um pouco mais polêmica, tendo-se em conta que este era tido como homicídio. Em alguns manuais de confessores – obras de teólogos em que se dava de maneira mais acentuada os debates aqui tratados – defendia-se a tese de que o aborto de uma criatura sem alma racional seria um “homicídio imperfeito”, o que justificava o ato em algumas situações, como a de perigo à mãe. No entanto, não havia um consenso sobre a aquisição da alma racional, “os fetos de menino já a teriam aos quarenta dias, e os de menina aos noventa,

segundo a opinião de Aristóteles, enquanto Avicena dava um prazo de trinta dias para os meninos, e Alberto Magno, de vinte e cinco dias.” (ALMEIDA, 1996: 15.), tornando, desse modo, a questão mais polêmica ainda.

De maneira mais abrangente e não menos polêmica, Schwartz demonstra que na Península Ibérica – graças a já discutida peculiaridade da região – tanto teólogos como homens comuns acreditavam que era possível de se lograr a salvação eterna das almas – o que era tida como uma das questões mais importantes no período – através das três grandes religiões monoteístas, pois estas estavam sustentadas em leis boas e sérias. (Cf. SCHWARTZ, 2009). Tal crença era uma clara oposição a um dos maiores dogmas da Igreja Católica, o do que a salvação só é possível através da Lei de Cristo.

No entanto, o debate probabilista não se limitava apenas ao âmbito espiritual, a distinção entre este e o temporal no período aqui abordado se mostrava demasiadamente tênue, principalmente no que diz respeito ao mundo ibérico, onde a linha divisória nunca foi claramente divida, o que tornava conflitos entre bispos e os poderes locais uma realidade constante (ELLIOT, 2004: 297.). Ademais, em diversos guias teológicos do período, encontram-se instruções de como um juiz deve se portar diante uma infinidade de casos, o que possibilita a discussão do probabilismo em uma esfera judicial.

Entre o espiritual e o temporal

Nesse sentido, Concinha menciona que autores probabilistas defendiam a ideia de que o súdito não estava obrigado a seguir a opinião de seu superior, mesmo que essa seja tida como a mais provável das opiniões em questão (CONCINA, 1772: 154.), especialmente através do teólogo Escobar que defende a tese de “que el Pueblo no peca en no recibir, aun sin causa alguna, la ley promulgada pelo Principe” (CONCINA, 1772: 93). Assim, à guisa de exemplo, o autor afirma que a questão do pagamento de impostos ao soberano tendia ao caos, pois

si siendo probable, que el tributo es justo, y también que no lo es, puedo como exactor de él cobrarlo hoy, y mañana, y aun hoy, como mercader dexarlo de pagar? Y resuelve, que puede hacerse lícitamente esta variación, según que cada uno quiera. (CONCINA, 1772: 94.)

Delumeau, por sua vez, lista diversas proposições que influem no âmbito jurídico e que foram defendidas por teólogos probabilistas. Estes defendiam opiniões tidas como escandalosas, como, por exemplo, a de que “quando as partes contrárias têm a seu favor opiniões igualmente prováveis, o juiz pode aceitar dinheiro para se pronunciar por uma de preferência à outra” ou de que “se um consultente quer que se lhe responda segundo a opinião mais favorável, peca-se não o fazendo” (DELUMEAU, 1991: 111). De forma semelhante, Almeida, ao estudar as obras de confessores,

atenta que, na ótica destes, os juízes poderiam receber presentes como reconhecimento da justiça feita ou como meio de engajá-los a ter um cuidado particular com o caso em questão e resolvê-lo com presteza (ALMEIDA, 1996: 10).

É possível encontrar em alguns manuais de confissão de orientação probabilista até mesmo justificativa para homicídios. Alguns teólogos sustentavam que matar – seja de forma traiçoeira ou não – alguém em um duelo para defender a própria honra e prosperidade não era tido como pecado. (ALMEIDA, 1996: 9-10). Nesse sentido, alguns teólogos, principalmente a partir de Juan de Mariana, justificavam, por meio dos princípios probabilistas, o tiranicídio. Ou seja, se o soberano fosse tirano de modo a não obrar em prol da república ou da moral cristã, seu homicídio seria justificado e não tido como pecado (LLAMOSAS, 2011: 287.).

Aparentemente, uma das questões mais perturbadoras para parcela da sociedade residia na proposição mais óbvia que um teólogo de orientação probabilista pode sustentar: a de que “um juiz possa julgar conforme uma opinião inclusive menos provável” (LLAMOSAS, 2011, p. 287.). Pode-se afirmar isso, pois, como Concina observou, “no hay cosa, mas facil á un súbdito, especialmente impuesto en el Probabilismo, que el formar opinion probable, que favorezca su libertad” (CONCINA, 1772: 94.), principalmente se levarmos em conta que a opinião de que o conceito de probabilidade era relativo, afinal a opinião de qualquer

especialista era tida como provável e que caso houvesse o conflito de duas opiniões contrárias acerca de uma mesma lei esta deixaria de ser obrigatória.

No entanto, no que concerne ao cumprimento ou descumprimento de leis, uma questão que parecia ser de suma relevância para a lógica probabilista diz respeito à existência de algum costume ou tradição em relação à promulgação desta. Diego de Avendaño, tido como primeiro e maior expoente do probabilismo latino-americano (BALLÓN, 2011: 28), discute, em sua *Thesarus Indicus* - publicada em 1668 -, a proibição régia da venda de folhas de coca no Peru. Avendaño sustenta que o consumo das folhas de coca no Peru se dá para uso medicinal, ademais, faz parte das tradições locais, por tal, a proibição da venda destas traria mais problemas do que soluções à república, assim, posiciona-se contrário à lei régia (PAREDES, 2007: 39-40). De maneira semelhante, Pablo Layman, primeiro autor a introduzir o probabilismo na região da Alemanha (CONCINA, 1772: 12-17.), sustentava que, os paulistas não deveriam ser excomungados por se utilizarem de trabalho indígena, pois isto já estava enraizado em seus costumes. Desse modo, o autor, embasando-se nas tradições locais, absolve-os de sua excomunhão e legitima o emprego do trabalho indígena (Cf. RUIZ, 2008.).

Ademais, retomando a obra de Avendaño, ao tratar dos costumes, este se aprofunda em outro aspecto central da lógica

probabilista, o papel da consciência individual. Para o autor, em alguns casos o indivíduo tem a liberdade de consciência para julgar se o cumprimento ou não da lei é válido. Um exemplo dessa situação é o trabalho forçado de indígenas em oficinas têxteis do Peru, o qual é proibido por Cédulas Reais, mas Avendaño sustenta que cabe à consciência individual julgar o cumprimento ou não de tais cédulas, pois, por maior que seja o dano do trabalho para os indígenas, ele se mostra de grande importância para o bem da república (PAREDES, 2007: 39-41).

Tais preceitos probabilistas, seja no âmbito temporal ou espiritual, produziram uma intensa campanha de combate ao dito sistema moral. De modo que a partir do século XVII os termos “casuísma”, “probabilismo” e derivados destes vieram a ter uma conotação pejorativa, pois foram usados para assinalar aqueles que aderiam ao laxismo moral (LLAMOSAS, 2011: 282). O laxismo era entendido como uma forma de se lidar com a moral cristã, em que a frouxitão e a condescendência reinavam. Desse modo, diversas condenações e proibições se seguiram a proposições de cunho probabilista.

Embora o probabilismo tenha surgido e se popularizado nos reinos ibéricos, a escalada anti-probabilista teve início na França. Cabe ressaltar que, segundo Concina, em meados do século XVII, o probabilismo teria se internacionalizado, de modo a lograr seu auge. No entanto, seu auge teria sido breve, pois logo em 1656

párocos romanos e parisienses apresentam ao clero francês um grande catálogo de proposições tidas como escandalosas, as quais teriam aterrorizado todos os bispos presentes (CONCINA, 1772: 13-18). Após isso, tem-se uma onda de publicações de cunho anti-probabilista que culminam em uma série de condenações papais. Em 1665, Alexandre VII condenou 29 proposições e no ano seguinte mais 17 foram condenadas. Já em 1679, o então papa Inocêncio XI condenou mais 65 proposições probabilistas. Por fim, Alexandre VIII, em 1690, condena mais 51 proposições atribuídas ao probabilismo.

Entretanto, o debate entre probabilistas e anti-probabilistas parece ter gerado maior repercussão no âmbito das ordens religiosas. Embora, como foi mencionado, o dominicano Bartolomé de Medina tenha sido um dos grandes responsáveis pelo surgimento de uma doutrina probabilista, foram os jesuítas que acabaram sendo associados a este, de modo a serem tidos como os maiores defensores do sistema moral. Isso teria se dado em parte pela adoção do probabilismo por Francisco Suárez – autoridade seguida em todos os colégios e cátedras jesuíticas – e, por outro lado, essa associação teria se dado com o intuito de desacreditar a ordem jesuítica em tempos de perseguição e dissolução (LLAMOSAS, 2011: 285).

Desse modo, se estabeleceu uma relação de sinônímia entre os termos “casuísta”, “probabilista” e “laxista”, e pode-se dizer,

também, que o termo “jesuíta” fazia parte dessa relação. A título de curiosidade, é interessante notar como o estabelecimento dessa relação logrou êxito e se mostrou inconteste até muito recentemente. Em fins do século XIX, em seu *Os irmãos Karamázov*, Dostoiévski constrói um interessante diálogo entre Fiódor Pavlovitch – grande devasso e dado aos exageros –, Smierdiákov – sempre descrito como uma pessoa carrancuda, mal-agradecida e de má-índole e que, até o presente momento, não havia tido uma única fala –, e algumas outras personagens. Estas discutiam sobre as barbaridades das guerras e, ao tratarem de um caso em particular, quando Smierdiákov sustenta que

[...] uma vez que caí prisioneiro de verdugos da raça cristã e eles exigem que eu amaldiçoe o nome de Deus e renegue meu santo batismo, estou plenamente autorizado a fazê-lo pela própria razão, pois nisso não há nenhum pecado. (DOSTOIÉVSKI, 2009: 189).

Justifica essa proposição afirmando que

[...] Porque é só eu dizer aos verdugos: “Não, eu não sou cristão e amaldiçoo o meu verdadeiro Deus”, que imediatamente eu serei anatemizado pelo supremo tribunal divino e totalmente excomungado pela santa Igreja como se fosse um pagão, [...] Portanto, se já não sou cristão, não posso tampouco renegar Cristo, porque neste caso não terei o que renegar. Quem vai cobrar do ímpio tártaro, Grigori Vassílievitch [trata-se de seu pai], até mesmo nos céus, por ele não ter nascido cristão, e quem há de castigá-lo por isso, considerando que não se tiram dois couros de um só boi? E, ademais, se o próprio Deus-todo-poderoso vier a cobra algo desse tártaro, quando este morrer,

então suponho que venha a ser através de algum castiguinho à toa (uma vez que não é possível deixar totalmente de castigá-lo), por julgar que este não tem culpa de ter nascido ímpio de pais ímpios. (DOSTOIÉVSKI, 2009: 189-190)

Smierdiákov, ao analisar um caso bem específico, sustenta em seu discurso que, de certo modo e em outras palavras, a Lei Natural possibilita a salvação eterna das almas – por mais que haja um “castiguinho à toa” – daqueles que não estão sob o jugo da Lei de Cristo. Este argumento foi amplamente utilizado pelos probabilistas, principalmente os jesuítas em continente americano. No entanto, o mais interessante é a recepção desse discurso.

Grigori [pai do orador] estava boquiaberto e fitava o orador de olhos esbugalhados, [...] parou com ar de quem acabara de dar uma testada na parede. Fiódor Pávlovitch esvaziou o cálice e desatou uma risada esganiçada.

[...] Sim, senhor, seu *casuista*. Ele aprendeu isso em algum lugar com *jesuítas*, Ivan [filho de Pávlovitch presente na discussão]. Tu, hem, seu *jesuítia fedorento*, quem foi que te ensinou isso? Só que tu estás dizendo *lorotas*, *casuista*, *lorotas*, *lorotas*, *lorotas*. Não chores, Grigori [...].

– Lorotas, ma-mal-dito – chiou Grigori. [itálicos nossos] (DOSTOIÉVSKI, 2009: 191-192.)

Como é possível notar, o discurso foi recebido com terror e ojeriza, e, como buscamos realçar, estabeleceu-se – quase dois séculos após os debates casuístas – uma relação direta entre a Companhia de Jesus e o casuísmo, relação esta carregada de um claro tom pejorativo.

Essa associação não era de todo falsa, afinal, os jesuítas, em grande medida, adotaram o probabilismo. Para se compreender isso, tem-se que levar em consideração que estes foram um dos maiores responsáveis pela educação e pelo proselitismo no Novo Mundo desde que os europeus chegaram nele. (BARNADAS, 2004: 529-530). Se o contexto europeu era o de incertezas em relação a como se proceder, o contexto americano tendia a ser mais incerto, pois se tratava de uma realidade completamente distinta e nunca antes vivida. Assim, parece natural que os jesuítas adotassem uma doutrina que pudesse compatibilizar a nova realidade à ortodoxia católica. Tal adoção pode ser comprovada através do estudo feito por Manuel Braga, citado por José Carlos Ballón. Braga faz um levantamento dos acervos das bibliotecas jesuíticas no Peru e constata uma grande quantidade de probabilistas nestas (Cf. BALLÓN, 2011.). Além disso, é interessante ressaltar que diversas universidades de orientação jesuítica no Novo Mundo se baseavam em autores probabilistas, o que é bem representativo. (DELGADO, 2004: 246.)

Essa adoção, como já foi mencionado, foi motivo de grandes debates com um viés nitidamente anti-jesuítico. Em 1656, os dominicanos foram os primeiros a proibirem o ensino de proposições probabilistas. Por tal, vangloriavam-se pela primazia no combate ao probabilismo e por terem, segundo Concina – que era dominicano –, influenciado nas condenações papais. (Cf.

CONCINA, 1772.). No entanto, é interessante recordar que, como já foi demonstrado, Medina, era da ordem dominicana. O embate entre dominicanos e jesuítas também ocorreu no novo mundo, principalmente no âmbito das cátedras universitárias – cujas de orientação dominicana se baseavam no próprio Concina –, mas não obteve muita expressão graças ao predomínio jesuítico na educação americana.

Entretanto, o debate mais acentuado teve seu berço na França. Como um dos primeiros críticos pode-se citar Renée Descartes, que estudou em colégio jesuítico, e que, de maneira sutil, posiciona-se contrário à Companhia de Jesus ao afirmar em seu *Discurso do Método*, publicado em 1637, que aqueles que baseiam em meras probabilidades – o que era um recurso comum, segundo transparece – “são espíritos fracos e vacilantes” (DESCARTES, 1983: 42-43). Por isso, busca construir método sólido para bem conduzir a razão e se lograr certezas.

De maneira mais violenta se deu o debate entre jansenistas e jesuítas, este ocorreu por diversas questões, mas a maior expressão do debate no que diz respeito ao probabilismo se deu em 1657, quando Blaise Pascal se posiciona terminantemente contrário à Companhia de Jesus e do dito sistema moral em suas *Provinciais*. Empregando uma feroz crítica em tom satírico e defendendo o jansenismo, este sustentou que todo laxismo moral era fruto do probabilismo e que os jesuítas eram os grandes responsáveis pela

propagação deste (DELUMEAU, 1991: 97). Para Delumeau, a publicação das epístolas de Pascal é um grande marco no que diz respeito à decadência do probabilismo (DELUMEAU, 1991: 110). Cabe ressaltar, no entanto, que, apesar do sucesso da publicação, esta era motivo de crítica, tanto no meio intelectual probabilista como anti-probabilista. Isso se dava devido à defesa do jansenismo, ordem religiosa tida como rigorista, termo o qual deve ser entendido como o extremo oposto do laxismo. De modo que se este era condescendente demais com as ações humanas, o rigorismo, por sua vez, cobrava de uma massa imensa de fiéis o comportamento moral de uma pequena elite (DELUMEAU, 1991: 66).

Embora tenha sido alvo de críticas, as *Provinciais* e as proibições papais tiveram como consequência material a expulsão dos jesuítas. A Companhia de Jesus já se destacava negativamente por sua forma missionária que se baseava nas reduções, as quais eram tidas como uma sociedade alternativa em relação à dos colonos (BARNADAS, 2004: 544-545). Associado a isso, tem-se o fato de que os princípios probabilistas possibilitaram o estabelecimento uma margem de ambiguidade e negociação no que diz respeito às ordens da Coroa, de modo que “as leis inoportunas, embora olhadas com deferência devido à fonte que emanavam, não eram obedecidas, enquanto a própria autoridade era filtrada, mediada e dispersada”, de modo que se dissolviam as certezas de Madrid através de sua ambiguidade, “onde “observar, mas não

obedecer” era um artifício aceito e legítimo para desatender às vontades de uma coroa supostamente bem-informada.” (ELLIOT, 2004: 299.).

Ademais, graças a uma complexa operação de propaganda, vinculou-se ao probabilismo e aos jesuítas a justificativa do regicídio que, como já foi demonstrado, alguns jesuítas aprovavam e ensinavam. Associado a isso, tem-se o contexto de mudança dinástica na Espanha, em que a nova dinastia, de influência francesa, buscou centralizar o poder e torna-lo mais eficaz (ORTIZ, 1999: 331-367). Assim, em pouco tempo a Companhia de Jesus é expulsa e dissolvida. Tal fato logo repercutiu na educação americana, em que as grades curriculares de influência jesuítica e, portanto, de orientação probabilista logo foram substituídas por doutrinas tidas como mais seguras. (DELGADO, 2004: 249-250).

Nesse sentido, em agosto de 1769, foi emitido um *Tomo Regio* que ordenava a imediata convocação de concílios eclesiásticos por toda a América espanhola. Entre outros assuntos, estes deviam se dedicar a

Exterminar las doctrinas relajadas y nevas sustituyéndolas por las antiguas de la Iglesia y de infundir en los vassallos, como antídoto contra el regicidio, amor y respeto a los superiores, haciéndoles ver que éstas eran obligaciones religiosas y no sólo civiles y naturales (MACERA, 1963: 95)

Tal contexto político tornou praticamente impossível a defesa do probabilismo, de modo que diversos teólogos que haviam publicado obras em defesa do probabilismo buscaram se retratar reescrevendo suas antigas obras ou publicando novas afirmando que estavam enganados em relação ao probabilismo. (LLAMOSAS, 2011: 292.)

Se no âmbito político e jurídico o probabilismo foi derrotado, por assim dizer, devido à dissolução da Companhia de Jesus e por conta das reformas advindas do câmbio dinástico espanhol, no âmbito teológico se deu graças ao advento do equiprobabilismo. Este sistema moral, criado por Afonso de Ligório em meados do XVIII, defendia que em caso de dúvida a pessoa deveria sempre estar atenta à honestidade da ação e só poderia optar por uma opinião provável quando escolhida entre outras tantas igualmente prováveis. (LLAMOSAS, 2011: 285). Segundo Delumeau, Ligório convidou o homem a assumir a responsabilidade ética e o risco de suas ações, mas, em contrapartida, o confortava e o desculpabilizava “quando tomava uma decisão com toda a boa-fé e cercado de garantias sérias” (DELUMEAU, 1991: 130.).

Conclusão

Sendo assim, no que resultou a polêmica em torno do probabilismo? Delumeau sustenta que este modelou uma moral mais bem adaptada aos problemas do período, pregou respeito à

consciência, preconizando, desse modo, a defesa da liberdade individual (DELUMEAU, 1991: 108). Já Almeida sustenta que a história do probabilismo está completamente vinculada à ascensão da burguesia ilustrada, de maneira que em um âmbito privado, a burguesia fora contaminada pelo laxismo em nome do igualitarismo e da liberdade, desde que não prejudicasse a outrem (ALMEIDA, 1996: 17.), enquanto que em um âmbito público, esta fora contaminada pelo rigorismo em nome do combate à decadente aristocracia, pois a burguesia necessitava da concretude da lei para defender seus interesses econômicos. Sendo assim, podemos afirmar que o fenômeno do probabilismo e das discussões em torno deste configuraram um período de transição entre um direito baseado essencialmente nos costumes e na livre interpretação para outro direito baseado na normatização e na mera aplicação das leis. Um período em que as relações entre o espiritual e o temporal foram de sobremaneira tensas, líquidas e, em meio a isso, sofreram mudanças que até hoje nos afetam.

Almeida, contemporizando ainda mais a discussão, defende a ideia de que na sociedade brasileira contemporânea existe apenas uma tênue linha que distingue o favor da corrupção, de modo que esta última só é entendida como tal quando envolve grandes somas de dinheiro. Tal construção, associada ao sentimento de permissividade e condescendênciа em relação à corrupção, está

relacionada, em alguma medida com a influência jesuítica na educação no período colonial (ALMEIDA, 1996: 2).

À guisa de conclusão, o objetivo desse artigo é demonstrar que o estudo da teologia moral é de grande importância para compreendermos as relações jurídicas e políticas da idade moderna ibérica. Paolo Prodi defende que o ideal de justiça ocidental é anterior às codificações iluministas. Este advém do *ethos* (entendido como algo derivado dos costumes, tradições e éticas) e, por tal, o autor admite que o costume e a moral podem exercer um poder coercitivo sobre as pessoas, além da lei em si. (PRODI, 2005: 4-10). De forma semelhante, Llamosas afirma que para a historiografia latinoamericana não é mais necessário grandes justificações ou explicações para relacionar questões da teologia moral à história jurídica. (LLAMOSAS, 2011: 281.). No entanto e infelizmente, a tradição historiográfica brasileira ainda dá pouca atenção à questão, de modo que o já mencionado artigo de Almeida é um dos poucos que aborda a temática. Assim, termos como “consciência”, “prudência”, “probabilidade” entre outros acabam sendo associados apenas à história das religiões e da filosofia.

Obras Consultadas

AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Paulus, 1997.

ALMEIDA, A. M. A casuística, o probabilismo e os manuais de confessores. In: **VII Encontro Regional da ANPUH**, 1996, Rio de Janeiro.

AQUINO, Tomás de. **A prudência: a virtude da decisão certa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco** – tradução, notas e textos adicionais de Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2009.

BALLÓN, José Carlos, *La complicada historia del pensamiento filosófico peruano: siglos XVII y XVIII*. Lima: Ediciones del Vicerrectorado Académico de la UNMSM, 2011.

BARNADAS, Josep M. “A Igreja católica na América espanhola colonial”. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial** (Vol. I) São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004.

CONCINA, Daniel. *Historia Del Probabilismo y Rigorismo: dissertaciones theologicas, morales, y criticas, en que se explican, y defienden de las sutilezas de los modernos probabilistas los principios fundamentales de la Theologia Christiana*. Madri: Oficina de la viuda de Manuel Fernandez, 1772.

DELGADO, José Romero. “*Iglesia, Estado y Sociedad en la educación colonial de la América Hispana durante el siglo XVIII*”. Historia de la educación. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004, pp. 235-257.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão: as dificuldades na confissão católica nos séculos XIII a XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamázov**. São Paulo: Editora 34, 2008.

ELLIOT, J.H. “A Espanha e a América Latina nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Op cit.*

HANKE, Lewis. **Aristóteles e os índios americanos**. Trad.: Maria Lúcia Galvão Carneiro. São Paulo: Livraria Martins Editora, s.d.

_____. *La lucha por justicia en la conquista de América*. Madrid: Ediciones Istmo, 1988.

LEVI, Giovanni. “Reciprocidade Mediterrânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de et al (Org.) **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LLAMOSAS, Esteban F. “*Probabilismo, probabiliorismo y rigorismo: la teología moral en la enseñaza universitária y en la práxis judicial de la Córdoba tardocolonial*”. *Cuadernos de*

Instituto Antonio de Nebrija. Córdoba: CONICET, 2011, pp. 281-294.

MACERA, Pablo. “*Probabilismo en el Perú durante el siglo XVIII*”, in *Nueva crónica*. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 1963.

PAREDES, Víctor Hugo. *El lugar de Probabilismo en las ideas políticas del Perú*. Lima: Solar, 2007.

MARTIN PLIEGO, F. Javier; DEL CERRO, Jesús. *Aportaciones españolas a la génesis del concepto de probabilidad*. **Anais eletrônicos da XIV reunião de Economia Aplicada de Oviedo**, 2000.

PINCKAERS, Servais Théodore. *Las fuentes de la moral cristiana. Su método, su contenido, su historia*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2000.

RUIZ, Rafael. *Duas percepções da justiça nas Américas: Prudencialismo e Legalismo*, **VII Encontro Internacional da ANPHLAC** Vitória, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZAVALA, Silvio. *Las instituciones jurídicas en la conquista de América*. Mexico: Porrua, 1971.

Experiências educacionais no Assentamento José Eduardo Raduan: escola, educação e terra.

Ricardo Callegari¹

Resumo: Busco discutir sobre a relação existente entre a luta, educação e a terra e quais os significados que estas possuem para as famílias assentadas no Assentamento José Eduardo Raduan, em Marmeleiro, Sudoeste do Paraná (1983/2003). Compreende-se que a luta feita pelos Sem Terra traz significados sobre educação e escola que se diferenciam do modelo tradicional e neoliberal de educação, principalmente por conciliar a educação com a prática e a vivência dos alunos buscando a transformação intelectual e social deste. Partindo do pressuposto que a educação é uma importante ferramenta para compreendermos o mundo em que se vive e das relações que está inserido; serve para ver a história e as lutas buscando valorizar a formação da identidade – Sem Terra – através do conhecimento destas lutas. Para tanto será analisado entrevistas orais e materiais produzidos pelo movimento.

Palavras chave: Educação no Campo; MST; Sudoeste do Paraná.

O objetivo deste trabalho é apontar experiências vividas por sujeitos sociais do campo e suas experiências com a educação no Assentamento José Eduardo Raduan em Marmeleiro, Sudoeste

¹ Estudante do 4º ano de história da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Paulo José Koling

do Paraná, no período de 1983 a 2003. Ao passo que pretendo fazer uma discussão a respeito da educação no campo e qual a sua importância num contexto de cada vez mais saída de jovens do campo para as cidades. Neste sentido, busco correlações entre o modelo neoliberal de educação e a evasão do campo por parte dos jovens. Para empreender tal análise serão analisadas entrevistas orais produzidas no ano de 2012, assim como fontes documentais que retratam a situação das escolas no Assentamento, além de discutir com referencial bibliográfico sobre o assunto como Sérgio Haddad (2008) ao debater sobre os impactos das políticas neoliberais na educação e também de Célia Regina Vendramini (2004) que evidencia a diversidade de experiências nas escolas do campo.

Parte-se do pressuposto que esses sujeitos presenciaram vivências muito significativas para a história e para se pensar a educação, experiências essas que não se encontram apenas no âmbito da sala de aula, mas estão relacionadas com as vivências destes sujeitos nos contextos que se encontravam, como as distâncias que deviam percorrer até chegar a escola, assim como as salas multisseriadas e a utilização dos espaços escolares como lugares de luta, além claro das dificuldades de estudar dado a necessidade de trabalhar conjuntamente com a família na roça.

As motivações para tal estudo se deram através de indagações que me “perseguiam” enquanto jovem e filho de agricultor. Meus pais sempre comentavam que na “época deles”, década de 70, 80 e início da década de 90, morava no campo uma enormidade de jovens, comentava ele que nos domingos enchiam dois ou três caminhões de pessoas para irem às comunidades vizinhas jogar futebol. Eram jovens, casais jovens também que se enfileiravam na luta por terra, participando de discussões, manifestações e mais tarde de ocupações para permanecer na terra.

Esta realidade muda a cada ano. Cada ano vê-se menos jovens no campo. O que devemos questionar é qual o significado que a terra assume para estes jovens, como eles – nós – vemos a terra, como esses significados foram produzidos e apontar quais os interesses envolvidos nesta dinâmica. Assim como, pensar qual o papel que a educação e as escolas têm para mudar esta realidade e o que de fato é feito.

Primeiramente é importante frisarmos que se democratizou o acesso ao ensino, mas não o conhecimento (HADDAD, 2008). De forma alguma ele é emancipador, não busca a mudança da realidade, mas sim a manutenção das estruturas e das relações sociais. E mesmo esta democratização no acesso é restrita ou limitada, pois é necessário condições para estudar, realidade que ainda não permite a todos continuarem ou iniciarem os estudos,

principalmente o superior, como mostram as pesquisas do MEC/Inep em que apontam para uma escolarização bruta de 15,1% da população entre 18 e 24 anos, segundo dados de 2002.

Tanto a educação do campo, como da cidade estão inseridas num modelo que se mostra cada vez mais a favor do capital e que, por isso, não apresenta fatores fundamentais para a compreensão da desigualdade social. Esta continuada desinformação é fundamental para a manutenção da ordem vigente, pois naturaliza questões como o conflito de classes e os interesses que estão em jogo. Pretende-se desta maneira evidenciar elementos que contribuam para pensar a escola do campo, a escola do Assentamento. Partindo do pressuposto que a educação e as pessoas são transformadoras podemos ver que uma escola que situa o aluno no contexto em que está vivendo e apresenta elementos que mostram o porquê deste contexto, muito provável será sua consciência crítica a tal ponto fortalecendo a luta. Educação como disputa e conflito.

Como apontou Ramofly Bicalho dos Santos (2011), um dos fatores para que esta situação continue está relacionada, também, a condição de trabalho dos professores do campo. Por um lado, não são incentivados a desenvolver noções que possibilitem uma emancipação crítica por parte do aluno. Por outro lado, não possuem condições necessárias para preparar aulas dinâmicas, dado

a quantidade de alunos por sala, a diversidade destes e a própria quantidade de aulas que um professor da rede pública de ensino (fundamental e médio) possui, sem contar com horas atividades suficientes para elaborar essas discussões.

Sabemos que, historicamente, existem problemas no que toca a construção de projetos que envolvem a educação do campo no Brasil. Percebemos, por exemplo, que os contratos temporários, o despreparo em lidar com os saberes da terra, o desconhecimento das diversas realidades do homem e da mulher do campo, o preconceito com o meio rural e os baixos salários geram, para as equipes, dificuldades de trabalho com os materiais didáticos produzidos para um público bem específico: as escolas das grandes metrópoles brasileiras. (SANTOS, 2011; p. 03).

Sugere-se que o capitalismo, assim como a burguesia seja ela agrária ou industrial, no seu processo de expansão se apropria de elementos os mais variados para se estruturar e expandir. Elementos que no discurso dão a impressão de que realmente mudarão algo, mas que na prática seguem os interesses da classe dominante. Esses discursos são motivados, na maioria das vezes, para neutralizar os conflitos entre burguesia e trabalhadores. Foi assim com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), com o Estatuto da Terra, com PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), com o Prouni

(Programa Universidade para Todos) e com a Reforma Universitária; são trazidos para a sociedade civil como projetos progressistas, mas que não resolvem o problema e sim o reafirmam cada vez mais.

No caso do Programa Universidade para Todos, que no discurso afirma democratizar o acesso ao ensino superior, há o investimento em faculdades ou fundações privadas, na contramão deste processo podemos perceber o sucateamento de universidades públicas com corte de verbas e falta de concursos. Este sucateamento ocorre com intuito de privatizar os espaços públicos

Com a confluência de variados aparelhos, como a mídia, educação e uso frequente de violência, busca-se “vender” estes discursos na tentativa de “anestesiar” as lutas por mudanças sociais e estruturais do sistema. O caso do Estatuto da Terra de 1964 “queria” fazer a Reforma Agrária, mas sem efetivar nenhuma desapropriação de fazendas improdutivas (MENDONÇA, 2006). Como?

Pelo I PNRA, o governo federal “pretendia” desapropriar as terras devolutas, de fazendas improdutivas e incentivar a produção. Podemos verificar, através das narrativas dos sujeitos sociais acampados na fazenda Anoni, que, desde o início, o “plano de reforma agrária” não tinha o objetivo de fazer uma transformação social nem de desapropriar as fazendas. No relato de

Saíte podemos verificar isso. Ao passo que ela interpreta a condição que viviam podemos perceber que a atuação do Estado se dava no sentido de expulsar, ou legitimar a expulsão, dos acampados.

Os projetos de reforma agrária conduzidos pelos governos não alteraram as estruturas de poder da classe dominante agrária pois não se efetivou uma redistribuição de terras. O que foi feito é o assentamento de famílias devido as formas de pressão que as famílias de Sem Terras encamparam, como as ocupações de terras e fazendas improdutivas.

Embora os governos tenham apresentado vários planos de reforma agrária estes ficaram longe de trazer significativas mudanças na estrutura agrária. Desta maneira, em um movimento contraditório, mas “programado”, assentam famílias em pequenos lotes, devido as pressões dos movimentos e da sociedade civil organizada, mas sem amparar ou dispor de políticas agrícolas capazes de propiciarem condições para organização da pequena produção, não facilita o acesso aos financiamentos que ficam com juros altos. Com juros altos, sem assistência técnica capaz de organizar a propriedade, educação falha, o resultado é o endividamento dos assentados, dos pequenos produtores, pois o lote não consegue pagar o financiamento.

É comum escutarmos que os sujeitos vendem o lote, vão se acampar novamente só para ganhar dinheiro. Como se fosse um modo de ganho fácil de vida em que a terra assume condição restrita de negócio e não de trabalho como discutido por Esterci (1990). Devemos analisar em que situações isso ocorre, primeiro por que não é um meio fácil de ganhar dinheiro e segundo por que a venda de terras é considerado pela classe dominante como algo corriqueiro, mas não em momentos de disputa com a classe trabalhadora em que esta é impossibilitada ou criminalizada por tal. No caso do Assentamento a “assistência técnica”, a regularização fundiária que deixou lotes maiores e menores, que não se dão alheios as políticas e processos de expansão do agronegócio, se caracterizam como processos que impossibilitaram a permanência no campo. Estas são relações que não passam despercebidas pelos sujeitos, como fica evidente na fala de Salete Mariani:

“É, e uma das questões que a gente também não pode, não pode acusar o povo, venda de lotes. Teve venda de lotes e tem venda de lotes! A gente viveu com isso nos assentamento, aqui não é diferente. Mas a gente também não... de quem que é a culpa da venda de lote [inaudível]. Por que o povo é culpado né!? Quem é que o culpado? É o movimento? Que muitos dizem: -Não, é o movimento sem terra!, mas a pessoa que

não quer ficar no lote ela dá um jeito. *E o INCRA também que... que tem essa tarefa de organizar melhor a reforma agrária também não atua, ele legaliza os lotes, não faz nada pra impedir essa venda de lote*". (Salete Mariani 11/01/2012).

Deve se pensar como a venda do lote ocorre, dentro desta lógica apresentada até agora podemos perceber que fatores como a demora para a regularização dos lotes e quando regularizado feito de maneira que não distribui igualmente os lotes no mesmo tamanho para os assentados, assim como a assistência técnica que não orientou de maneira construtiva a aplicação do dinheiro liberado pelos financiamentos, esses fatores contribuíram para que os lotes de terras não se viabilizassem economicamente, desta maneira houve o endividamento de grande maioria deles. Neste âmbito que a venda de lotes deve ser analisada, inserida num contexto que não visava a permanência destes no campo.

Essa dinâmica ocasiona a venda de lotes por parte dos assentados que partem a buscar alternativas para sobreviver, uma delas é a ida para as cidades. Logo, esta não consegue "abrigar" a todos que vão aos morros, como afirma SANTOS (2011):

Outro dado relevante nesta trajetória histórica gira em torno daqueles que, no afã de procurar "uma vida melhor", partem para

as cidades na esperança de garantir o suficiente ao sustento individual e familiar. Nesta realidade de exclusão, estes sujeitos se deparam com o desemprego, a exploração, a corrupção e, levando ao extremo, a possibilidade de viverem como moradores de rua. Os poucos empregos encontrados são, geralmente, humilhantes e alienados. (SANTOS, 2011; p. 04).

Outro panorama que se apresenta neste contexto é a permanência das pessoas mais velhas no interior, contribuindo para o envelhecimento do campo. Esta situação está presente atualmente. Neste sentido aqueles que optam por ficar no campo encontram problemas, como a Instrução Normativa 51(IN-51) em que exige a estruturação das propriedades produtoras de leite, cobrando o uso de ordenhadeiras “balde ao pé”, resfriador de leite a granel, além da obrigatoriedade em possuir sala de ordenha.

Este modelo contribui para a inviabilidade e exclusão das propriedades familiares com pequena produção. Estas exigências se enquadram num processo de expansão do capitalismo no campo e contribuem para a transformação do modo de vida e de produção, que passa a ter uma lógica semelhante ao do agronegócio, já que incentiva uma certa “modernização” e exclui boa parte da população, transformando o modo de vida na roça em negócio.

Neste sentido é preocupante quando vemos parcerias entre empresas privadas e transnacionais como a Syngenta, a Basf e a Monsanto, com escolas públicas. Como aponta LIMA em reportagem para o *Brasil de Fato* no dia 12/04/2011, “O setor (agronegócio) apostava na educação para manter sua influência, ou alienação, sobre a futura geração de trabalhadores”. No caso, o autor, referia-se a cartilhas distribuídas em diversos municípios do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo relacionadas ao “Projeto Agora” cuja responsabilidade é da União da Indústria de Cana de Açúcar, em que estavam presentes informações “positivas” sobre a produção do etanol, como a de que ele não compete com a produção de alimentos.

“(...) a apostila usada em sala de aula foca o desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil e o empreendedorismo dos grandes latifundiários sob a ótica do progresso, sem apresentar aos alunos qualquer exemplo que venha desvelar contradições trabalhistas ou ambientais. A apostila não pondera, por exemplo, as contradições do trabalho escravo e a superexploração dos cortadores de cana-de-açúcar em tempos atuais. E que a monocultura e o latifúndio sempre foram avessos à diversidade produtiva” (LIMA, 2011; p. 02).

Algo que se intensifica muito na pequena agricultura, assim como nos assentamentos, é a saída dos jovens para as cidades na busca por melhores condições do que no campo. Nem todos conseguem melhores condições, mas são incentivados a permanecer na cidade, na contramão, aqueles que permanecem no campo são apresentados a todo o momento, através da mídia e da escola (educação) para a *modernidade* da cidade em contraponto do *atraso* do campo e da pequena produção. Essas construções estão presentes desde sua infância, já que a educação ofertada na cidade não colabora para uma emancipação e formação intelectual do aluno, mas sim o direciona para o mercado de trabalho, seguindo o modelo neoliberal de educação.

Praticamente não há acesso à educação infantil ofertada pelo Estado no meio rural (...). Um tempo central e riquíssimo de possibilidades de aprendizado é ignorado e desperdiçado pelo Estado e por partes da sociedade que, culturalmente, ignora a existência da infância no campo. Seria por que a infância no campo é a infância das classes trabalhadoras?. (CALDART (org) 2006; P. 09.)

Seriam estas crianças que trabalhariam nas indústrias assim que crescerem, saindo do campo e contribuindo para a formação do

“exército de reserva” nas cidades. É neste sentido que as escolas do campo e as escolas Itinerantes são tão importantes e fazem parte da reivindicação dos movimentos camponeses. Neste âmbito podemos afirmar e destacar que as escolas do MST estão intimamente ligadas a formação e experiência do próprio movimento, que ao longo de sua história percebeu a necessidade de lutar por novos espaços de formação política e assim se formam novos significados para a educação, para a escola e para a luta.

Neste passo, o movimento busca acompanhar e colaborar com a formação política de seus educadores, através de cursos de formação em nível médio e superior. Segundo dados coletados pelo setor de educação do MST e disponibilizados na agenda d movimento de 2004 tinham sido formados mais de 15 mil educandos até o ano referido, assim como estavam implantadas mais de 1000 escolas da 1^a à 4^a série e 100 escolas de 5^a à 8^a nos assentamentos. 1400 salas de aula, com 30 mil jovens e adultos sendo alfabetizados por 2000 educadores e educadoras.² Podemos citar ainda as escolas Itinerantes presente em acampamentos e assentamentos, além das “Cirandas Infantis” (VENDRAMINI, 2004). A respeito da formação dos educadores é importante citarmos as parcerias com universidades no intuito de formar na área de Pedagogia da Terra para educação no campo. A própria

² Fonte: Agenda do MST, 2004.

experiência e a prática política dentro dos assentamentos e acampamentos colaboram muito para a emancipação dos próprios educadores.

Vale destacar aqui a produção de materiais que podem ser utilizados nas salas de aula para pensar sobre a história do movimento, do povo e da luta por ele empreendida. Materiais como *Escrevendo nossa luta, nossa história* (SCHWENDLER, 2003) e *A história da luta pela terra e o MST* (MORISSAWA, 2001) são muito úteis e interessantes pelas discussões que trazem e pela forma didática que as empregam. No caso do primeiro contando com a participação de inúmeros assentados que contribuíram com suas vivências e experiências e o segundo que apresenta um histórico sobre a concentração de terras no Brasil, localizando o surgimento do MST como movimento de resistência e de luta por reforma agrária.

Evidenciam como a educação é um espaço de disputa ao buscarem por uma “educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo” (MORISSAWA, 2001, p, 246). Ligada inclusive ao processo de formação do movimento, construída a partir da realidade dos acampamentos e assentamentos e como processo de frequente transformação humana.

Baseado na experiência destes sujeitos pode-se perceber sentidos e significados diferenciados a respeito da educação e das escolas. No caso do(s) assentamento(s) do MST, a formação destes significados está diretamente ligada à formação do próprio movimento e buscam conciliar a educação com a prática do aluno, não se limitando apenas a sala de aula, de forma a propiciar uma formação crítica e emancipadora.

Na luta pela terra, os Sem Terra se educam enquanto se organizam, marcham, negociam, produzem. Educam-se, também, na medida em que cultivam a memória de suas lutas, em que registram a história que constroem, em que situam suas experiências num contexto histórico mais amplo, olhando para as histórias passadas, para as conjunturas que condicionam a sua trajetória como trabalhadores que lutam pela terra (CALDART, 2000; apud SCHWENDLER, Sônia F., 2003; P. 11).

Por outro lado percebemos que com o avanço do capitalismo no campo, assim como do neoliberalismo e do agronegócio, as escolas do campo vão sendo fechadas e os alunos são retirados do campo para irem estudar na cidade. No assentamento José Eduardo Raduan esta questão está presente, o que leva os assentados a partirem para a luta seguidamente, pois as

ameaças por parte da prefeitura para fechar as escolas são anuais, neste sentido, a organização dos assentados é fundamental para assegurarem o direito à educação, como fica evidente na narrativa de José:

Queriam fechar a escola da Barra Bonita (...), nós imo e falemo com o prefeito, o prefeito deu uma endurecida, nós fumo de atrás, arrumemo dois ônibus de gente, fumo lá e eles se abriram tudo. Tá funcionando a escola, não sei se vai funcionar esse ano. (CALLEGARI, Ricardo. Entrevista com José (pseudônimo), 39 anos. Marmeiro: 16 de jan. 2012, 87 min.).

O Assentamento é criado em 1998 depois da regularização dos lotes que foram conquistados mediante ocupação da fazenda Anoni em 15 de julho de 1983. A fazenda passou a ser improdutiva depois que haviam sido retiradas as madeiras da mesma. Sua área compreende cerca de 5.000 (cinco mil) hectares e se localiza no município de Marmeiro/PR sendo limítrofe com o município de Campo Erê/SC. Nela se encontravam algumas cabeças de cavalo e em alguns lugares continha erva-mate nativa. A fazenda foi desapropriada em 1980 por decreto do Governo Federal³ para fins de Reforma Agrária ficando o Incra encarregado de distribuir e

³ Decreto nº 84.603 de 31 de março de 1980.

elaborar o projeto de Assentamento. Foram 15 anos até a regularização dos lotes, neste período as famílias se dividiram pelo interior da fazenda para poderem produzir e foram criadas, posteriormente, dez comunidades com uma escola de 1^a a 4^a série em cada com professores de dentro do acampamento.

As escolas não eram reconhecidas pelo município que, além de não fornecer os professores, buscava fechá-las. A questão da tirada do colégio de dentro do assentamento traz consequências para o modo de vida das famílias que ali estão, assim como para o próprio processo de construção do assentamento e de um modo de vida Sem Terra⁴, estando carregado de interesses políticos, econômicos e sociais por estar seguindo uma lógica neoliberal. No caso do Assentamento José Eduardo Raduan escolas foram fechadas, neste sentido, passou-se a pressionar o município a reabri-las. Forma de pressionar se dava através de comissões de dentro do assentamento, um representante de cada comunidade, em que levariam as discussões para o restante das famílias em reuniões nas comunidades. E através de reuniões desta comissão com os vereadores, prefeito, diretores e professores, como a que ocorreu no dia 13 de março de 2000, em que:

⁴ Utilizo Sem Terra por fazer referência formação e experiência em torno da identidade dos sujeitos que estão assentados.

Ficou decidido, então, nessa reunião que vai reabrir os dois núcleos no Assentamento Eduardo Raduan na comunidade de Barra Bonita e Novo Progresso. (...) com o prazo de até trinta dias, após o prazo de vinte e quatro de março, que era o prazo da comissão, para regulamentar o funcionamento dos núcleos e transporte. Cf. ASSENTAMENTO JOSÉ EDUARDO RADUAN. Ata de reunião. Marmeiro/PR: nº 2, 13/03/2000.

Este modelo que é contestado pelo movimento se baseia em diretrizes neoliberais, numa relação que visa a formação de técnicos (mão de obra especializada) para suprir a falta de mão de obra no mercado e que transforma o ensino em mercadoria. E neste contexto se delineiam algumas prerrogativas que visam a saída do campo, principalmente dos jovens, contribuindo assim para o envelhecimento do campo. José continua:

Eu garanto que se o colégio fosse aqui dentro, não era um, tinha vários professores aqui dentro. Eles iam garrar amor no que eles estão fazendo. Agora vai lá e ve os professor da cidade educa os fio, eles educam pra que? A educação deles é pra voltar não pro campo, é pra ser peão. (CALLEGARI, Ricardo. Entrevista com José (pseudônimo), 39 anos. Marmeiro: 16 de jan. 2012, 87 min.).

Em geral as famílias que se encontram no campo têm seus filhos morando ou trabalhando na cidade, em grande parte esta mudança do campo para a cidade é motivada pelo modelo educacional vigente, pois ao se referir ao campo, não desconstrói a ideia do campo como lugar de atraso.

Neste sentido, é interessante analisarmos as comemorações “caipiras”, tidas como tradicionais, geralmente nos meses de junho ou julho, quando não fazem em agosto (agostina) ou setembro (setembrina). Estas festas juninas – caso for em junho – mobilizam o colégio, tendo o envolvimento de professores, funcionários e alunos. Além, claro, de estarem aprovadas pelas secretarias de educação. Montam bingos, jogos, brincadeiras, comidas e a tradicional *festa caipira* em que os alunos se “vestem” de caipira, montando casais para dançar.

Podemos afirmar que esta forma de relação produz significados sobre o modo de vida camponês, estando, portanto imbricado de interesses. Ao passo que os alunos se “vestem a caráter” com roupas rasgadas, com palha de milho no bolso, geralmente com dente pintado de preto para representar a falta dele, com palavreado errôneo e barba por fazer. Produz-se uma determinada visão sobre a “vida na roça”, remetendo a condições precárias de vida e de trabalho. Além disso, afirmam, legitimam e

naturalizam vários preconceitos sobre os camponeses ou colonos e caipiras. Estes problemas são apresentados por Edilson Aparecido Chaves que evidencia “a permanência da ideia do caipira – ou aquele que o representa – como ‘atrasado’” (CHAVES, 2008, p. 6).

O autor ao discutir sobre as possibilidades de utilização das músicas caipiras em aulas de história entende que “sendo a música caipira excluídas dos manuais didáticos, não houve uma contribuição no sentido da valorização desse tipo de música no âmbito escolar” (CHAVES, 2008).

Essas construções, que se dão de forma hegemônica, contribuem para que os jovens cada vez menos pretendam ficar na roça. Passam a ver o esforço que devem fazer, baseados na experiência com seus pais, para terem uma renda significativa e se voltam para as cidades, na maioria das vezes.

Dá pra contar nos dedo quanto sobraram aí.
(...) Na verdade a gente mora aqui, mas que nem ele trabalha fora, né, eu tenho meu serviço. Se fosse tirar o sustento só daqui, que nem o pai trabalha com leite, não tem condições de se sustentar, é muito pouco. Então... a questão de trabalho, né. (CALLEGARI, Ricardo. Entrevista com Maria Joana (pseudônimo), 25 anos. Marmeiro: 11 de jan. 2012, 102 min.).

Porém, por exemplo, quando o MST organiza escolas Itinerantes ou luta por colégio em vários de seus acampamentos e assentamentos busca com isso apresentar uma noção de escola que não se limita a dinâmica restrita da sala de aula, por outro lado leva a escola pro acampamento na tentativa de dialogar a todo o momento com a realidade vivida pelos alunos, filhos de sem terra. Essas são noções que estão vinculadas com os significados adquiridos ao longo das experiências dentro de movimentos sociais de luta pela terra, que percebem a necessidade de lutar não apenas por terra, mas por condições de nela viver, dentro deste panorama veem na educação de suas escolas uma forma de contribuir para a (in)formação de seus militantes e dos lutadores.

Estes significados também se relacionam com a luta ao passo que veem neles um espaço conquistado pela luta e que deve ser utilizado na luta. Acrescentando assim as reuniões e discussões sobre questões pertinentes ao acampamento/assentamento com um momento de formação educacional, e se utilizam do espaço da escola para estes momentos.

A conquista da escola é um grande passo para os acampamentos e assentamentos, pois esse é tido como mais um local de disputa com a classe dominante, portanto as escolas do MST possuem um papel muito importante de formação de indivíduos preocupados com as questões do assentamento. Neste

mesmo âmbito, podemos afirmar que as escolas são um espaço de discussões a respeito dos significados da terra, sempre na busca de valorizar os camponeses e a agricultura, assim como funcionar com uma alternativa que visa a permanência do jovem no campo.

Trata-se de pensar a terra e a educação como fundamentais para a construção de uma sociedade com justiça social e soberania alimentar. Duas questões que precisam de profundas mudanças como podemos perceber quando analisamos o modelo agrário e educacional vigente no momento. O primeiro baseado no agronegócio, no qual vemos constantemente trabalhadores em condições análogas as de escravo⁵ sendo libertos. Mesmo modelo que não produz para alimentar, mas produz para exportar, enriquecendo os grandes latifundiários, que tem no seu histórico várias mortes orquestradas de camponeses para fins de tomar a propriedade através do grilo, que é uma prática recorrente ainda nos dias de hoje. Não esquecendo dos bancos que lucram muito através da espoliação que aplicam aos pequenos agricultores com juros altíssimos nos financiamentos feitos.

⁵ Segundo dados da CPT, mais de 35 mil pessoas foram libertas de trabalho análogo ao de escravo no Brasil nos últimos 15 anos. No Paraná, o caso mais recente envolve a Madepar indústria e comércio, e ocorreu na cidade de Palmas, sudoeste, no ano de 2011 ocasião em que foram resgatados 67 trabalhadores incluindo 5 adolescentes.

Este modelo já mostrou que não é viável e nem sustentável. Podemos ver através da destruição ambiental, com o aumento de desmatamento, uso extensivo de agrotóxico e através dos transgênicos, que afetam diretamente a população quando compra estes produtos. Por outro lado beneficia empresas multinacionais e bilionárias como a Monsanto e a Bayer⁶ que detém o controle das sementes transgênicas (CARVALHO, 2003), fabricantes do herbicida que é utilizado nas lavouras. Dois pontos merecem discussão, a) as sementes transgênicas não se reproduzem isso acarreta no monopólio das sementes por parte de transnacionais, o que antes era de controle dos povos, passa nesta perspectiva para as mãos de empresas privadas. b) Enquanto que a utilização do “defensivo” (carinhosamente chamado desta maneira) utilizado nas lavouras transgênicas já mostrou que ao longo do tempo, as ervas daninhas criam resistência ao veneno, tendo por este motivo que destruir/queimar as plantações, pois não há mais como controlar as ervas daninhas.

Constrói-se aí um paradigma que só pode ser derrubado através de lutas sociais, pois por mais que o agronegócio se mostre contra e incapaz de proporcionar melhora nas condições de vida, acabar com a fome e/ou fazer uma transformação social, ele vem se fortalecendo cada vez mais. Pode-se perceber isso através da quase

⁶ Empresa que fabricou o “Agente Laranja” jogado no Vietnã.

constante diminuição da população camponesa, diminuição de pequenas propriedades, não separadas da lógica do capital e do neoliberalismo em financiar as grandes propriedades e através do Estado que injeta muito mais recursos financeiros para as grandes propriedades do que para a pequena produção.

O que não se coloca como novidade na história. Não só os camponeses, os operários, os trabalhadores, ou seja, os “doadores de trabalho”, foram explorados pela classe dominante em vários momentos, e sempre buscaram formas de resistir e de se organizar – seja nos Quilombos, nas Ligas Camponesas, em Canudos, Contestado, nas greves operárias – como os trabalhadores de hoje também buscam. Neste sentido, a luta por escolas e por outro modelo educacional deve ser considerado como forma de resistência ao passo que veem o ensino tradicional como incapaz de proporcionar uma mudança social.

Podemos afirmar que além da mídia, a educação serve de apoio para neutralizar as tensões existentes entre classes, assim como controlar a memória, difundir pensamentos elitistas e “formar” um exército de reserva alfabetizado. A este respeito é interessante percebermos a ligação entre *formação* e a *empregabilidade*, podemos perceber que a educação segue as necessidades de capitalismo e as demandas do neoliberalismo. Por isso, se tem incentivado, por parte dos governos, a implantação de

cursos a distância que formam técnicos rapidamente para atender as demandas do mercado de trabalho.

Podemos evidenciar aqui a educação como necessitaria de mudança para passar a formar cidadãos críticos e que possam usar esta educação para sua emancipação, para que não percam sua identidade, mas que ao contrário percebam a exploração presente na sociedade e nas relações que estão inseridos, que acabam por oprimir e explorar uma determinada classe em benefício de outra. Que percebam seus inimigos e busquem através da organização coletiva resistir ao avanço do capitalismo e na defesa de um sistema mais justo, se apresenta neste âmbito, o socialismo como uma das alternativas.

Podemos concluir, com base no estudo de caso do Assentamento José Eduardo Raduan e das experiências de luta no processo de conquista da terra, que a educação é um espaço de disputa com o Estado, representado no caso pesquisado pela prefeitura que demorou em aceitar as escolas do Assentamento e que atuou no sentido de fechá-las e transferir os alunos do campo para a cidade. Estes processos exigiram a organização das famílias acampadas que passaram a pressionar o município, através de reuniões e marchas, pela regularização das escolas e depois pela permanência destas dentro do Assentamento.

Este movimento de retirar as escolas do campo se coloca como um elemento importante e decisivo para a saída dos jovens do campo. Evidentemente que não é o único motivo, mas ao passo que distancia os conteúdos e as práticas da experiência e da realidade dos alunos contribui para perca de identificação com o campo.

Ambas as condições de trabalho – campo e cidade – estão inseridas numa lógica capitalista de produção que prioriza o grande, do pequeno; o empresário, do que o operário, trabalhador; a quantidade do que a qualidade; a quantidade, do que a condição em que é produzido. Neste sentido, a escola deve funcionar como espaço de discussão e problematização dessas questões, de forma a produzir conhecimento crítico nos alunos.

Sugere-se neste âmbito uma reformulação do próprio sistema educacional. Pois se a educação constrói sujeitos, ela também defende uma visão de mundo e um ponto de vista; com base nas direções tomadas pela educação, podemos afirmar que estas visões pertencem aos interesses da classe dominante. Desta maneira o modo de vida camponês é afetado por estas políticas, assim como toda a classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- BATTISTI, Elir. “As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX” In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária.** v. 1, n. 2, Agosto/2006, p. 65-91;
- BLOCH, Marc. **Introdução à História.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1997;
- BONIM, Anamaria Aimoré *et alli.* **Movimentos Sociais no Campo.** Curitiba: Scientia et Labor / Ed. Da Universidade Federal do Paraná, 1987;
- BRENNEISEN, Eliane. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2002;
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004;
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000;
- CALDART, Roseli Salete; DOLL, Johannes; PALUDO, Conceição (organizadores). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA, 2006;
- CARVALHO, Horacio Martins de (org.). **Sementes.** Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003;

CHAVES, Edilson Aparecido; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *A música caipira em aulas de história: questões e possibilidades*. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2008, Jacarezinho. **Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR.** Jacarezinho, 2008. p. 1-8.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** – sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995;

ESTERCI, Neide (apres.). **Terra de Trabalho e Terra de Negócio:** estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990;

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra:** opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam/Países Baixos/Holanda: CEDLA, 1990;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997;

HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI:** o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008;

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997;

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Campõeses:** Teologia da Libertação e movimentos sociais no Campo - Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996;

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense.** 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda., 1998;

LEÃO, Rubem Murilo. “Tensões Sociais na Frente de Expansão: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná – 1940/1970” In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revolução Campesina na América Latina.** São Paulo: Ícone / Campina: Editora da UNICAMP, 1985. p. 186-228;

LIMA, Eduardo Sales de. Jornal **Brasil de Fato.** 12 de abril de 2011;

MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista.** 1951. Disponível em:

<<http://www.scielo.com/marx/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2009;

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993;

_____; **Expropriação & Violência:** a questão política no campo. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1982;

_____; José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997;

MENDONÇA, Sonia Regina. **A Classe Dominante Agrária:** natureza e comportamento – 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006;

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** 21 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2001;

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em Confronto:** a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2008;

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História** - operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FVG, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15;

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007;

ROSSETTO, Edna. A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST. In: **Revista Múltiplas Leituras**, v. 3, n. 1, 2010, p. 103-118;

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. A educação do campo e o ensino de história: possibilidades de formação. In: **Revista Percursos**. Florianópolis, vol. 12, n. 01, 2011, p. 183 – 196;

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a Exclusão e a Utopia:** um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. (Tese de Doutorado em História).

- SCHWENDLER, Sônia Fátima; VARGAS, Maria Cristina (organizadores). **Escrevendo nossa luta, nossa história.** 20. ed., Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003;
- STÉDILE, João Pedro (coord.). **A Questão Agrária Hoje.** 3. ed., Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2002;
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. 3. reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1998;
- VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**, v. 22, n. 01, p. 145-165, 2004;
- VIEIRA, Maria do Pilar (org.). **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1998;
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos:** História do Oeste do Paraná. 2 ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987a.

Fontes:

- CALLEGARI, Ricardo. Entrevista com José (pseudônimo), 39 anos. Marmeiro: 16 de jan. 2012, 87 min.;
- CALLEGARI, Ricardo. Entrevista com Maria Joana (pseudônimo), 25 anos. Marmeiro: 11 de jan. 2012, 102 min.
- ASSENTAMENTO JOSÉ EDUARDO RADUAN. Ata de reunião. Marmeiro/PR: nº 2, 13/03/2000
- .

Fontes *on-line* em arquivos brasileiros: Reflexões sobre a Internet no ofício do historiador

Celeste Baumann, Elson Granzoto Junior,
Patrícia Moreira Nogueira, Paula de Castro Broda,
Renata Soares de Souza e Vanessa Neri Rodrigues¹

RESUMO

Esta pesquisa está inserida em um momento no qual as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) potencializam diariamente a interface entre preservação, divulgação e produção de conhecimentos históricos. Neste artigo, procuramos apontar brevemente o caminho por nós percorrido, ancorados pela leitura dos principais debates a respeito do tema. Subsidiados pela experiência do contato direto com os *sites* dos arquivos, foi nos permitido refletir acerca da situação atual das fontes *on-line*, seus processos de digitalização, critérios de seleção e a organização das fontes, ampliando o escopo para se pensar os usos possíveis da Internet para o ofício do historiador e os desafios futuros impostos pelas novas tecnologias.

¹Alunos da graduação do curso de História da Universidade Federal de São Paulo, bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET), tutorados pelas Profa. Dra. Edilene T. Toledo e Profa. Dra. Marcia Eckert Miranda. Aproveitamos para agradecer imensamente a colaboração das alunas Carolina Carvalho e Verônica Calsoni Lima ao longo da pesquisa e ao Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima, tanto no período em que foi tutor do grupo PET História da Unifesp, quanto depois, na revisão deste artigo e sugestões de bibliografia.

Palavras-chaves: TICs, fontes on-line, arquivos brasileiros, internet, digitalização de documentos, pesquisa histórica.

Introdução

Desde o ano de 2009, o grupo PET-História² da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) desenvolveu uma pesquisa que examina a relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a pesquisa Histórica. O trabalho aqui apresentado, intitulado "*Fontes on-line nos arquivos brasileiros: reflexões sobre a Internet no ofício do historiador*" visa apresentar a trajetória deste processo.

Durante o período dedicado ao tema, buscou-se problematizar a relação entre as TICs e o ofício do historiador, a partir da análise de dados concernentes à documentação *on-line* retirados de arquivos digitalizados e disponibilizados na *web*. Nossa principal objetivo foi elaborar um banco de dados com informações

²O Programa de Educação Tutorial (PET) é vinculado ao MEC e desenvolve atividades nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.

sobre os acervos e as fontes disponíveis na Internet vinculadas aos arquivos brasileiros.³

Ao longo do trabalho nos deparamos com a complexa política de seleção das fontes digitalizadas e sua divulgação *on-line*. Assim, nos foi possível refletir como a escolha da documentação colocada na *web* relaciona-se à própria função dos arquivos e quais as implicações desta disposição das fontes no que diz respeito ao ofício do historiador.

O objetivo desse artigo é expor os dados coletados e materiais desenvolvidos ao longo do trabalho, bem como apresentar brevemente o percurso bibliográfico que ancorou nossas reflexões, descrever o desenvolvimento e os desafios encontrados ao longo da pesquisa. Além disso, expomos alguns dos resultados e conclusões possíveis de serem percebidas neste vasto e mutável universo que compreende a relação entre a pesquisa histórica e as Tecnologias de Informação e Comunicação.

³ Concomitantemente à produção deste artigo foi desenvolvido um banco de dados, no qual reunimos as fontes localizadas ao longo da pesquisa. Este banco está disponível para consulta local do público na universidade e em breve estará *on-line* junto à página do grupo PET-História. A disponibilização das informações visa auxiliar pesquisadores interessados ou mesmo professores que poderão trabalhá-las em sala de aula.

As novas tecnologias e as políticas de guarda de documentos

Ao considerarmos as relações estabelecidas em uma configuração social no qual as TICs ganham um espaço cada vez mais central nas atividades de pesquisa, buscou-se por autores que pudessem trazer tais questões para o debate humanístico.

O advento da Internet e das formas de interação com o universo *on-line* na década de 1990 fez com que as instituições públicas e os já polêmicos debates envolvendo a autenticidade das informações se tornassem objeto de intensa reflexão por parte do meio intelectual.

Ainda nos primórdios de ampliação da rede, uma tendência de reflexão sobre o *ciberespaço* preocupava-se com a autenticidade dos conteúdos e dos documentos disponibilizados na *Web*. A partir desta perspectiva alertava-se, então, para o cuidado que o pesquisador deveria ter ao lidar com esse tipo de informação, uma vez que não haveria como controlar o fluxo de dados inseridos e disponibilizados *on-line*.

O historiador Charles Dollar defende que é preciso *questionar* tais dados *on-line*, observando, principalmente, a sua "procedência, criação e preservação" que, segundo ele, são essenciais para a avaliação das informações (Dollar, 1994: 75). Suas constatações fazem bastante sentido, principalmente se

considerarmos o contexto de sua produção, no qual a inserção de informações na rede mundial de computadores estava no começo de uma imensa intensificação e disseminação, levando os profissionais, como os da História, a refletirem sobre o futuro dos arquivos e da autenticidade dos documentos.

Pierre Lévy discordou dessa opinião, percebendo este processo de disseminação cibernetica sob um diferente viés. Ainda que parta da mesma discussão, ele defende a "virtualização" como uma resposta a uma demanda da sociedade que somente teria modificado as suas formas de comunicação. Assim, essa virtualização corresponderia às transformações sociais de cunho mais democrático, algo que já vinha sendo feito por outras mídias, como a televisão. Desta forma, seria possível afirmar que tais tecnologias estariam, portanto, "disponíveis para todos". Utilizá-las ou não seria, assim, uma questão de escolha (Lévy, 1999).

Em linhas gerais, as posições dessas duas tendências marcam o debate sobre o papel dos arquivos e das novas tecnologias empreendido nos anos 1990. Enquanto a primeira demonstra cautela e preocupação com a intensificação da disponibilização de informações na web, a segunda observa o fenômeno com entusiasmo, inserindo-o num processo maior, iniciado por outras mídias.

Distanciando-se das perspectivas anteriores, Manuel Castells coloca outra tendência e argumenta que é impossível desassociar a sociedade das tecnologias existentes (Castells, 2000). Assim sendo, não compactua nem com a preocupação da primeira no que se refere à questão da autenticidade dos documentos, nem com a percepção otimista da segunda ao enxergar a virtualização como uma demanda social que promoveria a democratização das informações. Nesse sentido, pensando na relação entre a tecnologia e a sociedade, Castells refere-se a uma "sociedade interativa", isto é, pautada na linguagem como forma de mediação e de determinante cultural. Tal linguagem aplicada à Internet potencializaria a capacidade de comunicação na medida em que é, em geral, "espontânea, não-organizada e diversificada" em suas finalidades e forma de adesão.

No final dos anos 2000, o historiador Robert Darnton refletiu sobre a relação entre disseminação do conhecimento e direitos de propriedade (Darnton, 2010). A ideia sustentada pelo autor associa a democratização de informações à questão do *copyright*.⁴ O autor analisa os impasses inerentes à digitalização e as ações que repercutiram deste processo. Para tanto, Darnton se

⁴ Cabe ressaltar que o *Copyright* diz respeito ao direito de reprodução sobre determinada obra, diferentemente do Direito Autoral, que se refere à produção intelectual do autor.

vale como exemplo da empresa Google, que possibilita a preservação e recuperação de artigos ou livros de difícil acesso, fora de circulação e/ou danificados, ampliando, em teoria, o acesso dessas obras à população geral. É vetado aos leitores, entretanto, a possibilidade de imprimir livros, cujo *copyright* ainda esteja sob domínio de um autor ou editora e, neste caso, a visualização das obras também é apenas parcial. Além disso, o acesso a todos os livros disponibilizados pelo Google só se dá mediante uma assinatura para "licença de consumo", assinatura esta que, segundo Darnton, estaria disponível para universidades e instituições públicas.

Darnton atenta, portanto, para o perigo da comercialização, pois os livros deixariam de ser percebidos como "fontes do saber" para serem vistos como "investimentos". É neste sentido que, segundo o historiador, o Google olha para as obras — um espaço cheio de "conteúdos" prontos para serem garimpados, uma vez que a digitalização dos acervos poderia ser feita a um baixo custo, se comparado ao investimento que receberiam, em especial graças a assinaturas e à publicidade. Para Darnton, ainda que a intenção seja uma distribuição "democrática" das obras, está se formando um "monopólio do saber", pautado na falta de interesse das autoridades públicas para digitalização de livros.

E foi tomando ciência de tais leituras e debates apontados

por esses autores que, de certa forma estão em consonância com nossa pesquisa, que tiramos algumas conclusões a respeito de questões em torno do debate da arquivística e sua relação com o ofício do historiador e suas pesquisas.

Procedimentos da pesquisa: listagem, tabulação e análise dos dados

O projeto teve como mote principal pensar as tecnologias digitais e seu uso por arquivos e bibliotecas. Esperávamos compreender, naquele primeiro momento, como as instituições se apresentavam em uma plataforma virtual e disponibilizavam o conhecimento a elas destinado; qual era a relação entre o conteúdo disposto em suas páginas da *web* e o acervo que abrigam e, em última análise, como se dava a democratização: o acesso dessas fontes *on-line* em paralelo às reflexões trazidas por Perry Lévy.

O contato inicial com nossas fontes se deu por meio da elaboração de uma listagem dos arquivos e bibliotecas *on-line* ao redor do mundo, a fim de observarmos quais itens seriam encontrados e se haveria algum padrão na disponibilização de documentos na rede. Deste modo, procurávamos observar as informações das instituições, as ferramentas referentes à pesquisa virtual e seu acervo *on-line*, caso existisse.

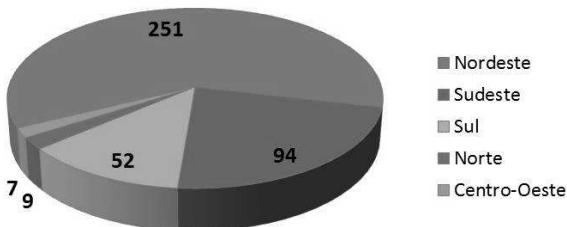
A partir da primeira sondagem, elaborou-se uma ficha experimental com a qual se pretendia identificar um conjunto de dados, tais como: proveniência do acervo, o(s) responsável(eis) por sua digitalização, fatores que teriam ocasionado o processo em questão. A pluralidade e incompatibilidade de elementos, a dispersão de informações e sua desorganização nos *sites* levaram, além de uma atualização da ficha, ao recorte da busca, restringindo a investigação aos arquivos públicos e privados brasileiros, que foram levantados por meio de pesquisa realizada em Dezembro de 2010.

O levantamento revelou um total de 413 arquivos, reunidos a partir de uma relação disponível no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ),⁵ somada à procura sistemática em *sites* de busca e *homepages* oficiais de estados e municípios, para completar eventuais lacunas à relação *on-line*. Nesta listagem, cada arquivo pesquisado foi classificado por região e estado, discriminando se possuía ou não *site* e, por fim, se suas páginas na *web* disponibilizavam algum tipo de conteúdo *on-line*, como demonstram os gráficos a seguir:

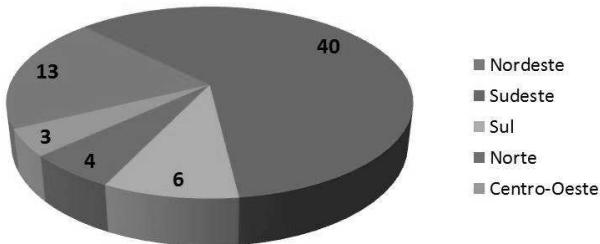
⁵ Disponível em

<www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Último acesso em 07 de junho de 2011.

Arquivos levantados

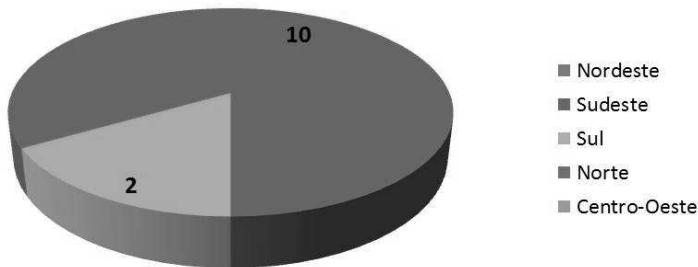


Arquivos que possuem domínios na Web



A última etapa da tabulação ainda indicou que, dos 413 arquivos localizados, apenas doze disponibilizam algum tipo de conteúdo digitalizado ao seu público. Tais arquivos estão divididos em cinco estados, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, sendo possível notar preponderância da região Sudeste sobre as demais, ao comportar dez das doze instituições que disponibilizam fontes digitalizadas. Outro dado importante é o total de *homepages*: doze ao todo, sendo cinco domínios municipais, quatro estaduais, dois particulares, mas que apresentam conteúdos referentes à memória da esfera pública e um *site* de domínio federal, ligado ao Ministério da Cultura. Também é notável a especificidade apresentada pela região Nordeste que, embora comporte mais da metade dos arquivos relacionados, possui somente treze deles com páginas na *web* e nenhum com qualquer tipo de fonte digitalizada.

Arquivos que disponibilizam fontes on-line



Tais dados sugerem um predomínio de arquivos nas esferas municipal e estadual, sendo menos expressivo no que diz respeito ao Governo Federal. É possível pensar, por exemplo, a concentração de fontes *on-line* justamente em arquivos de regiões que apresentam economia mais dinâmica. Isso nos leva a refletir acerca da disponibilização de informações, bem como sua vinculação a questões políticas e econômicas que ultrapassam os interesses de determinados arquivos e que nos levam a pensar sobre como algumas instituições são percebidas e se fazem presentes no cotidiano nestas três esferas.

Após essa reunião de dados, o passo seguinte consistiu na aplicação da ficha aos doze *sites* dotados de fontes *on-line*. No período entre Janeiro e Março de 2011 foram fichados os sites das seguintes instituições:

- Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo,
- Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro
- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Itapetininga
- Arquivo Municipal de Criciúma
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Arquivo Público do Município de São José dos Campos
- Arquivo Público do Paraná
- Arquivo Público Mineiro
- Centro de Documentação e Pesquisa da História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV
- Fundação Arquivo e Memória de Santos
- Fundação Nacional das Artes – Funarte
- Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – IIEP

O procedimento, porém, não tardou a revelar que diversas das informações procuradas não se adequavam ao nosso último modelo de ficha. Por este motivo, nosso material foi mais uma vez reformulado, tendo como base as informações encontradas nos arquivos e na bibliografia utilizada neste processo, que além de auxiliar nossas ponderações acerca do universo digital, também apoiaram nossas análises sobre o tratamento de acervos e a transposição em relação ao suporte digital.

Nesta etapa, utilizamos a ficha para levantar os seguintes dados: apresentação do *site* (a qual instituição pertence, quem o desenvolveu, quais seus objetivos/metas); como se deu o projeto de digitalização (quem foi o responsável, quais as instituições envolvidas, se houve alguma forma de patrocínio e quais os critérios para a seleção das fontes digitalizadas); como é sua coleção digitalizada (proveniente de qual acervo, qual seu modo de acesso e a disponibilização, qual formato de visualização dos documentos — JPG, PDF, TIF etc. — e como funciona seu sistema de busca); quais e como estão divididas as fontes encontradas ali (tipologia, categoria, período, a qual fundo e coleção pertencem).

Ao final de cada levantamento ainda foram elaboradas palavras-chave para identificação do arquivo analisado, além de

uma pequena descrição da página, relatando problemas encontrados ao longo do processo, críticas e pontos positivos do *site* pesquisado.

“Vitrine” virtual: o que é digitalizado e publicado

Finalizados os levantamentos, foi possível refletir com mais propriedade a respeito dos resultados obtidos ao longo do processo de pesquisa. A tabulação dos dados e sua consequente sistematização trouxeram à tona certas questões que nos levaram a pensar sobre os problemas da digitalização, considerando ainda o método de divulgação, circulação e disponibilização das informações digitalizadas, bem como os critérios e procedimentos referentes à escolha dos materiais dispostos na rede.

A análise destes pontos serviu como fio condutor da pesquisa e possibilitou uma reflexão a respeito da conjuntura atual dos acervos em arquivos públicos no Brasil e como estes têm lidado com a informatização de seus sistemas, além de discorrer sobre os recursos utilizados por cada local ou região. Deste modo, nosso exame inicial revelou outro importante aspecto ligado à Arquivística que, aparentemente, tem sido desconsiderada por essas instituições. Cada arquivo lida de forma diferenciada com seu acervo e sua reprodução digital, podendo digitalizá-lo por completo e contemplá-lo com um sistema de busca informatizado ou apenas

dar publicidade a uma pequena parte do conjunto documental, sem que esses critérios sejam explicitados ao consulente. Assim, observamos a ausência de padronização e de organização, mesmo particular e interna de cada acervo com relação ao material selecionado para ser disposto na *web*.

Além disso, foram raras as vezes que encontramos informações técnicas sobre as instituições, tais como as dimensões do acervo disponível para consulta, ou o responsável pela definição dos critérios de disponibilização *on-line* da documentação. Poucos arquivos, por exemplo, apresentam em seus *sites* informações sobre os critérios de seleção dos documentos ali dispostos. Outro dado desconsiderado pelas instituições é a proporção das fontes *on-line* em relação à totalidade do acervo.

De todos os arquivos com *site* pesquisados, percebemos que o Arquivo Público do Estado de São Paulo é o que possui as descrições mais completas, bem como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Quanto ao critério de seleção, identificamos que o Arquivo do Estado de São Paulo tem sua documentação disponibilizada com objetivo principal de divulgar fontes de variadas tipologias, ligadas aos principais fatos da História do Estado de São Paulo, e relata, em sua página na *web*, que estão disponíveis *on-line* 48,16 metros lineares de documentos digitalizados, relacionados aos temas de

administração pública, urbanização, industrialização, movimentos sociais, educação estadual, grupos escolares, imigração e modos de vida em São Paulo⁶. Todos dispostos em documentos iconográficos, impressos, filmicos, cartográficos e manuscritos, que podem ser visualizados em PDF ou JPEG. Seu acesso pode ser feito na área principal do *site*, na seção "Acervo Digitalizado". O AESP possui, também, um sistema de busca simples e organizado, mas em geral é preciso verificar todo e qualquer *link* em busca de mais informações.

Percebemos, ainda, dificuldades ao diferenciar fundos de coleções, para além de problemas pontuais com os sistemas de busca disponíveis e ainda uma falta, ou mesmo insuficiência, no uso de palavras-chaves. Muitas instituições não apresentavam nenhuma divisão entre fundos e coleções, porém, em outras, conseguimos deduzir algumas destas categorias a partir das nossas diversas leituras e releituras⁷ e das relações de documentos com que tivemos contato. Toma-se como exemplo de organização de fundos e de critério de disponibilização, o *site* do CPDOC que, como agregador

⁶ Observa-se que as informações aqui dispostas são referentes a dados coletados em meados de 2010 e início de 2011.

⁷ Entre as leituras realizadas a esse respeito destacamos: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006; GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: <<http://www.arqsp.org.br/CF02.pdf>>. Acesso em ago. de 2011.

de acervos particulares de várias personalidades brasileiras, dispõe de uma imensa variedade de assuntos e experiências pessoais do cotidiano, que é uma organização preocupada em disponibilizar somente fundos completos.

Para além dessas questões, também nos chamou a atenção o predomínio na escolha de fontes imagéticas para divulgação na *web*, sobretudo a de fotografias com relação às demais. Um exemplo disso é o caso da Fundação Arquivo e Memória de Santos, instituição municipal, localizada no Estado de São Paulo, que só disponibiliza documentos imagéticos que representam os marcos considerados mais significativos para cidade e eventos promovidos pela própria Fundação. Para tais fontes não há informações a que fundo pertencem, sendo separadas pelas categorias: Bombeiros, Bondes, Gonzaga, Hotéis, Igrejas, Monumentos, Panorâmicas, Ponta da Praia, Porto, Praças, Praias, Rua do Comércio, Serviço Público e Exposições.

A recorrência deste tipo de fonte pode revelar, por exemplo, uma tendência dos arquivos, que buscariam disponibilizar em suas *homepages* documentos que "chamassem a atenção" do público de forma mais direta, servindo assim, em certa medida, como uma espécie de "vitrine" do que se pode encontrar no acervo. Tal estratégia, entretanto, corre o risco de subutilizar as potencialidades da digitalização, que poderia ser vista apenas como

atrativa ou mera ilustração de seu conteúdo e não como uma possível fonte que pode ser problematizada. É possível também que tal escolha limite a função pedagógica e cultural das instituições, sugerindo que a finalidade destes documentos seja uma forma de "despertar a curiosidade" do público-alvo, e não fonte para a produção de conhecimento histórico⁸.

Para além dos problemas encontrados com a ausência de clareza de critérios de seleção e disponibilização das fontes, identificamos também, no que diz respeito à organização dos acervos, um problema ligado à Arquivística. Nesse sentido, buscamos na obra de Heloísa Bellotto a metodologia de tratamento documental, a fim de pensarmos sobre a relação da Arquivística com os documentos dispostos na Internet:

⁸ Cabe aqui, ressaltar que a cultura visual contemporânea é assunto que permeia a questão do uso imagético como fonte para a pesquisa histórica, em muitos casos tratada apenas como ilustração (como o observado no exemplo citado). É importante que se tome consciência deste tipo de documento para a produção do conhecimento histórico. Entretanto, por uma questão de delimitação do tema, não entramos nesta área, mas sugerimos alguns artigos do Prof. Dr. Ulpiano Bezerra de Menezes que tratem dessa temática: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003; MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . “A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003.

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. *Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragem aleatórias.* A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo (Bellotto, 2006: 27).

Desta forma, entendemos que se faz necessário refletir sobre como tais documentos são recolhidos e arranjados nos arquivos permanentes e sobre as implicações da avaliação documental em relação às possibilidades de pesquisa histórica. É preciso, deste modo, que os princípios da Arquivística sejam observados também em seus territórios virtuais, para que haja uma consonância do que está presente nos acervos físicos e em suas contrapartes digitais, não só prezando por uma organização, mas também garantindo um acesso pleno a tais documentos. A ampliação do acesso à informação pelo meio virtual deve, especialmente, garantir o conhecimento e, para tanto, é preciso mostrar de forma clara quais os processos e objetivos envolvidos na divulgação de tal conteúdo, a fim de cumprir a função arquivística no que concerne a sua dimensão social e cultural.

É possível pensar a própria digitalização dentro dessa dimensão social, uma vez que possibilita maior visibilidade à memória pública por meio das fontes *on-line* e ainda a

“democratização” dessas informações a um maior número de usuários na *Web*, mesmo que, como apontamos, essa divulgação da documentação seja problemática. Outro fator interessante é a questão do “monopólio do saber” levantado por Darnton que, até onde pudemos constatar, não se aplica ao caso dos arquivos brasileiros, pois estes não capitalizam recursos por meio da disponibilização as informações. Porém, o próprio fato de apenas 12 dentre os 413 arquivos levantados possuírem fontes *on-line* pode apontar uma possível falta de interesse das autoridades públicas nesta divulgação de conhecimento na Internet.

Apontamentos para os usos possíveis da Internet para o ofício do historiador

Ao longo desta pesquisa, procuramos nos familiarizar com as discussões a respeito do universo digital, percebendo sua relevância para questões concernentes ao espaço ocupado pelos pesquisadores em História. Acreditamos que a reflexão sobre o futuro dos arquivos e as TICs é de extrema importância, sendo preciso que haja um maior intercâmbio de ideias entre historiadores e arquivistas neste campo.

Sem dúvida o trabalho de digitalização e disponibilização de fontes na Internet é um processo contínuo, que precisa e deve ser expandido, pois possibilita a ampliação do compartilhamento de

material entre historiadores e também ao público em geral interessado, como comumente ocorre no Brasil, por exemplo, com relação aos arquivos ligados à imigração (Paiva, 2009: 1-17). A necessidade dessas medidas, contudo, não pode anuir a importância dos métodos organizacionais para esta crescente documentação que vem sendo disponibilizada virtualmente.

É perceptível o crescente destaque dado pelo historiador no que se refere ao mundo virtual, e a aproximação com os arquivos *on-line* é um possível meio para o aprofundamento de diversas ideias. A forma como os arquivos disponibilizam os documentos interfere na sua utilização pelos pesquisadores. Pode-se refletir, então, em que medida a disposição das fontes condiciona até mesmo as temáticas de pesquisa. A (in)disponibilidade de acesso virtual aos documentos pode determinar a viabilidade da execução da pesquisa, na impossibilidade do contato com o acervo.

Nesse sentido, as instituições exercem um papel fundamental, visto que, selecionam os documentos a serem digitalizados. Conforme os arquivos disponibilizam conjuntos documentais, suscitam e até mesmo direcionam o interesse para novas temáticas de pesquisa. Entretanto, como notamos ao longo do levantamento dos dados dos *sites*, os critérios de escolha e os interesses possíveis que a fonte representa para a pesquisa histórica não são definidos e expostos aos pesquisadores. De fato, a ausência

de uma política de seleção mais rigorosa pode acarretar um distanciamento entre arquivo e pesquisador.

Uma disponibilização sistemática e intensa das fontes no meio *on-line* (e não uma amostragem de documentos) pode não apenas preservar a documentação em seu suporte original, como igualmente contribuir para maior produção de conhecimento.

Faz-se necessário apontar que a adoção de medidas de salvaguarda digital⁹ tem sido discutida em todo o mundo. Dentre estas iniciativas podemos destacar no Brasil as "Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes" do CONARQ¹⁰ e a "Carta do Recife" vinculada a Rede Memorial.¹¹

Ações estas que partem do princípio de que

(...) a digitalização dos acervos culturais do Brasil tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes (Carta do Recife, 2011: 02).

⁹ A digitalização não implica na exclusão da documentação original.

¹⁰ CONARQ. 'Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes', 2010. Disponível em:

<www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>. Último acesso em 27 de janeiro de 2012.

¹¹ REDE MEMORIAL. *Carta do Recife*, 2011. Disponível em:

<http://redememorial.org.br/Pagina_inicial_files/REDE_MEMORIAL_Carta_do_Recife_br.pdf>. Último acesso em 27 de janeiro de 2012.

Tal processo, todavia, precisa ser efetivado "não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos" (Carta do Recife, 2011: 02). Se este trabalho for realizado junto às diversas instituições envolvidas com a salvaguarda da documentação, as dificuldades com relação à seleção e publicização das fontes *on-line* por nós identificadas têm grandes chances de ter os seus efeitos suavizados.

Uma questão relevante, neste ponto, é a forma de disposição da documentação proposta por tais cartas que, de modo geral, visam à organização dos suportes digitais, mas não mencionam os princípios de organização arquivística utilizados nos acervos originais. Esta discussão nos interessa, pois, para além da variedade de linguagens (.PDF, .JPG etc.), a maior dificuldade encontrada ao longo da pesquisa foi justamente com relação à metodologia arquivística, que apresenta disparidades relevantes no tratamento dos acervos e das fontes digitalizadas.¹²

Muitas das questões discutidas ao longo deste artigo se encontram em aberto, sendo necessária a maior participação dos agentes interessados na promoção das mudanças almejadas.

¹² Em relação aos princípios arquivísticos de organização, ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes. Tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Procuramos, aqui, apenas apontar brevemente o caminho por nós percorrido ao longo da pesquisa e as questões norteadoras que surgiram a partir do contato direto com os *sites* dos arquivos, bem como a leitura dos principais debates a respeito do tema. Este é, antes, um esforço de ampliação do escopo para se pensar os usos e limites da Internet para o ofício do historiador e os desafios futuros impostos pelas novas tecnologias.

Bibliografia

- BACELLAR, Carlos. "Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos". In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DARNTON, Robert. "O Google e o futuro dos livros". In: **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. Disponível em:
<<http://baixacultura.org/2010/07/06/robert-darnton-e-o-google-books/>>.

DOLLAR, Charles. *Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia*. **Estudos históricos**, n.13, 1994.

FERRARI, Terezinha. *A esfinge do ciberespaço*. **Projeto História**. São Paulo, n.34, jan. 2007, pp. 271-87. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2476/1571>>.

FIGUEIREDO, Luciano. "Historia e Informática: o uso do computador". In: Cardoso, Ciro Flamarion (org.); Vainfas, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

LÉVY, Pierre. "O Digital ou a virtualização da Informação". In: **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PAIVA, Odair da Cruz. **Arquivos da Imigração no contexto da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, pp. 1-17, Dez. 2009.

Documentos consultados

CONARQ. 'Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes', 2010. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomend/a/recomendaes_para _digitalizao.pdf>.

_____. Relação de arquivos públicos brasileiros. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

REDE MEMORIAL. *Carta do Recife*, 2011. Disponível em:
<http://redememorial.org.br/Pagina_inicial_files/REDE_MEMORIAL_Carta_do_Recife_br.pdf>.

Sites analisados

Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm>. Acesso em 2010.

Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:
<www0.rio.rj.gov.br/arquivo>. Acesso em 2010.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Itapetininga. Disponível em:<www.camaraitapetininga.sp.gov.br/camara/index/conteudo.php?filtro=item&item_id=1537> Acesso em janeiro de 2011.

Arquivo Municipal de Criciúma. Disponível em:

<www.criciuma.sc.gov.br/arqhistorico.php>. Acesso em 2010.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em:

<www.arquivoestado.sp.gov.br/index.php>. Acesso em 2010.

Arquivo Público do Município de São José dos Campos. Disponível em: <www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria>. Acesso em 2010.

Arquivo Público do Paraná. Disponível em:

<www.arquivopublico.pr.gov.br>. Acesso em janeiro de 2011.

Arquivo Público Mineiro. Disponível em:

<www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em 2010.

Centro de Documentação e Pesquisa da História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em janeiro de 2011.

Fundação Arquivo e Memória de Santos. Disponível em:

<www.fundasantos.org.br/galeria/main.php>. Acesso em 2010.

Fundação Nacional das Artes – Funarte. Disponível em:

<www.funarte.gov.br>. Acesso em janeiro de 2011.

Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – IIEP. Disponível em: <www.iiep.org.br>. Acesso em 2010.

Mecanismos de governação: o arbítrio e os costumes no processo de desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa em relação às colônias brasileiras nos séculos XVI e XVII.¹

Elaine Godoy Proatti²

Resumo

Apresentarei as tensões e acomodações entre as leis régias e os costumes presentes na América portuguesa no século XVI e metade do XVII, identificados na análise dos “Regimentos e Instruções para o Brasil” e nos primeiros *Autos de Correções de Ouvidores Gerais do Rio de Janeiro*.

Procurarei mostrar como os costumes e o arbítrio dos juízes, na interpretação das leis régias, constituíram-se em mecanismos de governação que tornaram possíveis a construção e o funcionamento da sociedade na América portuguesa.

¹ Esta pesquisa faz parte do projeto “Direito e Justiça nas Américas” do Professor Doutor Rafael Ruiz, aprovado com o auxílio da FAPESP e do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Ibéricos” da Universidade Federal de São Paulo envolvendo outros alunos. Agradeço à FAPESP pelo apoio aos dois projetos de Iniciação Científica: “Regimentos e Instruções para o Brasil (séc. XVI-XVII) aprovado dentro do período de 01/04/2010 a 31/03/2011, e: “Autos de Correções de Ouvidores do Rio de Janeiro (1624-1699) aprovado dentro do período de 01/02/2012 a 30/11/2012. Agradeço também ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro pela concessão dos documentos aqui utilizados.

² Aluna de Graduação na Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos/ SP, 5º Ano, (9ºtermo).

Palavras-chaves: Arbítrio - Costumes - Legislação - Justiça - América portuguesa.

Introdução

Esta pesquisa compartilha das hipóteses do projeto “Direito e Justiças nas Américas” que pretendem mostrar as ambigüidades e flexibilidades ocorridas entre a legislação régia e as diferentes realidades locais na América colonial, especificamente por meio das sentenças e decisões finais dos juízes e ouvidores. Procurará mostrar as tensões, conflitos, negociações e acomodações entre as leis, as determinações régias e os usos e costumes introduzidos na América portuguesa no século XVI e na primeira metade do XVII, identificados na análise dos “Regimentos e Instruções para o Brasil” e nos primeiros anos dos *Autos de Correções de Ouvidores Gerais do Rio de Janeiro*.

Reunidos por Marcos Carneiro de Mendonça, os “Regimentos e instruções para o Brasil” presentes no primeiro volume de *Raízes da Formação Administrativa do Brasil* compreendem os anos de 1548 a 1612 e nos mostram que a aplicação da justiça era uma das principais preocupações da monarquia desde os primórdios da colonização portuguesa. O oficial, ao assumir um cargo, recebia um regimento feito com base na legislação vigente que orientava a atuação e as atividades desse oficial, estabelecendo a sua jurisdição e os limites da sua alçada.

Já a análise dos *Autos de Correções de Ouvidores Gerais do Rio de Janeiro* de 1624 a 1661, compreendidos no primeiro volume que se estende até o ano de 1699, e coletados por Eduardo Tourinho, nos apresenta a vida administrativa judiciária da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e nos indica como os juízes regionais e de segunda instância realizavam o exercício das suas funções, fiscalizando, tomando residência e corrigindo as decisões e sentenças dos juízes locais.

A partir da leitura dos regimentos, que norteavam as ações dos oficiais e dos Ouvidores Gerais, e das correções anuais que estes oficiais faziam, podemos levantar e compreender algumas atividades, conflitos, autonomias e limites que estariam na incumbência desses oficiais nos exercícios de suas práticas efetivas.

Para visualizar a lei nos domínios portugueses, através dessa pesquisa documental, faz-se necessário lidar com questões como o espaço para o arbítrio do funcionário real, a divisão e distribuição de poderes entre as autoridades, o conflito de jurisdições, a persistência do rei em querer ser informado sobre tudo o que ocorre nessas terras coloniais, os processos de decisão, a aplicabilidade e vigência da lei, a conseqüente ambigüidade, negociação e adaptação realizadas para relacionar a norma régia e as *práxis* administrativas.

Debate historiográfico

O debate ocorrido nos anos 70, com os estudos de Stuart Schwartz³, contribui para uma melhor compreensão da estrutura judicial portuguesa na colônia. Iniciada em 1580, essa estrutura criada no Brasil seguia os padrões do governo e das instituições oficiais de Portugal e acompanhava os seus desfechos e desenvolvimentos (SCHWARTZ, 1979: 04).

O sistema judiciário funcionava para a coroa portuguesa como um instrumento de extensão do seu poder real. Administrar tal sistema significava manter e reforçar a presença desse poder real e controlar seus domínios. E, para isso, a metrópole contava com os magistrados reais e demais oficiais régios enviados às colônias com funções administrativas e judiciais para garantirem a vontade do rei e protegerem seus interesses expansionistas. A lei portuguesa tornava-se a lei dos territórios conquistados e ministros da justiça, a exemplos dos de Portugal, assumiam cargos coloniais a fim de fazer cumprir a lei (SCHWARTZ, 1979: 15).

³ Para este autor, o estudo sobre a administração da justiça na colônia se faz muito pertinente nas pesquisas sobre a administração colonial, a sociedade e suas burocracias por enxergar no sistema judiciário um esquema estrutural do império. Ou seja, a organização judicial é para ele uma chave, um ponto que sustenta toda uma malha imperial. Ela era organizada, racionalizada e sistematizada desde o século XIV para oferecer à coroa os meios burocráticos de controle colonial por meio de seus magistrados reais enviados aos seus domínios. (SCHWARTZ, 1979: 17).

António Manuel Hespanha entra nesse debate por volta dos anos 80/90, questionando uma série de idéias estabelecidas sobre a constituição moderna portuguesa. Ele suspeita de uma forte presença de poderes, especificamente, das câmaras e das instituições eclesiásticas ou senhoriais, que tiravam proveito da fragilidade do poder régio, no que diz respeito aos seus aspectos doutrinais e institucionais, para ganhar um espaço de efetiva, ainda que discreta autonomia. Para ele, todas as normas devem valer integralmente, uma nuns casos, outras nos outros. Desta forma, cada norma funciona como uma perspectiva de solução do caso, mais eficaz ou não, de acordo com a hierarquia dessa norma, e, sobretudo, conforme a sua adaptação à situação.

Dentro desse debate, a partir de 2000, Laura de Mello e Souza apresenta as duas principais interpretações historiográficas sobre a administração colonial apontando a ambigüidade e as contradições que nelas existem. Tem como idéia que a administração colonial só podia ser entendida à luz da política, e que separá-las significava ter uma apreensão “mecânica e funcionalista do fenômeno, impondo a perda do seu sentido dialético” (SOUZA, 2009: 66). Este sentido dialético apontado pela autora se faz interessante por permitir a visualização das ambigüidades existentes nas práticas políticas e administrativas, e tais espaços aberto podem ser encontrados no exercício da justiça e do direito.

Neste mesmo período, Sílvia Hunold Lara analisa os direitos e justiças no Brasil demonstrando que a justiça operava reforçando a imagem do rei reativando sua soberania e reiterando a obediência de seus súditos. Ela era evocada sempre para consolidar a legitimidade do poder régio, reforçar os laços hierárquicos e marcar o domínio do monarca sobre todos os territórios conquistados (LARA, 2006: 86).

Recentemente, outros historiadores continuam a estudar a administração da justiça no Brasil e oferecem novos pontos de vista acerca de sua estrutura e desenvolvimento⁴.

Administração no ultramar: espaço específico e circunstanciado

Considerando a época e o lugar específicos dos domínios portugueses, o campo de possibilidades da aplicação efetiva da lei régia era diverso e dependia das necessidades do momento. A vigência da legislação básica portuguesa na colônia, no exercício das Ordenações, dava-se na adaptação às condições do meio, já que haviam sido feitas “não havendo respeito aos moradores do Brasil” (MENDONÇA, 1972: 57) e segundo o primeiro ouvidor-geral do

⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre esse debate ler Maria de Fátima Gouvêa, Maria Fernanda Bicalho, Rodrigo Bentes Monteiro.

Brasil Pedro Borges⁵, sem nenhum regimento, “alguns serviram sem juramento (...) viviam sem lei, nem conheciam superior” (MENDONÇA, 1972: 55).

As leis, até alguns anos do século XVIII, podiam ser desobedecidas e ainda impugnadas na sua validade, e os motivos eram variados. Os obstáculos da distância, da informação distorcida, do caráter exótico e diferente da colônia, bem que poderiam explicar a falta de informação e a possibilidade de contestação jurídica das leis régias (HESPANHA, 2006: 100).

Em virtude destes obstáculos verifica-se que muitas vezes a legislação régia enviada para a colônia portuguesa não era aplicada efetivamente. As condições diversas e variantes da realidade americana mostram que a aplicação das leis gerais não se dava facilmente, e que se fazia necessária outra maneira para tal exercício.

Essa outra maneira era a interpretação da lei baseada na própria consciência dos juízes locais. Os juízes precisavam considerar, nas suas sentenças, as circunstâncias e as especificidades locais. Eles poderiam julgar cada caso conforme as suas consciências e optar não pela lei régia propriamente dita, tendo em vista que esta muitas vezes não concordava com as realidades da

⁵ Carta do ouvidor-geral Pedro Borges ao rei D. João III em 07 de fevereiro de 1550. Nesta carta o ouvidor reclama a falta de Justiça, de ordem e de oficiais mais capacitados para os cargos administrativos e judiciais.

colônia, mas sim, pela opinião que lhes parecesse mais provável. Tal maneira de aplicação da lei na América facilitou para que os poderes locais tivessem um amplo e ambíguo espaço de atuação jurídica, podendo considerar os costumes como formadores do direito ao invés da lei (RUIZ, 2010:93). Com esta possibilidade posta, criava-se no campo jurídico uma distância entre a norma régia e a prática legal.

E é nesta distância entre a norma régia e a prática legal que podemos encontrar espaços de ambigüidade, de conflito, negociações e de autonomia das autoridades local, entendendo o costume como um criador do direito, e não apenas a lei régia. Isto permite pensar em variadas maneiras de se exercer o poder judiciário, em lugar de uma única maneira.

Com esta possibilidade aberta, coloca-se a questão da finalidade das instituições governamentais e as condições específicas da sociedade, entendida como ordem pública, baseada em seus costumes, confrontada com a norma geral, que se pretende universal, mas que não é compatível com a realidade na América. A organização política e social na América portuguesa não se baseava nos costumes locais e nas especificidades do espaço colonial regidas por uma ordem pública. O aparelho governamental régio, orientado pela norma geral, que se pretendia universal, vinda da Coroa por meio de Regimentos, Instruções e Ordenações aplicado na colônia não condizia com as realidades práticas e concretas desta

(MENDONÇA, 1972:06). Portanto, na prática, tais normas gerais eram desconexas e imperfeitas para serem efetivamente aplicadas com fim ao bem comum a um espaço específico e circunstanciado. Necessitava-se de um direito que se adaptasse e se flexibilizasse às particularidades do lugar para que se aplicasse a justiça de forma prudente.

Deste modo, no campo das circunstâncias, um fator que fornece autonomia ao direito da colônia encontra-se nas relações entre Direito Geral e Direito particular, presente na ordem jurídica do século XVI e XVII (HESPANHA, 2006:103). De forma geral, mesmo que as normas particulares não tivessem validade contra o direito comum do reino enquanto manifestação de um poder político, estas normas conseguiam derrogá-lo enquanto manifestação de um “Direito Especial”, válido dentro da jurisdição régia sem desobedecer à lei. Ou seja, os juízes, seguindo as especificidades do espaço colonial, rejeitavam o direito comum vindo do rei para produzirem um direito particular proveniente das normas particulares, dos costumes locais e do arbítrio, e isto, sem desobedecerem ao rei.

Desta forma, percebe-se o quanto restrito era o poder do rei, fazendo prevalecer, numa sociedade corporativista típica de Antigo Regime não apenas a lei, como única forma legal de se estabelecer Justiça, mas outros princípios éticos e morais que também levassem ao bem comum. Se o rei tinha o seu poder restrito, os juízes, pelo

contrário, seguindo a doutrina de Teologia Moral Probabilista⁶, detinham um amplo e ambíguo espaço jurídico para exercerem sua função de decidir justamente sobre as circunstâncias concretas de cada caso.

Seguir a própria consciência era, para os juízes, elaborar um juízo decisório sobre um caso concreto, a partir do seu entendimento, tendo em conta não apenas a lei, mas principalmente as circunstâncias concretas que especificavam o caso (RUIZ, 2009:74)

Deste modo, podemos apontar o arbítrio e os costumes como mecanismos de governação administrativo e legislativo, na criação do Direito e da Justiça na América portuguesa.

Usos dos “usos e costumes”

A noção de “usos e costumes” aparece nos documentos sempre como um endosso argumentativo que reforça a aplicabilidade da lei ou a sua proibição. A diferença entre os dois casos está na interpretação que os oficiais régios e as autoridades locais fazem dessa *práxis*, considerando-a legítima ou não para a legislação colonial. Ou seja, não há um único costume referenciado nos regimentos e ordenações com validade legal ou não, há o

⁶ Com relação a este tema, especificamente, pode-se ler RUIZ, (2010).

costume vindo do reino e os costumes locais. Mostraremos alguns exemplos retirados dos “Regimentos” e dos *Autos de Correções* que explicitam os costumes como mecanismos de governação no desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa.

Um ponto importante a ser ressaltado no Regimento XII sobre o novo tribunal da Índia e mais Estados Ultramarinos são as orientações iniciais dadas pelo rei:

Eu El Rei, faço saber aos que este meu Regimento virem, (...) ficando reservado a mim tirar, mudar e acrescentar nele o que houver por mais meu serviço, conforme ao que a experiência for mostrando que mais convém (MENDONÇA, 1972: 349).

Ele deixa claro que a lei somente poderá sofrer adaptações, mudanças ou derrogações sob o seu poder régio, e isto conforme a sua experiência lhe mostrar que melhor convém.

No capítulo 79 do “Regimento XV do Tribunal da Relação da Bahia” fica claro que o provedor não pode agir de outra maneira que não seja a de costume real e não lhe é negociada outra forma de aplicabilidade dessa norma. É ordenado que se cumpra, guarde e use o “Regimento”:

(...) sem embargo de quaisquer outros Regimentos, Leis, provisões e Costumes que, em contrário, sejam

passados, os quais Hei por derrogados, e quero que se não cumpram, nem tenham força, nem vigor algum, nem se guardem no que a este encontrarem (MENDONÇA, 1972: 398).

Tal “Regimento” reforça a idéia anterior de que apenas o rei pode alterar a lei e que outras formas, como leis, provisões e costumes não terão validade legal e não serão aceitos.

No “Regimento XIII da Casa de Suplicação” aparece no capítulo primeiro e sexto a distinção feita entre os costumes régios e os coloniais, mostrando o quanto pode ser ambígua a decisão do rei para com esse mecanismo. No primeiro capítulo é ordenado que em todo o tempo que durar o despacho, a porta da Relação da Casa da Suplicação esteja fechada como costuma estar em todos os mais tribunais (MENDONÇA, 1972: 355). O que cabe perceber aqui é quais são os usos e costumes que interessam ao rei e quando eles são invocados como forma de reforçar e legitimar a autoridade real e rejeitados quando interferem nos assuntos reais.

No capítulo sexto deste mesmo “Regimento”, o termo “costume” é empregado com a seguinte intenção: neste item, em que todos os escrivães devem levar os feitos à casa dos desembargadores:

(...) e que nenhum Escrivão do Crime possa trasladar as devassas, senão por sua própria mão, sem embargo

de qualquer uso, costume, ou sentenças que houver em contrário, porque tudo Hei por derrogado, (...) e que hajam por isso as penas que bem parecer ao Regedor (MENDONÇA, 1972: 357).

Este trecho evidencia que quando o assunto interessa ao rei, como as informações e devassas da Casa de Suplicação, a lei deve ser cumprida e os “usos e costumes” contrários a ela, sendo régios ou locais, não podem desviá-la. Mas, que quando a situação couber para os assuntos prementes na colônia, como as penas aos que não cumprimem a norma, estes sim ficam ao parecer do Regedor. E dentro do parecer do Regedor há a possibilidade de se fazer uso dos “usos e costumes” conforme a sua prudência lhe mostrar necessário. Ou seja, para garantir o cumprimento da norma régia, o regedor tinha autonomia para sentenciar conforme melhor lhe parecer, nem que para isso se utilizasse do costume local.

O rei, no “Regimento da Relação da Casa do Brasil” para o ano de 1609, não abre espaço para negociação e adaptação quando isto vem a ameaçar o cumprimento da lei e a conservação e preservação da imagem do poder real. Esta não abertura, por outro lado, evidencia que há um conflito e uma tensão ocasionados pela possibilidade de revogar a lei e adaptá-la com os “usos, costumes,” leis e provisões anteriores. Visto que uma lei pode alterar-se uma vez que a anterior não estiver em consonância com as necessidades

locais. Ou seja, o monarca, não aceitando a interferência dos costumes locais na aplicação da norma e no processo legislativo, de forma a adaptá-la para melhor caber e corresponder às circunstâncias do espaço colonial, abre possibilidades para as autoridades locais agirem conforme melhor lhe parecerem.

Este “Regimento” mostra também uma preocupação para com a autonomia dos poderes locais, que freqüentemente está sendo limitada. A autonomia, parece, é concedida nos casos particulares da colônia em que não cabe ao rei a atenção e garantia de cumprimento da norma régia. Nessas situações é que os poderes locais têm arbítrio para aplicarem a lei como lhe bem parecer ao bom exercício da Justiça.

O rei, ao usar o costume régio de maneira a reforçar e legitimar sua autoridade para garantir a aplicabilidade e a vigência da lei, confere a esse costume um grau de normatividade.

No *Auto de Correição* de 1630, o Ouvidor Geral Luiz Nogueira de Britto perguntou aos oficiais da Câmara se haviam algumas posturas que desencontrasse ao bem comum, foros e costumes. Estes responderam que não, salvo o foral sobre o Alcaide- Mor. O ouvidor tornou a perguntar para os oficiais se estava em costume essa atitude a respeito do foral e eles lhe responderam que não. Assim sendo, o Ouvidor Real mandou que lhes acudissem a sua obrigação e a sustentar os foros e costumes antigos dando-lhes em culpa se não os fizer (TOURINHO,

1929:19). Este exemplo mostra a preocupação do oficial da Coroa em manter e fazer cumprir o costume régio antigo, tradicional, proibindo, assim, a ação de qualquer outro costume local que impedisse o primeiro.

Outro exemplo da preocupação na preservação do costume régio encontra-se no *Auto de Correiçao* de 1655 quando o Ouvidor Geral João Velho de Azevedo aponta que o costume, “tão antigo e santo”, das procissões e ladinhas estava sendo perdido. Proveu o Ouvidor que se fizessem as ditas procissões:

(...) como era uso e costume e sendo necessário para isso dar-se parte ao Prellado, para que obrigue aos Clérigos hirem nellas, os officiaes da Camara lhe faram saber. (TOURINHO, 1929: 43).

Esta provisão nos mostra que, para além da preocupação régia em manter o costume santo vindo de Portugal, os clérigos que não o cumprissem eram acusados e obrigados a responder no Conselho da Câmara.

Tanto nos “Regimentos” quanto nas *Correições* está indicado que os costumes régios eram mantidos e preservados e que quaisquer outras formas como leis, usos e costumes locais contrários ao ordenado não teria validade, força nem aplicabilidade legal. Se as determinações régias conservavam o seu costume, o

oficial real, no exercício de sua função, também prezava para o cumprimento deste, sem deixar de apontar que existiam outros costumes e que estes preocupavam ao rei.

Ao comparar nos documentos analisados os usos que se faz dos costumes reais com os usos dos costumes locais percebe-se que não há interesse, por parte da metrópole, em considerar o local como um princípio de interpretação e de aplicação da lei. Tal posição nos permite apontar que, para o costume régio servir como um mecanismo de governação da Coroa na colônia, ele adquire uma função normativa e para isso desconsidera o costume local. Dentro das normas régias, o costume régio é a lei e o costume local não. Mas o juiz, dentro do seu espaço de autonomia conferido pelas circunstâncias e especificidades coloniais, pode usar o costume local como um princípio interpretativo, dentre outros, pelo qual poderia valer-se para deliberar sua sentença e transformar esse costume em um mecanismo legal com função normativa, para o caso em particular.

O arbítrio como mecanismo de “governação”

O livre arbítrio é entendido neste trabalho como a liberdade de decisão que os juízes dispunham para sentenciar conforme a sua consciência. A questão que se coloca é a seguinte: poderiam os juízes ter liberdade para flexibilizar as leis ou estavam obrigados a segui-las literalmente?

A questão que permeia este item é a de qual autonomia os poderes locais detinham. Se esta era precisada em virtude das circunstâncias e das especificidades do espaço colonial, encontradas na distância entre a colônia e a metrópole; ou se era cedida às autoridades locais a fim de reforçar o poder real através das ações desses agentes. Assim como perceber quão autônomos e livres eram esses juízes e até que ponto, efetivamente, a autonomia deles tinha vigor e legitimidade. O que os regimentos e a análise dos “usos e costumes” nos mostram é que a autonomia dada para as autoridades locais diz respeito aos assuntos que não interferem diretamente na lei, mas no seu cumprimento e, portanto, na sua interpretação. Para os assuntos específicos, de ordem prática, como a aplicação de um castigo ou o valor do tributo, cabe ao juiz escolher “como lhe bem parecer” (MENDONÇA, 1972: 270), “conforme lhe parecer Justiça” (MENDONÇA, 1972: 306), agir para o “bem comum” (TOURINHO, 1929:19), para o “bem da República” (TOURINHO, 1929: 10). Estes termos presentes nos regimentos parecem-me que demonstram o espaço que o rei confere ao julgador colonial para este atuar de acordo com o seu arbítrio. Tal espaço, em alguns casos é cedido para o juiz local e em outros, segundo as especificidades e particularidades locais, é negociado e acomodado pela própria autoridade na colônia.

Desta forma, pode-se deduzir que o arbítrio não está dissociado dos costumes. Assim como a experiência é um

argumento forte que representa um fator a mais a ser levado em conta na decisão do juiz. A experiência, de modo prático, mostra o que vai ou não ser alterado, dependendo do sucesso e interesse no assunto. Quando esta é utilizada como referencial de bom governo, ela pode ser orientada pela consciência e prudência do juiz, cabendo a ele escolher, segundo o que lhe parecer mais provável, como proceder. Neste caso, o costume, orientado pela experiência do juiz, tende a ser uma ferramenta de interpretação da lei.

Parece-me, portanto, que o juiz pode escolher agir conforme os costumes locais ao invés das leis régias, se assim lhe parecer bem ao bom governo e cumprimento da Justiça e corresponder à melhor maneira de aplicá-la. Ele não estará, deste modo, deixando de obedecer ao rei quando lhe é pedido para que faça de acordo com o que julgar pertinente; estará exercendo, pelo contrário, o seu arbítrio da maneira que a sua consciência lhe mostrar mais provável interpretar o caso. A exemplo, temos o capítulo 12 da carta de Pero Borges a D. João III, em 07 de fevereiro de 1550, referente à como se proceder em um Julgamento:

(...) e acontecem mil casos que não estão determinados pelas Ordenações, e ficam ao alvedrio do julgador, e se nestas se houver de apelar, não se pode fazer justiça, e são às vezes casos tão leves que é cruza apelar neles, e estarem os homens em terra tão pobre, esperando por suas apelações, mande V.

A. ver isto e mande prover, se for seu serviço
(MENDONÇA, 1972: 56).

O “Regimento dos Ouvidores Gerais” mostra que há uma confusão da jurisdição administrativa e tenta controlar o poder para evitar os espaços de ambigüidade. Exige-se, neste regimento, para as penas graves a concordância do parecer dos juízes, instituindo o recurso de agravo ou apelação para outra autoridade em caso de divergência de opinião entre os julgadores. Ou seja, questões ambíguas permitem tensões e flexibilidades entre as instâncias locais dependendo da consciência de cada um. Há também o recurso para o Tribunal de Relação da Bahia, que de modo mais claro consolida a divisão de poderes.

O conflito de jurisdição, ocasionado pelos espaços de autonomia e as ambigüidades provenientes dessas, é resolvido pedindo que se haja de acordo com o prudencialismo de cada autoridade; prudencialismo este pedido pelo rei como uma forma de conduta do julgador presente no capítulo 21 do “Regimento VIII de Francisco Giraldes”:

(...) e em caso, que o Bispo não proceda bem, e se queira intrometer, o que não creio dele, acudireis a isso com vossa prudência, não lho consentindo, e me avisareis logo de tudo; e intentando sobre esta matéria alguma excomunhão, conhecerá do agravo

dela como costuma fazer o Juiz dos Feitos da Coroa e da Fazenda da dita Relação; assim como, em tais casos, conhece neste Reino o Juiz de meus Feitos(MENDONÇA, 1972: 265).

Neste outro exemplo percebe-se a relação entre a norma e a *práxis* colonial porque aparece pela primeira vez a possibilidade de suspensão de um capítulo da lei régia executada por uma autoridade que não é a real. E esta possibilidade está normatizada, o que pode significar um espaço de negociação e de adaptação da lei, no qual se desenvolve a técnica legislativa portuguesa relacionada com as práticas administrativas coloniais, como se verifica neste “Regimento das Minas de Ouro de São Paulo”:

(...) O Superintendente terá jurisdição ordinária, cível e criminal, idênticas aos juízes de fora e ouvidores-gerais das Comarcas do Brasil; o Superintendente, não concordando ou entendendo dever alterar alguns capítulos, informará e suspenderá a sua execução (MENDONÇA, 1972: 346).

Há um espaço de negociação e adaptação da norma régia de acordo com o arbítrio do juiz e com as circunstâncias que para ele se mostrarem mais pertinentes para a aplicabilidade da lei. Juntamente com essa identificação do espaço de negociação e

adaptação da lei, há a preocupação real com o quanto autônomos podem ser essas autoridades locais, a ponto de agirem sem ordenação. O rei está interessado em controlar esse espaço de negociação e adaptação quando percebe que os poderes locais podem escapar à sua regência.

Tal situação ocorre porque normalmente cabe ao rei revogar, adaptar e alterar a lei, mas, como observado nos documentos, o juiz local, em seu espaço de autonomia, fazendo o exercício de seu arbítrio, seguindo sua experiência e sua consciência, pode optar, de acordo com a sua interpretação, pela opinião que lhe parecer mais provável, seja esta dada pelo costume local, pela opinião dos doutores, pelo bem e necessidade da *res publica* e pela não recepção da lei.

O Justo segundo a interpretação do juiz

O juiz no século XVII tinha a função de dizer o justo e de ditar um conjunto de direitos e deveres. Essa função lhe era atribuída pela organização social (HESPAÑHA, 2001:118) e demonstrava que a definição de justo ou injusto não era algo da vontade do homem, do indivíduo, mas algo da função de ser juiz. E além de dizer o justo, também é da função do juiz realizar o bem

comum, porque o fim próprio de cada lei é o bem comum de todos⁷. Então, no exercício de sua função, para o juiz dizer o justo, que comportava o bem comum, o que lhe parecesse conveniente à República e ao bom governo da Justiça, este interpretava os fatos e arbitrava as sentenças⁸. Ficavam ao arbítrio do juiz os casos que não estavam definidos pelo direito, e as sentenças desses casos dependiam da interpretação que o juiz fazia sobre eles.

Para que o juiz pudesse sentenciar era preciso que deliberasse em consciência sobre qual seria a solução mais justa e, para tanto, precisava, de forma geral, interpretar a lei. De acordo com a sua interpretação, o juiz podia se utilizar do costume local, da opinião mais provável, das leis reais, dos foros, do que considerava justo seguindo a sua consciência:

Esse ‘deliberar em consciência’ significava que a sua decisão formava-se no seu foro interno e, portanto, estava delimitada dentro do âmbito da Teologia moral. (RUIZ, 2011:06)

⁷ Tomás de Aquino nos esclarece melhor sobre a finalidade e a essência da lei nessa passagem de sua obra: “A lei não é outra coisa que uma ordenação de razão para o bem comum, promulgada por aquele que tem o cuidado da comunidade”. (AQUINO, 2005:527).

⁸ Antonio Manuel Hespanha coloca que mesmo as normas de direito comum procederem da razão, isto não sustentava a elas uma vigência superior, ao passo que da mesma razão provia a capacidade de cada cidade de corrigir ou adaptar-se em meio às situações concretas (HESPANHA, 2006:116).

Dentro da interpretação do juiz, a sua consciência era muito importante para se compreender a sentença dada por ele. O sistema jurídico, baseado na tradição prudencialista, era amparado na ação do juiz que poderia julgar seguindo a sua própria consciência (PRODI, 2005: 211).

A interpretação da lei feita pelos juízes e ouvidores gerais demonstra e auxilia na criação do Direito na América portuguesa e na aplicação e entendimento da lei no caso concreto que, independente dos meios e argumentos tais como os costumes, a prudência e consciência do julgador, o bem comum da *res publica*, a ação conforme a experiência, configura um caráter político e moral. Ou seja, é através da interpretação do juiz que podemos observar como se dá a relação entre a norma escrita, determinada nas leis régias, e a *práxis* colonial apoiada nos usos e costumes. Desta forma, é na relação entre o Direito e a Teologia Moral Probabilista (que norteia a ação do juiz em sua função) que entendemos melhor o processo da administração judicial na colônia portuguesa e conseguimos apontar o arbítrio, os costumes e a consciência do julgador como alguns mecanismos de governação para esse lugar circunstanciado no período do Antigo Regime.

A interpretação, nesse caso, assume um papel essencial na descoberta da vontade do legislador, criticando assim, as interpretações artificiais e o abuso de artifícios retóricos. Ou seja, a conclusão mais relevante é a de que a disciplina da interpretação e

aplicação da lei tem inegável caráter político (HOMEM, 2003: 177).

Conclusão

No desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa em relação às colônias brasileiras, as implicações entre as normas régias e as *práxis* coloniais abrem espaço para a negociação, adaptação e acomodação da lei dentro do arbítrio do juiz local, gerando conflitos e tensões entre a metrópole e a colônia e conflitos e tensões entre as próprias instâncias locais.

Com este espaço aberto, percebe-se que no desenvolvimento da técnica legislativa portuguesa em relação às colônias brasileiras no século XVI e XVII, o arbítrio e os costumes, locais e régios, funcionam como mecanismos de “governação” da metrópole em relação à colônia, assim como de organização da própria colônia em suas variadas jurisdições, conformando esse processo administrativo e legislativo português no exercício do Direito e da Justiça na América colonial.

Tais mecanismos de “governação”, o arbítrio e os costumes, são decorrentes da interpretação do juiz. Desta forma, segundo os exemplos analisados, as normas régias valem-se do arbítrio do juiz e dos costumes reais como forma de garantir, preservar e legitimar a sua autoridade e legislação na colônia. Já os juízes locais utilizam a autonomia cedida pelo rei para sentenciarem

de acordo com a interpretação mais provável dos fatos. Conforme a sua experiência, nos casos concretos e particulares, os juízes podem considerar os usos e costumes locais, e outros princípios interpretativos, como aplicações da lei e formadores do direito, nem que para isso seja preciso adaptar, acomodar e até revogar a norma régia, estabelecendo com esses mecanismos uma forma de “governação” local.

Tais mecanismos evidenciam a distância entre a teoria e a prática legal possibilitando entender o costume como um criador do direito, e não apenas a lei régia. Isto nos permite pensar em variadas maneiras de se exercer o poder judiciário, em lugar de uma única maneira. E, como observado nessa análise sobre os “Regimentos” e *Autos de Correções*, os costumes dos reinos são mais preservados e validados como criadores do direito do que os costumes e usos locais, normalmente tidos como contrários à lei. Ou seja, há a possibilidade de se entender o costume como principal criador do direito ao invés da lei régia, porém, esse costume é aproveitado no arbítrio do julgador, espaço que lhe é fornecido para agir, prudentemente, como melhor lhe parecer, do que como uma prática coletiva em si tentando manifestar um poder político.

Percebe-se, contudo, que se abriam malhas numerosas na disciplina, só aparentemente rígida dos regimentos. Neles estão descritas as vontades do rei e representadas o conjunto de normas disciplinadoras, regedoras, mas a norma que vigora é a particular, e

até mesmo a vontade do rei pode ser combatida em prol do bem comum, defendido pela naturalidade do sistema jurídico de herança neotomista. Este sistema jurídico está baseado no pluralismo de estratégia probabilista, conferindo-lhe um caráter inconsistente que permite a negociação e as demais possibilidades pertinentes. Assim, pode-se afirmar que a estrutura administrativa do sistema político português no ultramar é heterogênea e ambígua. Esta estrutura apresenta tais características porque respondia às necessidades e conjunturas específicas de seu espaço, modificando-as e adaptando-as por meio de redes e conexões negociadas e tensas. A alteração nessa estrutura administrativa, feita para atender as necessidades tanto políticas quanto sociais, econômicas e culturais, parece ser um mecanismo de comunicação, negociação até mesmo, de conflito, entre o centro e a periferia capaz de conservar a “governação” desse sistema colonial.

Referências Documentais

- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. Tomo I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- TOURINHO, Eduardo. **Autos de Correções de Ouvidores do Rio de Janeiro, 1624-1699**. Tomo I. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1929.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Vol. IV. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HESPANHA, António Manuel. “Direito comum e direito colonial”. **Panóptica**, Vitória, ano1, n.3, p.95-116, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.parótica.org>> Acesso em:05/11/2010.
_____. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: MATTOSO, José. *et all*;
- HOMEM, António Pedro Barbas. **JUDEX PERFECTUS**. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal - 1640-1820. Coimbra: Almedina, 2003.
- PRODI, Paolo. **Uma história da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RUIZ, Rafael. Hermenêutica e Justiça na América do século XVII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300290841_AR
QUIVO_HermeneuticaejusticianaAmericadoseculoXVII\(ANPUH\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300290841_ARQUIVO_HermeneuticaejusticianaAmericadoseculoXVII(ANPUH).pdf) Acesso em: 10/09/2011.
_____, “O papel da Consciência como forma de negociação dos poderes locais na América.” **IV Congresso Internacional de História** – Maringá – Paraná – Brasil, setembro de 2009.

Disponível em <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/105.pdf>

Acesso em: 20/02/2011.

_____, “Os espaços da ambigüidade: os poderes locais e a justiça na América do século XVII.” **Revista de História**, São Paulo, n.163, p.81-101, ago/dez 2010. Disponível em

[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092010000200004&script=sci_arttext)

83092010000200004&script=sci_arttext Acesso em: 03/02/2011.

TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo:UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

O corpo do outro: O guerreiro gaulês nos comentários às guerras das Gálias de Júlio César.

Priscilla Ylre Pereira da Silva¹

Resumo: Neste artigo, temos por finalidade analisar, num primeiro momento, a relação gallo-romana no período do final da República e a importância das características e práticas corporais na elaboração da imagem do homem gaulês. Apoiando-nos principalmente nos relatos de Júlio César (100 – 44 a.C.) acerca de seus oito anos de campanha militar nas Gálias, compilados em seus *Comentários*. Num segundo momento, enfatizaremos as características atribuídas aos guerreiros gauleses e as mudanças nas técnicas militares ao decorrer do crescimento do contato com o mundo grecorromano.

Palavras-chave: alteridade; bárbaro; corpo; César; Gália.

Considerações iniciais

A construção de estereótipos e as dicotomias existentes entre selvagem/civilizado, romano/bárbaro, e inúmeras outras, ocupam um importante papel na historiografia acerca do Mundo

¹ A autora é graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR). É voluntária de Iniciação Científica (PIVIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ora designado CNPq, com o subprojeto intitulado *A representação do corpo do guerreiro gaulês nos Comentários das guerras das Gálias de Júlio César* sob orientação do Professor Dr. Gilvan Ventura da Silva. Contato: pris.ylre@hotmail.com.

Antigo. É importante ressaltar que no momento do ápice imperialista e do surgimento de fortes movimentos nacionalistas, os estudos publicados nos séculos XIX e começo do XX acerca do Império Romano e das relações entre Roma e as províncias conquistadas costumam tratar da Antiguidade utilizando noções que se aplicariam à sua própria realidade. De acordo com Hingley (2005), a maioria dos historiadores de Antiguidade deste momento, como Mommsen e Jullian, exploraram a sociedade antiga utilizando noções dicotômicas, principalmente a oposição entre romanos (civilizados)/ bárbaros (selvagens). De fato, muito do embasamento desses autores foi proveniente de textos clássicos, que utilizam o termo “bárbaro” para caracterizar aqueles que não viviam sob os costumes romanos. O conceito de “romanização”, concebido neste período, partia do princípio da cultura romana como a civilização, que seria imposta aos autóctones das regiões conquistadas, em prol do progresso civilizatório.

O conceito, porém, assim como as noções modernas utilizadas para a interpretação da antiguidade romana sofreram múltiplas mudanças durante o século XX. Diversos acadêmicos focaram-se na problemática acerca da renovação desses conceitos e noções. As dicotomias passaram a ser contestadas, assim como a renovação de sentido e até mesmo o abandono da ideia de romanização foi, e ainda é, constantemente discutida pelos pesquisadores. Explicar uma sociedade de forma dicotônica acaba

simplificando as relações sociais que ocorrem em seu interior. As relações entre romanos e gauleses, ou entre os próprios habitantes da península itálica não podem ser definidas como o contato entre dois blocos culturais uniformes e totalmente distintos, cujo superior impõe os seus costumes àquele inferior. Para o entendimento da complexidade das sociedades antigas e de suas relações de identidade/alteridade deve-se estudar a sociedade como um conjunto heterogêneo, de grupos de identidades fluidas e mutáveis, em constante construção e reconstrução, que concebem representações do outro para a própria afirmação de sua identidade.

Por meio das noções de representações de Chartier (2002) pretendemos, em um primeiro momento, apresentar as relações entre o mundo grecorromano e os povos habitantes das regiões recém-conquistadas do norte, ressaltando os aspectos da construção do estereótipo do homem gaulês e o impacto das características e práticas corporais nas conclusões de um espectador nos relatos sobre o *outro*. Em seguida trataremos, utilizando principalmente os *Comentários às guerras das Gálias* de Júlio César, das características atribuídas aos guerreiros celtas pelos romanos e as gradativas mudanças no comportamento em campo de batalha após o estreitamento dos contatos com o mundo grecorromano.

O mundo greco-romano e a representação dos gauleses

O Mediterrâneo antigo reunia um notável número de povos, etnias, tribos, grupos e cidades, classificando-se como multicultural por excelência. O intercâmbio entre estas categorias ocorreu por meio de conflitos armados, contatos comerciais, sociais e culturais. As variadas formas de contato entre os povos interferiram na fluidez e na porosidade das fronteiras do Mundo Antigo. Derks (2009, p: 242) afirma que as fronteiras na Antiguidade, principalmente no período da expansão territorial romana, são melhores descritas como zonas de interação entre um poder intruso e uma tribo nativa dentro de sua esfera de influência. As fronteiras nesse mundo poderiam ser de isolamento ou caracterizar-se como zonas de negociação, cooperação e conflito, extremamente mutáveis e que abrem percursos, canais, corredores e trajetos (GUARINELLO, 2010, p: 120). De acordo com Gruen (2010, p: 3), as delimitações de características comuns, traços, qualidades, valores, e até mesmo origens que identificavam e proviam coesão a uma determinada comunidade, assim como suas fronteiras, estavam sempre em processo de formação e de reformulação. O autor prossegue sua reflexão alegando que, frequentemente, muitos pesquisadores resumem os mecanismos de diferenciação utilizados por essas sociedades como apenas o de contraste com o *outro* por meio da criação de um espelho distorcido que acentua os traços excepcionais de uma sociedade e os contrapõe

às características negativas de outra. Queremos explicitar, que o processo de construção da imagem do *outro* não ocorre simplesmente por meio de atribuições negativas para engrandecer o grupo que a forja, e, que os estereótipos são maleáveis e mutáveis. Por exemplo, nos próprios *Comentários às guerras das Gálias* de César podemos verificar mudanças na imagem dos gauleses como “brutos”, quando o autor alega não poder mais compará-los em coragem e força com germanos, já que haviam se acostumado a uma variedade de confortos provenientes da província romana na Gália Transalpina.²

Os *Comentários* são compostos por oito livros, correspondentes a cada ano de campanha nas Gálias, sendo o oitavo de autoria de Aulo Hirtio. A maneira pela qual foi composto não é clara, há indícios de que cada livro seria uma espécie de carta endereçada ao Senado, comumente enviada por generais no inverno depois do final de uma temporada de campanha, assim como se pode alegar que César escreveu os livros como uma unidade, após o final dos acontecimentos do sétimo livro. É possível afirmar, porém,

² Era denominada Gália Transalpina todo o território que se estendia além dos Alpes, encontrava seus limites entre o Reno, os Pirineus, os Alpes, o Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Foi denominado dessa forma em contraponto com a Gália Cisalpina, aquém dos Alpes. César refere-se, nos *Comentários*, ao território sob a dominação romana na Transalpina como a “Província Romana”, este recebe a nomeação de Gália Narbonense após a campanha de César nas Gálias, no período do Principado de Augusto.

que por volta de 46 a.C. os *Comentários* estavam disponíveis para leitura na cidade romana (KRAUS, 2009, p: 160). A relação entre o mundo grecorromano e os gauleses é um elemento central à nossa discussão sobre a narrativa de Júlio César. Acredita-se que houve uma intensificação de contatos entre gregos, romanos e gauleses por volta do século IV a.C., em um período no qual Roma era apenas uma cidade na Península Itálica. Por volta de 390 a.C. uma horda de gauleses desceu do Vale do Pó em direção ao sul e, devido ao desacordo em uma negociação diplomática, invadiu e saqueou a cidade de Roma. É importante ressaltarmos esse acontecimento, pois ele se fixa na memória dos romanos, tornando-se ferida em seu orgulho, o que contribui na formulação dos aspectos negativos agregados ao estereótipo do “bárbaro” gaulês. O saque de Roma, porém, não foi o único evento conflituoso entre os romanos e as tribos do norte. Diversos choques militares aconteceram durante os séculos seguintes, nos quais os gauleses, quase invariavelmente, ocupavam o posto de inimigos dos gregos e dos romanos.

Os estereótipos que circulavam no Mediterrâneo sobre os habitantes das terras do norte, eram repletos de características depreciativas. Tais habitantes eram representados como indivíduos que bebiam exageradamente, que cediam à ganância, sempre inconstantes, não confiáveis, divididos no interior de sua sociedade e incapazes de manter uma ofensiva quando sua vitória não parecia mais segura, apesar de impressionantes em seu ataque inicial

(GRUEN, 2011, p: 141). Seus atributos físicos diferenciados também não eram despercebidos. Em comparação aos romanos e gregos, os gauleses possuíam uma estatura avantajada, sendo descritos, quase que invariavelmente, como homens mais altos, robustos e detentores de muita força bruta. O corpo masculino, saudável e viril assumia um papel importante na cultura beligerante destes homens. Podemos ver a manifestação dessa preocupação com o corpo em Cunliffe (1999, p. 4), quando este escreve que Aristóteles (384-322 a.C.) nos informa sobre a existência de diversas regras rígidas entre os celtas acerca da manutenção da saúde e da força corporal, como o costume de deixar as crianças na neve para que se acostumassem ao frio, crescendo sem nenhuma fraqueza, e a punição que recaia sobre os homens que apresentassem sinais de excesso de peso.³

O *corpo* apresenta-se como um tópico recorrente nas fontes que tratam dos celtas, principalmente no que diz respeito ao guerreiro. O sentido de corpo que trataremos aqui não se restringe à

³ Ao escrever sobre os diferentes grupos étnicos que habitavam as Gálias (*BG* 1-1), César divide-os em três, os aquitanos, os belgas e os gauleses, sendo que estes últimos chamavam-se de celtas em sua própria língua. Barry Cunliffe (1999, p. 2) explica de uma forma simples que celta (*Celtae/Keltoi*) era o nome comum que as pessoas do norte dos Alpes até a Ibéria eram conhecidas pelo mundo clássico e por eles mesmos, e gauleses (*Galli/Galatae*) era um termo específico, provavelmente de origem mediterrânea, aplicado para as tribos que migraram do norte europeu em direção ao sul e ao sudeste.

aparência física, nem apenas ao corpo biológico, pois o entendemos como uma manifestação de elementos sociais, culturais e históricos: “ele é uma poderosa forma simbólica, uma superfície na qual as normas centrais, as hierarquias e até os comprometimentos metafísicos de uma cultura são inscritos e assim reforçados através da linguagem corporal concreta” (BORDO, 1997, p: 19). Ao pensarmos o corpo, nos deparamos com uma obra em aberto, inconclusa, da mesma forma que as bases culturais que o constituem, nomeiam e transformam (VELLOSO, 2009, p: 15). Dialogando com Marcel Mauss (2011), cremos que o corpo seria o instrumento mais antigo do ser humano, e os indivíduos de cada sociedade o utilizariam de forma distinta, assim como cada objeto é diferente e é utilizado de forma diferente quando compararmos dois grupos sociais distintos. As técnicas corporais são o meio como o homem sabe utilizar-se de seu corpo de forma tradicional. Desse modo, práticas que parecem imanentes ao ser, na verdade são histórica e culturalmente construídas.

Para Mauss a educação e a imitação seriam as formas com as quais os indivíduos aprenderiam como agir adequadamente no meio em que vivem, as técnicas militares também se encaixam nos princípios das técnicas corporais. No campo de batalha, um espaço de conflito, a forma de utilização do corpo carrega traços da tradição de cada sociedade. Da mesma maneira que a mulher maori ensina a sua filha a fazer o *onioi*, os celtas foram ensinados a

portarem-se de determinada maneira por seus antepassados, assim como aprenderam a utilizar determinados objetos para aperfeiçoar as sua habilidade em batalha (MAUSS, 2011, p: 405). As técnicas são transmitidas pelos antepassados e cada sociedade dispõe de seu próprio conjunto de costumes, logo um grupo distingue-se do outro na forma de utilizar-se do corpo. Da mesma forma que ingleses e franceses marcham diferentemente, os guerreiros gauleses e os legionários romanos portavam-se de maneiras distintas em campo de batalha. Sendo a guerra uma forma de ritual que agrega todo um grupo simbólico de crenças tradicionais, as práticas gaulesas por vezes induziram a interpretações romanas equivocadas que deram origem a um estereótipo de guerreiro celta.

César, por sua vez, devido ao contato direto com os gauleses, por meio de negociações diplomáticas, encontros com generais em batalha, entre outras situações em que ocorreu algum tipo de comunicação, nos transmitiu uma visão dos celtas menos obscurecida pela imagem pré-concebida que muitos dos romanos e gregos do seu tempo compartilhavam. É importante ressaltar, todavia, que não podemos entender os relatos de César como imparciais ou “verdadeiros”, pois tais relatos constroem apenas a representação dos povos com que César entrou em contato (GRUEN, 2011, p: 148). Seja como for, é possível, mediante a análise histórica, compreender que tipo de retrato o autor tentou transmitir para os seus leitores.

Os *Comentários de César*

Júlio César, durante o consulado de Lúcio Calpúrnio e Aulo Gabínio, em 58 a.C., tornou-se responsável pelas províncias da Gália Cisalpina e do Ilírio, e, posteriormente, da Gália Transalpina. Podemos conjecturar que o sucesso de suas futuras investidas militares não era previstos naquele momento. Rigsby (2006, p: 67-68), porém, propõe que a “conquista total” das Gálias, tornou-se, num determinado momento, um dos objetivos da agenda política de César. Segundo o autor, por meio dos *Comentários* é possível identificar um esforço de delimitação dos territórios pertencentes aos três grupos que, de acordo com César, habitavam as Gálias, sendo que em uma parte “[...] habitam os belgas, em outra os aquitanos, e na terceira habitam os que em sua língua se chamam celtas e na nossa, galos. Todos esses se diferenciam entre si em língua, costumes e leis” (*BG*, 1-1). Além da linha divisória que demarcava o espaço dos habitantes das Gálias estariam os germanos, que, de acordo com César, seriam distintos dos gauleses em quase todos os aspectos. Essa nítida diferenciação entre gauleses e germanos já indica a demarcação da abrangência da tarefa militar que teria pela frente.

Com o objetivo de acumulação de riqueza para a realização suas ambições políticas (UNGERN-STERNBERG, 2011, p: 102), para associar a sua imagem a de seu tio Mário, que havia afastado os Cimbros e Teutões, e outras tribos gaulesas e germânicas, do

território romano (CANFORA, 2002, p: 123), ou, também, para a acumulação de glória por meio da “conquista total” de um povo (RIGSBY, 2006, p: 68), o fato é que o fator imediato que desencadeou a invasão das Gálias por César foi o início do deslocamento dos helvécios em busca de novos territórios na Gália. Os helvécios eram uma tribo de origem gaulesa, que ocupava um pequeno território na Gália Céltica que compreenderia parte da atual Suíça, seus habitantes foram descritos por César como “os mais valentes entre os gauleses, pois quase todos os dias travam lutas contra os germanos, seja para defesa de suas fronteiras ou para tomar as deles” (*BG* 1-1). O projeto migratório dos helvécios teve como principal motivo a própria localização e tamanho do território, além de ser muito pequeno e estreito para sua população, estavam cercados por todos os lados: de um lado pelo Reno, rio muito profundo, que os dividia da Germânia; do outro lado erguia-se o monte Jura, separando-os dos séquanos; e por fim o lago Léman e pelo rio Ródano, que os aparta dos territórios romanos além dos Alpes (*BG* 1-2). César lhes nega, então, passagem pelos territórios romanos transalpinos no mesmo ano em que recebeu suas responsabilidades como cônsul, este caminho seria o mais fácil a ser percorrido pela tribo em movimento. Trazendo à memória o assassinato do cônsul Lucio Cássio pelos helvécios, alega que “não acreditava que se os deixasse passar pela Província, esses homens de tão mau coração se contivessem em não fazer nenhum mal ou

dano” (*BG* 1-7-4). Os helvécios, que foram derrotados em todas as tentativas de vencer as legiões romanas após a resposta negativa de César ao pedido de passagem, estudam outras opções e terminam por realizar um acordo com os séquanos, passando, assim, pelo seu território. César, então, empreende uma campanha militar além das fronteiras, com a justificativa de proteger os aliados éduos e derrotar os helvécios, fazendo com que voltassem ao seu território original, pois, se não retornassem, abririam caminho para o assentamento de germanos, mais perigosos e violentos que os gauleses, numa região próxima a província romana transalpina.

A incursão contra os helvécios abriu as portas das Gálias para a intervenção romana nos conflitos entre as tribos gaulesas e logo levou à submissão de muitas dessas tribos ao poderio romano. Nos oitos anos narrados em seus livros, César disserta acerca das batalhas e dos acordos travados entre as legiões romanas e as mais de 121 tribos gaulesas e germanas citadas. Os relatos são, em sua maioria, sobre situações de conflito militar, proporcionando ricas informações sobre o poderio bélico gaulês e sobre suas táticas de batalha, em comparação com as técnicas bélicas romanas, além das preciosas, porém restritas, informações “etnográficas” de César acerca das sociedades gaulesa e germânica (RIGSBY, 2006, p. 63). Woolf (1998, p. 8) afirma que César, ao dividir a elite gaulesa em duas partes, no seu sexto livro, estaria promovendo uma descrição mais próxima das características sociopolíticas dos éduos,

antigos aliados romanos. Estes habitavam a região vizinha aos territórios romanos na Transalpina e eram uma das tribos de maior influencia nas Gálias, liderando uma das facções em que se dividiam os gauleses, a outra se encontrava, sob o comando dos séquanos. À época, um grande número de tribos se encontrava sob a esfera de influência dos éduos (*BG* 6-12-1).

Em sua narrativa, César denomina a elite guerreira gaulesa curiosamente de *equites*, termo utilizado para os membros da ordem equestre, em Roma. É importante ressaltar que o emprego de termos romanos para nomear instituições e grupos sociais gauleses por César não ocorre apenas nessa ocasião. As reflexões acerca dessa prática nos abre um leque de interpretações. Para alguns, a opção de César por utilizar termos latinos para descrever a sociedade gaulesa estaria diretamente ligada à sua tarefa de delimitar as diferenças entre os germanos e os gauleses, estando estes últimos mais próximos da “civilização” romana. Outros consideram a utilização de vocábulo latino na descrição das instituições políticas apenas como uma ferramenta para facilitar a transmissão de informações aos romanos, leitores da obra.

Os *equites* de César e o corpo do guerreiro

Os *equites* constituíam, para César, a elite guerreira da sociedade gaulesa, que:

Quando seus serviços são requeridos em alguma guerra iniciada – que antes da vinda de César ocorria quase todos os anos, fosse ofensiva ou defensiva – eles todos se apresentam para lutar, e quando um é mais nobre e mais rico, maior é o acompanhamento que leva de dependentes e criados, os quais são os únicos fatores distintivos de sua grandeza e poder (*BG* 6-15).

A escolha desse termo provavelmente se conecta com a poderosa cavalaria gaulesa, que era composta pelos membros da elite. É nesse ponto que a retomada da discussão teórica acerca dos estereótipos, da representação do corpo do outro e do corpo como um instrumento para a implementação de técnicas que se distinguem em cada sociedade faz-se necessária. Como dissemos anteriormente, as modalidades de utilização do corpo podem se alterar conforme a sociedade em questão e suas necessidades. A própria transformação da cavalaria gaulesa no setor mais forte e melhor treinado do exército ocorreu por meio das transformações de suas técnicas militares tradicionais. Cunliffe (1999, p: 100), ao analisar os diversos relatos acerca da forma de guerra céltica, supõe que antes da cavalaria se tornar a principal força do exército, este lugar havia sido ocupado pelo carro de guerra, que, de acordo com os achados arqueológicos, eram puxados por dois cavalos e carregavam um condutor e um guerreiro. César entrou em contato com esse tipo de técnica militar quando enfrentou as populações da Bretanha, vejamos seu relato:

Seu modo de guerrear é este: Primeiramente correm por todas as partes, jogando dardos; o espanto com cavalos e o estrondoso barulho das rodas das carruagens desordenam as fileiras, e se, por acaso, ficarem em meio a cavalaria, desmontam do que os carrega e lutam à pé. Os condutores, por sua vez, retiram-se em alguns passos do campo de batalha e ficam em postos de modo que, se o combatente se ver cercado pelo inimigo, possa voltar para o asilo da carruagem. Assim, juntam na batalha a agilidade da cavalaria e a consistência da infantaria (*BG* 4-33).

O autor considera esta técnica de combate muito vantajosa para o exército gaulês. É curioso, entretanto, que as populações das Gálias tenham abandonado o uso desse instrumento de guerra logo após intensificar seu contato com as civilizações mediterrânicas. De fato, a partir do século III a.C. a cavalaria começou a se tornar mais importante no cenário militar grecorromano, e os gauleses, já tradicionalmente familiarizados com a utilização do cavalo para fins militares, se tornam cavaleiros, tendo sido contratados em grande quantidade por Aníbal na Segunda Guerra Púnica (CUNLIFFE, 1999, p: 104). A gradual extinção do uso do carro de guerra levou à agregação de novos elementos a indumentária do cavaleiro. As espadas cresceram significativamente, chegando a medir, na época de César, cerca de 90 centímetros, muito comprida para que pudesse ser usada com conforto pela infantaria.

Outro costume militar muito comum no século IV a.C. e que aos poucos, em função do aumento do contato das populações gaulesas com os povos mediterrâneos, tendeu a desaparecer entre os

celtas é a forma pela qual um determinado conflito poderia ser decidido. Séculos antes das incursões militares de César nas Gálias, a decisão de embates das mais variadas naturezas poderia ser limitada, por convenção, ao confronto de “heróis” selecionados, que se engajariam num combate público individual. Esse tipo de conflito não era inédito em meio a sociedades na Antiguidade, mas associá-lo aos guerreiros gauleses pode nos auxiliar em algumas reflexões acerca do lugar social do guerreiro gaulês e das visões acerca de seu corpo. O guerreiro que luta individualmente contra seu oponente expõe-se à observação, recebendo admiração ou ódio, glória ou vergonha. Cunliffe (1999, p: 102) cita exemplos retirados dos relatos de Tito Lívio sobre o combate singular, um deles entre o romano Mânlio contra um guerreiro celta que o havia desafiado e o outro sobre o confronto entre o tribuno Valério e um líder de guerra celta. Valério, por causa de sua posição política, pediu permissão ao cônsul romano antes de aceitar o desafio de seu oponente. Em ambas as histórias o vencedor foi romano. Valério recebeu um codinome por sua vitória, *Corvinus* (Corvo), pois um corvo teria pousado em seu elmo e cegado o seu oponente celta e determinando a sua vitória.

Lourenço (2008, p: 29) expõe essa prática de combate no épico mitológico irlandês *O rapto das vacas de Cooley*, que conta a história do conflito entre os governantes de Connaught e de Ulster sobre a posse do touro divino. No decorrer da narrativa o guerreiro

celta Cuchulainn, lutando por Ulster, engaja combates singulares contra vários oponentes, expondo, ao final, suas cabeças decapitadas. Num determinado momento, quando se encontrava muito ferido em batalha, sua coragem, cólera, força e ardor de guerreiro são representados no texto por meio de um calor sem igual, que emanava de seu corpo, impossibilitando os outros a chegarem perto dele:

[...] A neve fundiu a trinta pés de cada lado dele, por causa da elevação do calor do guerreiro e por causa do calor do corpo de Chuchulainn. O rapaz (oponente de Chuchulainn) não pôde ficar próximo dele por causa da grandeza de sua cólera e do ardor do guerreiro e por cauda do calor do seu corpo (GUYONVARC'H, 1994, p: 104 apud LOURENÇO, 2008, p: 30).

O furor do guerreiro celta não se extingue com o abandono do combate singular público. Escritores gregos e romanos de períodos posteriores continuam descrevendo os celtas como dotados de extrema ferocidade, empregando cólera e força no momento do primeiro ataque, quando pareciam jogar todo o peso do corpo sobre a espada e o inimigo. Sua fúria em batalha sempre é mencionada, às vezes como um atributo positivo, às vezes como uma característica negativa de “bárbaro”. A busca por reconhecimento individual também não se extinguiu, podendo ser interpretada, muitas vezes, por meio do que os escritores caracterizam como “falta de organização” e “ausência de unidade em batalha”. Os pontos que

queremos realçar com essa discussão são o *status* de guerreiro na sociedade céltica, pois torna-se claro que, mesmo após o abandono da prática de combate individual, o guerreiro continua a fazer parte da elite gaulesa. Seu lugar social como combatentes os coloca ao lado dos druidas, componentes de grande importância da elite. Entre as suas funções, César destaca:

[...] se ocupam com coisas religiosas, presidem os sacrifícios públicos e privados e interpretam os mistérios da religião. Um grande número de jovens vem estudar com eles; e eles são muito admirados. São os druidas que decidem acerca de quase todas as contestações públicas e privadas; se alguém comete algum delito, se acontece alguma morte, ou se há alguma contestação sobre herança ou limite de terra, são eles que decidem; determinam os prêmios e os castigos; qualquer pessoa [...] que não se render a sua sentença é excomungada, que para eles é a pena mais grave [...] (BG 6-13-4).

Os druidas, de acordo com os *Comentários*, também tem um papel importante na formação dos guerreiros, pois “se esforçam em ensinar sobre a imortalidade da alma e sua transmigração de um corpo para outros, cuja crença julgam ser um grande incentivo para a coragem, podendo afastar o temor da morte” (BG 6-15-6).

Considerações finais

O guerreiro gaulês pode ser pensado como um corpo que agrega as características físicas, sociais e culturais próprias da tradição gaulesa, como, por exemplo, o cuidado com a manutenção

de um porte atlético, evidenciado pelos relatos de Aristóteles acerca das punições aos homens que estivessem obesos; ou a tradição dos membros da elite de retirar os pelos da face, deixando apenas um comprido bigode que quase lhes cobria a boca. Vemos também a utilização de vários adornos de ouro no corpo, principalmente em volta do pescoço, presente em representações de gauleses na arte romana, assim como, as importantes demonstrações sociais de *status* e prestígio por meio dos festins, eventos altamente hierarquizados e de extrema importância na sociedade céltica.

A análise dos *Comentários* para a problematização do corpo do outro possibilita uma nova visão acerca do mundo romano e das relações entre romanos e não romanos, assim como uma possível interpretação dos atributos que aparecem designados genericamente pelos textos clássicos para grande parte das tribos célticas e grupos das regiões gaulesas. As características que a tradição envolve ao guerreiro, se exprimem no corpo do indivíduo que se encarrega dessa função social. De fato o comportamento adequado do individuo passa por critérios e são sancionados pela aprovação ou a desaprovação coletiva dos indivíduos que integram a sociedade na qual está inserido. Dessa forma, o corpo, compreendido como a forma mais visível de exibição cultural e instrumento por meio do qual o homem se relaciona com o meio e o com *outro*, se mostra de extrema importância no momento em que uma sociedade é interpretada por outra. O físico, a indumentária, os

gestos e as técnicas em batalha são os primeiros atributos passíveis de interpretação no momento em que dois grupos culturais distintos se confrontam. César, por meio de seus *Comentários*, nos lega diversas informações que nos permitem captar uma representação do guerreiro gaulês, que faz deles homens corajosos, fortes, e senhores de um importante lugar na sociedade céltica. Acreditamos que a pesquisa por este viés é capaz de proporcionar interpretações das relações entre as sociedades antigas que fujam das dicotomias e noções modernas que a historiografia da Antiguidade ainda não abandonou por completo.

Referências

Documentação primária impressa

CÉSAR, Júlio. *Comentario de las guerras de las Galias*. Traducción de José Goya y Muniain. Buenos Aires: Claridad, 2008.

Referências complementares

BORDO, Susan R. “O corpo e a reprodução da feminidez: uma apropriação feminista de Foucault.” In: JAGGAR, A. M., BORDO, S. R. (Org.) **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

CANFORA, L. **Julio César**: O ditador democrático. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.

- CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CUNLIFFE, B. *The Ancient Celts*. London: Penguin Books, 1999.
- CUNLIFFE, B. *The Celts: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DERKS, T.; ROYMANS, N. (ed.). *Ethnic Constructs in Antiquity: The Role of Power and Tradition*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.
- GREINER, C. **O corpo:** pistas para estudos interdisciplinares. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRUEN, E. S. (Org.). *Cultural Identity in the Ancient Mediterranean*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010.
- GRUEN, E. S. *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2011.
- GUARINELLO, Luiz Norberto. Ordem, integração e fronteiras no império romano. Um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, p. 113 - 127, 2010.
- GUYONVARC'H, C. (Trad.). *La Razzia des Vaches de Cooley*. Paris: Gallimard, 1994. HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. London: Routledge, 2005.
- KRAUS, C. Bellum Gallicum. In: GRIFFIN, M. (ed.). *A Companion to Julius Caesar*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

- LOURENÇO, F. **O papel dos druidas na sociedade céltica na Gália nos séculos II e I a.C.** Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- RIGGSBY, A. M. *Caesar in Gaul and Rome: war in words.* Texas: University of Texas Press, 2006.
- RODRIGUES, J. C. Os corpos na Antropologia. In: **Olhares do Corpo.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- UNGERN-STERNBERG, J. *The crisis of the Republic.* In: FLOWER, H. I. (ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Republic.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VELLOSO, M. P. et alli. *Corpo:* uma obra inconclusa. In: **Corpo:** identidades, memórias e subjetividades. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- WILLIAMS, J. H. C. *Beyond the Rubicon: Romans and Gauls in Republican Italy.* Oxford: Clarendon Press, 2001.
- WOOLF, G. *Becoming Roman: The origins of provincial civilization in Gaul.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Quilombo: a voz do Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1940/1950)

Vanessa Lima Cunha¹

Resumo: Este artigo propõe uma análise do jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* e a sua relação com o mito da democracia racial no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Este jornal foi fruto do trabalho de um grupo teatral denominado Teatro Experimental do Negro (TEN) surgido em 1944, na cidade do Rio de Janeiro. O referido periódico buscava dar voz a todos que tinham uma visão crítica sobre o preconceito racial no Brasil naquele contexto. Procuraremos compreender alguns dos discursos veiculados por este jornal, partindo de estudos e leituras de pesquisadores do tema, e as possibilidades de contribuição que ele deu nos debates relativos ao mito da democracia racial.

Palavras-chave: Jornal *Quilombo*, Teatro Experimental do Negro, democracia racial, Abdias Nascimento.

O presente artigo busca trabalhar o surgimento do jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* e a sua relação com o mito da democracia racial no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, partindo de leituras e trabalhos de alguns dos principais pesquisadores desse tema.

¹ Este artigo traz a versão resumida de um dos capítulos do meu TCC defendido no ano de 2009, na Universidade Estadual de Londrina, intitulado *O Teatro Experimental do Negro e a sua relação com o mito da democracia racial no Brasil*, orientado pela profa. Dra Silvia Cristina Martins de Souza.

O Estado Novo teve início em 1937, instalado por Vargas em forma de ditadura com o apoio das forças armadas. Daniela Roberta Antônio Rosa coloca que neste período “algumas manifestações culturais de origem negra, tidas anteriormente como negativas e até símbolos e causadoras do atraso brasileiro, passaram a ser pesadas como expressão de brasiliade.” (ROSA, 2007: 68), pois neste período o presidente procurou desenvolver uma política de valorização do brasileiro, mas não se esquecendo de que se tratava de uma ditadura e por isso só eram permitidas as visões do Estado sobre como deveria ser este país e seus cidadãos. E assim como o teatro teve uma função política nos anos 1880 e 1920, ele também teve nos anos 1940, quando o TEN foi criado.

Este jornal surge como fruto dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo teatral denominado Teatro Experimental do Negro (TEN). Os fundadores deste grupo surgido em 1944 buscavam através de suas peças desenvolverem “a valorização social do negro através da educação da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 2004: 198)

A figura de Abdias Nascimento é parte fundamental desde grupo, pois foi ele o responsável inicial das ideias e projetos do TEN, e para ele e seus colaboradores o objetivo deste grupo era a inserção e a valorização do negro no teatro e na sociedade brasileira. Como coloca o próprio Nascimento:

“Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido.” (NASCIMENTO, 2004: 211)

Desde seu surgimento o TEN, procurou trabalhar e defender determinadas ideias contra o preconceito racial. Para concretização deste projeto o grupo procurava desenvolver, palestras, debates, aulas de alfabetização, aulas referente à cultura negra, concursos de artes plásticas, concursos de beleza, peças teatrais e também a elaboração de um jornal.

O jornal *Quilombo* foi lançado em 1948, e o propósito do TEN era de usar este espaço para divulgar as suas peças teatrais, mas também utilizar este como meio de desenvolver as suas críticas sobre democracia racial, preconceito racial, assim como a relação entre eles.

É importante fazer então uma breve contextualização sobre o conceito de “democracia racial”.

Para a pesquisadora Célia Maria Marinho de Azevedo, em *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*, a imagem de um paraíso racial no Brasil, que mais tarde se transformaria na ideia de democracia racial, já vinha sendo construída desde o século XIX por viajantes estrangeiros que

visitaram o Brasil, assim como por abolicionistas brasileiros e americanos. (AZEVEDO: 2003)

Os viajantes e depois os abolicionistas influenciaram muitos os trabalhos elaborados no início do século XX, dentre os quais o de Gilberto Freyre que lançou na década de 1930 um livro chave sobre as relações raciais no Brasil denominado *Casa Grande e Senzala*. Este autor e sua obra foram durante muito tempo tido como referências nos estudos referentes às “questões raciais”, pois ele defendia a ideia de um país onde se vivia uma relação harmoniosa entre brancos e negros.

As ideias defendidas por Freyre passaram a ser questionadas no Brasil a partir de fins dos anos 1950², neste período também temos o surgimento do Projeto Unesco. Os primeiros revisionistas da obra de Freyre e das relações senhor e escravo, a saber, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni³, dentre outros, acabaram por classificar a ideia de democracia racial como um mito fundador da nação brasileira. Ou seja, eles não acreditavam na relação harmoniosa que fora propagada pelos

² Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Para mais esclarecimentos ver Marcos Chor Maio, Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50.

³ Alguns destes pesquisadores foram patrocinados em suas pesquisas pela UNESCO e a Revista Anhembí.

abolicionistas do século XIX e posteriormente por Freyre na década de 1930.

Para eles estas relações teriam sido de tal maneira conflituosas e violentas que privaram os escravos de capacidade de ação, transformando-os em “coisas” (exemplificados pela figura do “Pai João”), só restando aos mesmos uma reação diante da violência que sofriam – a rebeldia-, sendo o exemplo mais acabado desta rebeldia à figura de Zumbi.

Como resultado dessa nova percepção sobre o assunto, a ideia do racismo como componente da sociedade brasileira passou a ser discutido, o que ia de encontro às ideias construídas por Freyre.

Emília Viotti da Costa esclarece que

“Estes cientistas acumularam uma nova quantidade de evidências de que os brancos no Brasil foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram “natural” e informalmente segregados” (COSTA, 1999: 366)

Foi esta a situação que vivenciavam os ex-escravos a partir da abolição, que tem sido lenta e gradualmente modificada até os dias atuais. A partir do que foi dito, pode-se ver que quando o TEN começou suas atividades a ideia de democracia racial estava em pleno auge o que chama uma atenção maior para este grupo.

O objetivo então é compreender quais foram às ações desenvolvidas pelo jornal *Quilombo* na luta contra o mito da democracia racial. Para verificarmos como essa discussão aparece

no jornal, iremos utilizar principalmente o artigo de Petrônio Domingues denominado *Quilombo (1948-1950) uma política de vozes afro-brasileiras*.

O jornal *Quilombo* apresentou sua primeira edição no dia 09 de dezembro de 1948 na cidade do Rio de Janeiro. Daniela Roberta Rosa nos esclarece que:

Os editoriais eram de autoria de Abdias Nascimento e o periódico tinha como colunas permanentes: Livros, Tribuna estudantil, Escolas de Samba, Cinema, Música, Rádio, Negros na História, Fala A Mulher, [...] Pelourinho, Democracia Racial, Cartaz, Sociais, Close Up e Notícias do teatro Experimental do Negro. Além de um número de matérias assinadas. (ROSA, 2007: 82-83)

A periodicidade deste jornal foi predominantemente mensal, e ele foi “custeado com os recursos advindos de alguns membros do TEN – como Guerreiro Ramos – e de colaboradores brancos.” (DOMINGUES, 2008: 264).

Analisaremos agora uma das colunas do jornal *Quilombo*. Na coluna do jornal denominada “Arquivo”, o artigo⁴ de Raquel de Queiroz questionando o leitor sobre a democracia racial do Brasil, denominado *Linha de Cor*, como segue,

Será que por ausência de preconceito que quase nenhuma das ordens religiosas existentes no Brasil

⁴ O artigo de Raquel de Queiroz foi primeiro publicado no periódico *O Cruzeiro*, em 24 de maio de 1947. (DOMINGUES, 2008: 266)

recebe pessoas de cor no seu seio – salvos como leigos, que dizer, como criados? E que os colégios grã-finos não aceitam alunos ou alunas de cor? E que a Light (e o governo fecha os olhos ante isso) não admite telefonistas de cor? E que nenhuma loja das ditas elegantes daqui do Rio, de São Paulo e de outras capitais, emprega vendedores de cor? Já viu manicuras e cabeleireiras de cor nos salões de beleza de luxo? Leu no livro de Mário filho o que foi a batalha para se introduzirem jogadores negros nos clubes de futebol carioca? Sabe que nenhum bar da área atlântica, em Copacabana, permite que se sente às suas mesas algum freguês de cor? E que a restrição era feita no cassino – e ainda é feita em certas “boites” ou cabarés de alta sociedade? E que tanto o hotel Serrador como outras hospedarias de alto bordo adotam como linha de conduta não tolerar hóspedes de cor... [...] Se isso não é discriminação racial – e, mais grave ainda, discriminação admitida e amparada pelo governo – que nome lhe daremos? (Quilombo, dez de 1948 p.2. Apud DOMINGUES, 2008: 265-266)

O questionamento feito no final do artigo, por essa escritora, é uma questão muito emblemática, e para Nascimento e seu grupo este era um ponto que deveria se trabalhar mais, pois como acreditava o grupo, o negro no Brasil sempre foi discriminado em praticamente todos os campos da sociedade, e por isso eles acreditavam que este debate poderia vir a ajudar na luta contra o preconceito racial, assim como ajudaria na divulgação e ampliação no combate contra os limites impostos as pessoas de cor no Brasil.

Para Domingues “o artigo de Raquel de Queiroz traçava um painel panorâmico do regime não declarado de segregação racial a que o negro ficava exposto em vários lugares do Brasil, na

década de 1940.” (DOMINGUES, 2008, p. 266) Os pontos levantados por Queiroz como restrições nas ordens religiosas, em colégios ditos “grã-finos”, lojas de roupa, salão de beleza, bares dentre outros exemplos, retratam alguns dos pontos contra os quais o TEN procurou lutar durante todo o tempo não só nas páginas do jornal *Quilombo*, mas também através das peças teatrais, palestras, aulas, como ditas anteriormente.

Nascimento e o TEN procuravam contestar a ideia de democracia racial no Brasil utilizando principalmente o jornal *Quilombo*, como porta-voz, sobretudo na coluna “Democracia Racial”. A primeira matéria escrita nesta coluna foi assinada justamente por Gilberto Freyre denominado *A atitude brasileira*, dizendo:

Não há exagero em dizer-se que no Brasil vem se definindo uma democracia étnica contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que, uma vez por outra, se têem manifestado entre nós. Há decerto entre os brasileiros preconceito de cor. Mas estão longe de constituir o ódio sistematizado, organizado, arregimentado, de branco contra preto ou de ariano contra judeu ou de indígena contra europeu que se encontra em outros países de formação étnica e social semelhante à nossa. [Freyre encerra seu texto argumentando ainda que] “devemos estar vigilantes, os brasileiros de qualquer origem, sangue ou cor, contra qualquer tentativa que hoje se esboce no sentido de separar, no Brasil, “brancos” de “africanos” (*Quilombo* nº. 1. dez. de 1948. Apud ROSA, 2007: 83)

Este espaço em que Freyre fez a defesa de suas ideias foi aberto a todos que quisessem debater este assunto. Para o pesquisador Domingues o fato de Freyre ter escrito para o jornal *Quilombo* pode estar relacionado o objetivo daqueles que o produziam de “livrar o jornal de qualquer possibilidade de ser estigmatizado negativamente. [...]”, portanto, de investir na formação de uma cruzada multicolor também foi uma tática utilizada por *Quilombo* para se eximir da imagem de intolerância ou sectarismo junto à opinião pública.” (DOMINGUES, 2008: 268) Rosa aponta em seu texto, que para Macedo o jornal *Quilombo* conseguiu:

“dar vazão às ideias, propostas e representações de intelectuais (negros e brancos) e ativistas negros a respeito da população afro-brasileira dos anos 1940 e 1950.” É a partir dessa observação que podemos compreender, por exemplo, a presença da discussão feita por Gilberto Freyre. (ROSA, 2007: 84)

É importante perceber como essa coluna era indispensável para o jornal e como coloca Domingues “o ideal da democracia racial perpassou vários números de *Quilombo*. No geral é possível afirmar que a folha compactuava, ao mesmo tempo, negociava na órbita desse ideal.” (Domingues, 2008: 268) e seguindo as ideias do autor, o que nos leva a compreender é que esse ideal de democracia racial foi muitas vezes moldado para se encaixar no debate defendido pelo TEN, ou seja, o TEN mantinha uma relação ambígua com esse ideal.

Não podemos negar que muitas são as possibilidades dessa relação uma das quais quem nos esclarece é Petrônio Domingues, pois para ele:

[...] o jornal empreendeu uma política de colaboracionismo racial. Para fortalecer a “obra de valorização social dos brasileiros de cor”, era necessário aludir-se com deferência aos presumíveis aliados brancos que levantavam a bandeira antiracista, tanto no campo político quanto intelectual. (DOMINGUES, 2008: 268)

Outro fator que pode ter contribuído para essa relação é referente à questão financeira, o que poderia ter aberto as portas do editorial para a “campanha publicitária para ampliar o número de assinantes. (DOMINGUES: 267)

Como podemos perceber são muitas as possibilidades dessa relação entre o jornal e a dita “luta contra a democracia racial”. As várias vozes presentes no periódico e as várias interpretações que essa coluna, assim como todo o jornal, deixava uma visão dualista dos temas defendidos pelo TEN, o que acabam levando o pesquisador deste tema se manter sempre alerta e aberto às implicações que o tema atrai sobre si.

Este jornal também foi palco para as reivindicações e defesa da mulher negra dentro da sociedade. A coluna “Fala Mulher” era de autoria de Maria Nascimento, e o que ela pretendia era conversar com suas “irmãs” de cor, onde escreveu no primeiro número,

Discutiremos nossos problemas, minhas patrícias, com a simplicidade de verdadeiras irmãs e amigas que se amam. [...] Vamos, pois, conversar e atuar como pessoas que só não estão mais integradas neste século de civilização e progresso por falta de oportunidades. Oportunidades que doravante lutaremos para conseguir. (Quilombo, dezembro, de 1948. Apud DOMINGUES, 2008: 280)

Neste espaço Maria Nascimento procurava falar de todos os assuntos que poderiam interessar a mulher negra. Através dessa coluna o jornal também procurou defender a causa das empregadas domésticas. E como ela se propunha lutar para que haja mais respeito pela mulher negra dentro da sociedade, para a autora dessa coluna era preciso que essa própria mulher tomasse consciência de sua importância e liderasse o seu papel na história. (DOMINGUES, 2008)

Com relação à luta das empregadas domésticas jornal *Quilombo* publicou em janeiro de 1950 uma matéria denominada “Precisam-se de Escravas”, onde aparece “A verdade é que a empregada doméstica é uma lembrança amarga dos anos de escravatura” (QUILONBO, fevereiro, de 1950 6p.9. Apud ROSA, 2007: 86) As reivindicações para essa área gerou a criação de um Conselho Nacional das Mulheres Negras, criado pelo TEN, onde eles propunham a regulamentação das empregadas domésticas.

Nessa coluna destinada à mulher negra Maria Nascimento também defendia uma nova postura para as suas “irmãs” de cor, em

uma matéria ela utiliza a figura de Ruth de Souza para exaltar esse ideal a ser assumido,

Além de intérprete dotada de rara sensibilidade e poder expressional, ela é uma personalidade forte e interessante, estudiosa de todos os problemas de arte, inteligência alerta e sequiosa de aprender sempre mais. Exemplo da nova mulher negra. (Quilombo, dezembro de 1948, p.6. apud DOMINGUES, 2008: 281)

As ações implantadas pelo jornal procuravam divulgar a “denuncia de racismo que grassava em entidades filantrópicas, escolas, instituições filantrópicas [...] (DOMINGUES: 277)

Essas reportagens escritas e debatidas por Maria Nascimento procuravam divulgar abusos e cobravam atitudes por parte das autoridades. No artigo “Discriminação nas obras sociais” o jornal,

[...] tornou público que o “Catálogo de Obras Sociais do Distrito Federal”, editado pela Legião Brasileira de Assistência, em 1948, apresentava uma relação de instituições de assistência social – dispensários, colégios, orfanatos e asilos – que não aceitavam o ingresso de negros. (DOMINGUES, 2008: 278)

Petrônio Domingues acredita que:

O jornal aproveitava as denuncias dos casos de “preconceito racial” para reforçar sua concepção, segundo a qual, o problema do negro no Brasil tinha natureza racial, fundamentalmente, e social, secundariamente. Nesse sentido, os negros eram vítimas de racismo independentemente de sua condição social. (DOMINGUES, 2008: 279)

O que podemos perceber dessa postura do jornal *Quilombo*, é que durante muito tempo a imprensa negra foi apresentada como “imprensa adicional”, ou seja, os jornais desenvolvidos pelos movimentos negros, não só o jornal *Quilombo*, muitas vezes passava despercebido ou eram pouco valorizados⁵. O que levou o *Quilombo* a se posicionar

“como um instrumento que prefaciou através de seus textos e ao longo de seus dois anos de existência, grande parte da parte da ação proposta pelo Teatro Experimental do Negro. Ele desempenhou o papel de colocar parte dos termos que envolviam o debate da questão racial no Brasil” (ROSA, 2007: 84)

Para Munanga e Gomes, o debate que o jornal levantou nos anos em que esteve em circulação foi “uma produção muito diferente dos outros jornais militantes que o antecederam” e estes autores estão de acordo com as falas do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães sobre o *Quilombo*, quando este diz que “talvez o mais importante motivo dessa diferença tenha sido a sua inserção e sintonia com o mundo cultural brasileiro e internacional.” (MUNANGA, GOMES, 2006: 122)

Compreendemos também que as propostas as quais o jornal se empenhou foram audaciosas e muitos desses debates acabaram entrando em contradição dentro do próprio jornal, como

⁵ Com relação à considerar a imprensa negra como “Imprensa adicional” ler BASTIDE, R. “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1983.

aparece “Mas páginas de *Quilombo*, que abrigava de forma democrática uma pluralidade de perspectivas, já exibem a tensão entre o discurso de colunistas convidados que viam a democracia racial como algo que “vêm se verificando entre nós desde dias remotos”⁶ e um outro discurso, crítico, de editorial de primeira página: “Democracia de cor não deve nem pode ser apenas um luxo da nossa Constituição, um *slogan* sem conteúdo e sem efetividade na existência cotidiana do povo brasileiro⁷. (NASCIMENTO, 2003: 8)

Como vimos os debates dentro do jornal acabavam por mostrar os dois lados da questão, e cabe ao pesquisador/historiador trabalhar esses embates de forma a compreender estes discursos presentes neste período de grande importância para o Brasil.

Mas o que não podemos deixar de reconhecer é a luta e a qualidade do produto que foi o jornal *Quilombo* dentro da sociedade internacional, a carta de Thomé Agostinho das Neves de Luanda (Angola) endereçada a Abdias Nascimento. “Mãos amigas fizeram chegar diante dos meus olhos o jornal QUILOMBO que circula no Brasil”. [...] Hoje mesmo li os números 1º a 4º. Que me inteiraram do que desejava saber da vida social, cultural e artística do negro no Brasil. (Quilombo, janeiro de 1950. Apud DOMINGUES, 2008:

⁶ Gilberto Freyre, “A atitude brasileira”, na coluna Democracia Racial. *Quilombo* N°1, p8.

⁷ Abdias Nascimento, “Candidatos negros e mulatos” *Quilombo* nº6, p1.

279) e nacional⁸. As várias falas encontradas dentro dele mostram como este contribui para um debate complexo, que mobilizou diferentes personagens no cenário brasileiro naquele contexto.

Bibliografia

- ABREU, Martha. “*Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular (1880-1950)*” in **Afroasia**, (31) 2004. Acessado: 30/01/09. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/2007/02_marthaabreu.html ou www.afroasia.ufba.br/edicaoTxt.php?codEd=27
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo. Annablume, 2003.

⁸ Sobre a recepção do jornal, A carta de Durvalino Alves da Silva, de Nova Aliança (SP) endereçada a Abdias Nascimento diz: Prezado Sr. Li uma das edições do nosso Jornal Quilombo – vida, problemas e aspirações. Li com amor e carinho porque trata-se exclusivamente da educação social dos nossos irmãos de cor. Sinto-me até acabrunhado em escrever estas linhas porque sou inculto, mas orgulho-me porque esta educação que não alcancei, meus filhos estão alcançando. [...] O número de Quilombo que li foi enviado por uma irmã de cor à minha filha, a qual estuda na faculdade de Comércio em S. José do Rio Preto, Estado de S. Paulo. Pretendo fazer dos meus filhos batalhadores incansáveis em benefício dos nossos irmãos. (Quilombo, Julho de 1949. Apud DOMINGUES, 2008: 279) Por essa carta somos levados a reconhecer que o TEN e o Quilombo era sim um formador de opiniões e semeador do orgulho e pertencimento a cor negra.

BASTIDE, Roger. “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”. In:

Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1983. Disponível em:

moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=43513

BITAR, Viana Larissa. Democracia racial e cultura popular. In: ABREU, M., MATTOS, Hebe. **Ensino de História: conceitos temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da democracia à república: momentos decisivos**. São Paulo, UNESP. 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Quilombo (1948-1950): uma polifonia de vozes afro-brasileiras. In: **Ciências & Letras**. N. 44, 2008, p. 261-289. Acessado: 30/01/09 Disponível em:

www1.fapa.com.br/cienciasletras/pdf/revista44/artigo13.pdf

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Revista Tempo**, 2007. Acessado: 20/02/09. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf

_____. A crisálida do teatro negro no Brasil. Disponível em: www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/.../revista3-52.pdf - Acessado: 20/02/09.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal – 51.ed –. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. In: **Tempo Social USP**. (18) 2006. Acessado: 01/03/09. Disponível em:

www.fflch.usp.br/.../temposocial/mostraArtigo.php?id=387

_____. **Democracia racial**. Disponível em:

www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf

Acessado: 01/03/09

GOMES, Thiago de Melo. **Um espelho no palco**. Campinas, Unicamp, 2004.

GOMES, Thiago de Melo. Negros Contando (e Fazendo) sua História: Alguns Significados da Trajetória da Companhia Negra de Revista (1926). In **Estudos Afro-Asiáticos**, 2001. ano 23. Disponível em: www.scielo.br/pdf/eaa/v23n1/a03v23n1.pdf - Acessado: 03/03/09.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel, 1962.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sócias no Brasil dos anos 40 e 50. **RBCS**. Vol 14 nº 41 outubro de 1999. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009...sci...

MUNANGA, KAbengele, GOMES, Nilma lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo. Ação Educativa, 2006.

MENDES, Miriam Garcia. **O negro e o teatro brasileiro.** São Paulo, Hucitec, 1993.

NASCIMENTO, Abdias. *Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões.* In: **Estudos Avançados.** 18 (50) 2004. Acessado: 03/03/09 Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext

_____. Teatro e realidade brasileira. **Revista Civilização brasileira**, n 2, s/d.

QUIOLobo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro. Edição facsimilar, dirigido por Abdias Nascimento, Rio de Janeiro, nº 1 a 10, dezembro de 1948 a Julho de 1950. Editora 34, 2003, 2º edição.

ROSA, Daniela Roberta Antônio. **Teatro Experimental do Negro: estratégia e ação.** Dissertação de Mestrado. Campinas UNICAMP, 2007.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **O palco como tribuna: uma interpretação de “O Demônio Familiar”,** Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2002.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de, “Cantando e encenado a abolição e a escravidão”. **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Curitiba-PR APICURI, 2009.

Um passeio primaveril com Certeau: nas pegadas do cotidiano e da cultura

*Paulo R. Souto Maior Júnior*¹
paulosoutomaior@yahoo.com.br

Resumo: Este texto pretende fazer uma análise crítica e introdutória de algumas questões relativas às tramas do cotidiano e do entendimento da cultura na escrita do intelectual francês Michel de Certeau (1925-1986). Na concretização desta pesquisa lançamos mão da leitura do livro *A invenção do cotidiano* no volume “Morar, cozinhar” do qual será extraído reflexões acerca do ato de morar (espaço urbano) e de cozinhar (espaço privado); bem como *A cultura no Plural* dando enfoque ao artigo “As universidades diante da cultura de massa” a fim de analisar as considerações certeaunianas acerca da cultura. Além do livro *A escrita da História* no qual analisamos as contribuições teóricas, sempre em nível introdutório, do texto “A operação historiográfica”. Sem a colaboração metodológica de Alarcon Agra do Ó e Alípio de Souza Filho este passeio não teria sido possível.

Palavras-chave: Cotidiano – Cultura - Escrita da História – Michel de Certeau.

1). Uma breve parada em (por) sua vida.

Nascido em 1925 em Chabérry graduou-se em estudos clássicos e filosofia nas universidades de Grenoble, Lyon e Paris.

¹ Aluno de Licenciatura em História - 7º período na UFCG. e-mail:
paulosoutomaior@yahoo.com.br.

Além disso, se formou em Letras Clássicas, História e Teologia. Em 1950 entrou na ordem dos jesuítas (Companhia de Jesus) e em 1956 tornou-se padre. Neste mesmo ano fundou a revista Chritus. Doutorou-se em Teologia e conheceu a fama acadêmica ao publicar um artigo sobre o maio de 1968 na França.

Sua produção não era apenas em História. Eclético se aventurou na psicanálise, antropologia e linguística. Ora, percebe-se a importância na escrita de Certeau da inter e multidisciplinaridade; intercâmbio capital, portanto, com outras áreas do saber. Não por acaso, a Escola Freudiana de Paris, fundada por Lacan, contou com Michel de Certeau desde a sua fundação em 1964

Ao dissertar sobre o presente torna-se referencial também na Sociologia. Esse interesse pelo outro é analisado numa perspectiva epistemológica de compreensão do não inteligível dentro de um discurso social e histórico, uma vez que transfere o “mesmo” para os campos da diferença, rompendo com o equilíbrio das certezas (Filho, 2002: 131).

Analizar as táticas cotidianas das minorias constituiu um dos mais ousados projetos. Transladou tais minorias para o estatuto de objeto de estudo, pensando como essas pessoas lidam com o poder através da resistência cotidiana. Não por acaso exercício de pensar o cotidiano observando as artes de fazer constitui modelo teórico em diversas áreas, especialmente quando se trata de estudar *o outro*. Desse modo, introduz um novo olhar que lemos partir de

uma linguagem densa que convida o leitor a lê-lo associando-a um sem número de conhecimentos.

Lido por profissionais de diversas áreas das Humanidades é especialmente o historiador que Certeau seduz, pois, como escrever história sem pensar no que produz um filho de Clio ao escrever sobre ela? Como realizar uma “operação historiográfica”? Perguntas capciosas na sua própria imagem, mas da qual sabemos a necessidade dos procedimentos de análise, construção do texto e lugar de discurso na tentativa de respondê-las e escrever sobre Clio. Eis que o historiador se afasta de uma história global, caminha na beira do precipício, é atormentado por fantasmas do passado, mas está a todo instante envolto pela cultura. Ele a respira, a vive, se apaixona, discute com ela sempre na certeza de que ela é costurada no tecido do cotidiano. Destarte o que buscamos aqui é associar de maneira simples, porém eficaz a relação entre cultura e cotidiano na escrita certeuniana.

2) Era uma vez... Entre árvores e luz do sol, Clio respira.

No poema “Historiador”, Drummond destaca:

Veio para ressuscitar o tempo
e escalarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,

o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.

O poeta propõe uma relação com o morto ao narrar sobre um “ressuscitar o tempo” onde é necessário “rasgar” os mortos, o passado de um modo geral, nas interfaces do viver e do morrer. Parece que o nosso poeta entende mesmo de história e poderia, talvez, por acaso, ter participado de um passeio primaveril com Michel de Certeau.

Na magia de construir o passado é preciso ousar. Para longe da cartola e da varinha de condão faz-se necessário a prática. Sem um aparato teórico será difícil tirar da cartola vazia um coelho ou transformar uma cédula de dois reais em uma de cem. Portanto, marca presença o historiador que busca não apenas o documento, deseja trabalhá-lo, comprehendê-lo. Denominamos este ofício por? “O que fabrica o historiador quando faz a história?”(Certeau, 2010: 65).

Intrigante para alguns, estimulador para outros a noção de um trabalho técnico proposto por Certeau convida a pensar a atividade historiadora enquanto um operário. Uma atividade cheia de si no mecânico, no viril, no pronto (Albuquerque Júnior, 2009). O que é novo é a metodologia lançada pelo intelectual no texto

Operação Historiográfica, longe da objetividade histórica e próxima das relatividades. Uma reflexão acerca do questionamento: “Quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar?” (Certeau, 2010: 66) e da ciência histórica mais recente.

A atividade historiográfica não pode ter sucesso sem um espaço discursivo, uma disciplina e, por fim, a literatura daquilo que se estuda. Este é o esboço do seu texto e dos tópicos tratados.

O modelo subjetivo certeuniano só existe com um sistema de referência, conforme citado anteriormente. O trabalho do historiador só pode ser levado a cabo se se considerar um lugar posto que neste o profissional está enraizado numa série de peculiaridades as quais influenciarão nos métodos utilizados bem como nos interesses do trabalho por vir (Agra do Ó, 2004).

Analizar uma pesquisa sob a visão independente de uma instituição é quase impossível. Segundo Aron (Certeau, 2010: 67), um passo importante foi dado na “dissolução do objeto” ao retirar da história a pretensão de reconstituir a verdade ao pensar as relativizações num campo fechado. A operação historiográfica tem dois caminhos: reconstituir o passado é pincelar imagens “faltantes” e historicizar o presente.

Debruçado nas fontes, o historiador entra em contato com o infinito, o perene, uma relação múltipla de leituras acerca do

passado. Ocorre que as mãos estão ansiosas em trabalhar o documento. Este seria estruturado, produzido de modo a atender estatutos da academia, fruto, pois, de uma prática social com ambivalência entre o escrito e o por ler. Logo emerge a questão do lugar do morto e o lugar do leitor. O morto é o passado com almas que insistem em alegrar o presente. A narratividade dos mortos demarca um lugar para os vivos. A historiografia tem o morto como personagem principal. Sem ele não há história. A escrita é um sepultamento sem adeus e arriscando na visão machadiana uma “defunta autora”, preocupada em situar a partir de sua função simbólica, em descartar o passado a partir do seu referencial ser o presente, permitindo a existência dos vivos a partir dos mortos (Agra do Ó, 2004).

“A história começa senão com a ‘nobre palavra’ da interpretação” (Certeau, 2010: 78), a frase é do nosso autor e a ideia dos Annales. Neste campo a técnica delimitaria um segundo passo no caminho produzido na socialização do ir e do vir, permitindo ao historiador trabalhar a prática e iniciar a pesquisa, uma, abusando do autor, “fronteira mutável entre o dado e o criado” (Certeau, 2010: 78)

O documento é trabalhado seguindo dois fatores: primeiro, uma metodologia do universo acadêmico; segundo, os objetos que dispõe para fazer a análise, dentre os quais a própria fonte. Concluída a operação uma história foi construída, uma alternativa

para o passado. Pergunta o leitor: um texto pronto e definitivo? Jamais, talvez a única certeza na história seja da pluralidade da narrativa, porque, descontente com o pronto e inacabado, ela quer se renovar, precisa de outro ambiente, ela é e insiste e ser nômade e mutável. Alterar-se é o seu foco. Porém alterar-se em razão de quê? O passado no documento é um produto, uma fabricação disponível a diversos olhares e interpretações.

Certeau propõe a relação das fontes com um lugar, um aparelho e uma técnica, mesmo que seja preciso mudar estratégias no ato de dar movimento a um óleo sobre a tela sempre imóvel que é o passado. Tais fontes poderão ser usadas de outra forma, para tanto o mesmo ocorrerá com a escrita que advém dela. Modificação capital se se objetiva uma história nova e novas histórias. E, por conseguinte, permite refletir “o que é que o historiador fabrica quando se torna escritor? Seu próprio discurso deve revelá-lo?” (Certeau, 2010: 96)

A escrita histórica é uma representação relacionada ao lugar social sob influência de uma cultura. Se não for assim não será narrativa histórica. Certeau coloca os limites circunscritos entre narrativa histórica e literária, isto é, a necessidade da primeira usar uma fonte, se remeter a um significado, a segunda, pelo contrário, se constrói na ficção.

A narratividade é filha das suas práticas cuja relação maior não seja talvez com o seu autor, o leitor é o clímax. Este tem um

espaço subjetivo que permite o intercruzamento de ideias. Sabe-se coveiro do tempo. Mais! Pode sofrer influências das tramas com as quais lida, ou do próprio texto, no caso o autor da mesma forma, pode distorcer as técnicas de análise, o discurso se opõe a prática corroborando uma inversão escriturística.

O tempo casa-se com a história e a cronologia se insere com ciúmes ao delimitar os períodos. O autor se perturba, pois remando contra a maré vai do presente ao passado. A bússola é certa no destino do escrito. Seu porto, como já colocado, é o leitor. O desembarque traz uma nova poética, uma colaboração ao entendimento de nós mesmos.

3) Sobre morar e cozinar: agora uma cotidianidade concreta.

Após o tomo I *A invenção do cotidiano* “Artes do fazer” que traz reflexões para uma adequada “operação historiográfica” em que mostra as influências de Freud, Bourdieu, Wittgenstein, Foucault, entre outros, e novos conceitos para o trabalho do historiador. Michel de Certeau só teve tempo para poucas publicações antes de sua morte (1986), nesse entretempo foi relativamente pequeno (em termo de escrita própria) o seu trabalho no tomo II *A invenção do cotidiano* “Morar, cozinar”, mas como aprendizes fiéis de M. de Certeau o livro é resultado dos trabalhos de Pierre Mayol e Luce Giard que se voltaram ao espaço urbano

(bairro, morar) e ao espaço privado (cozinha, cozinhar) respectivamente.

Os estudos de Certeau são habitados pelos homens ordinários, que conferem sentido às suas habilidades e práticas elaborando *artes de fazer* em determinado lugar que é “aquilo que nos é dado a cada dia (o que nos cabe em partilha), nos aprisiona a cada dia (Certeau, 1996: 31). Um dos olhares para a ação dos homens comuns será pautado no bairro e na cozinha, conforme encontramos no tomo II

E, como apontou Certeau, Pierre Mayol e Luce Giard foram no dia-a-dia, dentro de um sistema de referências, recortar experiências e proporcionar a nós leitores a possibilidade de uma pesquisa onde as maneirar de fazer encontram uma *cotidianidade concreta*. Estudando essa relação teoria-prática o historiador irá dialogar com outros campos do saber, por consequência com outros sujeitos do pensamento e com isso há uma ampliação do universo historiográfico que transformará a sua visão quanto à ação cultural, política ou sócio-econômica de uma determinada prática em um determinado lugar social.

Partindo para as maneiras de fazer, trazidas pela dupla no tomo II, ao lermos fica provada que a ideia de Certeau, a de *experimentação controlada na ordem do pensável*, foi posta em prática; narrar, confrontar e caracterizar essas atividades de natureza corriqueira, elaborando “uma ciência da prática singular” são

atividades trazidas a nós através desses escritos como métodos de pesquisa, por exemplo, quanto à escolha e manuseio do lugar social:

Deste modo, aos poucos se foi construindo um afastamento controlado e controlável de nossos lugares e de nossas práticas de vida, a fim de podermos espantar-nos com eles, interrogá-los e depois dar-lhes sentido e forma em uma espécie de “nova criação” conceitual (Certeau, 1996, p.23) .

Comecemos por Pierre Mayol e o morar, cartografando o bairro, Mayol elucidará a maneira de morar na cidade e as práticas culturais de usuários do mesmo, tomado por duas vertentes, a *sociologia urbana do bairro* e a *análise sócio-etnográfica da vida cotidiana*. Para isso, Mayol utiliza dados estatísticos, dialoga com conceitos de arquitetura, por exemplo, e realiza pesquisas relacionadas à cultura popular.

O bairro foi escolhido por ser território em que ocorre uma “encenação da vida cotidiana”, de modo que há espaço público e privado ao mesmo tempo, como os usuários dominam essa separação de espaços, quais “táticas” utilizam pra isso, são questões fundamentais do estudo de Mayol. Como amostra de ideal certeauniano tem aqui novos problemas, novas abordagens e novos objetos. Como problemáticas temos o comportamento dos integrantes do bairro, especialmente o visível, os componentes da rua, entrando então as vestimentas, os códigos de cortesia e valorização de determinado espaço público; Mayol traz, então,

hipóteses e conceitos, como o de conveniência, que através de contribuições individuais há a melhora coletiva, por haver benefícios simbólicos em jogo.

Um dos muitos proveitos que um historiador pode pensar desse estudo é a compreensão do que é “prática cultural”, isto é, em breves palavras, comportamentos cotidianos que se traduz numa esfera maior, a social. Permitindo achar a identidade admitindo um lugar na rede social de relações, está localizado o pódio dos usuários e/ou grupos sociais. A prática do bairro (*espaço de relação com o outro como ser social*, 1996: 43), deixa claro Mayol, depende de uma tática que tem por parte “o lugar do outro”.

Com esses conceitos-chave o que se passa no bairro da Croix-Rousse, na rua Rivet e no comerciante Robert já podem então serem estudados como práticas singulares a se tornarem vivas e não mais anônimas.

Percorrendo o ambiente privado, Luce Giard escreve outra aula de métodos para produção historiográfica do tomo II, adotando como base a noção de “observação participante” Giard em seu *Intróito* (1996: 212) deixará claro a sua relação (experiência) e semelhança ao seu objeto de estudo.

A pesquisa de Giard apresentará o papel das mulheres na preparação da comida no lar (embora ela atente que esta condição não é só feminina por natureza), situação do terreno sócio-cultural e objeto das mentalidades nos estudos franceses até os idos de 1980.

Além disso, seu olhar nos fará refletir em como os hábitos alimentares estabelecem a relação entre um passado e um presente que se encontram e que possuem ritos que utilizam a imaginação e memória como mecanismos úteis ao fazer historiográfico.

Giard pautará em cima dessa prática diversas hipóteses (afinal uma das funcionalidades que se tem ao determinar um terreno é a de exercício de hipóteses), em um primeiro momento analisa a ação *cozinhar* como típica a mulheres, pondo a mostra práticas comuns ao ambiente e ao ato, como o de aprender teoricamente a cozinhar (livros de gastronomia), lembrar gestos que estão na memória vindos da infância, o prazer em preparar receitas, enfim, saberes pessoais constituindo um terreno de possibilidades para a História Cultural.

Apoiando-se em Lévi-Strauss ela trará conceitos do ser ou não comestível, misturas de ingredientes, formas distintas de preparo das receitas, bons modos à mesa e privações alimentares provisórias. Já em Bourdieu, Giard toma de empréstimo a opinião de diferentes gostos e formas de apreciação. Para elaboração de seu estudo, ela realizou entrevistas com amigas e familiares, conversas informais, utilizou conceitos da nutrição.

Como “o que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível” (1996: 31) Pierre Mayol e Luce Giard olharam justamente o que nos é obscuro, que faz parte de um grupo anônimo que pratica o ordinário, como um simples cumprimentar ao vizinho

na rua do bairro ou escolher e preparar receitas gastronômicas, é precisamente o que nos traz a mensagem do fim do livro.

4) Um plural chamado cultura.

Mas o que seria a cultura para Michel de Certeau? Segundo ele, a cultura “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar” (Certeau, 1974: 9), ou seja, cada indivíduo vai significar, ou melhor, ressignificar aquilo que o meio social disponibiliza, sendo a cultura verdadeiramente existente quando os praticantes desta dão sentido para aquilo que realizam. Nesse caminho, Certeau quebra com a ideia de uma cultura própria de um grupo de “eleitos”, a chamada cultura letrada, mostrando que não há uma cultura monolítica, mas uma pluralidade de culturas, isto é, um sistema de referências e significados heterogêneos entre si.

Numa perspectiva certeauniana, toda cultura requer a ação de uma atividade, com transformações pessoais, fazendo com que cada época tenha algo próprio e específico. Dessa forma a cultura deve ser colocada como algo que sempre está se modificando, se reinventando, não devendo ela ser protegida ou defendida como um patrimônio, e sim realizada em toda a sua extensão da vida social.

Ao expor essas ideias sobre cultura, Certeau termina por escolher um caminho contrário no qual todos estavam acostumados, pois ele desmistifica aquela cultura considerada única, fechada,

elitizada, ou seja, a “cultura no singular”, que era imposta e traduzia o meio. Ele prefere substituí-la por outra concepção, a “cultura no plural”, termo que dá nome a um de seus livros.

O livro “A Cultura no Plural” foi publicado pela primeira vez em 1974, ele é fruto da reunião de uma série de artigos isolados publicados entre 1968 e 1973. Com lucidez e precisão Certeau fala sobre a vida social e a inserção da cultura nessa vida. Tendo chegado a esse campo de estudo em maio de 1968, quando era redator da revista *Études*, um periódico mensal de cultura geral, publicado pela Companhia de Jesus. Nesse momento Certeau havia comentado os fatos, no calor do momento, através de artigos que ficaram famosos e fez com que ele recebesse vários convites para colaborar em diversas áreas de discussão e pesquisa, desde encontros informais, à assessoria de diversos ministérios.

Esses intercâmbios trouxeram ao historiador em questão um aprofundamento das suas reflexões, desviando seu olhar do abismo das generalizações e dos lugares comuns que insistiam em aparecer na história cultural. Isso terminou por gerar os textos que estão no livro “A cultura no plural”, dentre eles será analisado o artigo “As universidades diante da cultura de massa”, com o intuito de trazer um pouco mais daquilo que foi pensado por Certeau acerca da cultura.

Nesse artigo, Michel de Certeau quer fazer pensar a situação das universidades francesas, que, naquele período, viviam

um momento de massificação, e, dessa forma, deveriam se adequar a nova situação a qual se encontravam. Logo no início de suas palavras Certeau pontua que “a universidade deve solucionar atualmente um problema para o qual sua tradição não o preparou: relação entre a cultura e a massificação de seu recrutamento” (Certeau, 1974: 101). Esse despreparo das universidades se dá pelo fato de que até pouco tempo elas transmitiam uma “cultura de elite”, sendo proibida para alguns e própria de um grupo, que foi previamente selecionado pelo meio social.

Sendo necessário ressaltar que a relação da cultura com a sociedade modificou, pois ela não está mais reservada a um grupo social específico ou algo particular de certos profissionais, ou seja, a cultura não está fechada em um único referencial aceito por todos. Essa transformação foi impulsionada pelo aumento demográfico e a elevação do nível de vida das pessoas, gerando uma crescente participação cultural e social, além de uma maior entrada da classe média no ensino superior. Dito isto, para o historiador em questão não basta que as universidades apenas melhorem suas estruturas, aumentem o corpo docente ou façam mais faculdades, é necessário que haja a solução dos problemas internos.

Essa nova realidade, segundo Certeau, gerou dois tipos de atitudes por parte das universidades. Umas procuram proteger-se, tornando-se mais rígidas, com a chamada política do “não nos renderemos”, outras se apóiam na “mistura” e na discussão para

elaboração de uma linguagem cultural nova, mas terminavam por cair na incompetência. Nesse sentido, se torna imprescindível que as universidades mudem e se façam a partir desse novo fato, produzindo intelectualmente aquilo que seja relevante, ou melhor, aquilo que tenha um significado e estejam ligados com aqueles que o produzem (Certeau, 2004; 113).

Para que as universidades possam superar esse problema, é preciso que elas entendam que a língua não pode ser mais vista no seu sentido único, fixado por um código acadêmico e atentar para existência de uma cultura anômica, fruto de colagens e justaposições, não conseguindo o aluno organizar as informações recebidas. Associada a isso está a pertinência do ensino. Dessa forma, a universidade é vista como apenas um meio de alcançar uma profissão e conseguir um diploma, sem haver aqueles investimentos maiores no saber. Esses problemas terminam gerando o que Certeau chama de “fixismo nostálgico”, onde o docente se fecha e tenta preservar os antigos valores da academia, recusando essa pluralidade de culturas. Diante disso, Michel de Certeau propõe um ensino que não consistiria na exposição de saberes estabelecidos, mas na aprendizagem de métodos, numa prática de textos, sendo este um ato produtor, onde a universidade iria formar um espaço crítico, tendo professores e alunos elaborando uma prática própria de informação.

Nas suas palavras finais Certeau diz que “O que requer a introdução da cultura de massa na universidade é o nascimento do trabalhador estudante e do trabalhador docente, a abolição da divisão social do trabalho. ‘É preciso, pois, que cada docente admita por si mesmo a necessidade de ir buscar seu saber *alhures* e que, para isso, faça algo diferente.” (Certeau, 1974: 115). Ou seja, os saberes seriam construídos numa parceria docente e aluno, com as partes em pé de igualdade e contribuição.

5) Reflexões ao por do sol.

Voltamos desse breve passeio com a mala fervilhando de inquietações. Nessa caminhada ao lado de Certeau percebeu-se que é necessário que o Historiador se debruce sobre suas obras, uma vez que as novas abordagens surgidas com o movimento dos *Annales*, a exemplo, das pesquisas na vida cotidiana e na nova história cultural, precisaram ser reanalisadas no seu viés principal. A cultura para Certeau não estava restrita à elite, mas ao conceito plural desse termo. Além de perceber que a cultura se faz no cotidiano, sendo sempre uma atividade, um fazer, que está ao decorrer do tempo se ressignificando, reelaborando. Apesar de muitas vezes Certeau ser considerado de difícil entendimento, por causa de sua escrita “rebuscada”, seu pensamento é simples, mas de muita relevância. Seria desonesto ainda não mencionar, ao menos sob a forma de análise, a colaboração que Foucault desempenha nos estudos

certeauianos. Só se fala em tática porque Foucault falou de poder e de subjetividades. Michel de Certeau desenvolve alguma dessas ideias sendo dessa forma atual aos pesquisadores.

Em meio a esta andança na companhia de Certeau, fica claro: o historiador quando escreve a história realiza a produção de um lugar. Debruça-se sobre fontes, diversos objetos, temáticas como o ambiente, as vestimentas, o cotidiano, a cultura, o lixo, a água e os transformam, metamorfoseiam-nos em história. Esta “ciência” não quer-se finita, pronta, acabada. Almeja, do nada, entrar em erupção, causar polêmica, regravar nomes que certamente se perderam à-toa. Toma para si mesma o que Drummond tão bem expressou na Literatura:

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.

É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: BELINI, Ligia e NEGRO, Antônio Luigi. **Tecendo Histórias:** Espaço, política e identidade. Salvador: EDUFBA, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I:** artes de fazer. Petrópolis Vozes, 1996.

_____ ; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 2:** Morar, Cozinhar.

_____ ; **A Cultura no Plural.** São Paulo: Papirus, 1995.

_____ ; A operação historiográfica. In: **A Escrita da Historia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, PP.56-107.

DO Ó, Alarcon Agra. Michel de Certeau e a Operação Historiográfica. **Veredas FAVIP**, Caruaru, v.1, n.2, p.48-56, 2004.

FILHO, Alípio de Sousa. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. Sociabilidades (USP), São Paulo/ sp, v.2, p.129-134, 2002.

Resenhas

CUSTÓDIO, P. P. Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração. São Paulo Annablume, 2006.

Thiago do Amaral Biazotto¹

“Seu nome assinala o fim de uma época e o começa de uma nova”
Johann Gustav Droysen (Droysen, 2010: 37).

A máxima do historiador alemão Johann Gustav Droysen sobre Alexandre, o Grande, bem ilustra a magnitude em torno da figura do conquistador macedônico. Desde contemporâneos como Cúrcio e Arriano, passando por acadêmicos como o próprio Droysen no século XIX, e chegando aos dias atuais com a obra resenhada, muitos tentaram compreender como apenas uma pessoa conseguiu feitos tão soberbos que assumiram contornos lendários.

O gênio militar. O líder nato. O piedoso com os derrotados. Mas, também, o soberbo. Aquele que se entregou às opulências orientais, que ultrapassou os seres mitológicos.

As lendas em torno de Alexandre são infindáveis e recriadas em consonância com a época que as traz à tona². A obra

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

² Segundo o próprio Pedro Custódio, tais lendas são recontadas: “assumindo feições diversas de acordo com o momento de sua reaparição” (Custódio, 2006: 19).

“Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração”, de Pedro Prado Custódio, toma a assertiva acima como base para analisar as interpretações em torno do filho de Felipe da Macedônia durante o Medievo, a partir do poema *Roman d'Alexandre* – na versão compilada de Alexandre de Paris – e datada de cerca de 1180-1189.

Pedro Prado Custódio possui formação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo com a tese “As Múltiplas Facetas de Alexandre Magno no *Roman d'Alexandre*” e é membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais. Como é dedutível, sua especialização faz com que o livro adquira matizes mais medievais do que Antigas, ou seja, seu objetivo precípuo não é descrever Alexandre em sua contemporaneidade e sim suas interpretações no Mundo Medieval e a forma como seus mitos adquiriram uma tintura da época: “O passado evocado no *Roman d'Alexandre* é mais uma representação idealizada e moralizante do presente (século XII)” (Custódio, 2006: 25). Portanto, Custódio enumera quatro das principais facetas alexandrinas e que dão os títulos para os eixos temáticos de sua obra: “Alexandre como soberano/suserano”, “Alexandre como desbravador/cruzado”, “Alexandre como messias/herói mítico”, “Alexandre como um rei orgulhoso: presunção e castigo?” Todos estes tropos estão

representados no *Roman d' Alexandre* e têm a intenção primordial de apresentar Alexandre como modelo ideal para a incipiente ordem cavaleiresca.

O capítulo “Alexandre como soberano/suserano” se inicia com uma salutar descrição do surgimento de uma literatura vernácula, voltada aos ignorantes em latim, em concomitância com o nascer da ordem supramencionada. Estes dois elementos se unem no *Roman d'Alexandre* – escrito em francês – e explicam alguns dos porquês de a obra ter desfrutado de grande penetração entre a alta e baixa nobreza e a nascente burguesia. Nesta primeira representação, Alexandre é descrito como um cavaleiro ideal: corajoso, leal, justo, generoso com seus pares e clemente com os vencidos (Custódio, 2006: 27). Ademais, é o preciso lembrar que a figura alexandrina também: “representa os interesses da nobreza em processo de fusão com a cavalaria, buscando sustentação ideológica para sua existência e demonstra muita preocupação com as alterações políticas e sócio-econômicas em curso, temerosa de ter seu *status quo* ameaçado” (Custódio, 2006: 37).

A partir destas elucubações, pode-se aferir que havia um norte definido para a reconstrução do conquistador macedônico: a idealização do cavaleiro medieval, dotado de virtudes irrefragáveis, e que tinha suas raízes fincadas no Mundo Antigo. Eis a longa duração, e que possuía, não obstante, devires da burguesia e

nobreza medievais. Isto leva à outra das facetas presente no *Roman d'Alexandre*: a de senhor feudal, por conta da capacidade de Alexandre em equilibrar forças antagônicas e interesses dissonantes dentro de seus domínios (Custódio, 2006: 57). Sendo assim, Alexandre é, a um só tempo, cavaleiro e nobre³.

No eixo “Alexandre como desbravador/cruzado”, Custódio apresenta a fisionomia do filho de Olímpia como “campeão de Deus” (Custódio, 2006: 31). Partindo do pressuposto que o Mundo Medieval era marcado pela belicosidade e a pujança das práticas religiosas – que se uniram em eventos como as Cruzadas e a Inquisição – Custódio argumenta que: “No *Roman d'Alexandre*, ele (Alexandre) representa um cristão lutando contra inimigos identificados com muçulmanos, demônios, povos diabólicos do Gog e Magog e com o Anticristo” (Custódio, 2006: 99). Contudo, as associações entre Alexandre e os cruzados possuíam um viés idiossincrático: elas o apresentam mais como um desbravador que rumava ao desconhecido do que como um “missionário” que carregava o estandarte de sua fé, mesmo porque o macedônico não era cristão: “as viagens de Alexandre, no âmbito do cristianismo medieval, podem ser entendidas como peregrinações religiosas em busca de

³ A seguinte citação ilustra bem este viés: “Cavalaria e nobreza têm seus antagonismos escamoteados e harmonizam-se mediante a sublimação dos interesses divergentes” (Custódio, 2006: 41)

algum tipo de manifestação divina. Seriam como um sacrifício, uma penitência em troca de salvação” (Custódio, 2006: 132).

Destarte, chega-se a mais um dos apanágios do *Roman d'Alexandre*: uma tentativa de “cristianizar” seu protagonista, notadamente pagão, com o objetivo de aproximá-lo da realidade medieval.

O próximo tópico da obra é “Alexandre como messias/herói mítico”. Segundo o autor, a figura do herói místico é um processo de longuíssima duração, presente em diversas culturas e épocas e que possuía características como a capacidade de rechaçar a ameaça dos povos estrangeiros, repelir a anarquia interna e afastar as catástrofes naturais (Custódio, 2006: 151). Mas, neste caso do *Roman d'Alexandre*, houve uma readaptação destes ditames à realidade cristã e medieval, de forma que Alexandre apresenta uma ambigüidade em torno de sua origem, fruto de pais humanos e divinos – do ponto de vista do mito, - e que, por fim, acabam por impedi-lo de chegar à sonhada imortalidade (Custódio, 2006: 159).

A lenda do bravio herói e redentor de um povo é recontada mais uma vez, contudo, com um final diferente: “No momento em que *Roman d'Alexandre* foi produzido buscava-se um denominador comum que unisse as diversas camadas sociais que compunham a cavalaria, e havia também a pretensão de conter o avanço da burguesia ascendente, ameaçadora dos privilégios feudais. Por esse

motivo, um herói já mitificado como Alexandre foi adaptado ao contexto da época e transformado no soberano e cavaleiro ideal” (Custódio, 2006: 161).

O último dos capítulos principais, “Alexandre como um rei orgulhoso: presunção e castigo?”, é também o mais exíguo, por se tratar de um sutil traço do conquistador macedônico. Nele, Custódio retoma as formas através das quais as antigas interpretações de um Alexandre desregrado, soberbo por suas conquistas militares, de atos intempestivos regados a vinho, adquiriram um certo verniz moralizante no poema do século XII. Nele, a grandeza dos feitos de um homem nunca deve se dissociar da parcimônia de seus atos.

Alexandre não seguiu este conselho e foi vítima do mais hediondo dos crimes para a sociedade medieval: a traição. Não apenas isso: os traidores - Antipater e Divinus pater - só levaram o crime a cabo por estarem sob os entorpecentes efeitos do vinho, em mais uma das opulentas celebrações daquele que se proclamou descendente do próprio Dionísio. A mensagem é clara: a grandeza de um homem não está apenas em seus atos e conquistas. Está em sua altivez. À glória da imortalidade só estão destinados aqueles de caráter inflexível. Em suma, Alexandre era: “um herói que encarna virtudes cavaleirescas e até messiânicas, mas que perdeu tudo por causa de seu orgulho e ambição, sendo punido com uma morte trágica e precoce” (Custódio, 2006: 231)

“Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração” se encerra com a redescoberta do conquistador macedônico em épocas modernas, nas quais adquiriu contornos que vão do monarca absolutista (Custódio, 2006: 235) ao super-homem nietzschiano (Custódio, 2006: 236). Neste ponto se encontra um dos grandes méritos do livro de Custódio: a sugestão para pesquisas que tomem estas redescobertas com objeto de estudo. Sabe-se que toda história, quando (re)contada adquire vieses dos períodos contemporâneos. Não foi diferente com as lendas em torno do arauto do Helenismo durante o Medievo. Alexandre é uma criatura de quatro faces: suserano, cruzado, herói mítico e até mesmo rei orgulhoso. Entretanto, estas quatro faces se encontram e se harmonizam no ideal do cavaleiro medieval: ele é justo, leal com seus pares, piedoso com os inimigos, defensor de sua fé, desbravador dos mais longínquos rincões, redentor de um povo e paladino da paz, de modo que sua feição adquire traços de herói místico. Contudo, as virtudes supracitadas de nada adiantam quando não estão na presença da sobriedade e da parcimônia. Aquele que ignorar este alerta encontrará uma morte precoce. O *Roman d'Alexandre* é, pois, um manual de cavalaria. Afinal: “a literatura cavaleiresca é mais prescritiva do que descritiva” (Custódio, 2006: 43).

Concluí-se que Pedro Prado Custódio apresenta uma obra sobremodo pertinente, de boa leitura, grande erudição – os trechos citados do *Roman d'Alexandre* em francês são traduzidos pelo autor – e densidade, em particular no que diz respeito às muitas fábulas de Alexandre em outras partes do mundo, mencionadas diversas vezes. Além de servir como modelo e base para outras pesquisas que trabalhem com a mitificação de Alexandre em determinado recorte temporal, os escritos de Custódio nos recordam de algo que o historiador jamais pode se esquecer: o passado é construído de acordo com os interesses do presente. Descobrir quais são tais interesses é nosso papel e missão fundamentais.

Agradecimentos

Agradeço meu orientador, Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, pelo apoio acadêmico e pelos comentários feitos a respeito deste texto. Menciono, também, o suporte financeiro do CNPq em minha pesquisa de Iniciação Científica. As idéias apresentadas são de minha responsabilidade.

Referências bibliográficas:

CUSTÓDIO, P. P. Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração. São Paulo Annablume, 2006.

DROYSEN, J. G. Alexandre o Grande. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

O Milenarismo de Joseph Mede

JUE, Jeffrey K. Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism. Netherlands: Springer, 2006. 281p.

Verônica Calsoni Lima¹

O livro *Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism* de Jeffrey Jue, publicado em 2006, é um estudo acerca dos trabalhos de Mede, em especial aqueles voltados para o milenarismo, e de seu legado no pensamento profético. Esta pesquisa de Jue sobre Mede iniciou, segundo o autor, com sua dissertação de doutorado em Teologia desenvolvida na University of Aberdeen, na Escócia (JUE, 2006), posteriormente, sua tese foi publicada como o livro *Heaven Upon Earth*. Atualmente, Jeffrey Jue é professor de História da Igreja no Westminster Theological Seminary, na Filadélfia (EUA), sendo assim, sua análise, no livro, partiu da Teologia, mas é interessante

¹ Estudante do 8º termo da graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, bolsista de Iniciação Científica do CNPq. *Curriculum Lattes*: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S1732559>. Orientador: Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima.

notar que, além disso, o autor também se preocupou com as perspectivas historiográficas sobre o século XVII na Inglaterra.

Seu trabalho se insere em um debate acerca do milenarismo inglês. Admitindo uma postura revisionista, Jue tentou desvincular os discursos religiosos sobre o Milênio e o Apocalipse do contexto revolucionário na Inglaterra, bem como tentou dissociar as perspectivas escatológicas de uma suposta motivação para o processo colonizador da América do Norte. Assim, para Jue, o milenarismo não deve ser identificado com uma postura política radical de alguns de seus adeptos. Com o caso de Mede, o autor mostrou que o Apocalipse era um tema de discussão intelectual e acadêmico e que, mesmo depois do período das Guerras Civis inglesas, este continuou a ser uma questão sobre a qual muitos pensadores se debruçaram até meados do século XVIII.

Neste sentido, o autor indica que o estudo sobre o pensamento de Mede pode auxiliar na compreensão do milenarismo britânico. Para tornar compreensível seu objeto de estudo, Jue fez uma breve biografia de Joseph Mede, situando-o no período em que viveu. A contextualização oferecida pelo pesquisador, ainda, apresentou os debates e estudos sobre o Apocalipse na Época Moderna. A seguir, Jue procurou identificar o legado de Joseph Mede, isto é, a repercussão de seus escritos no pensamento escatológico na Inglaterra, na América do Norte e na Europa.

Como dito anteriormente, para abordar o assunto, Jeffrey Jue voltou-se em certa medida para a historiografia, desta forma na introdução de *Heaven Upon Earth*, ele expôs um balanço historiográfico acerca da Grande Rebelião e do milenarismo inglês no século XVII.

O milenarismo no século XVII – conforme o teólogo – era a concepção escatológica mais popular, ainda que fosse considerada como uma posição herética pelos ortodoxos. Esta corrente de pensamento foi reforçada com a publicação de *Diatrībe de Mille Annos* de Johann Heinrich Alsted e de *Clavis Apocalypticā* de Joseph Mede, ambos em 1627. A partir da análise dos textos de Mede que tratavam ou não sobre o Apocalipse; de suas correspondências; e da sua biografia, intitulada *Works*, feita, provavelmente, por John Worthing e John Alsop, o autor identificou o período compreendido entre 1625 e 1632 como uma fase de conversão do pensamento de Mede ao milenarismo. De acordo com a perspectiva de Jue no livro, o milenarismo pode ser compreendido como uma análise sobre as profecias bíblicas que identifica no futuro o início de um reino de Cristo, o qual seria marcado por mil anos de felicidade, antes da derradeira vitória de Jesus sobre o Demônio.

Jeffrey Jue demonstrou no capítulo seis, “The Origins of the *Clavis Apocalypticā*: A Millenarian Conversion”, as reflexões

de Mede acerca do Apocalipse. Seu pensamento foi bastante influenciado pelo puritanismo, ainda que de uma corrente bastante conservadora e favorável ao arcebispo William Laud. Inicialmente, Mede partia de uma “more symbolic or spiritualized interpretation of the duration and the nature of the millennium” (JUE, 2006, p.93). Sua percepção do milenarismo começou a se alterar em 1625 e, mais tarde, com a segunda edição de *Clavis Apocalyptic* em 1632, pode-se perceber uma conversão completa a esta corrente de pensamento.

A partir disso, Joseph Mede trabalhou em uma cronologia das monarquias do Livro de Daniel. Além disso, ele sincronizou as profecias de I Timóteo, Daniel e Apocalipse, seguindo o princípio protestante da *analogia fidei*. Foi este sincronismo – que concebeu as três profecias como ideias sobre um mesmo evento – que o aproximou do milenarismo. Neste sentido, Jue concluiu que Mede não se tornou um milenarista devido ao contexto europeu e inglês do século XVII, como se costumava pensar, mas sim por conta de seus estudos bíblicos.

Baseando-se nos escritos dos primórdios do cristianismo, Mede caracterizou o Milênio como uma profecia a ser interpretada literalmente e não mais espiritualmente. Assim, para ele, a ressurreição prevista na Bíblia seria corporal. Além disso, Joseph Mede também se apoiou em estudos do judaísmo. Desta maneira,

concentrando diversas influências, Mede entendia que o retorno de Cristo representava a queda do Anticristo e um milhão de anos de perfeição e felicidade, até o Dia do Julgamento, quando ocorreria uma batalha contra os exércitos demoníacos (Mag e Magog) e, posteriormente, se daria a ressurreição universal.

Depois de situar o leitor sobre as origens do pensamento milenarista de Mede e de seus estudos sobre o tema, Jue traçou um panorama do seu legado, indicando que o milenarismo não estava atrelado a um contexto revolucionário, sendo assim, não acabou em 1660 com o fim da Rebelião, mantendo-se um tema de debate até o século XVIII.

Na Inglaterra, o Jue citou uma série de autores, incluindo Hugo Grotius, Henry Hammond, Richard Baxter, Henry Moroe, Drue Cressner, Isaac Newton e William Whiston, que discutiram o assunto. Influenciados pela produção de Mede, pensadores como estes alimentaram o debate até o século XVIII na Inglaterra, concordando ou discordando das propostas de Joseph Mede. O principal aspecto de embate ocorreu entre os favoráveis a Mede e os adeptos do *New Way*, iniciado por Grotius, o qual concebia o Milênio como um evento do passado e não do futuro.

Neste sentido, o autor demonstrou que o interesse dos letreados no milenarismo permaneceu. Este interesse, ainda, estendeu-se para a América do Norte, com os escritos de Thomas

Goodwin, John Cotton, John Davenport, Cotton Mather, Samuel Sawell, Nicholas Neyes e John Elliot. Alguns autores viam a América como uma terra do Satã, habitada por homens e mulheres que não tinham conhecimento de Deus e que não usufruiriam dos benefícios do Milênio; enquanto outros concebiam a América como um local tão abençoado quanto o Velho Mundo, o qual também estaria incluído no Milênio. Ainda que muitos puritanos tenham chegado ao Novo Mundo com concepções milenaristas, Jue não partilha da visão de pesquisadores como Perry Miller, os quais compreendem na colonização o anseio da construção de uma Nova Jerusalém. Segundo o autor, Mede influenciou outras regiões da Europa. Sabe-se, por exemplo, que *Clavis Apocalyptic* chegou à Dinamarca, a cidades italianas e germânicas e à Holanda.

Depois de tratar sobre todas estas questões, Jeffrey Jue estabeleceu algumas conclusões. Primeiramente, para ele, o milenarismo não está necessariamente associado ao radicalismo político e social. Também, o interesse no Apocalipse, enquanto um tema de estudo e reflexão, não se resumiu às décadas de 1640 e 1660. O milenarismo não foi um fenômeno exclusivamente inglês, este deve também ser pensado em relação à Europa e à América do Norte. O milenarismo na Inglaterra, na Europa e na América Inglesa foi influenciado por Mede. Por fim, o autor apontou que são

necessárias mais pesquisas sobre Joseph Mede e seu legado, o qual perdurou por muito tempo.

A obra de Jeffrey Jue revela aspectos interessantes dos estudos sobre o milenarismo. É fundamental que se perceba que este é um fenômeno independente dos contextos revolucionários, entretanto, não é possível deixar de considerar que momentos de crise, tais como a Grande Rebelião ocorrida na Inglaterra entre 1640-1660, indiquem especificidades no pensamento milenarista. As ideias não podem ser desvinculadas de seus próprios contextos e, neste sentido, o período revolucionário e a subsequente restauração do governo foram apropriados pelos milenaristas. Como observou Bernard Capp, em 1971, para o caso do pentamonarquistas, as crises e guerras na Inglaterra eram vistas pelos Homens da Quinta Monarquia como esforços de Deus contra o Demônio para acabar com os reinos terrenos (CAPP, 2008).

Joseph Mede não escreveu *Clavis Apocalypтика* ou outros de seus textos pensando em uma revolução, entretanto – como o próprio pesquisador notou – muitos puritanos apropriaram-se das teorias de Mede, as interpretaram e utilizaram a partir de um viés radical. A tentativa de Jeffrey Jue de isentar Mede de qualquer relação com a Rebelião, caracterizando-o a todo o momento como um homem reservado e cauteloso em suas afirmações acerca de assuntos polêmicos, acaba por colocar em segundo plano outro

aspecto fundamental de seu legado: a sua influência sobre os milenaristas radicais e a apropriação de suas leituras das profecias bíblicas durante a Grande Rebelião.

Depois, ao indicar a extensão do legado de Mede no restante da Europa e na América, Jue restringiu-se a alguns poucos puritanos que fizeram parte das primeiras gerações de colonos na América Inglesa e também se fixou apenas nos debates holandeses acerca do Apocalipse e do Milênio.

Em relação à sua apreciação da influência de Mede na América do Norte, Jue descartou totalmente a hipótese de que muitos colonos pensassem na configuração de uma Nova Jerusalém no Novo Mundo. Aparentemente, as novas tendências historiográficas, sobretudo, norte-americanas vêm criticando as concepções de autores como Perry Miller de que a ocupação das treze colônias foi motivada e permeada por perspectivas escatológicas. Este é um tema de grande debate na historiografia atual, visto que outras análises permanecem destacando o papel fundamental do milenarismo e das ideias de Apocalipse no processo de colonização da América. Inclusive os debates seiscentistas em relação à conformação do governo civil na Nova Inglaterra estavam imbricados nestas profecias. Em colônias como Massachusetts Bay e Rhode Island, houve centralidade na atuação de protestantes.

Tanto no caso dos comentários sobre a Inglaterra, a América como sobre a Holanda, Jue apenas apresentou um recorte do pensamento dos letrados, o que deixou de lado aspectos sociais e culturais que poderiam relevar outras questões interessantes para a compreensão do milenarismo.

Todavia, Jue apresentou grande esforço em mostrar que o milenarismo britânico foi de ampla circulação e provocou reflexões que não se limitavam ao espaço da Grã-Bretanha. É necessário estabelecer relações e articulações com outros espaços, tais como a Europa e a América. Também, a concepção de que as interpretações acerca do Milênio não se concentraram em um período único da história da Inglaterra são interessantes para entender o milenarismo como algo mais amplo do que um fenômeno passageiro, o qual só pode ser percebido em momentos críticos.

Neste sentido, o autor apresentou grandes interpretações sobre o Milênio ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, que foram fundamentais para localizar as ideias de Mede em uma tradição mais longa do pensamento apocalíptico inglês. Da mesma forma, os debates travados entre Mede e outros pensadores demonstraram um ambiente de profundas reflexões sobre o milenarismo que perpassavam diversas esferas do universo intelectual do século XVII. Desta forma, o estudo de Jue não deixa

de ser uma grande contribuição para os estudos do milenarismo ao longo da Idade Moderna.

Bibliografia

CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in a Seventeenth Century Revolution*. Georgia: Mercer University Press, 2008.

JUE, Jeffrey K. *Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism*. Netherlands: Springer, 2006.

SOUZA, Gilda de Mello e. O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Fernando Bagiotto Botton¹

A presente resenha não possui pretensões de trazer novas interpretações da obra de Souza, que é bastante conhecida no meio intelectual da disciplina de sociologia, especialmente quando tratamos das grandes universidades paulistas como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Porém, pretendemos trazer uma contribuição historiográfica ao propor a leitura de “O Espírito das Roupas” também pelos historiadores, proporcionando uma nova dimensão às discussões de moda e estética, campos em constante crescimento na historiografia da cultura.

Gilda de Mello e Souza (1919-2005) nasceu em São Paulo, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP graduando-se em filosofia em 1940, ano em que obteve licenciatura e passou a dar aulas na mesma instituição. Em 1943 foi assistente do sociólogo francês Roger Bastide na cadeira de Sociologia I. Sob a orientação do mesmo, defendeu a tese de doutorado “A moda no

¹ Trabalho apresentado quando o autor estava na graduação em História - UFPR.

Século XIX: Ensaio de Sociologia Estética" em Ciências Sociais na USP em 1950.

A tese referida trata-se do mesmo texto aqui resenhado, porém, publicado 37 anos depois da defesa, momento em que a autora recebe o devido reconhecimento. Isso dá elementos para considerarmos esse trabalho “bastante aferente de sua época”. É evidente que suas reflexões estavam inseridas no contexto de seu mundo cotidiano, porém, a academia brasileira ainda não enfatizava os estudos culturais, dando preferência aos estudos políticos e econômicos.

Em 1951, ao conseguir publicar um artigo com o mesmo título da tese na *Revista do Museu Paulista*, recebe alguns comentários favoráveis, mas ainda cheios de críticas. Dentre eles está o de Florestan Fernandes:

Poder-se-ia lamentar, porém, a exploração abusiva da liberdade de expressão (a qual não se coaduna com a natureza de um ensaio sociológico) e a falta de fundamentação empírica de algumas das explanações mais sugestivas e importantes. (FERNANDES apud PONTES, 2004, pp. 02)

Através dessa severa crítica mostra-se evidente que a autora foi na contramão de toda a corrente historiográfica e sociológica da época. Segundo a comentadora Heloisa Pontes, é

possível interpretar algumas nuances dessa crítica de Fernandes. A primeira é de nível estilístico. Souza, antes de entrar para a academia, tentou carreira como escritora², isso lhe rendeu uma fluência particular com o uso das palavras muitas vezes assemelhando suas assertivas a um escrito literário. Essa capacidade, atualmente louvável, foi muito criticada na época da publicação de seu artigo, uma vez que seu estilo de escrita dava às suas publicações “*um tom de ensaio*”. Por isso a crítica de Florestan se mostra tão enfática uma vez que sua preocupação era de consolidar um panorama intelectual que desse à sociologia um potencial de “explicar” os fatos em sua veridicidade, longe da subjetividade e da hermenêutica como nos textos de Souza.

A partir das críticas recebidas pela autora podemos perceber certa tendência a uma abordagem cultural, porém não posso afirmar que ela negue categoricamente a interpretação materialista, embora que tece críticas ao materialismo histórico especialmente o de teor frankfurtiano³. Para a autora, há sim um elemento de “*fetichização*” e “*mercadorificação*” também na moda, mas isso não afeta seu status de arte ou de passível de ser estudada enquanto uma manifestação cultural.

² Incentivada por seu primo Mário de Andrade

³ que considera uma parte das artes do século XX, inclusive a moda, enquanto “indústria cultural”

Por isso, se é possível situar a autora em alguma “corrente historiográfica” me parece coerente inscrevê-la como uma historiadora da cultura. Suas influências são claramente visíveis: citações de Jacob Burkhardt são constantes em sua obra, porém ela parte de uma interpretação mais refinada que a do historiador da cultura do século XIX, muito mais semelhante com a de Carlo Ginzburg. Essa aproximação é comprovada por Otília Beatriz Fiori Arantes:

Há exatamente vinte anos saía o livro do historiador italiano Carlo Ginzburg, “*Mitos, emblemas, sinais*”. Lembro-me de Gilda comentar o quanto se sentiu lisonjeada reencontrando num autor famoso uma explicação erudita de dois métodos de abordagem da obra de arte que lhe eram por assim dizer desde sempre como que congenitamente próprios e que, além do mais, não gozavam de muito prestígio entre os críticos locais, a saber: a arqueologia visual dos mestres da escola de Warburg e o método indiciário praticado pelos connaisseurs, notadamente pelo mais conhecido deles, o médico italiano do século XIX, Giovanni Morelli (ARANTES, 2006, pp.1)

Não que eu me permita analisar a escola de Warburg ou o método indiciário dos connaisseurs, mas essa afirmação mostra a afinidade teórica da autora com o historiador italiano.

Além da presente obra, Souza se concentrou em diversos outros estudos, publicando obras de estética, crítica literária e

sociologia como “*O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*” (1979), “*Exercícios de leitura*” (1980) e “*A idéia e o figurado*” (2005), esse último publicado no ano de sua morte aos 86 anos.

Tratando mais especificamente do livro “*O Espírito das Roupas*”, delinearei alguns detalhes que me pareceram interessantes. A obra, como o próprio nome explica, busca interpretar a moda no século XIX e suas significações sociais.

Sua abordagem é pautada em fontes das mais diversas e próprias, a utilização de pranchas de moda, ilustrações, pinturas e inúmeras fotografias permitem que a autora demonstre ao leitor os detalhes e as configurações da moda no século XIX. Outra metodologia, portadora de muita inovação para a época, é a utilização de trechos literários e testemunhos de romancistas enquanto fontes históricas ou sociológicas. Passagens de José de Alencar, Machado de Assis, Balzac, Proust são magistralmente utilizados para descrever de forma mais detalhada possível as nuances daquela sociedade. Dessa forma, utilizando-se de um extenso e detalhado corpo documental a autora – diferentemente do que afirma Fernandes – faz sim uma rigorosa pesquisa sociológica e histórica ao abordar a moda no século XIX.

No primeiro capítulo, intitulado “*A Moda como Arte*” a autora lança seus pressupostos teóricos acerca da moda

classificando-a como uma arte, com suas próprias nuances e particularidades, que se liga com as outras artes da época, especialmente a arquitetura, a escultura e a pintura, graças à espacialidade, às texturas e às cores em comum. Com isso, baseada no sociólogo e historiador da moda Cunningham, Souza traça os quatro vetores que expressariam a linguagem da moda, a saber: a forma, a cor, o tecido e a mobilidade. Através da articulação desses elementos é possível estabelecer as geometrias estéticas que definiram o belo masculino e o feminino do século XIX, sendo o primeiro definido pela proximidade de aparências a uma letra “H” onde os ternos, as calças e a sobriedade das roupas lhe dão essa aparência. Já as mulheres cada vez mais se vestiam em um formato semelhante à letra “X”, sendo influenciadas pelos vestidos, chapéus e espartilhos. A autora encerra seu capítulo com uma afirmação bastante instigante:

Não é possível estudar uma arte, tão comprometida pelas injunções sociais como é a moda, focalizando-a apenas nos seus elementos estéticos. Para que a possamos compreender em toda sua riqueza, devemos inseri-la no seu momento e no seu tempo, tentando descobrir as ligações ocultas que mantém com a sociedade (SOUZA, 1987, pp. 50-51)

É interessante essa afirmação, pois demonstra uma influência historicista da necessidade de contextualizar

historicamente a arte “*no seu momento e no seu tempo*”. Outro aspecto interessante é a afirmação de tentar descobrir “*as ligações ocultas que mantém com a sociedade*”: trata-se de interpretar as significações da cultura muito semelhantemente com o que postula Clifford Geertz em sua obra “*A Interpretação das Culturas*”. Segundo ele, a função do antropólogo seria de interpretar a cadeia de significados sociais – passíveis de ser observada através dos diversos signos sociais – de forma a perceber os significados expressos por eles. É uma teorização muito próxima da prática de Souza, me parece ser exatamente uma “*descrição densa*” que a autora faz no decorrer de seu livro, pois cada traço\detalhe das roupas, dos comportamentos ou dos sinais sociais são interpretados pela autora que busca “*compreender [a sociedade] em toda sua riqueza*”.

Já no segundo capítulo intitulado “*O Antagonismo*” a autora se centra na diferenciação sexual⁴ ocorrida no século XIX onde a moda mostrou-se como um dos principais índices de tal separação. Antecipando diversos estudos de gênero feitos atualmente, a autora tratou de forma relacional os modelos de representação da masculinidade e da feminilidade através da significação da vestimenta. Embora mal compreendida pela primeira geração de estudiosas de gênero (décadas de 70 e 80), foi

⁴ Posteriormente chamada “de gênero”

receber seu devido valor no fim da década de 80, justamente por abordar os sexos de forma complementar, e não contraditória, em suas palavras “*Cada sexo é a imagem dos desejos do sexo oposto [...] Os grupos masculino e feminino acabam se completando. A barreira que os separa não é intransponível*”. (SOUZA, 1987, pp. 83). Trata-se de uma abordagem de gênero inédita até o final da década de 80.

Em sua argumentação, a roupa masculina no século XIX foi perdendo todos os traços de exibicionismo centrando-se cada vez mais na seriedade dos tons de preto e cinza. Em completa oposição o traje feminino se enriquece com rendas, enfeites, babados e fitas, perpassando as mais diversas cores, em especial o branco e os tons claros. Refletindo nas próprias nuances daquela sociedade e das distinções de gênero já que os homens incorporavam a seriedade e o ascetismo nessas sóbrias roupas escuras e a mulher incorporava a docilidade da esposa e mãe através das vestimentas claras.

Em seu terceiro capítulo intitulado “*A Cultura Feminina*”⁵, a autora se delonga na moda e nos sinais da vestimenta feminina. Parece-me que é precisamente essa abordagem que fez com que seu estudo tenha sido tão mal aceito pela academia da época e ao

⁵ Numa evidente referência ao estudo de Georg Simmel que possui o mesmo título.

mesmo tempo com que ele tenha sido editado e reeditado 37 anos depois de sua defesa. Segundo Pontes (2004), na década de 40 a USP ainda estava criando o curso de sociologia que era orientado pela escola francesa. Baseada em modelos estruturalistas e muitas vezes positivistas, buscava atingir uma suposta científicidade no conhecimento sociológico. Os temas privilegiados eram as grandes estruturas sociais, tirando a prioridade aos aspectos mais peculiares da cultura, como as relações de gênero ou a moda. Já no fim da década de 80, com a renovação dos “*woman studies*” sua obra foi reconhecida enquanto portadora de uma refinada análise de gênero. Isso permitiu que seu estudo fosse publicado e que sofresse diversas edições, lançadas até o ano de 2005, sendo que todas já se encontram esgotadas.

Em seu quarto capítulo, intitulado “*A Luta das Classes*”, a autora se opõe à historiografia marxista ortodoxa ao estudar a diferenciação das classes do século XIX não por fatores econômicos, mas por uma peculiaridade cultural: a moda. Outro aspecto de oposição a essa historiografia é com relação a sua interpretação das classes enquanto diversas, maleáveis e portadores de uma “*identidade, de usos e costumes, de hábitos e mentalidade*” não sendo uma estrutura dicotômica binária exploradores-explorados. Trata-se, no meu ver, de uma sensibilidade analítica somente proposta posteriormente pela terceira geração da escola dos

Annales, com sua “*História das Mentalidades*” ou pela “*New Left Review*” de estudos de classe focados por perspectiva cultural.

Outra sensibilidade ímpar da autora foi a de perceber a transitoriedade das influências estéticas da moda entre o meio urbano e o rural. Para a autora, tradicionalmente a sociedade rural não havia se distinguido socialmente através das vestimentas, mas o contato com as elites urbanas proporcionou uma mudança nesse padrão e a sociedade rural passou a adquirir esse “*espírito das roupas*” que, antes de um princípio estético, servia como um índice de distinção social. Ou melhor, a moda é interpretada por Souza em duas utilidades aparentemente antagônicas, a primeira é que a moda poderia servir como índice de distinção social, mostrando quem tem capacidade e polimento de possuir um traje caro e desconfortável⁶ e ao mesmo tempo a moda poderia aproximar as classes, que agora se vestiam cada vez mais semelhantes, a ponto de muitas vezes serem confundidas graças aos trajes usados.

A autora comenta sobre a reação da nobreza que, ao ver a “confusão” de classes ocasionadas pela vestimenta, se apega em novos distintores sociais como a auto-contenção, a utilização das “*boas maneiras*”, na elaboração dos gestos e no polimento das palavras. Isso dá pressupostos para seu capítulo seguinte, intitulado

⁶ Apontando que o usuário não labora e tem posses para pagar.

“*O Mito da Borralheira*”. Segundo Souza, talvez baseada em teorias psicanalíticas, comenta que o ascetismo do século XIX precisava encontrar escapes para sua seriedade, talvez o principal deles fosse a festa, local onde as pessoas poderiam, nesse momento de exceção, exaltarem a fantasia e a imaginação. O erotismo era expressado por sutilezas na vestimenta feminina, inspirando os galanteios ou as trocas de olhares e suspiros. É nesse momento de exceção que havia a possibilidade das classes não nobres se inserirem nesse desejado meio, pois o uso apropriado das roupas possibilitava o encontro entre as mais diversas classes em um espaço de sociabilidade comum a todas: os salões. Nesse momento a autora se utiliza da argumentação antropológica para considerar a festa enquanto um ritual de reorganização da sociedade. A expressividade das roupas, unidas aos gestos apropriados, permitiam que em raros momentos houvesse a incorporação de algum membro pela classe alta, possibilitando a reorganização e a permanência das elites pela introdução de novos membros considerados capazes. A boa utilização da moda dentro de uma festa pode-se entender como uma “*tática*”⁷ das classes não nobres, pois isso lhes dá a possibilidade astuta de ascensão social. São aliviadas as tensões sociais graças à possibilidade dos membros das

⁷ Uso o termo “tática” na concepção de Certeau (1994) quando o autor se refere à forma astuta de resistência do mais fraco.

classes menos nobres de tornarem-se nobres. Não por acaso o capítulo chama-se “*O Mito da Borracheira*”, pois uma vez descidas as cortinas da festa, o rigor do distanciamento entre as classes retornava e a antiga “ordem” social era restabelecida, lançando de volta os considerados “não aptos” das classes não nobres à obscura realidade de seu mundo cotidiano.

A inovação da abordagem e da problemática que essa obra representa é muito expressiva, dado suas opções teóricas e metodológicas. Isso dá um impressionante ar de juventude e contemporaneidade a um trabalho com mais de 50 anos de idade. A erudição da autora pode ser uma chave pela qual alguns comentaristas consideram que “*O Espírito das Roupas*” conseguiu suspender o tempo e “*no lugar de envelhecer, ganhou um frescor e uma atualidade inquietantes*” (PONTES, 2004, pp. 10). Trata-se de uma clara demonstração do que Henri-Irenée Marrou quis dizer com: “*a riqueza do conhecimento histórico é diretamente proporcional à da cultura pessoal do historiador*”. A vida intelectual de Souza transparece em uma linguagem fluida e bem direcionada, segundo Alexandre Eulalio o livro “*não consegue esconder [...] a sensibilidade literária perspicaz*” (EULALIO apud SOUZA, 1987, pp.14). Suas referências: Simone de Beauvoir, Johann Huizinga, Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss, Michel de Montaigne, Georg Simmel (todos citados no original) mostram a

sensibilidade teórica da autora pelas tendências teóricas da época. É uma das formas mais brilhantes de se utilizar de sua bagagem intelectual para escrever uma obra ainda hoje digna de exclamações como as de Pontes: “é uma jóia de ensaio estético e sociológico” (2004, pp. 10).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Notas sobre o método crítico de Gilda de Mello e Souza. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, 2006 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100021&lng=&nrm=iso>. Acessado em: 6/11/2008

CERTEAU, Michel De. **A invenção do Cotidiano vol.1.** Petrópolis: Vozes, 1994.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Capítulo 1.

MARROU, Henri-Irenée. **Sobre o Conhecimento Histórico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PONTES, Heloisa. Modas e Modos: uma leitura enviesada de o espírito das roupas. In: Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. Retirado de:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf>>

Acessado em: 6/11/2008

_____ A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza”,In: **Novos Estudos Cebrap**, n.74, março de 2006, pp.-87-105. Retirado de: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29641.pdf>> Acessado em: 6/11/2008

SOUZA, Gilda de Mello e. **O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Nota de Pesquisa

Literatura Beat: Expressão marginal no Século XX.¹

Pesquisa Coletiva PET – História UFPR²

Camila Maria Longo Pleszczak³

A pesquisa coletiva do PET-História, desenvolvida em 2011, procura compreender a relação entre a experiência histórico-cultural e literária durante as décadas de 1940 a 1950, produzida pela Geração Beat. Buscamos perceber a criação de uma literatura engajada que permeava a crítica ao progresso, à desigualdade social, à política e, principalmente, ao *status quo*, questionando a sociedade americana. Havia uma necessidade de libertação e transcendência por parte desse grupo, insatisfeito com os padrões sociais vigentes, resultando na criação de uma estética literária particular. Procuramos desenvolver uma reflexão sobre sociedade,

¹ Resultados da pesquisa coletiva desenvolvida pelo PET História UFPR durante o ano de 2011 e apresentados no 20º EVINCI UFPR (outubro/2012) e XIV Encontro Regional dos Estudantes de História – Sul (novembro/2012)

² Alunos: Amanda C. Zattera, Alexandre Cozer, Barbara Zanirato, Camila M. L. Pleszczak, Davi C. Pradi, Eduardo Nogueira, Gabriela M. Larocca, Guilherme F. Saccomori, Lana B. Baroni, Luís F. C. Cavalheiro, Natascha Eggers, Nicolle T. de Lima, Nayara Krachensky, Sergio L. Rabelo, Rayanna Farias, Stella T. Castanharo, Vinícius A. Paludo. Tutora: Renata Senna Garraffoni.

³ O presente texto foi redigido pela bolsista para os eventos supracitados.

marginalidade e cidadania no período, assim como influências posteriores dessa geração.

A Geração Beat foi um movimento artístico e cultural surgido na década de 1940. Para conhecê-lo melhor, fizemos a leitura de *Geração Beat* de Claudio Willer, que considera essa geração como um movimento literário e um acontecimento comportamental. O movimento inicia-se como um grupo de amigos, com destaque para os escritores Jack Kerouac, William Burroughs, Allen Ginsberg, e se expande para outras áreas artísticas. É destacado o caráter multicultural e de diversidade interna deste movimento, que, para Willer, se relaciona com a própria sociedade norte-americana da época, sendo composto por judeus, protestantes, indígenas norte-americanos, católicos, afro-americanos, ladrões de carros, mulheres, enfim, pessoas de diferentes origens e extratos sociais, muitas delas marginalizadas.

A relação de amizade foi fundamental para suas criações literárias, por meio das experiências vividas em grupo. Eles trabalhavam, viviam, bebiam juntos e, muitas vezes, mantiveram relações sexo-afetivas. O trabalho conjunto, a tolerância e a sacralização da amizade seriam traços definidores dos Beats, que inauguraram um estilo literário que associava a arte e as criações às suas vidas, sociedades e à literatura. A escrita Beat está diretamente associada a uma experiência proposital, o uso de drogas, as relações

sexuais, a espiritualidade e a estrada, caminhos que esse grupo percorreu para encontrar um ponto de transcendência espiritual, política e ontológica, influenciando a criação, estilo literário e comportamento das gerações posteriores.

Uma das marcas da geração Beat em sua criação literária é a composição de escritos sobre personagens marginalizados. Muitos poetas se diziam herdeiros de Baudelaire. Com a leitura de *Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, de Walter Benjamin, em especial o capítulo que se destina aos seus personagens e criação poética sob os moldes da experiência humana, analisamos a figura do flaneur, “uma pessoa que anda pela rua a fim de experimentá-la”. Personagem observador e descriptivo, um homem na multidão, a observá-la, senti-la, que anda pelas ruas e galerias, inserido em um conjunto de diferentes tipos humanos sem perder sua individualidade. Assim, na Geração Beat, temos a viagem, suas andanças como experiência de crescimento, transcendência, de Flaneur.

A velocidade da escrita, as mudanças de estilo, a busca espiritual ou de aventura, a expansão de fronteiras, a busca pelo sentido da própria existência, a viagem e o contato com diferentes realidades marcaram as criações da Geração Beat. Essas características estão presentes em *On The Road*, obra de Jack Kerouac, publicado em 1957. Sob os nomes de Sal Paradise, Kerouac nos conta suas viagens com seus amigos pelos Estados

Unidos e pelo México, através de caronas, levando-o a um intenso contato com diferentes pessoas e realidades. Kerouac segue seus caminhos se opondo às forças repressoras de sua sociedade, valorizando a vida simples, sem dinheiro, arranjando pequenos trabalhos e grandes noites de festa em bares com negros ouvindo jazz, bebendo ou se drogando. Ao dar voz à marginalidade e colocar seu escrito em um lugar político de “apresentar uma nova realidade”, critica a sociedade americana do pós-guerra que, na época da recepção do livro, vivia em uma forte posição regrada. A libertação que buscavam era a que permitia vivenciar todas as experiências, sem a organização e o aprisionamento imposto por uma sociedade patriarcal e conservadora que estavam submetidos. Outra característica dessas andanças é o caráter efêmero e de desvinculação, não se prendiam ao lugar em que passavam nem as pessoas que conheciam, nem aos encontros amorosos ou relações afetivas que poderiam surgir. Inaugurando uma nova maneira de narrar, com uma literatura de movimento, cheia de espontaneidade, com relação à estrada, e a figura exaltada do marginal, *On The Road* foi uma obra de importância incontestável, que não apenas criticou a sociedade americana do macarthismo, mas mostrou que existiam outras possibilidades, e diferentes maneiras de olhar a vida e o outro.

Seguindo a narrativa de viagens, fizemos leitura de *Vagabundos Iluminados*, também de Jack Kerouac, em que narra

sua busca pela verdade, iluminação e crescimento pessoal, com constantes reflexões sobre sua vida. Nesta obra, a viagem também é espiritual, com uma intensa relação com a religião, neste caso o zen-budismo. A linguagem que é usada mostra a construção de um personagem ligado ao espiritualismo, à meditação e ao mundo oriental. Este mundo zen-budista é apresentado por um rapaz que vive fora da sociedade e ensina os princípios dessa religião, em meio de festas, poesias, na prática do montanhismo, nas relações sexuais, na meditação e nas próprias viagens. Para Claudio Willer, essa experiência de contato com o budismo, juntamente com o sexo e as viagens, influenciou a revolução cultural jovem dos anos de 1960.

A crítica ao progresso, à sociedade americana, a política, a guerra, é uma característica marcante da Geração Beat. Intrínseca nas obras em que há essa busca de liberação, também está presente em poemas de Allen Ginsberg, poeta da Geração que deixou como um dos marcos iniciais sua aparição o recital de *Vivo* na Six Gallery em 1955. Um dos poemas estudados pelo grupo foi *América*, no qual Ginsberg critica a guerra, problemas econômicos, regras da sociedade, o sistema político, a perseguição aos comunistas, e a exclusão dos marginalizados.

Outro ponto de reflexão foi a participação feminina na Geração como a das escritoras Joyce Johnson, Hettie Jones, Diana DiPrima, pois das produções dessas mulheres não foram

consideradas como componentes de um movimento beat ou reconhecidas como tal. Mesmo assim é importante ressaltar que em seus trabalhos havia questionamentos referentes ao casamento e a família, ao trabalho, ao discurso de que a masculinidade ideal seria a daquele que fosse o homem provedor de uma família nuclear burguesa, e proposta de novas concepções de sexualidade.

O movimento literário da geração Beat se populariza no final dos anos 1950 de maneira sem precedentes. O estilo de vida foi apropriado pelos jovens e a mídia auxiliou na sua divulgação, embora nem sempre com críticas favoráveis. Ocorreu, então, a transição para a contracultura. Para compreender os movimentos contraculturais manifestados por gerações posteriores, lemos alguns capítulos de *Contracultura através dos tempos* de Ken Goffman e Dan Joy. Percebemos que a contracultura é um conceito mutável, um fenômeno de inovação, de ruptura com as tradições e de experimentação, algo que deve ser vivido por excelência, com o poder das ideias, da imagem e das expressões artísticas. Dan Joy nos oferece elementos definidores de um grupo contracultural: o poder individual acima do poder do governo e social, a liberdade de opinião, de expressão, de poder criativo.

Em a *Era dos Extremos* de E. Hobsbawm encontramos essa movimentação dos jovens de embate e contestação. Houve mudanças significativas, principalmente a partir da década de 1960. A formatação familiar estava em crise devido às mudanças nos

padrões públicos que governam a conduta sexual e, também, pela mulher, que procura seu lugar na sociedade por meio da educação e do trabalho. Tornavam-se permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e a religião, mas também pela moral e convenções. A libertação pessoal e social estavam em conjunto com o sexo e drogas. O aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações.

O mercado midiático influenciou essa “revolução juvenil”, a televisão apresentando o beatnick em *The Many Loves of Dobie Gillis*, um sitcom americano, filmes com ícones como Marlon Brando e James Dean, a música de Bob Dylan e Jim Morrison, o Rock. Kate Mills nos mostra em *Vision of the Road* a apropriação posterior da mídia do tema da estrada. A estrada renovada pela Geração Beat foi resignificada no cinema e modificou a estrutura narrativa dos *Road Movies*.

Por meio desse estudo notamos que a Geração Beat foi uma experiência literária e comportamental que não somente rompeu e renovou o âmbito artístico e cultural, como foi de grande importância para uma renovação social e individual, sendo um incentivador dos questionamentos acerca da sociedade, dos padrões e dos próprios princípios morais que moldavam os Estados Unidos das décadas de 1940 e 1950. Além disso, proporcionou as gerações

posteriores um espaço de embate social e cultural que, mesmo com o seu fim, continuou a fazer parte do imaginário dos jovens e, por meio das obras e suas reapropriações midiáticas, ainda constituem elemento de reflexão sobre as dimensões da liberdade como valor para pensar a diversidade de formas de viver. Muito obrigada pela atenção.

Bibliografia

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**, um lírico no auge do capitalismo, São Paulo: Editora Brasiliense, 1991

GOFFMAN, K e JOY, D. **Contracultura através dos tempos**: do mito de Prometeu à cultura digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**, São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MILLS, Kate. **The Road story and de Rebel**. Illinois: Southern Illinois, University Press, 2006.

WILLER, Cláudio. **A Geração Beat**. Porto Alegre: L&PM Pocket (coleção Encyclopaedia), 2009.

Dossiê PET 20 Anos

Comemorar é muito mais que uma celebração, uma reunião. É um buscar nas origens aquilo que nos faz visualizar os caminhos que, enfim, chegaram àquela comemoração. Estamos diante, então, de uma memória reflexiva. A palavra “comemorar”, *per se*, nos dá essa informação: levar-nos a memorar todos os acontecimentos, no sentido de uma trajetória. Essas memórias ficam marcadas em fontes oficiais, atas de reunião, fotografias, lembranças de quem fez parte da trajetória e é assim que pretendemos, brevemente, contar a história das duas décadas do Programa de Educação Tutorial, do Departamento de História, da Universidade Federal do Paraná.

Já nos idos de 1991, um importante debate se levantou sobre a necessidade de criar mais ambientes condicionantes de pesquisa aos graduandos da UFPR. Nesta senda, o PET História foi criado em 1992. O objetivo naquele momento era instrumentar os alunos do curso de licenciatura e bacharelado para o exercício de atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, visando, à prática interdisciplinar, um preparo consistente de futuros professores, a atividade ampla de pesquisa e estudo – para além das previstas na estrutura regular do curso – e a possibilidade de estimular o debate constante sobre os diversos modos de se produzir

o conhecimento histórico. Inicialmente, o Programa era denominado *Programa Especial de Treinamento*. Já no seu primeiro ano de funcionamento, o Programa foi avaliado pela CAPES como Muito Bom.

O Programa estava previsto para ser desenvolvido inicialmente em quatro anos, podendo prorrogar-se, caso houvesse pertinência. O fortalecimento do grupo agregou uma vinculação ao Departamento de História, a qual ocorre até os dias atuais. Tendo o professor Doutor Euclides Marchi como primeiro Professor-Tutor na coordenação geral e as professoras Elvira Mari Kubo e Marcia Dalledone Siqueira como tutoras, os primeiros alunos bolsistas foram: Nádia Maria Guariza, Rita de Cassia da Silva, Ana Paula Peters e Cláudio Moreschi Freire. A intenção era integrar mais quatro alunos por ano, até completar o número de doze bolsistas. Assim ocorreu e a composição do grupo PET que, atualmente, permanece a mesma, com o número máximo de doze bolsistas e a participação de até seis voluntários. Naquela época, segundo o professor Euclides Marchi, as estruturas do Programa eram modestas:

“Quando o PET foi aprovado e iniciou suas atividades, a estrutura era bastante simples. Na época não havia grandes aparatos tecnológicos e físicos. Aos poucos foi se consolidando e o Departamento cedeu uma sala com mesas e cadeiras e um

computador para os estudos dos bolsistas e para as reuniões com os tutores”¹

A pesquisa e as atividades, realizadas pelo primeiro grupo, estavam relacionadas à Teoria da História e em implicações teórico-metodológicas na historiografia; os objetivos eram atender ao ensino e à metodologia de pesquisa em História. O primeiro autor privilegiado em debate foi o medievalista Georges Duby. Nesta ocasião, o grupo contou com a colaboração da Professora Vânia Leite Fróes, da Universidade Federal Fluminense, inclusive com participações em reuniões internas e palestras para a graduação. O professor Doutor Euclides Marchi manteve-se como coordenador geral até o início de 1995. Neste mesmo ano, a tutoria passou para o Professor Doutor Ronald Ramineli.² O grupo manteve suas atividades visando uma formação mais ampla e uma maior integração com todo o departamento.

Em 1997, a tutoria ficou ao encargo do Professor Doutor Luiz Carlos Ribeiro. A partir do referido ano, o grupo editou um boletim informativo mensal, divulgando as atividades do PET e notícias de interesse geral de todos os alunos do curso de História.³ Um dos principais objetivos das atividades do grupo, nesse

¹ Entrevista do professor Euclides Marchi

² Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF.

³ Esse boletim foi reeditado nesse ano de 2012 em edição comemorativa. Pretende-se a manutenção do informativo no próximo ano.

momento, era estimular a criatividade individual com vistas a um interesse coletivo definido por um eixo temático. A integração dos bolsistas com a comunidade interna e externa visava o aprimoramento da formação global, para além das exigências curriculares. Ao fim e ao cabo, o petiano devia ser capaz de articular sua formação dentro e fora da Universidade. O Professor Doutor Marcos Napolitano⁴ assumiu a função de tutor em 1999, em conjunto com o Professor Luiz Carlos Ribeiro. Durante esse período, desenvolveu-se um Guia sobre o Museu do Expedicionário, voltado para os professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Em 2001, o Professor Doutor Carlos Alberto Medeiros Lima assumiu a tutoria do grupo, visando temas abrangentes da historiografia em diálogo com outras áreas das Ciências Humanas. Por meio de pesquisas de interesse coletivo, textos e temas eram debatidos em reuniões semanais. Boa parte dos resultados da pesquisa era apresentada em eventos científicos da UFPR.

A tutoria seguinte ficaria sob a responsabilidade da Professora Doutora Ana Paula Vosne Martins. Já no início do cargo, em 2004, a professora encontrou dificuldades, as quais foram assim avaliadas por Martins:

⁴ Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo – USP.

“De maneira improvisada e sem ouvir os tutores e os estudantes, como de uma maneira geral tem sido a história deste programa. O problema maior me parece ser a ausência de uma política clara, com objetivos exequíveis e principalmente a estabilidade do PET, como acontece com os programas e bolsas de pós-graduação. A cada mudança nos cargos políticos do MEC uma “nova” ideia sobre o PET aparece, trazendo com ela instabilidade e desinformação. No tempo em que fui tutora não havia canais de comunicação abertos com a direção do Programa em Brasília e as informações na UFPR eram muito truncadas e parciais.”⁵

Essa transição gerou alguns transtornos burocráticos, fruto, também, da mutação de órgãos responsáveis pela gerência dos grupos PET pelo país. A tutoria da professora Ana Paula ficou marcada por uma intensa produção acadêmica. Em 2008 foi lançado o manual *O Cinema na Sala de Aula: uma abordagem didática*, visando auxiliar professores dos Ensinos Fundamental e Médio com abordagens audiovisuais no cotidiano escolar. Em 2010 foi lançado o primeiro volume da presente Revista, a Cadernos de Clio, destinada a publicação de graduandos e recém-graduados. Visivelmente, uma grande oportunidade de expansão do conhecimento gestado nas graduações pelo Brasil. Além disso, abriu oportunidade aos membros do PET História UFPR para conhecer melhor a editoria de uma revista científica, certamente um fortalecimento no crescimento acadêmico de seus realizadores.

⁵ Entrevista da Professora Ana Paula.

Também teve início no período o evento intitulado *Diálogos do PET*, idéia que, compartilhada com tutores de outros grupos PET (Filosofia, Ciências Sociais e Direito), foi muito importante frente às concepções que então vigoravam sobre o programa na UFPR.

Em setembro de 2010 encerrou-se a tutoria da professora Ana Paula, a mais longa até então. A referida professora avaliou sua gestão enquanto satisfatória, sendo importante, também, em sua trajetória enquanto professora universitária. Desde então, a tutoria do PET História passou para a Professora Doutora Renata Senna Garraffoni como tutora do PET História.

As atividades desenvolvidas atualmente pelo grupo são resultados dos trabalhos realizados nos últimos vinte anos. Ao longo desse período, o PET desenvolveu diversas propostas que buscassem um conhecimento amplo, estabelecendo contatos entre alunos e professores. As pesquisas realizadas coletivamente por todos os grupos que passaram pelo PET muito acrescentaram na formação acadêmica dos participantes, assim como as pesquisas individuais, gerando possibilidades de ingressos nos programas de pós-graduação. As atividades de extensão e de ensino mantiveram-se ao longo desse período, possibilitando uma maior amplitude nas relações acadêmicas e nas possibilidades de relacionamento e de uma maior experiência.

Para além da função intelectual, acadêmica, o PET História

preenche uma importante função social: prova disso está nos manuais produzidos visando retirar o conhecimento produzido na Universidade e distribuí-lo na comunidade estudantil geral. Não se trata de um grupo formador de uma elite intelectual, que visa o topo do conhecimento – como se assim houvesse uma disputa. Tampouco se trata de um antiacademicismo. Em sua essência, é formado por graduandos, em início de formação, visando as melhores maneiras para obter conhecimento e desenvolvimento intelectual.

PET-História

Novembro de 2012.

Normas Editoriais:

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos e resenhas bibliográficas somente em português-br.
2. Os artigos terão tema livre, dentro do campo historiográfico.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia, imagens e título e as resenhas não deverão ultrapassar 5 páginas, utilizando fonte *Times New Roman*, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. **Os arquivos devem estar em formato .doc.**
4. Serão aceitos artigos de graduandos dos cursos de História sob orientação e com aval do professor (a) orientador (a). Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
5. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial dos *Cadernos*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista. Artigos e resenhas que não forem publicados ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.
6. Os autores serão notificados da recepção das colaborações.
7. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a fim de adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.
8. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material

publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação de Artigos:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito por meio de correio eletrônico, através do e-mail da revista: cadernosdeclio@gmail.com. Indicar no e-mail a situação acadêmica do aluno (período e vinculação), link do *lattes*, (se possuir) e nome do professor orientador.
2. Os artigos deverão **obrigatoriamente** ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras; (b) relação de até 6 palavras-chave e (c) carta de aval do professor orientador do artigo. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais.
3. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
4. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawm, 2003) ou (Hobsbawm, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
5. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

INFORMAÇÕES:

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>